



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – NPGA**

DACIANE DE OLIVEIRA SILVA

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO NORDESTE: UM OLHAR
SOBRE O MOVIMENTO ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL**

Salvador

2023

DACIANE DE OLIVEIRA SILVA

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO NORDESTE: UM OLHAR
SOBRE O MOVIMENTO ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para o título de Doutora em Administração.

Orientadora: Profa. Dr^a Ariádne Scalfoni Rigo.

Salvador

2023

Escola de Administração - UFBA

S586 Silva, Daciane de Oliveira.

Cooperativismo de crédito solidário no Nordeste: um olhar sobre o movimento entre o econômico e o social / Daciane de Oliveira Silva. – 2023.

294 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Ariadne Scalfoni Rigo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Cooperativas de crédito – Brasil, Nordeste. 2. Microfinanças. 3. Desenvolvimento econômico – Brasil, Nordeste. 4. Políticas públicas - Agricultura. 5. Economia solidária. 6. Desenvolvimento rural. 7. Cooperativismo. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD - 334.2

DACIANE DE OLIVEIRA SILVA

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO NORDESTE: UM OLHAR
SOBRE O MOVIMENTO ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para o título de Doutora em Administração.

Aprovada em: ___ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: ARIÁDNE SCALFONI RIGO (UFBA)
DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Examinador: FÁBIO LUIZ BÚRIGO (UFSC)
DOUTOR EM SOCIOLOGIA POLÍTICA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Examinador: WASHINGTON JOSÉ DE SOUZA (UFRN)
DOUTOR EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Examinadora: ELIENE GOMES DOS ANJOS (UFRB)
DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

Examinadora: ELAINE APARECIDA ARAÚJO (UFF)
DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

*Em memoriam ao meu querido e amado avô - José Fagundes de Oliveira.
Ao meu filho, João Ângelo, minha atual razão de existência...*

AGRADECIMENTOS

Bem, este é um momento difícil; mas, ao mesmo tempo, de alívio, por ter vencido essa etapa de vida, tão importante na minha formação como pesquisadora, e também como ser humano. Nessa caminhada de quatro anos, aprendi com cada apoio e rejeição recebidos.

Como não gosto de injustiça, vou tentar elencar algumas pessoas que marcaram este processo: primeiro, agradeço ao ser supremo do universo, DEUS Pai, aquele que me fez chegar até aqui e sempre conduziu minha jornada aqui na terra. A Ele só tenho a agradecer pelo dom da vida e por ter me feito acreditar em minha capacidade. Pegou em minha mão e sempre dizendo, no fundo do meu coração: “vá filha, é difícil, mas você consegue!”

À UFRB, sou grata pela oportunidade de ter me afastado das atividades laborais ao longo desta jornada; em especial, agradeço a Ana Georgina e Eliene, minhas parceiras de trabalho, que sempre acreditaram em mim.

À FAPESB, por ter financiado a minha pesquisa, o que tornou esta trajetória mais tranquila, ao custear as despesas do trabalho desenvolvido.

Agradeço a minha família: a meus pais, que mesmo distantes sempre se preocuparam com minha saúde e bem-estar; a minha irmã Andréa, pelo incentivo diário, pois sempre acreditou que eu seria capaz de fechar este ciclo; ao meu companheiro Geraldo, pela compreensão nos momentos de ausência e de estresse. A Lia, minha comadre e mãe de coração, que sempre foi compreensiva com tudo o que tenho passado e, em minhas ausências e faltas de paciência, sempre cuidou de meu filho com muito amor. Obrigada pelo amor e dedicação a minha família!!!

A minha orientadora Ariádne, que desde o início dessa parceria demonstrou paciência com todas as dificuldades que tivemos e, mesmo com suas inúmeras demandas, dentro do possível, sempre dirimiu as minhas dúvidas.

Ao professor Fábio Búrigo, inspiração da minha tese, um ser humano de um coração imenso. Desde o dia que nos conhecemos, sempre esteve disposto a contribuir com essa empreitada. Tenha certeza de que nunca esquecerei os seus conselhos e quero seguir minha carreira tendo o senhor como um dos exemplos de pessoa e profissional.

O que dizer de meus colegas do NPGA e de Aninha? Seu apoio foi essencial nesse processo, principalmente porque não conhecia ninguém do Programa. Foram verdadeiros amigos que fiz neste doutorado. Especialmente Francine e Paula: muito obrigada pelos

conselhos e momentos de risadas, vocês são incríveis. E Aninha, nossa maravilhosa que resolve tudo para nós e está sempre disposta a nos ajudar! Fico muito grata.

Como agradecer a tanta gente com quem conversei, troquei ideias e aprendizados? Gestores, agricultores, parceiros, funcionários, ex-diretores das cooperativas. Primeiramente, agradeço ao Sr. Luiz Levi Tomacheski, pelo apoio na pesquisa, principalmente diante da dificuldade de dar continuidade; a Márcia e a Edinei, ambos ex-integrantes do Sistema ASCOOB, pela disponibilidade e confiança no meu trabalho. A Neilton, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela confiança e receptividade; a Isabel, pela educação e empatia com meu trabalho.

A Keilla Lopes, minha parceira de profissão e de vida, pelos conselhos, partilhas e momentos de desabafo!!!

À Clínica Personalle, em nome de Aline Miranda, Juliana Lima e Livia Lima, que me acolheram para que eu pudesse ter um lugar tranquilo para trabalhar. Dedico também a vocês este momento tão importante de minha vida.

A Andréa Bolsoni, uma amiga que a pandemia e a atividade física me deram, pelos conselhos e risadas e por ter me feito ver a vida de forma mais leve.

A Weverton, meu professor de atividade física, um amigo que tornou os momentos de atividade uma diversão, os quais foram essenciais para esquecer as tensões e seguir em frente.

A Serrinha, minha terra natal, que me acolheu nesta pesquisa e me fez relembrar o quanto somos pequenos na imensidão do universo da pesquisa. E a todos que nessa caminhada me ajudaram a construir cada pensamento e reflexão que tornaram esta tese exequível, meus sinceros agradecimentos!

SILVA, Daciane de Oliveira Silva. **Cooperativismo de crédito solidário no Nordeste: um olhar sobre o movimento entre o econômico e o social**. Orientadora: Ariádne Scalfoni Rigo. 2023. 294f il. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-graduação em Administração, NPGA/EAUFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas que têm como objetivo a inclusão financeira dos seus associados. Em se tratando da vertente solidária do cooperativismo de crédito, sua gênese advém da mobilização e protagonismo de diversos atores sociais ligados a movimentos rurais que reivindicam por políticas públicas para o meio rural, principalmente ligadas ao acesso ao crédito. Portanto, priorizam o desenvolvimento local e das comunidades, o que denota que os atos políticos dessas cooperativas tendem a preceder os atos econômicos. Diante do duplo desafio do cooperativismo de crédito solidário que vem a ser, de um lado, atender às normativas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à fiscalização do Banco Central e, de outro, o compromisso em atender às demandas financeiras de seus associados e da comunidade por meio da inclusão social, a presente pesquisa objetiva compreender como o movimento entre o econômico e o social se apresentam a partir da história e da realidade no cooperativismo de crédito solidário no Nordeste. O embasamento metodológico amparou-se na abordagem qualitativa, materializada em 03 (três) fases: a primeira contemplou um estudo exploratório junto a pessoas chave das cooperativas; a segunda foi impulsionada pelo método do estudo de caso na central CRESOL Nordeste, com a aplicação dos instrumentos de pesquisa; e, por último, a análise dos dados, por meio da técnica da análise de conteúdo do tipo temática. Como resultados, observou-se que os idealizadores e integrantes do antigo Sistema ASCOOB não conseguiram atender as demandas dos seus órgãos reguladores e a gestão passou a ser conduzida pela CRESOL Confederação. Esta, por sua vez, aplicou o modelo de governança, conforme a Resolução nº 4.434/2015, o que reverberou em uma redução de políticas de apoio aos pequenos agricultores familiares, inaptos, do ponto de vista financeiro, para receberem crédito. Por outro lado, inconformados com a condução desse processo, ex-integrantes e outros atores sociais ligados ao cooperativismo de crédito solidário baiano criaram uma alternativa, um Banco de Desenvolvimento Comunitário (BDC) para os públicos-alvo não atendidos pela CRESOL Nordeste: o Banco Comunitário de Fomento ao Desenvolvimento Solidário (BANCOSOL). Portanto, essa associação tem o objetivo de atuar junto à CRESOL Nordeste e à COGEFUR, formando uma tríade de finanças solidárias na Bahia.

Palavras-chave: cooperativismo de crédito solidário; inclusão financeira; sistema ASCOOB; Cresol Nordeste; solidariedade.

SILVA, Daciane de Oliveira Silva. **Northeastern solidarity credit cooperatives: a look at the movement between the economic and the social.** 2023. 296 ill. Advisor: Ariádne Scalfoni Rigo. 2023. 294 s. ill. Thesis (Ph.D. in Management) – Núcleo de Pós-graduação em Administração, NPGA/EAUFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023

ABSTRACT

Credit cooperatives are societies of people whose objective is the financial inclusion of their members. In terms of the solidarity aspect of credit unions, its genesis stems from the mobilization and protagonism of various social actors linked to rural movements that demand public policies for the rural environment, mainly linked to access to credit. Therefore, they prioritize local and community development, which denotes that the political acts of these cooperatives tend to precede the economic acts. Faced with the double challenge of the solidarity credit cooperativism, which is, on one hand, meeting the regulations of the National Monetary Council (CMN) and the supervision from the Central Bank and, on the other hand, the commitment to meet the financial demands of its members and of the community through social inclusion, this research aims to understand how the movement between the economic and the social is presented from the reality of the actors involved in the northeastern solidarity credit cooperativism. The methodological basis was based on a qualitative approach, materialized in three phases: the first included an exploratory study with key people from the cooperatives; the second was driven by the case study method at the CRESOL Nordeste center, with the application of the research instruments; and, finally, data analysis, using the content analysis technique of the thematic kind. As a result, it was observed that the creators and members of the former ASCOOB System were unable to meet the demands of their regulatory bodies and management became conducted by the CRESOL Confederation. This one, in turn, applied the governance model, according to Resolution No. 4,434/2015, which reverberated in a reduction of support policies for small family farmers, unfit, from a financial point of view, to receive credit. On the other hand, dissatisfied with the conduct of this process, former members and other social actors linked to the solidarity credit cooperatives in Bahia created an alternative, a Community Development Bank (BDC) for the target audiences not served by CRESOL Nordeste: the Community Bank Fund for the Promotion of Solidarity Development (BANCOSOL). Therefore, this association aims to work together with CRESOL Nordeste and COGEFUR, forming a financial solidarity triad in Bahia.

Keywords: solidarity credit cooperativism; financial inclusion; ASCOOB system; CRESOL Nordeste; solidarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa dos Territórios de Identidade - atuação da CRESOL Nordeste	25
Figura 02	Estrutura de governança - CRESOL Nordeste.....	26
Figura 03	Proposta de um modelo analítico.....	31
Figura 04	Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema.....	55
Figura 05	Linha do tempo: histórico do cooperativismo de crédito solidário.....	62
Figura 06	Mapa dos Territórios de Identidade com destaque para o Território do Sisal e seus municípios.....	69
Figura 07	Sobrevivência organizacional.....	93
Figura 08	Processo isomórfico.....	95
Figura 09	Efeito do isomorfismo institucional nas organizações.....	96
Figura 10	O capitalismo e outras formas de organizar processos e interesses econômicos.....	112
Figura 11	Grade analítica de reconciliação entre o econômico e o social.....	132
Figura 12	Uma taxonomia geral de arranjos institucionais.....	156
Figura 13	Os três polos da gestão associativa.....	160
Figura 14	Desenho metodológico da pesquisa.....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Classificação hierárquica das cooperativas de crédito	36
Quadro 02	Missão e valores dos sistemas cooperativos de crédito do Brasil.....	56
Quadro 03	Formas de integração da atividade econômica.....	110
Quadro 04	A visão dicotômica dos diferentes sistemas econômicos ao longo da história.	113
Quadro 05	Abordagens formal e substantiva da economia.....	119
Quadro 06	Contramovimentos dos séculos XIX e XX.....	124
Quadro 07	Critérios e subcritérios da proposição de grade analítica.....	130
Quadro 08	Resumo dos conceitos de solidariedade segundo autores.....	144
Quadro 09	Os três polos da ação associativa a partir de palavras-chave.....	162
Quadro 10	Informações acerca dos atores entrevistados.....	179
Quadro 11	Objetivos e técnicas da metodologia da pesquisa.....	180
Quadro 12	Uma visão geral dos pontos positivos e negativos da profissionalização para o CCSN	196
Quadro 13	Resumo das categorias de análise da tese: teoria e prática.....	240

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Percentual de municípios com unidades de atendimento de cooperativas de crédito por região.....	24
Tabela 02	Estrutura sistêmica das cooperativas de crédito na região Nordeste.....	24
Tabela 03	Dados gerais dos sistemas cooperativos de crédito brasileiro 03 (três) níveis.....	57
Tabela 04	Índices e posição do IDHM e seus componentes dos municípios do Território do Sisal (2010)	73
Tabela 05	Nível de escolarização dos ocupados em percentuais - Censo Demográfico (2010)	74
Tabela 06	Participação (%) das atividades econômicas conforme RAIS (2016)	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AIA	Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOSOL	Banco Comunitário de Fomento ao Desenvolvimento Solidário
BDC	Banco de Desenvolvimento Comunitário
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CAR	Companhia de Desenvolvimento Regional
CCS	Cooperativas de Crédito Solidárias ou Cooperativismo de Crédito Solidário
CCRS	Cooperativas de Crédito Rurais com Interação Solidária
CCSN	Cooperativismo de Crédito Solidário no Nordeste
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CECO	Conselho Consultivo de Crédito de Organização Cooperativa Brasileira
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CMN	Conselho Monetário Nacional

COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COGEFUR	Conselho Gestor do Fundo Rotativo
COMFIS	Coordenação de Microfinanças
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONFEBRAS	Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
COOPERE	Cooperativa Valentense de Crédito Rural
CRESOL	Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e
CONFEDERAÇÃO	Economia Familiar e Solidária
CONFESOL	Cooperativas de Crédito da Economia Solidária
CS	Cooperativas Singulares
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DSC	Doutrina Social Católica
DESUC	Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DISOP BRASIL	Instituto de Cooperação Belgo-brasileiro para o Desenvolvimento Social
EPG	<i>Empowered Participadora Governance</i>
FETAG-BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FUNCEP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GT	Grupo Técnico
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
INFOCOS	Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
LC	Lei Complementar
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEI	Nova Economia Institucional
NEC	Núcleo Empresarial Cooperativo
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	Organizações de Cooperativas Estaduais
OCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio Líquido
PLS	Projeto de Lei do Senado
PRE	Patrimônio de Referência Exigível
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RPC	Regime Prudencial Completo
RPS	Regime Prudencial Simplificado
SDR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESOL	Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SISTEMA CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
SMI	Sistema Monetário Internacional
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SNCC	Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
TI	Territórios de Identidade
TL	Teologia da Libertação
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICATADORES	União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil
UNICOPAS	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UNICRED	União das Cooperativas de Crédito
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 CONTEXTOS E PRÁTICAS	33
2.1 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO BRASILEIRO	33
2.1.1 A Governança no cooperativismo de crédito: algumas considerações	44
2.1.2 Uma reflexão acerca dos sistemas do cooperativismo de crédito	49
2.1.3 Uma visão geral do cooperativismo de crédito solidário.....	57
2.2 UMA ANÁLISE EMPÍRICA E HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO NORDESTE.....	61
2.2.1 Ascensão e declínio da cultura do Sisal no semiárido baiano.....	64
2.2.2 Território do Sisal: uma breve caracterização	68
2.2.2.1 Aspectos demográficos	68
2.2.2.2 Aspectos sociais	71
2.2.2.3 Aspectos econômicos.....	74
2.2.3 Uma luz no fim do túnel: a criação da APAEB Associação.....	77
2.2.4 Gênese do cooperativismo de crédito solidário na Bahia: a criação da ASCOOB Associação e das APAEB Cooperativas de crédito.....	82
2.2.5 Filiação das APAEB cooperativas de crédito solidárias ao SICOOB Central Bahia	84
2.2.6 Constituição da ASCOOB Central: um passo em busca da identidade	85
3 CONCEITOS E FUNDAMENTOS	91
3.1 ISOMORFISMO INSTITUCIONAL: UMA PROPOSTA DE LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL	91

3.2 UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE KARL POLANYI NA OBRA “A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: AS ORIGENS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA NOSSA ÉPOCA”	99
3.3 O LUGAR DO ECONÔMICO NAS SOCIEDADES MODERNAS E NAS PRÉ-CAPITALISTAS E SUAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, SEGUNDO KARL POLANYI	103
3.3.1 As abordagens formal e substantiva da economia	115
3.4 A CONTRIBUIÇÃO POLANYIANA PARA O PENSAMENTO ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO	119
3.5 A DEMONSTRAÇÃO DA GRADE ANALÍTICA DE RECONCILIAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE ENRAIZAMENTO DO ECONÔMICO NO SOCIAL	128
3.6 UM OLHAR SOBRE A SOLIDARIEDADE NA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES	131
3.7 O SURGIMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	144
3.7.1 A governança e a democracia nas organizações da Economia Solidária	150
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	173
4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	173
4.2 TÉCNICAS DE PESQUISA	176
4.3 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE	181
5 DISCUSSÃO E RESULTADOS	183
5.1 UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS CCSN	183
5.2 O ISOMORFISMO INSTITUCIONAL, A GOVERNANÇA ASSOCIATIVA E A SOLIDARIEDADE NO CCSN	196
5.2.1 O ISOMORFISMO INSTITUCIONAL E O MOVIMENTO EM DIREÇÃO AO MERCADO: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DO CCSN	196
5.2.1.1 Os riscos da perda da solidariedade por cooptação do mercado	201
5.2.2 O significado da solidariedade nas cooperativas de crédito solidárias nordestinas	206

5.2.3 O movimento entre o viés econômico e o social a partir da realidade de uma cooperativa de crédito independente	213
5.3 QUE TIPO(S) DE GOVERNANÇA SE EXPRESSA(M) NAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO CCSN?.....	216
5.3.1 Governança e participação no CCSN: os avanços e impasses entre o movimento do econômico e do social.....	220
5.4 UMA POSSIBILIDADE DE RESSOLIDARIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA SOLIDARIEDADE NO CCSN	224
5.4.1 O COGEFUR e a continuidade de parceria com a CRESOL Nordeste.....	225
5.4.2 A criação do BANCOSOL: uma possibilidade de ressolidarização das finanças solidárias.....	227
5.4.2.1 Governança e sustentabilidade a partir do BANCOSOL.....	233
5.4.3 Uma possibilidade de parceria entre o BANCOSOL e a CRESOL Nordeste	235
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
REFERÊNCIAS	246
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ESTUDO EXPLORATÓRIO	271
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS GESTORES DA COGEFUR	272
APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OUTROS PARCEIROS DA CRESOL NORDESTE.....	274
APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AGRICULTORES FAMILIARES DA CRESOL NORDESTE	277
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS CONSELHEIROS E PRESIDENTE DA CRESOL NORDESTE	280
APÊNDICE F- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA CRESOL NORDESTE.....	284
APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA UM DIRETOR FINANCEIRO DE UMA COOPERATIVA SOLTEIRA LOCALIZADA NO SUL DO PAÍS	287

APÊNDICE H - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A EX-DIRETORES DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS NORDESTINAS E FUNDADORES DO BANCOSOL.....	288
APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A UM PARCEIRO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS SOBRE O BANCOSOL.....	289
APÊNDICE J - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A UMA FUNCIONÁRIA DE UMA ONG, MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	290
APÊNDICE K- ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO PRESIDENTE DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL QUE REPRESENTA NACIONALMENTE AS COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS	291
ANEXO A- RESOLUÇÃO CMN Nº 5.021 DE 25/11/2022: CAPÍTULO III	292

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Anuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2022), dentre os 7 (sete) ramos cooperativos, o cooperativismo de crédito é o que vem apresentando os maiores índices de crescimento. Prova disso é que de 2020 para 2021 cresceu 25% no volume de operações de crédito e em número de associados: mais de 13% em pessoa física e mais de 17% na modalidade pessoa jurídica. Além disso, é o maior em termos de número de cooperados, com mais de 13,9 milhões; e conseguiu inserir 89.381 (oitenta e nove mil, trezentas e oitenta e uma) pessoas no mercado de trabalho.

Como se configura como um dos ramos do cooperativismo¹, o cooperativismo de crédito também se encontra ancorado em princípios definidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esses princípios são os seguintes: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação, interesse pela comunidade.

Diferentemente dos demais ramos, o cooperativismo de crédito atua no mercado financeiro e, portanto, encontra-se subordinado, no Brasil, às leis e normas instituídas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sob fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN), a Lei Geral do Cooperativismo - 5.764/1971 e Lei nº 196/2022, recentemente aprovada, a qual que substitui a Lei Complementar nº 130/ 2009.

O cooperativismo de crédito pode ser classificado segundo 02 (duas) vertentes: a vertente tradicional, em que é constituído por cooperativas que possuem um foco mais utilitário, pois sua missão tem início e fim na prestação de serviços financeiros a seus associados e, portanto, assemelham-se a grandes empresas; e a vertente solidária, na qual apresentam um enfoque sociopolítico, materializado pelo forte envolvimento do associado. Por isso, o benefício do associado extrapola a questão financeira, abrangendo o pertencimento e a melhoria da capacidade sociopolítica (FONTES FILHO; COELHO; VENTURA, 2009).

¹ Até 2019, a OCB reconhecia a existência de treze ramos do cooperativismo: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo/ lazer. Com o objetivo de ganhar maior poder de representação, a partir de 2020, a OCB, embasada na Resolução 56/2019, reduz para sete ramos: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços e transportes.

Nas cooperativas de crédito solidárias, “o conceito de ‘interação solidária’ expressa a ideia de responsabilidade compartilhada entre cooperados e dirigentes, que devem acompanhar e ter controle sobre seu funcionamento” (LOURENCI; SILVA, 2015, p. 115). Búrigo (2006b) complementa essa visão quando afirma que o termo “solidário” marcou o surgimento de um campo político próprio de articulação e um conjunto de princípios que direcionam o funcionamento dessas organizações como, por exemplo, respeito aos valores humanos, maior igualdade de recursos e de poder para os integrantes das cooperativas. Essa postura tende a se materializar em produtos e serviços adaptados à realidade da população de baixa renda.

No Brasil, originárias dos movimentos sociais que floresceram no período da democratização, entre os anos de 1980 e 1990, as cooperativas de crédito solidárias foram criadas, inicialmente, com o objetivo de atender às demandas por crédito da parcela empobrecida do meio rural, alijadas de políticas públicas.

No país, existem 04 (quatro) sistemas cooperativos de crédito² que operam em 03 (três) níveis (singulares, centrais e confederação): Sistema CRESOL, Sistema SICOOB, Sistema SICREDI e Sistema UNICRED. Segundo Búrigo (2010), 03 (três) atuam embasados em estruturas mais próximas de uma cultura bancária, focando suas operações em ganhos em escala, e representam o sistema convencional de cooperativas agropecuárias: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) – que atuam com os próprios bancos cooperativos³: BANCOOB e Banco Cooperativo SICREDI – e o Sistema UNICRED Brasil, que atende preferencialmente a profissionais da área de saúde.

O quarto é o Sistema CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, criado em 1990, ligado às antigas Cooperativas de Crédito da Economia Solidária (CONFESOL)⁴ que, desde 2016, teve o nome alterado para CRESOL

² A Resolução 3106/2003 consolidou a organização sistêmica das cooperativas nos níveis de primeiro grau - as singulares, de segundo - as centrais e de terceiro - as confederações; mas, para serem considerados como Sistema, tornou-se necessária a existência de uma unidade de atuação.

³ Tal como as cooperativas de crédito, os bancos cooperativos são de propriedade de seus clientes e seguem os princípios cooperativistas de uma pessoa, um voto. Ao contrário das cooperativas, no entanto, os bancos cooperativos são, com frequência, duplamente regulamentados: como bancos e também como cooperativas. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

⁴ Em 2004, por meio de articulações do movimento de cooperativas de crédito solidárias, surge a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), uma entidade que objetiva representar essas cooperativas que se constituíram fora da alçada política da OCB. Em 2008, a ANCOSOL formou a Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Solidária

Confederação, e representa o sistema solidário. Segundo Ventura et al. (2009, p. 25), esse sistema cooperativo de crédito solidário é constituído por cooperativas de crédito que surgiram ao movimento da agricultura familiar com interação solidária, e apresenta “relevância a partir de seu alcance social decorrente da inserção financeira de pequenos agricultores e pela facilidade com que são percebidos os benefícios de ajuda mútua”.

O Cooperativismo de crédito solidário é considerado como uma das experiências que atuam dentro da perspectiva da economia solidária (BÚRIGO, 2010). Inicialmente, o cooperativismo de crédito solidário se desenvolveu e ganhou visibilidade em um “contexto social de lutas e reivindicações populares pelo acesso ao crédito e às políticas públicas para os empobrecidos do meio rural, que foram criadas a partir de um processo de discussão e reflexão comunitária prévia a sua fundação” (BÚRIGO, 2007, p. 19). Atualmente, as cooperativas de crédito solidárias se distribuem em diversas regiões do país e essas instituições financeiras cooperativas congregam o Sistema CRESOL.

A CRESOL Confederação⁵ representa institucionalmente o Sistema CRESOL. É formada por 04 (quatro) centrais de crédito filiadas: CRESOL Baser, sediada em Francisco Beltrão (PR); CRESOL Central Brasil, sediada em Chapecó (SC); CRESOL Sicoper, sediada em Passo Fundo (RS); e CRESOL Nordeste, sediada em Lauro de Freitas (BA) (CRESOL, 2022a).

Em 2020, o BACEN, por meio do panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), concluiu um levantamento feito ao longo de um período de 04 (quatro) anos (2016 a 2020). Essa pesquisa detectou que, dentre as regiões brasileiras, a região Nordeste obteve o menor crescimento em municípios que possuem unidades de atendimento de cooperativas de crédito, com uma participação de apenas 11,8% em 2020. Esse dado mostra o potencial de crescimento a ser explorado na região Nordeste. Ademais, historicamente, a região Sul apresenta a maior participação, conforme Tabela 01.

(CONFESOL), uma cooperativa de terceiro grau criada com a finalidade de ampliar a capacidade operacional e o poder de representação dos sistemas solidários.

⁵ A mudança de nome da Confederação sugere uma possível adesão da ASCOOB à marca CRESOL. A alteração do nome acompanha um movimento de mudanças institucionais em prol do fortalecimento do cooperativismo solidário, que vem acompanhada também de um novo *design* da logomarca do CRESOL. Esta mudança acompanha os festejos das duas décadas do sistema completadas em 2015. “A repaginação da marca foi proposta pela BASER com o propósito de fortalecer a imagem do CRESOL e refletir a qualidade e a inovação nos seus produtos e serviços financeiros. [...]” (DAGNESE, 2016, p. 56).

Tabela 01 – Percentual de municípios com unidades de atendimento de cooperativas de crédito por região

Região	2016	2017	2018	2019	2020
Sul	90,4	90,9	91,9	93,1	94,2
Centro Oeste	51,6	53,1	55,9	59,3	63,8
Sudeste	54,4	55,8	58,3	60,9	61,9
Norte	22,2	23,3	24	25,6	27,6
Nordeste	9,4	9,9	10,7	11,1	11,8

Fonte: Banco Central do Brasil (2020a).

De acordo com os dados do BACEN compilados pelo Bureau Coop – Painel do Cooperativismo Financeiro, no terceiro trimestre de 2022, na região Nordeste operavam 56 (cinquenta e seis) cooperativas de crédito singulares. Desse total, 80,35% são filiadas a sistemas cooperativos; 17,85% não são associadas, sendo denominadas de independentes; e 1,78% estão ligadas a uma central, conforme Tabela 02.

Tabela 02 – Estrutura sistêmica das cooperativas de crédito na região Nordeste

Estrutura sistêmica	Número de cooperativas singulares	Part.	Nº Postos Atend.	Part.
CRESOL Central SC/RS	01	1,79%	01	0,3%
UNICRED Multirregional	02	3,57%	11	3,0%
CRESOL Nordeste	03	5,36%	20	5,5%
SICOOB BA	10	17,86%	86	23,6%
Independentes	10	17,86%	0	0,0%
SICOOB Nordeste	12	21,43%	95	26,1%
SICREDI Norte/Nordeste	18	32,14%	151	41,5%
Total de cooperativas de crédito – Nordeste	56	100,00%	364	100,0%

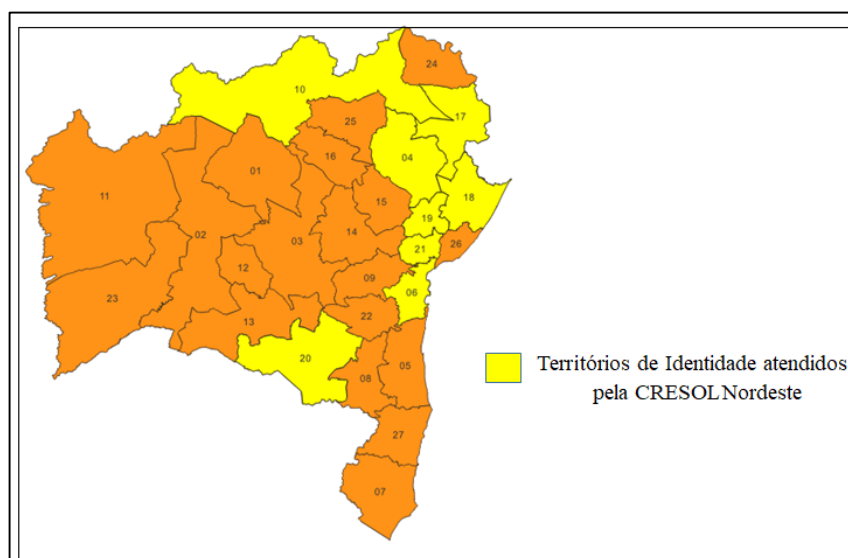
Fonte: Plataforma Bureau Coop: Portal de dados do Cooperativismo Financeiro – 3º trimestre/2022.

O Cooperativismo de Crédito Solidário no Nordeste (CCSN) é representado pelo Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste, antigo Sistema ASCOOB. Criado em 2008, o Sistema ASCOOB era constituído pelas cooperativas de crédito solidárias (05 cooperativas singulares e uma central) e pela ASCOOB Associação, responsável por direcionar suas ações para as áreas de formação e assistência técnica das cooperativas.

De acordo com os dados da **Figura 02**, a CRESOL Nordeste constitui-se por 03 (três) cooperativas singulares de crédito (CRESOL Sisal, CRESOL Ouro Verde e CRESOL Cocreal) e sua Central (esta última foi recentemente transferida do município de Serrinha/BA para o de Lauro de Freitas/BA).

O Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste tem abrangência em 8 (oito) Territórios de Identidade⁶ – identificados na **Figura 01**, mapa elaborado no *software* QGIS a partir do *shape file* obtido no *site* da Superintendência de Estudos Econômicos (SEI). As numerações expressam os territórios atendidos por esse sistema de crédito cooperativo: 04 (Território do Sisal), 06 (Baixo Sul), 10 (Sertão do São Francisco), 17 (Semiárido Nordeste II), 18 (Litoral Norte e Agreste), 19 (Portal do Sertão), 20 (Sudoeste Baiano) e 21 (Recôncavo), por meio de 20 (vinte) postos de atendimento distribuídos; e, desses, 02 (dois) atendem os estados de Alagoas e Sergipe (BUREAU COOP, 2022).

Figura 01- Mapa dos Territórios de Identidade – atuação da CRESOL Nordeste



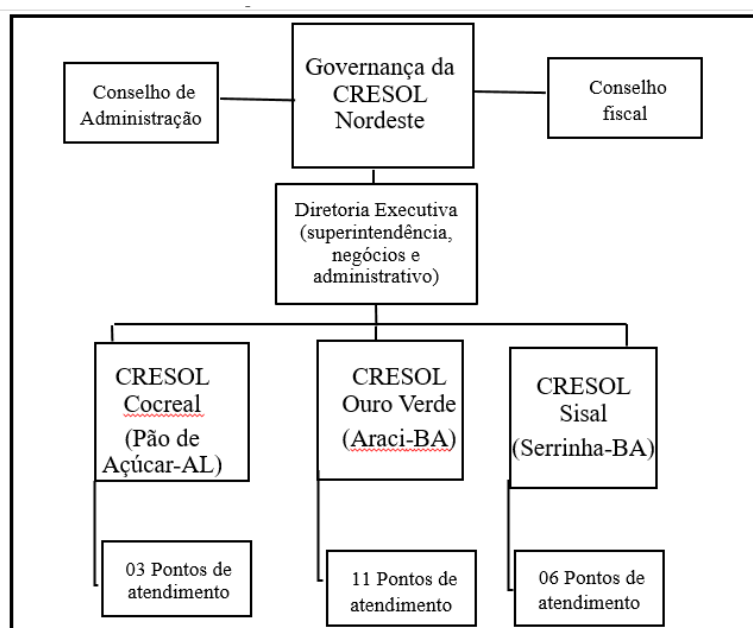
Fonte: Elaboração própria por meio do *software* Qgis (2023).

Em termos financeiros, apesar de uma baixa posição no *ranking* nordestino, no terceiro trimestre de 2022, ao analisarmos os dados do Relatório da

⁶ Nomenclatura definida a partir do Decreto nº 12.354, instituído em 25.08.2010, com o objetivo de, segundo o seu art. 1º, promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios do Estado da Bahia, a partir da divisão das regiões do estado em Territórios de Identidade (TI).

Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes Ltda (2023) referente ao exercício de 2022, as cooperativas de crédito solidárias do Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste possuíam 86.067 (oitenta e seis mil, sessenta e sete) associados, administraram R\$ 215.568,00 (duzentos e quinze mil, quinhentos e sessenta e oito reais) de ativos, ofertaram R\$ 106.918,00 (cento e seis mil, novecentos e dezoito reais) de crédito e receberam R\$ 180.123,00 (cento e oitenta mil, cento e vinte e três reais) de depósito.

Figura 02 – Estrutura de governança – Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste



Fonte: Adaptado do *site* da CRESOL Nordeste e do Bureau Coop (2022).

As sedes das cooperativas de crédito singulares com maior expressão em número de operações financeiras e associados da CRESOL Nordeste se localizam no Território do Sisal (Araci e Serrinha/BA), no semiárido baiano – uma região pobre, que tem apresentado baixos percentuais de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁷. Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2020a), em 2010, a Bahia, em relação à média nacional do IDHM, ocupava a 21ª posição entre os 27

⁷ Essa medida é amplamente utilizada para avaliar o desenvolvimento dos municípios nas dimensões educação, longevidade e renda.

(vinte e sete) estados federados. O IDHM geral do estado apresentou índice de 0,714, e o Território do Sisal 0,581, uma diferença de 22,9%.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019 referentes ao Censo Agropecuário (2017) destacam que o Território do Sisal é o que apresenta maior presença de estabelecimentos agropecuários atuando em organizações coletivas, com 10,7% de participação, seguido do Sertão Produtivo e Sudoeste Baiano, com percentuais de 10% e 7,4%, respectivamente. A liderança do território sisalense em relação à atuação em formas coletivas mostra a força do capital social desse território no contexto baiano.

Em relação ao rendimento médio do trabalho indicado como principal pelas pessoas ocupadas, os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2011) indicaram que o rendimento no Território do Sisal era de R\$ 534,39 (quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos), abaixo do rendimento médio do estado. No período analisado, não havia município no referido território com rendimento médio superior ao apresentado pelo estado da Bahia, que era de R\$ 901,85 (novecentos e um reais e oitenta e cinco centavos). Os rendimentos médios das pessoas ocupadas no território mostraram-se pouco dispersos, sendo o menor valor encontrado no município de Itiúba: R\$ 390,75 (trezentos e noventa reais e setenta e cinco centavos), e o maior valor em Serrinha: R\$ 688,70 (seiscentos e oitenta e oito reais e setenta centavos) (SEI, 2016).

Magalhães e Abramovay (2007) desvelam que o Território do Sisal é marcado pela luta e união dos sertanejos que conseguiram criar e consolidar cooperativas de crédito, diante de uma inadequada e excludente conjuntura de políticas públicas para o meio rural, principalmente de acesso a crédito. Isso aconteceu em 1993, ano em que foi criada a primeira cooperativa de crédito solidário da Bahia, a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), popularmente conhecida como APAEB Valente Cooperativa de Crédito (CARIBÉ; CUNHA, 2018). Em 2004, foi criada a ASCOOB Central, que por questões de sobrevivência se filiou à SICOOB Central Bahia. Já em 2008, por questões de filosofia de trabalho, desfiliam-se daquela central de crédito.

Em 2019, as cooperativas de crédito do Sistema ASCOOB iniciaram um processo de reestruturação, principalmente impulsionado pela Resolução nº 4.434/2015, somada a problemas na condução da gestão dessas organizações financeiras cooperativas. O BACEN, por meio da intervenção da CRESOL Confederação, exigiu que as cooperativas

do Sistema ASCOOB instaurassem um sistema de governança, o que significa uma gestão profissionalizada dessas cooperativas.

Nesse contexto de profissionalização do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, esse processo fora iniciado com uma qualificação da equipe da central e singulares, passando por uma consultoria; mas ambos não conseguiram atingir as mudanças exigidas pelo órgão regulador, principalmente em termos de resultados financeiros.

Em 22 de maio de 2022, a CRESOL Confederação assumiu a gestão dessas cooperativas solidárias, trazendo todo seu *know how*, materializado em normativas, tecnologia e padrões da marca CRESOL. Ademais, desligou grande parte de diretores, de ex-sócios fundadores e de colaboradores, e instaurou a governança segregada exigida pela Resolução 4.434/2015. Essa normativa tem como uma das principais mudanças a separação dos papéis exercidos pelos gestores: as questões de âmbito técnico ficaram a cargo das diretorias contratadas e as questões políticas passaram a ser conduzidas pelos conselheiros de administração. Então, além de mudar o nome fantasia para Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste, a intervenção da CRESOL Confederação promoveu várias mudanças de âmbito estruturante da gestão que pode causar tensões na essência solidária dessas organizações coletivas.

Para entender este processo de reestruturação do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste e fazer a escolha dos constructos teóricos desta tese, realizamos um estudo exploratório entre os meses de janeiro e abril de 2021. À época, as cooperativas ainda se chamavam Sistema ASCOOB e se utilizou uma entrevista semiestruturada aplicada a 04 (quatro) atores sociais - representantes e ex-representantes do cooperativismo de crédito solidário. As questões que direcionaram o instrumento (APÊNDICE A) abordaram as temáticas “solidariedade” e “profissionalização da gestão”.

O estudo exploratório detectou que o Sistema ASCOOB precisava se adaptar à Resolução 4.434/2015, materializado pelo processo de reestruturação da gestão. Isso porque essas cooperativas apresentavam falhas em seus controles internos, concediam crédito aos associados sem as devidas garantias exigidas pelo BACEN nas operações e existiam situações nas quais utilizava-se da cooperativa para fins pessoais. Esses erros na má gestão dessas cooperativas de crédito solidárias culminaram em processos

administrativos junto ao BACEN e no não atingimento de índices aceitáveis do Indicador de Basileia.

Além disso, o estudo preliminar nos leva a refletir que existe um risco iminente das cooperativas de crédito solidárias perderem sua essência. Isso porque, para sobreviverem no mercado financeiro, mesmo que competindo com suas congêneres, as singulares carecem de honrar as taxas referentes às despesas ligadas à filiação nos níveis de central e confederação. Diante disso, utilizam a incorporação como uma das estratégias que remetem à integração de uma cooperativa singular de maior porte a uma de menor porte, com o objetivo de reduzir custos e ampliar ganhos em escala.

Nesse contexto, o estudo exploratório também apontou que, a busca pela produtividade por meio da incorporação pode diminuir o grau de proximidade e de relacionamento entre o cooperado, a cooperativa e a comunidade. E essa situação pode reverberar em uma relação meramente comercial, o que tende a tornar as cooperativas mais próximas da cultura bancária tradicional.

Vale ressaltar que, independente da vertente que o cooperativismo de crédito faça parte, solidária ou tradicional, o ambiente institucional que circunda esse ramo é o mesmo para todas as cooperativas, constituído pelo Sistema Financeiro Nacional e o BACEN que impõem normativas e regulamentos que podem em alguns momentos, conflitar com os interesses dos associados e da comunidade.

Sendo assim, o levantamento preliminar realizado subsidiou a escolha dos aportes teóricos desta tese. Embasamos nossos estudos na teoria do Duplo Movimento, de Karl Polanyi, no século XIX, que mostra, além do impasse entre as perspectivas econômica e social que envolvem as organizações que atuam no mercado autorregulado, a situação daquelas que se apoiam no isomorfismo institucional como estratégia de legitimidade. Mas, por outro lado, pode-se citar principalmente a capacidade dos atores sociais de mudarem sua realidade a partir de organizações coletivas que pregam motivações não-econômicas nas relações com o mercado.

Outros autores, como Nancy Fraser (2016; 2013; 2011), Jean-Louis Laville (2008; 2004) e Alberto Guerreiro Ramos (1989) mostram a capacidade de emancipação dos atores sociais por meio da solidariedade nas relações econômicas e sociais, a qual consegue promover uma democratização da economia por meio de uma gestão substantiva, ancorada em uma governança democrática e na reconciliação entre o

econômico e social. Em relação a este último, Genauto de C. França Filho, Ariádne S. Rigo e Washington J. de Souza (2020), com o objetivo de compreender a tensão entre o econômico e o social, propõem uma grade analítica de reconciliação.

Nesse cenário, podemos levantar como tese da referida pesquisa a existência de uma pressão em separar a perspectiva econômica da perspectiva social, a partir da profissionalização do Cooperativismo de Crédito Solidário no Nordeste (CCSN).

Além do ambiente institucional que circunda o cooperativismo de crédito solidário, objeto desta tese, a presente pesquisa detectou uma possibilidade de ressurgimento do solidário. Esse processo aconteceu por meio da união de pessoas ligadas ao movimento da economia solidária, o que incluiu ex-gestores do antigo Sistema ASCOOB e membros da equipe do Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR). Essa atuação dos atores sociais ligados ao campo das finanças solidárias promoveu a criação de um banco comunitário, o BANCOSOL, em março de 2023.

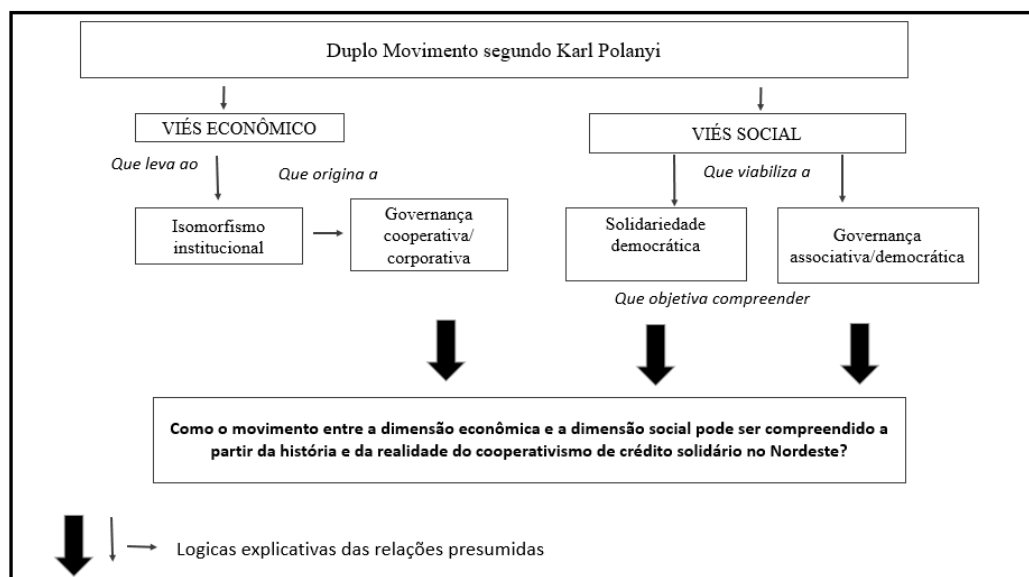
Além dos dados e motivos supracitados que corroboram a relevância de pesquisarmos as cooperativas de crédito solidárias, torna-se crucial uma explanação sucinta sobre a motivação pessoal da pesquisa. Esta escolha pode ser explicada pela trajetória da pesquisadora, iniciada em 2013, com o ingresso como docente no curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Isso lhe fez, desde então, lecionar disciplinas e participar com outros docentes da elaboração e implementação de projetos de pesquisa e extensão que possuíam, em certa medida, proximidade com a área de administração. E, mais precisamente, com estudos de ferramentas gerenciais específicas para os ramos do cooperativismo, em particular, do ramo crédito agropecuário que, além dos outros, sempre fora marcado por essa tensão entre o econômico e o social na gestão desses empreendimentos coletivos.

Diante do duplo desafio do cooperativismo de crédito solidário, qual seja, de um lado, atender às normativas do CMN e à fiscalização do BACEN (viés econômico) e, de outro, comprometer-se a atender as demandas de inclusão financeira de seus associados e da comunidade (viés social), a presente pesquisa pretendeu responder ao seguinte questionamento: **como o movimento entre a dimensão econômica e a dimensão social pode ser compreendido a partir da história e da realidade do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste?**

Para respondermos a essa indagação, traçamos os seguintes objetivos: de um modo geral, almejamos **compreender como o movimento entre a dimensão econômica e a dimensão social se apresentam a partir da história e da realidade do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste**. E os específicos foram: a) investigar o processo histórico no qual as cooperativas de crédito solidárias no Nordeste foram constituídas, considerando o significado do movimento entre o econômico e o social no território em que estão inseridas; b) caracterizar ao longo da história o modelo de governança e gestão dessas cooperativas no estado da Bahia; e c) propor um modelo analítico para caracterizar tensões existentes entre solidariedade e gestão nas Cooperativas de Crédito Solidárias a partir da Central CRESOL Nordeste.

De acordo com o aporte teórico a ser apresentado ao longo desta tese e os objetivos da pesquisa, entendemos a necessidade de criar a **Figura 03**, a qual sugere um modelo analítico que possa ser capaz de responder como o movimento entre a dimensão econômica e a dimensão social pode ser compreendido a partir da realidade do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste.

Figura 03 – Proposta de um modelo analítico



Fonte: Elaboração própria (2023).

No que se refere a contribuição da pesquisa, mais precisamente como os avanços teóricos são capazes de melhorar a prática da pesquisa e a prática da gestão, nos embasamos em Corley e Gioia (2011). Para esses autores, a teoria deve ser útil ou, de alguma forma, ter utilidade em sua aplicação, seja para outros pesquisadores

organizacionais ou para gestores em exercício. Diante dessa declaração dos autores, entendemos que a resposta ao problema de pesquisa proposto nesta tese busca trazer 02 (duas) contribuições de âmbito teórico-empírico.

A primeira contribuição da referida pesquisa demonstrou a necessidade de convivência entre a dimensão econômica e a dimensão social no CCSN, a partir de uma gestão no sentido substantivo. Isso significa ampliar a visão dessas organizações financeiras cooperativas, indo além da governança no sentido técnico, somente focada no resultado financeiro para os cooperados. Portanto, torna-se prudente, por meio da prática da governança democrática, promover a reinserção do controle social nas relações com cooperados, dirigentes eleitos e parceiros – uma das prerrogativas que deveriam caracterizar as cooperativas da vertente solidária.

Sobre a segunda contribuição, em se tratando dos achados inesperados da pesquisa, percebeu-se que, diante das mudanças estruturantes do CCSN, promovidas pela força do mercado neoliberal, os atores sociais tentam mudar essa realidade ao reagirem ao contexto de exclusão social do Sistema Financeiro Nacional (SFN), materializada por um Banco de Desenvolvimento Comunitário (BDC).

A criação de um BDC surge como uma possibilidade de resgatar e ampliar os espaços de participação por meio de uma governança que prega o respeito à pluralidade de princípios econômicos. Isso significa uma valorização que vai além de sua dimensão econômica, por meio da criação de organizações coletivas que podem trazer em sua lógica a solidariedade democrática como um elemento basilar de suas ações.

Genericamente, os debates e embates acerca do viés econômico e social em todos os ramos do cooperativismo são antigos e precisam ser retomados, considerando-se a necessidade de convivência entre o solidário e o econômico, principalmente porque essas organizações atuam e sofrem influência do mercado. Ao mesmo tempo, torna-se também crucial levar em consideração que a solidariedade faz parte das relações econômicas que envolvem todas as organizações, inclusive as coletivas.

Para um melhor entendimento de como se organiza esta tese, a mesma possui, além desta **introdução**, outros cinco capítulos. O capítulo 2, intitulado de “**Contextos e Práticas**”, descreve uma análise histórica e cronológica do cooperativismo de crédito brasileiro, até chegar na realidade que circunda o cooperativismo de crédito solidário no Nordeste.

O capítulo 3 aborda o referencial teórico e intitula-se como “**Conceitos e Fundamentos**”. Engloba o isomorfismo institucional, uma análise aprofundada do pensamento de Karl Polanyi sobre sua Teoria do Duplo Movimento, e suas reverberações, como a Teoria do Triplo Movimento de Nancy Fraser, um olhar sobre a solidariedade na gestão das organizações e a grade analítica de França Filho, Rigo e Souza (2020).

Os itens da “**Metodologia da Pesquisa**” constituem o capítulo 4, que é formado pela descrição da abordagem metodológica e do método de pesquisa, bem como das técnicas usadas na pesquisa e da estratégia de análise. Já a “**Discussão e Resultados**” são contemplados no capítulo 5 que, aponta os resultados de um inicial estudo exploratório, com a finalidade de escolher os aportes teóricos da pesquisa. Em um segundo momento, a partir das áreas temáticas isomorfismo institucional, governança associativa e solidariedade, aborda a decorrência da aplicação dos instrumentos e suas análises, com o intuito de responder a problemática da pesquisa.

As “**Considerações Finais**” são tratadas no capítulo 6, o qual retoma os objetivos da pesquisa e busca responder o problema por meio dos resultados alcançados. E, por último, elencam-se as referências utilizadas no corpo do texto e os 11 (onze) Apêndices da pesquisa (Apêndice A ao K).

2 CONTEXTOS E PRÁTICAS

2.1 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO BRASILEIRO

A caminhada do cooperativismo de crédito perpassa pelos momentos históricos vivenciados na sociedade brasileira. Em 1902, o padre jesuíta Teodoro Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito no Rio Grande do Sul e se estruturou nessa região com as características culturais e o modelo de ocupação do território dos povos imigrantes (BÚRIGO, 2006a; PINHO, 2004). Para esse exame, escolhemos 04 (quatro) períodos: o intervencionismo estatal no cooperativismo (1960-1988); a atuação dos governos de direita (1988-2002); governos de esquerda (2003-2016); e o governo de extrema direita (2016 até 2022).

Dos anos 1960 até o início de 1985, o Brasil passou por uma ditadura que restringiu as liberdades individuais e a capacidade de organização política da sociedade brasileira. Embora houvesse um número significativo de cooperativas em funcionamento, elas não possuíam expressão no mercado financeiro nacional e operavam sob normativos restritivos (PAGNUSSATT, 2004).

Na área operacional, por exemplo, não podiam captar depósitos remunerados às taxas normais de mercado, abrir postos de atendimento e compensar cheques na câmara de compensação. A amplitude societária estava restrita a dois segmentos da sociedade: produtores rurais e funcionários de organizações (PAGNUSSATT, 2004, p. 23).

Em 1966, o governo militar transformou o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) em uma Sociedade Anônima; contudo, mantendo a tutela do Estado sob a sua gestão. Em 1967, editou o Decreto-Lei nº 60.597 que promoveu a destruição de muitas cooperativas, ao proibir as operações com terceiros, impedindo o recebimento de depósitos daquelas pessoas. Nesse ambiente restritivo, as cooperativas de crédito “foram fechadas, sob a alegação de que eram entidades sem viabilidade financeira e administrativa” (BÚRIGO, 2007, p, 40) que atuavam de forma isolada e, portanto, a tendência era o fechamento das existentes.

A decisão de impor restrições operacionais às cooperativas de crédito ocorreu provavelmente por três razões: a) para o governo, as cooperativas não mostravam sinais de capacidade administrativa (...) estavam preparadas para participar do novo sistema financeiro do país, que estava em fase de (re)estruturação; b) o governo não desejava fortalecer, e nem mesmo permitir, o funcionamento de iniciativas associativas que pudessem representar um núcleo de oposição ao regime autoritário em vigor; c) o governo cedeu à pressão dos bancos comerciais, pois estes não estavam interessados na consolidação de instituições que poderiam aumentar a concorrência dentro do setor financeiro do país (BÚRIGO, 2007, p. 41).

Juridicamente, em 1969, em pleno auge do Regime Militar, o Estado instituiu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como seu único órgão de representação federal perante às cooperativas; e no âmbito estadual, em 1971, promoveu a criação das Organizações de Cooperativas Estaduais (OCE), ambas direcionadas para o atendimento dos interesses das elites, amparando-se em estratégias com foco meramente econômico, com o objetivo de fortalecer um sistema cooperativista ligado ao Estado e ao hegemônico setor rural (BÚRIGO, 2007). À época, o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sindicais não aceitaram essa imposição, posto que existiam outras formas de organização coletiva que representavam os interesses das minorias e que tinham um viés solidário que não coadunava com o movimento cooperativo da OCB (PINHO, 2004).

O marco jurídico das sociedades cooperativas foi iniciado com a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, ou Lei Cooperativista, o qual definiu a Política Nacional de Cooperativismo. Em seu artigo 4º, a lei delibera as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços a seus associados. No seu artigo 3º lei aborda a forma de atuação dos associados, na qual esses celebram “contrato de sociedade cooperativa às pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. Esses 02 (dois) artigos definem cooperativas e expressam a especificidade na prestação de serviços a seus associados.

Pinheiro (2008, p. 07) conceitua conforme a legislação 5.764/71 que regulamenta esse ramo:

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no país, além

de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Atualmente, as cooperativas de crédito oferecem uma gama de serviços financeiros que se materializam no financiamento da produção e em seus investimentos, cobrança de contas, fornecimento de talão de cheques e diversas opções de aplicações para seus associados. Búriço (2010, p. 111), amparado na legislação do cooperativismo de crédito,⁸ traz um resumo dos serviços que as cooperativas de crédito estão autorizadas a realizar:

I) Captar depósitos de associados; obter empréstimos ou repasse de organizações financeiras nacionais ou internacionais; receber recursos oficiais; obter, em caráter eventual, doações. Os bancos cooperativos podem ainda receber depósitos de poupança rural; II) conceder créditos e prestar garantias, inclusive de crédito rural; III) aplicar recursos no mercado financeiro, inclusive de depósito à vista e a prazo, de acordo às normas legais; IV) prestar serviços de cobrança, custódia, de recebimento de pagamento por conta de terceiros sob convênios com entidades públicas e privadas; V) no caso de centrais, prestar serviços de administração de recursos de terceiros em favor das filiadas e de serviços técnicos a cooperativas filiadas ou não a outras centrais; VI) contratar serviços para viabilizar a compensação de cheques e transferência de recursos no sistema financeiro e outros serviços necessários ao seu funcionamento, e complementar o atendimento dos associados; podem ainda contratar correspondentes no país; VII) participar do fundo garantidor de depósitos.

Por outro lado, Bittencourt e Abramovay (2003) alertam acerca das diferenças entre essas instituições financeiras cooperativas e os bancos. Nas cooperativas, os proprietários também são clientes, o que não denota a necessidade de lucro como garantia de funcionamento, desde que sejam remunerados o suficiente para saldarem suas contas; os custos, na forma de juros e pequenas taxas, são rateados entre todos os associados, “assim quanto menores forem os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas” (BITTENCOURT; ABRAMOVAY, 2003, p. 23).

É importante frisar que na Lei Cooperativista, no seu artigo 6º, as sociedades cooperativas são classificadas como: singulares, cooperativas centrais ou federações e confederações. Para melhor entendimento, criamos o Quadro 01 que descreve as especificidades de cada forma.

Quadro 01 – Classificação hierárquica das cooperativas de crédito

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICIDADES
Singulares	- São responsáveis pela prestação direta de serviços aos associados;

⁸ Para fins de atualização e comparativo, trouxemos no Anexo I a Resolução CMN 5.021 de 25/11/2022.

	- São constituídas pelo número mínimo de 20 pessoas ⁹ naturais, necessário à composição dos órgãos de administração e fiscalização, sem limitação de número máximo, garantidas as renovações nos termos desta lei.
Centrais ou federações	- Têm a finalidade de organizar em maior volume os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas; -São constituídas por, no mínimo, 03 (três) cooperativas singulares.
Confederações	- Têm como objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o volume de atividades dos empreendimentos ultrapassar a capacidade de atuação das centrais; -São constituídas de, pelo menos, (03) três federações ou cooperativas centrais.

Fonte: Santos, Gouveia e Vieira (2012, adaptado).

O marco jurídico das sociedades cooperativas realizou-se por meio da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo, cujos artigos mostram o papel fiscalizatório do Estado nesse ramo, principalmente na seção I, artigo 18, que trata da autorização de funcionamento por meio de registro de documentos na Junta Comercial, órgão subordinado a esse ente federativo.

O controle regulatório do Estado torna-se mais direcionado, em se tratando do cooperativismo de crédito, o que em alguma medida denota sua forte dependência por meio do CMN e do BACEN. Considerando a relevância desse ramo para o país, o BACEN desenvolveu uma estrutura departamental específica – o Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (DESUC), vinculado à Diretoria de Fiscalização do BACEN (SOUZA, 2017).

Por outro lado, Waculicz e Oliveira Filho (2015) afirmam que a Carta Magna inaugurou uma nova fase para o cooperativismo brasileiro, chamada de fase autogestionária. A partir da Constituição de 1988, as cooperativas começaram a ter autonomia no que se refere à autorização, sendo vedada a interferência estatal. No entanto, no caso do cooperativismo de crédito, não coube essa autonomia, pois esse ramo se encontra inserido no SFN, o que o torna subordinado a esse sistema, que dita suas normas de funcionamento.

As cooperativas financeiras, que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil ocupam-se de disciplinar seu funcionamento e sua operacionalidade, inclusive, no caso do BACEN, examinando os aspectos

⁹ Com o novo Código Civil (Lei nº 10.406 de janeiro de 2002), essa prerrogativa deixa de existir, e, portanto, a constituição de uma singular não exige limite mínimo de pessoas.

formais dos seus atos constitutivos e sobre elas exercendo a fiscalização e o controle em geral, com poder sancionatório, na forma da lei. Já a demarcação dos requisitos de associação é decisão soberana, inamovível, dos próprios interessados, que fazem constar o nível e os requisitos da adesão no estatuto social de cada entidade (MEINEN, 2014, p. 257).

De modo geral, os 02 (dois) mandatos do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) privilegiou o crédito produtivo como mecanismo de geração de renda para microempreendedores de baixa renda (BARONE; SADER, 2008). O ano de 1995 trouxe o primeiro avanço significativo para o cooperativismo de crédito brasileiro: o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução 2.193, autorizou a constituição de bancos cooperativos, de propriedade das cooperativas de crédito. Para Búrigo (2007, p. 47), a criação dos bancos cooperativos abriu uma nova página para o cooperativismo de crédito no Brasil, à medida que se tornam novos atores nos debates e definições legais referentes ao setor.”

Através de seus bancos, as cooperativas passaram a ter acesso direto aos serviços de compensação de cheques e outros papéis e a todos os demais produtos e serviços financeiros. Essa nova condição deu ao cooperativismo de crédito a possibilidade de atuar de forma independente e em condições competitivas com o sistema bancário convencional (PAGNUSSATT, 2004, p. 24).

Outros avanços foram atingidos em 1999 e 2000, pelas Resoluções 2.608 e 2.771, respectivamente. O CMN reconheceu a função das centrais no processo de capacitação e controle das filiadas, atribuindo-lhes a responsabilidade de definir, implementar e supervisionar os controles internos; bem como realizar a capacitação dos recursos humanos e manter um canal de comunicação com o BACEN em caso de eventuais anormalidades (PAGNUSSATT, 2004).

Em 2001, estrategicamente, a OCB assumiu a representação sindical patronal das cooperativas, confirmando o monopólio desse órgão no cooperativismo brasileiro. Pinheiro (2008, p. 19) mostra os papéis que esse órgão passou a arcar:

todas as prerrogativas de Confederação Patronal, indica representantes para cargos em órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, estabelece parâmetros e arrecada a contribuição cooperativista e mantém relações de integração e intercâmbio entre os ramos e órgãos cooperativistas do país e do exterior.

A Resolução nº 3.058, de 20 de dezembro de 2002, introduziu a possibilidade da formação de cooperativas de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores, o que ampliou a ação do cooperativismo de crédito para grande parte da população (CRÚZIO, 2009; PINHO, 2004). Pinho (2004) amplia a discussão

acerca das mudanças do cooperativismo brasileiro nos anos 2000 e aponta os 03 (três) marcos principais:

1) flexibilização das normas do BACEN sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de crédito;

2) a passagem da representação única, antes da OCB para a representação múltipla das cooperativas, o que promove a criação de polos de decisão política e econômica. Com isso, as cooperativas da vertente solidária¹⁰ se consolidaram com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pelo economista Paul Singer no primeiro mandato do governo Lula, um órgão ligado ao Ministério do Trabalho e do Emprego;

3) a adequação do novo Código Civil (Lei nº 10.406 de janeiro de 2002) a todos os ramos de cooperativas. O capítulo VII dedicou-se às sociedades cooperativas, com 04 (quatro) artigos com as seguintes mudanças: o entendimento das cooperativas como sociedades simples; a inexigibilidade do número mínimo de associados na constituição de uma cooperativa singular; dispensa de capital para iniciar uma cooperativa; e o limite de responsabilidade dos associados atrelado até ao valor dos prejuízos verificados de acordo com as operações realizadas.

Em 2003, com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, a estratégia do governo fora direcionada para o crédito popular (produtivo ou não) que visava promover o aumento do consumo e, conseqüentemente, refletia na geração de emprego e renda para populações de baixo poder aquisitivo. Dentre essas iniciativas, o BACEN cria a Resolução nº 3.106, de 25 de junho, e dentro do Pacote Microcrédito edita novas regras para a constituição de cooperativas. O ponto mais comemorado pelo ramo crédito referiu-se ao retorno das cooperativas abertas – livre admissão de associados (BARONE; SADER, 2008).

A instituição da livre admissão ao cooperativismo de crédito tornou facultativa a transformação em cooperativas abertas ou a fusão entre os diversos tipos existentes, o que de algum modo visou incentivar ganho de escala e, por conseguinte, o fortalecimento do setor. E como as cooperativas possuem uma ampla capilaridade de atuação, principalmente em municípios de pequeno porte, essa normativa visou beneficiar à população que vivia distante de grandes centros que, por meio da mobilização e aplicação

¹⁰ Segundo Pinho (2004), são cooperativas que não coadunavam com os valores e práticas do cooperativismo da OCB.

de recursos, conseguem estimular empreendimentos rurais e urbanos geradores de emprego e renda (ALVES; SOARES, 2004). “No novo cenário normativo, finalmente as pequenas comunidades puderam ter seu próprio instrumento financeiro” (PAGNUSSATT, 2004, p. 25).

A característica central dessa nova regulamentação é o estímulo muito claro à ocupação de regiões e segmentos sociais menos favorecidos, objetivo garantido pela limitação da área de atuação e pelas exigências de capital diferenciadas das cooperativas de livre admissão. Estas deverão se constituir em áreas com até 100.000 habitantes (vedada a instalação para atender apenas à parcela de um município), com capital mínimo comparável ao atualmente estabelecido para as demais cooperativas singulares. Importa lembrar que 95% dos municípios do país têm menos de 100.000 habitantes (ALVES; SOARES, 2004, p. 28).

Além disso, a Resolução 3.106/2003 consolidou a organização sistêmica das cooperativas nos níveis de primeiro grau – as singulares, de segundo – as centrais, e de terceiro – as confederações. Mas, para serem considerados como Sistema, era necessária a existência efetiva de uma unidade de atuação. Essa estrutura passou a existir quando as “cooperativas singulares constituem centrais, confederação e empresas para executar em comum e maior escala os serviços econômicos e assistenciais de seu interesse, passando a atuar de forma integrada e padronizada” (PAGNUSSATT, 2004, p. 53).

Em relação ao segundo motivo para crescimento do cooperativismo nos anos 2000, Pinho (2004) discorre que os movimentos sociais (principalmente ligados ao campo), influenciados pela democratização, iniciaram o processo de lutas e mobilizações junto ao governo em prol de políticas públicas que pudessem reconhecer e apoiar as organizações coletivas que não estavam vinculadas à OCB (PINHO, 2004). Silva, Silva e Sampaio Júnior (2018) desvelam que essas iniciativas de cunho democrático visavam à busca pela mudança social, mais especificamente uma melhoria na distribuição de renda.

Em 03 de julho de 2003, no dia Internacional do Cooperativismo, Pinho (2004, p. 09) aponta como se iniciou o desenvolvimento da vertente solidária, quando “a não representação única da OCB foi confirmada pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e por seus pacotes de medidas impactantes, destinadas a marcar a face social de seu governo.” Aquele ano foi marco inicial para a proliferação da Economia Solidária no país, e a primeira conquista foi a criação da SENAES, liderada por Paul Singer, com o objetivo de criar políticas públicas para esse movimento.

Em 2004, para amparar as organizações coletivas que não coadunavam com a ideologia da OCB, e, portanto, não se filiaram a esse órgão, essas instituições criaram a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL), apoiada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicatos e organizações não governamentais, organizações populares e da economia solidária. Em 2005, a articulação desses órgãos de representação popular originou a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

A UNICAFES é uma organização não governamental sediada em Brasília, que representa aproximadamente 1.100 cooperativas nas cinco regiões do país.

A UNICAFES se propõe a promover a inclusão social dos cooperados articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, das melhorias de qualidade de vida da preservação da biodiversidade e da diminuição das desigualdades (UNICAFES, 2019, p. 01).

Entre os movimentos que apoiaram a UNICAFES, destacam-se: a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) (CRÚZIO, 2009).

Outro momento importante para o cooperativismo tratou da tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 153, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e da PLS nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias: ambos trazem em comum a temática da representação do cooperativismo brasileiro, mas com perspectivas distintas. O primeiro, por meio do princípio da unicidade, defende a permanência da OCB, como única entidade. Já a PLS nº 3 determinava a livre organização de entidades de representação do cooperativismo, confirmando a Constituição de 1988 sobre esse dispositivo.

Após análise, o relator Linderberh Farias, em 09 de dezembro de 2014, concluiu que no país existem dois subsistemas cooperativistas: o tradicional, constituído por cooperativas com um viés empresarial, representado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); e outro, amparado na economia solidária, representado pela União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) (SENADO FEDERAL, 2014).

A UNICOPAS foi criada em 2014, com o objetivo de lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e com o desafio de representar nacionalmente os cooperados da agricultura familiar e economia solidária (UNICAFES, 2014). Esse órgão congrega as maiores centrais do Cooperativismo e da Economia Solidária do país: a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL Brasil), a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (UNICATADORES) (UNICOPAS, 2021). A UNICOPAS tem como objetivo:

Articular, integrar e representar as organizações gerais do Cooperativismo Solidário no Brasil, desde que associadas; desenvolver ações para a aproximação e o entrosamento das entidades associadas; promover a educação cooperativista e o desenvolvimento da Economia Solidária (UNICAFES NACIONAL, 2019, p. 15).

Para a UNICOPAS, o cooperativismo solidário e a Economia Solidária são estratégias que estimulam o crescimento econômico e diminuem os níveis de desigualdade social, além de contribuírem para a superação das discriminações de raça, gênero e da temática juventude. Isso porque atuam diretamente junto às populações em estado de maior vulnerabilidade social, proporcionando acesso direto ao trabalho digno e à geração de renda. Dessa forma, promovem um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social (UNICOPAS, 2021). As cooperativas solidárias atuam principalmente nos ramos crédito, produção agropecuária, trabalho e serviços.

Diante disso, a proposta que foi apresentada pelo relator Linderberh Farias garante a liberdade de associação das cooperativas a entidades de representação, mas torna obrigatório o registro das cooperativas na OCB ou na UNICOPAS. Em resumo, registro e filiação das cooperativas são atos independentes. Portanto, as cooperativas estão obrigadas a ter registro, mas a filiação é facultativa: podem se filiar à OCB, à UNICOPAS, a nenhuma delas, e até mesmo às duas, se assim desejarem. O exame dos 02 (dois) PLS foi encerrado em 06 de fevereiro de 2015 e encaminhado à Câmara dos Deputados em 27 de fevereiro de 2015. No final, a proposta foi aprovada pela OCB e a UNICOPAS, ambas, como entidades de representação do cooperativismo brasileiro.

O embate sobre a representação do cooperativismo no país continuou com o Projeto de Lei nº 595/2015 (BRASIL, 2015), de autoria do deputado Covatti Filho (RS), que altera a redação do art. 1º; do art. 10 e do Inciso I do art. 12, e acrescenta o Inciso VI

ao art. 37, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”.

O projeto de Covatti Filho altera a Lei nº 8.934/1994, aumentando o número mínimo de vogais¹¹ para incluir representantes das filiadas da OCB (sindicatos e unidades estaduais) na composição dos membros das Juntas Comerciais. Impõe, ainda, o registro prévio na OCB como item obrigatório para instrução dos pedidos de arquivamento dos atos constitutivos nas Juntas Comerciais, quando formulados por cooperativas. Essa matéria fora retirada pelo próprio autor porque, segundo Dagnese (2016, p. 55-6), essa situação expressa uma nova tentativa de impor uma cobrança filiativa que atualmente é inconstitucional, indo de encontro à liberdade de associação, posto que “as cooperativas estariam submetidas a avaliações cartoriais unidirecionais, ou seja, apreciadas conforme os pressupostos estabelecidos pela OCB”.

Apesar da existência de 02 (duas) representantes do cooperativismo – a OCB à frente das cooperativas tradicionais e a UNICOPAS com o cooperativismo solidário, Dagnese (2016) discorre algumas vantagens da OCB no contexto institucional: estrutura consolidada por meio de uma significativa inserção geográfica e política no país, com filiais (OCE) em quase todos os Estados brasileiros; além disso, possui muitos aliados políticos atuando na Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP). Essa frente é formada por deputados e senadores que defendem os interesses das cooperativas no Congresso Nacional, por meio de luta pela aprovação de futuras leis que fortaleçam o cooperativismo (AGENDA INSTITUCIONAL, 2021; PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2019b).

Em relação ao ramo do crédito, as mudanças na legislação tendem a ter uma influência considerável da OCB junto ao BACEN e CMN, o que inclui a existência de acordos de cooperação técnica visando a evolução do setor (DAGNESE, 2016).

No dia 23 de abril de 2020, o Conselho Consultivo Nacional do Ramo Crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras (CECO/OCB)¹² se reuniu com o objetivo de anunciar uma nova coordenação que atuará até 2022. A coordenação passou a ser ocupada

¹¹ Os vogais da junta comercial são funcionários públicos e inelegíveis para a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas se não se afastarem nos três meses que antecederem o pleito.” NE: LC nº 64/90, art. 1º, II, I (TSE, 2020).

¹² O CECO/OCB é um braço consultivo do Conselho de Administração da OCB. Com uma atuação pautada em duas frentes, a de coordenação e a técnica, tem como principal missão defender a agenda estratégica do cooperativismo de crédito junto ao setor público, em suas diversificadas vertentes.

por Marco Aurelio Borges A. Abreu, diretor presidente do SICOOB. Ademais, a referida reunião formalizou o ingresso da CRESOL no Sistema OCB e, por consequência, integrou o presidente do Conselho de Administração da CRESOL, Cleidir Magri, na referida coordenação. No grupo técnico (GT) da CECO, que discute as questões do ramo crédito, no âmbito da OCB, Claiquer Carneiro passa a ser o representante da CRESOL (CRESOL, 2020b).

Voltando a discussão para as normas do ramo crédito, para Meinen e Port (2014), ainda nos anos 2000, o cooperativismo logrou outra conquista. Desde 1988, o artigo 192 da Constituição Federal trouxe como demanda a regulamentação do cooperativismo de crédito brasileiro. Essa vitória fora efetivada a 17 de abril de 2009 por meio da Lei Complementar nº 130. Logo, esse ramo torna-se o primeiro segmento do sistema financeiro a obter sua regulamentação, denominado de Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), entendido “como a estruturação sistêmica do cooperativismo de crédito em quatro tipos específicos de entidades: as cooperativas singulares de crédito, as cooperativas centrais de crédito, as confederações de cooperativas de crédito e os bancos cooperativos” (SOUZA, 2017, p. 84-5), bem como apresenta em suas bases aspectos operacionais e de governança (MEINEN; PORT, 2014).

A Lei Complementar 130 vem atender à determinação de que trata o artigo 192 da Constituição Federal (regulamentação das atividades dos agentes do sistema financeiro nacional), e visa dar cumprimento ao Artigo 174, §2º da Carta Magna (apoio e estímulo ao cooperativismo) (MEINEN, 2019).

Como avanços da Lei Complementar (LC) 130, pode-se citar a conquista da identidade institucionalizada do SNCC, que passa a assumir uma relevância nunca vista junto ao SFN. Esse prestígio alcançado pelo SNCC abriu espaço para a ampliação da atuação das cooperativas no mercado financeiro.

Essa designação de sistema tem a ver com a possibilidade e conveniência – da integração horizontal e vertical (político-administrativo-operacional) entre cooperativas de primeiro e segundo grau com vínculo de filiação (sistema de dois níveis), ou entre cooperativas de primeiro, segundo e terceiro grau igualmente entre si filiadas (sistemas de três níveis), conjunto esse ainda conectado com outras entidades ou empresas, controladas por cooperativas de crédito, com funções complementares (...) de natureza financeira ou não, como é o caso dos bancos cooperativos, das corretoras de seguros e seguradoras, das administradoras de consórcio, administradoras de recursos de terceiros e das entidades fundacionais (MEINEN, 2014, p. 278).

Isso significou que a partir da LC 130, as cooperativas, por meio de seus sistemas cooperativos, puderam formar um conglomerado financeiro-cooperativo. Essa lei também poderá ser evocada quando os assuntos envolverem aspectos societários, trabalhistas e tributários do cooperativismo de crédito e a Lei do Sistema Financeiro. Assim, a Lei Cooperativista (5.764/71) e a Lei do Sistema Financeiro somente serão convocadas nos casos em que a LC 130 não apresentar solução (MEINEN, 2014).

Para tentar minimizar os problemas relacionados à governança cooperativa, definida como um “conjunto de mecanismos e controles internos e externos, que permite aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo sua continuidade e os princípios cooperativistas” (FONTES FILHO; COELHO; VENTURA, 2009, p. 65), o Artigo 5º da LC 130 delibera que as cooperativas de crédito que possuem Conselho de Administração podem criar uma Diretoria Executiva subordinada e indicada pelo referido conselho, na condição de órgão estatutário constituído por pessoas físicas associadas ou não (BRASIL, 2009).

2.1.1 A Governança no cooperativismo de crédito: algumas considerações

Ao considerar os problemas de governança e gestão das cooperativas de crédito brasileiras, entre os anos de 2005 a 2008, o BACEN realizou um levantamento interno e detectou a presença de 38 (trinta e oito) processos administrativos punitivos direcionados para cooperativas de crédito. Por que isso aconteceu? Para Soares e Balliana (2009), isso se deve ao fato de algumas cooperativas de crédito terem apresentado dificuldade em manterem controles organizacionais, e isso se manifestou devido à falta de práticas de governança. Assim, atribuem como causas questões como: baixa participação dos associados, bem como do Conselho de Administração, dos diretores não executivos e do Conselho Fiscal em relação à assistência e fiscalização dos dirigentes executivos; e a existência de um número considerável de cooperativas com baixa liquidez e solvência, o que reverbera na liberação de crédito sem verificação de requisitos de segurança, seletividade, diversificação, garantia e liquidez.

Nesse contexto, em 2008, o BACEN, por meio de um projeto denominado Governança Cooperativa e embasado em pesquisas junto aos diversos sistemas de crédito cooperativo (CRESOL, SICOOB, SICREDI e UNICRED), realizou um diagnóstico sobre

as peculiaridades da governança. Posteriormente, fez um diagnóstico que o embasou na elaboração e diretrizes de Boas práticas de governança para o cooperativismo de crédito brasileiro. Essas diretrizes têm como objetivos: indicar caminhos para melhorar a segurança do segmento, a partir de contribuições na tomada de decisão coletiva e do acompanhamento da ação executiva, o que assegura aos cooperados o direito e o dever de definirem os caminhos da cooperativa; bem como promover a redução dos custos financeiros e operacionais (FELTRIM; BALLIANA; VENTURA, 2009; SOARES; BALLIANA, 2009).

Para tentar mitigar alguns problemas na gestão das cooperativas de crédito brasileiras e garantir credibilidade e segurança a seus associados, o CMN, através da Resolução nº 3.859, de maio de 2010, definiu diretrizes por meio de um padrão de governança a ser adotado pelas cooperativas singulares de livre admissão. Para tanto, embasou-se na pesquisa do BACEN e suas boas práticas de governança, amparada nas contribuições do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e da parceria com a OCB. Inicialmente, propusera a observância de princípios de governança, como equidade, transparência, ética e educação (SOUZA, 2017).

Para Búrigo (2010) e Souza (2017), a Resolução nº 3.859/2010 adotou como principais mudanças: a adoção de uma estrutura administrativa integrada por Conselho de Administração e por Diretoria Executiva, o que promove a consequente segregação entre direção estratégica e gestão executiva; a alteração do mandato do Conselho Fiscal, que passa a ser de até 03 (três) anos; e a compensação das sobras de exercícios futuros e eventuais perdas registradas no exercício findo.

Segundo o Banco Central do Brasil (2010), a Resolução nº 3.859 tem a intenção de trazer um certo grau de profissionalização para as cooperativas em relação aos aspectos de representatividade e participação, principalmente no que se refere: à segregação de funções (Conselho de Administração, do presidente do conselho e da Diretoria Executiva); à atuação de uma Gestão executiva a ser monitorada pelo Conselho de Administração; e à criação de um código de ética e conduta, e de algumas prerrogativas que direcionam a prática da educação cooperativista.

Dando continuidade ao processo de mudança do cooperativismo, a partir de seu aperfeiçoamento regulatório – Lei Cooperativista (1971), pela Constituição de 1988 até a LC 130/2009, publica-se a Resolução CMN nº 4.434/2015, de 05 de agosto de 2015. Essa

normativa suscita muitas mudanças ao cooperativismo de crédito, principalmente em relação aos quesitos relacionados à soberania em Assembleia Geral, na definição de regras de admissão e área de atuação, deixando de ser classificado a partir de seu quadro associativo/social e local de funcionamento (SOUZA, 2017).

A partir da Resolução CMN nº 4.434/2015, no Artigo 16, foram revogadas as condições de admissão de associados e área de atuação definidas da Resolução CMN 3.589/2010. Isso significa que ambas deixaram de ser determinadas pelo BACEN e passaram a ser deliberadas pelas cooperativas, conforme definido em Assembleia Geral, e constante no estatuto social da cooperativa de crédito. Sobre essa mudança, Souza (2017, p. 100) revela a mudança de paradigma na forma de classificação das cooperativas de crédito como o grande avanço da Resolução nº 4.434/2015:

Privilegiar a vontade do cooperado quanto às regras de associação e limites de atuação garante às sociedades cooperativas o respeito aos objetivos comuns, deixando ao BACEN o institucional papel fiscalizador das suas operações, da atividade financeira das cooperativas.

Além disso, essa nova normativa classifica as organizações financeiras cooperativas considerando suas atividades, isto é, a partir da natureza de suas operações junto ao SFN. No Artigo 15, as cooperativas de crédito singulares podem ser classificadas em 03 (três) categorias: cooperativas de crédito plenas, cooperativas de crédito clássicas e cooperativas de crédito de capital e empréstimo, com diferenças entre as filiadas e não filiadas às centrais de crédito (SOUZA, 2017).

As cooperativas enquadradas na categoria de plenas são autorizadas a praticarem todas as operações institucionalizadas para as cooperativas de crédito. Portanto, geralmente são consideradas organizações de maior porte, porque lhes são exigidos maiores valores de capital inicial e patrimônio líquido, e a utilização do regime prudencial completo,¹³ conforme Resoluções CMN 4.192 e 4.193/2013. Nesse contexto, possuem estruturas de governança mais robustas.

Para as cooperativas classificadas como clássicas e de capital e empréstimo são permitidas operações descritas no regime prudencial simplificado, pois, segundo o Banco

¹³ O BACEN, com o objetivo de otimizar a supervisão e a apuração do Patrimônio de Referência Exigível (PRE) das cooperativas, criou 02 (dois) regimes: Regime Prudencial Completo (RPC) e o Regime Prudencial Simplificado (RPS). O primeiro é definido pela soma das parcelas de exposição ponderada de Risco de Crédito, Risco de Mercado e de Risco Operacional, e o segundo elimina a necessidade de cálculo de parcelas desses riscos, pois são instituições que não atuam no mercado financeiro e, portanto, suas operações apresentam menores riscos.

Central do Brasil (2021), possuem baixa complexidade operacional e uma menor exposição ao risco. As operações permitidas elencadas nas Resoluções CMN 4.192 e 4.607/2017 excluem as operações de crédito e de arrendamento mercantil de responsabilidade da União, os créditos decorrentes de operações com derivativos de responsabilidade da União e as parcelas de operações de crédito garantidas pela União. Além disso, as cooperativas de capital e empréstimo são as únicas dentre as três que só poderão captar recursos ou depósitos atrelados ao capital próprio integralizado pelos associados (TOMBINI, 2015).

No que se refere aos novos limites mínimos de capital integralizado e patrimônio líquido, o Artigo 19 do capítulo V, que trata do capital e patrimônio, faz a separação das cooperativas de crédito conforme a classificação em filiadas e não filiadas às centrais de crédito, conforme descrito no regulamento. A seguir, descrevem-se as prerrogativas em relação às cooperativas filiadas às centrais, conforme Resolução 4.434/2015. A cooperativa de crédito deve observar os seguintes limites mínimos em relação ao capital integralizado e ao Patrimônio Líquido (PL):

I – Cooperativa central de crédito e confederação de centrais: integralização inicial de capital de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e PL de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II – Cooperativa de crédito de capital e empréstimo, classificada nos termos do inc. II do Art. 15: integralização inicial de capital de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e PL de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

III- Cooperativa de crédito clássica, classificada nos termos do inc. II do art. 15, filiada à cooperativa central: integralização inicial de capital de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e PL de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

IV- Cooperativa de crédito plena, classificada nos termos do inc. I do art. 15, filiada à cooperativa central: integralização inicial de capital de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e PL de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (CMN, 2015).

Em relação à governança, a Resolução 4.434/2015 traz algumas mudanças importantes nos Artigos 26 a 31. No Artigo 26, as cooperativas recebem a chancela do CMN para definirem a remuneração dos membros de órgãos estatutários, o que em alguma medida pode promover o comprometimento deles aos objetivos sociais impostos

pelos estatutos dessas organizações. Por outro lado, conforme Art. 27, fica vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva da cooperativa, que devem se adequar à nova exigência a partir da primeira eleição de administradores realizada em 2017 (SOUZA, 2017).

O Artigo 28 institui as competências mínimas e atribuições ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal (Artigo 31) e, finalmente, os Artigos 29 e 30 preveem exigências e organizações mínimas a serem definidas nos estatutos quando possuírem estrutura administrativa segregada em Conselho de Administração e Diretoria Executiva que, a partir dessa resolução, passam a atuar de forma integrada. Esta última exigida somente para as cooperativas de crédito classificadas como plenas e clássicas com média de ativos totais nos últimos 03 (três) anos igual ou superior a R\$ 50 milhões, conforme o Art. 27 (SOUZA, 2017). Nessa conjuntura, a Resolução CMN nº 4.434/2015 tem promovido um processo de reestruturação no cooperativismo de crédito brasileiro.

Recentemente, encontrava-se em trâmite no Congresso Nacional o Projeto de Lei 27/2020 que tem como finalidade modificar a LC 130/2009. Em 22 de abril de 2021, o presidente do BACEN, Roberto Campos Neto, publicou no *site* o lançamento da agenda institucional do cooperativismo, e um dos pontos tratou desse projeto:

O permanente diálogo entre o BC e o SNCC resultou no Projeto de Lei Complementar nº 27/2020, entregue no Congresso Nacional em março passado e que atualmente foi recebido na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. A expectativa é que a modernização do marco regulatório, com base especialmente na atualização da Lei Complementar nº 130, que já completou 12 anos de sua edição, possa fortalecer ainda mais o cooperativismo no Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021, p. 06).

Segundo o autor do Projeto 27/2020, Arnaldo Calil P. Jardim, a principal mudança inclui no SNCC, também sob a fiscalização do BACEN, as confederações de serviços constituídas por cooperativas centrais de crédito. Aquelas já existentes deverão solicitar autorização de funcionamento ao BACEN no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da entrada em vigor da futura lei. Com o novo texto legal, as cooperativas de crédito poderão disponibilizar às pessoas físicas e jurídicas novos produtos, com mais agilidade e modernidade (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).

Além disso, segundo a OCB (2020b, p. 63), o contínuo movimento e transformação do mercado financeiro ocasionado pelo surgimento de novas tecnologias exigem que a LC 130/2009 passe por atualizações. Nesse cenário, o projeto sugere “a

modernização na forma de participação do cooperado em sua cooperativa de crédito, aprimora regras de governança, atualiza o conceito de área de atuação das cooperativas, possibilita a oferta de novos produtos e serviços e institui regras mais claras de organização sistêmica”.

Sendo assim, no dia 25 de agosto de 2022, o projeto de Lei Complementar 27/2020 que trouxe em sua pauta a modernização do Sistema Nacional do Crédito Cooperativo (SNCC) foi sancionado integralmente e sem vetos pelo presidente da República da época - Jair Messias Bolsonaro materializado pela Lei 196/2022. O texto aprimora a Lei Complementar 130/09 em 03 (três) perspectivas: atividades e negócios, organização sistêmica; gestão e governança (CONFEBRAS, 2022).

A Lei 196/2022 tem como destaque mudanças como a impenhorabilidade das quota-partes dos associados, a permissão de campanhas publicitárias para atração de novos associados e a oferta de novos produtos a esses associados. Traz também pontos polêmicos nas Boas Práticas de Governança. Neste ponto pode-se fazer dois destaques: o direito à cooperativa de contratar conselheiros de administração independente, desde que a maioria seja composta de pessoas naturais associadas à cooperativa; e, a obrigação da Assembleia Geral promover a indicação dos membros do Conselho Fiscal, cujas atribuições poderão ser exercidas pelo Conselho de Administração (CONFEBRAS, 2022).

Em relação às alterações conceituais e estruturais, o texto da Lei 196/2022 aponta dois conceitos: área de ação - local onde as cooperativas estão instaladas, conforme definido em estatuto social e a área de admissão - como o ingresso de associado em quaisquer partes do país, também sinalizado em estatuto social (CONFEBRAS, 2022).

2.1.2 Uma reflexão acerca dos sistemas do cooperativismo de crédito

Em 2004, a acadêmica Diva Pinho, uma reconhecida pesquisadora do cooperativismo no Brasil, lançou a obra intitulada “Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária”, que confirma a existência de distintas vertentes do cooperativismo.

O desenvolvimento do cooperativismo nos segmentos sociais de baixa renda tem estimulado reflexões de pensadores cooperativistas no sentido de

distinguir as cooperativas sociais ou populares das cooperativas econômicas, tradicionais ou pioneiras (PINHO, 2004, p. 23).

As cooperativas de crédito solidárias são constituídas por pessoas de baixa renda, caracterizadas por uma gestão cuja lógica se apoia em uma nova economia que consiga abarcar os excluídos (sem-teto, sem-terra, sem conta bancária) e os micros (microcrédito, clubes de troca e outros), amparados na mútua confiança e na solidariedade de seus membros. Essas cooperativas se distinguem das pioneiras por praticarem a autogestão como um método e uma perspectiva de transformação social (PINHO, 2004).

Pinho (2004) relata que, mediante uma lógica gestonária, fundamentada em uma economia que abrange os micros e excluídos, as cooperativas surgem com uma nova vertente – a solidária, que se apoia em um viés de confiança, cooperação espontânea e solidariedade. Essas cooperativas solidárias atuam em paralelo “às cooperativas econômicas, tradicionais ou pioneiras, funcionam como empresas que buscam qualidade e produtividade para enfrentar a competição do mercado” (PINHO, 2004, p. 07).

Além disso, em 2008, o BACEN, a partir de um livro elaborado por Marcos Antonio Henriques Pinheiro, também trouxe essa diferenciação em seus escritos. Essa instituição denominou as distintas experiências do cooperativismo de crédito com o uso dos termos “verticalizadas” e “horizontalizadas”. As primeiras, amparadas em uma lógica piramidal, baseiam suas estratégias em estudos de rentabilidade e aumento de capacidade competitiva em relação à atuação no mercado financeiro. Já o termo “horizontalizado” foi designado para caracterizar sistemas cooperativos focados no atendimento aos segmentos de baixa renda, provenientes de movimentos sociais e que atuam em forma de rede (PINHEIRO, 2008).

As primeiras experiências de cooperativismo de crédito rural verticalizado ou tradicional surgiram na década de 1980, nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Originaram-se das demandas de crédito das cooperativas agropecuárias, com o objetivo de suprir seus associados dos recursos financeiros necessários à produção. Foram criadas para priorizar os agricultores mais capitalizados, excluindo aqueles que não teriam condições de atender às exigências burocráticas para a concessão de crédito. Nessa composição, as primeiras cooperativas de crédito rural perderam sua essência inicial (BÚRIGO, 2010).

Analogamente, reforçamos que as cooperativas de crédito horizontalizadas são as solidárias, e, sendo assim, são representadas pelas Cooperativas de Crédito Solidárias (CCS) advindas de setores marginalizados social e economicamente – movimentos sociais do campo, união de sindicatos, movimentos eclesiais de base e de agricultores familiares, motivados pela ausência de políticas públicas para o meio rural (BÚRIGO, 2010). Ao contrário da bancarização, que defende o direcionamento do crédito para o consumo sem o aumento da massa salarial, o cooperativismo de crédito rural solidário, por meio da relevante missão de reter poupança popular e conceder empréstimos, tem potencial para dar resposta social, política e econômica às demandas territoriais em nome de seus cooperados (BÚRIGO, 2006a).

Em 2009, o BACEN publicou um livro intitulado “Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito”, no qual também reconhece a distinção entre a natureza de governança entre os sistemas cooperativos. Para Fontes Filho, Coelho e Ventura (2009), por natureza das relações de governança entende-se o conjunto de relações entre o associado e a cooperativa, exprimindo tanto a expectativa com a contribuição da cooperativa, quanto com os processos de participação e controle. Essa análise contempla a missão das cooperativas singulares e centrais; os processos de participação; a visão do negócio e dos sistemas de controle; e o exercício e a adesão aos ideais cooperativistas. Nesse contexto, a pesquisa realizada junto a 34 (trinta e quatro) cooperativas singulares e 11 (onze) centrais, entre novembro de 2006 e março de 2007, também desvelou a distinção entre os sistemas cooperativos:

- a) Primeiro grupo – constituído por cooperativas de enfoque utilitário, isso quer dizer que os benefícios são fornecidos direta e individualmente aos associados. Sua missão se inicia e se finda na prestação de serviços financeiros. Nesse caso, enquadram-se os maiores sistemas cooperativos, que possuem estruturas similares à de grandes empresas, com avaliação de resultados e visão competitiva;
- b) Segundo grupo – formado por cooperativas que apresentam uma atuação voltada à sinergia, já que existem para dar suporte a outras organizações como, por exemplo, as cooperativas de produção e de trabalho. Dessa forma, o benefício do crédito tem amplitude que ultrapassa o participante, e abrange a organização;

- c) Terceiro grupo – diferentemente dos demais grupos, são as cooperativas de interação solidária que apresentam um enfoque sociopolítico, materializado pelo forte envolvimento do associado. Essas cooperativas fazem parte do cotidiano da comunidade, de seus sistemas de identidade e de organização política. O benefício do associado extrapola a questão financeira, mas abrange o pertencimento, a melhoria da capacidade de ação política (FONTES FILHO; COELHO; VENTURA, 2009).

Existe uma discussão importante que contribui para o entendimento dos vários sistemas cooperativistas de crédito do Brasil, ao abordar a existência de diferentes inspirações, concepções ideológicas e modelos de gestão. Em alguma medida, a inexistência de entidade única que reagrupe todas as cooperativas demonstra a originalidade das cooperativas de crédito no país (BÚRIGO, 2010; CAZELLA; BERRIET-SOLLIEC, 2010). Búrigo (2010) aponta a existência de 04 (quatro), sendo que 03 (três) atuam em estruturas mais próximas de uma cultura bancária, focando suas operações em ganhos em escala, e representam o sistema convencional de cooperativas agropecuárias: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) e Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), que atuam com os próprios bancos cooperativos; e o Sistema UNICRED Brasil, que atende preferencialmente aos profissionais da área de saúde.

O quarto é o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), criado em 1990 e, desde 2016, o nome foi alterado para CRESOL Confederação, a qual representa o sistema solidário. Segundo Ventura et al. (2009, p. 25), esse sistema pertencente ao movimento da agricultura familiar com interação solidária apresenta “relevância a partir de seu alcance social decorrente da inserção financeira de pequenos agricultores e pela facilidade com que são percebidos os benefícios de ajuda mútua”.

Os sistemas cooperativos encontram-se no nível de Confederação e fazem parte do SNCC, o que torna as cooperativas capazes de se organizarem em sistemas de segundo grau (centrais), terceiro grau (confederação) e cooperativas solteiras ou independentes.

Em se tratando de confederação, no Brasil existem 04 (quatro):

- CRESOL – a CRESOL Confederação foi criada em 1995, representa institucionalmente o Sistema CRESOL e se organiza da seguinte forma:

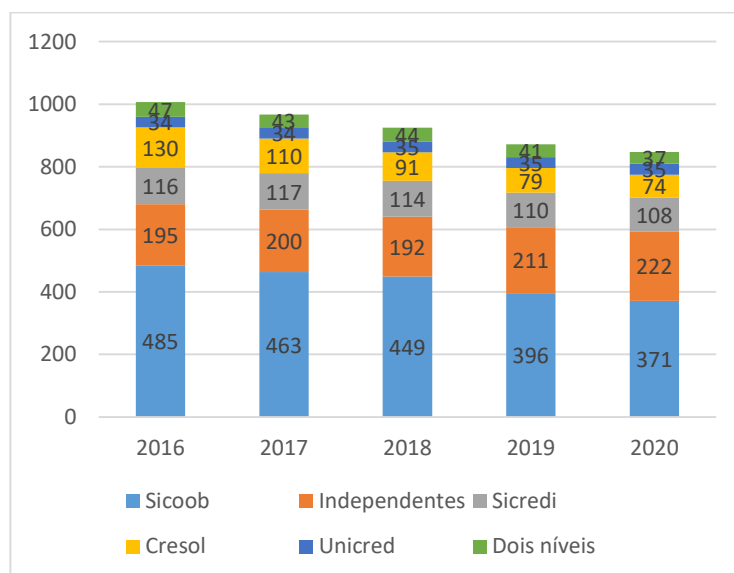
agências de relacionamento, cooperativas singulares, 04 (quatro) centrais de crédito filiadas – CRESOL Baser (PR), CRESOL Central SC/RS (SC), CRESOL Sicoper (RS) e ASCOOB (BA) – e a confederação. Juntas atuam em dezessete estados brasileiros: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo (CRESOL, 2020a; CRESOL CONFEDERAÇÃO, 2021);

- SICOOB – criado em 1934, o Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil é constituído por 16 (dezesseis) centrais de crédito atuando em 13 (treze) estados brasileiros (Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina). O SICOOB encontra-se organizado em 03 (três) níveis: cooperativas singulares, centrais e um Centro Cooperativo SICOOB formado por uma confederação e outras organizações não-cooperativas, como: um banco cooperativo (Banco Cooperativo do Brasil S/A), um instituto voltado para o investimento social estratégico; uma distribuidora de títulos e valores mobiliários; uma processadora e bandeira de cartões; uma administradora de consórcios; uma entidade fechada de previdência complementar; e uma seguradora do ramo vida e previdência. Com isso, tornou-se o 47º maior grupo empresarial do Brasil. Além disso, é a única instituição financeira em 326 (trezentos e vinte e seis) municípios brasileiros (SICOOB, 2021a; 2019);
- SICREDI – o Sistema de Crédito Cooperativo, iniciado em 1902, foi o primeiro sistema de crédito do país, e atua em 23 (vinte e três) estados e no Distrito Federal (exceto no Amapá, Espírito Santo e Roraima). Além disso, expressa-se em 03 (três) níveis formados por 109 (cento e nove) cooperativas singulares filiadas, 05 (cinco) centrais regionais – acionistas da SICREDI Participações S/A, uma confederação, uma fundação e um banco cooperativo (Banco Cooperativo SICREDI S/A) e suas empresas controladas (SICREDI, 2020).
- UNICRED do Brasil – este sistema que nasceu em 1994 atua em 14 (catorze) estados brasileiros por meio de 280 (duzentas e oitenta) unidades de negócios filiadas a 04 (quatro) centrais de crédito – Unicred Central

Multirregional, Central RJ/MT, Central RS e Central SC/PR. Diferentemente dos demais, este sistema se identifica com o atendimento aos profissionais da área da saúde, sejam pessoas física, jurídica ou profissional liberal, mas também com cooperativas na modalidade de livre admissão, mantendo o atendimento ao perfil de alta renda (UNICRED DO BRASIL, 2020).

O panorama do SNCC (2020) fez um levantamento entre os anos de 2016 e 2020 acerca do número de cooperativas singulares vinculadas a centrais (dois níveis), confederação (três níveis) e as independentes, conforme Figura 04.

Figura 04 – Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema



Fonte: Banco Central do Brasil (2020a).

Os dados mostram o *ranking* do número de cooperativas singulares por sistema cooperativo revelando que, no nível de confederação, o SICOOB ocupa o primeiro lugar, em seguida o SICREDI, o CRESOL e o UNICRED ocupando, respectivamente, a segunda, a terceira e a quarta posições. As demais são cooperativas de crédito não ligadas a sistemas cooperativos – as independentes e outras filiadas às centrais (dois níveis).

Realizou-se, a partir de dados dos *sites* dos 04 (quatro) sistemas cooperativos de três níveis, uma análise qualitativa acerca da missão e dos valores norteadores de cada um. Percebemos que a missão da CRESOL e do SICREDI no nível de confederação apresentou similaridades. Em se tratando da CRESOL, por conta do viés solidário, existe

um destaque para a importância do relacionamento e da proximidade (destacada como o primeiro valor) que tendem a gerar o desenvolvimento numa dimensão sistêmica que deve contemplar os cooperados, os seus empreendimentos e a comunidade, fato que denota um olhar abrangente acerca da atuação da cooperativa na sociedade (Quadro 02).

Quadro 02 – Missão e valores dos sistemas cooperativos de crédito do Brasil

SISTEMA COOPERATIVO DE CRÉDITO	MISSÃO	VALORES
CRESOL	Fornecer soluções financeiras com excelência, por meio do relacionamento, para gerar desenvolvimento dos cooperados, de seus empreendimentos e da comunidade.	Proximidade; Ética; Credibilidade; Simplicidade; Cooperativismo; Sustentabilidade.
SICOOB	Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.	Respeito e valorização das pessoas; Cooperativismo e sustentabilidade; Ética e integridade; Excelência e eficiência; Liderança responsável; Inovação e simplicidade.
SICREDI	Como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade.	Preservação irrestrita da natureza cooperativa; Respeito à individualidade do associado; Valorização e desenvolvimento de pessoas; Preservação da instituição como sistema; Respeito às normas oficiais e internas; Eficácia e transparência na gestão.
UNICRED	Oferecer soluções financeiras competitivas e de qualidade, agregando resultados e fortalecendo o relacionamento com o cooperado.	Respeito aos princípios cooperativistas e promoção do cooperativismo; Reconhecimento do cooperado como o principal valor da cooperativa; Gestão com transparência, ética, profissionalismo e observância dos princípios e boas práticas de governança;

		<p>Atuação sistêmica e crescimento sustentável com responsabilidade social e ambiental;</p> <p>Cumprimento dos normativos oficiais e do Sistema Unired;</p> <p>Desenvolvimento e reconhecimento dos colaboradores para que se sintam realizados, motivados e comprometidos;</p> <p>Comprometimento com a educação cooperativista e com a formação e capacitação dos dirigentes, conselheiros e colaboradores.</p>
--	--	---

Fonte: Sites do CRESOL, SICOOB, SICREDI e UNICRED (2021, adaptado).

Além disso, apresentamos a Tabela 03 com alguns dados quantitativos que desvelam a dimensão e o raio de atuação dos sistemas cooperativos brasileiros. O SICOOB desponta como maior sistema cooperativo e o UNICRED como o menor.

Tabela 03 – Dados gerais dos sistemas cooperativos de crédito brasileiro – 03 (três) níveis

Sistema cooperativo	Nº de Agências	Nº de singulares filiadas	Nº de Municípios atendidos	Nº de cooperados	Total de ativos
CRESOL	682	68	731	773.191	22,82 bilhões
SICOOB	3.811	348	2.326	6.705.584	220,3 bilhões
SICREDI	2455/	108	1.463	6.358.245	219,9 bilhões
UNICRED	337	35	280	263.519	23,05 milhões

Fonte: Dados adaptado do Bureau Coop, 3º trimestre, 2022.

Em 2014, Márcio Port, um dos grandes pesquisadores do cooperativismo de crédito brasileiro, abordou em uma de suas obras a existência de cooperativas denominadas como independentes, por não possuírem vínculo sistêmico; Souza (2017)

chama-as de solteiras. Isso significa que não se organizam nos 03 (três) níveis (singular, central e confederação), conforme Artigo 6º da Lei 5.764/71. A atuação individual dessas cooperativas de crédito pode dificultar a operação no mercado financeiro, a cada dia mais competitivo, uma vez que apresentam dificuldade em atingir ganhos em escala. Além disso, “a não filiação a uma central leva a maiores exigências a estas cooperativas estabelecidas na Resolução CMN nº 4.434/2015, inclusive no que tange ao capital mínimo” (BRESSAN; MAIA; CAMPOS, 2020, p. 171). Nesse sentido, a Lei 4.434 tende a prejudicar a sobrevivência dessas cooperativas.

2.1.3 Uma visão geral do cooperativismo de crédito solidário

Apesar do surgimento das cooperativas brasileiras estar ligado aos interesses das classes abastadas por meio das cooperativas agrícolas, elas foram responsáveis pela disseminação do ideário cooperativista. Como o território brasileiro possui grandes extensões e diversidades regionais, em algumas realidades, o cooperativismo conseguiu superar o modelo conservador e autoritário imposto pelo Estado. E, “assim, a prática cooperativa não se deixa seduzir pela ânsia do lucro, abre possibilidades de pensar a cooperação como um espaço social plural e não instrumental” (SILVA; MCLNTRYE; PIRES, 2003, p. 71). A partir dessas manifestações, mesmo que de forma pontual, o cooperativismo começa a criar outras formas de organização coletiva pautadas na solidariedade e nas demandas das comunidades.

A agricultura familiar brasileira, desde o período colonial, fora alijada de políticas públicas minimamente voltadas para o meio rural. Portanto, a luta pela terra surgiu ao lado de outras que defendiam a abolição da escravatura, mas nenhuma organização sindical conseguiu ser mais forte do que a burguesia agrária (SILVA, 2020).

No país, em favor da política desenvolvimentista e de modernização do campo, iniciada na década de 1990, o neoliberalismo promoveu, junto ao Estado, uma redução nos investimentos em políticas públicas para os agricultores em vulnerabilidade social. Em resposta a esse movimento, surgiram movimentos baseados na cooperação que afloraram a partir da necessidade de inclusão social desses agricultores (SILVA, 2020, p. 26).

Considerando o ambiente favorável da democratização a partir de 1988, o movimento do meio rural fora ampliado para outras reivindicações e bandeiras de luta,

como cidadania, democracia, liberdade e autonomia sindical (ALMEIDA, 2009). Os agricultores familiares eram excluídos de políticas de acesso a crédito voltadas à realidade do meio rural, principalmente pela bancarização das cooperativas de crédito do sistema tradicional que existiam para prestar serviços às grandes cooperativas agroindustriais e, isto posto, não atendiam à maioria dos pequenos agricultores (CAZELLA; BERRIET-SOLLIEC, 2010; FREITAS; FREITAS, 2013b).

A partir de 1994, com a criação do Plano Real, promoveram-se mudanças na política de financiamento da agricultura. Nesse contexto, o controle inflacionário aliado aos fins da correção monetária incentivou os movimentos sociais do campo a lutarem por mais recursos para o crédito rural. Apesar dessa estabilidade monetária, as políticas continuavam direcionando linhas de crédito para os agricultores mais capitalizados, voltados para a agricultura comercial (BÚRIGO, 2007).

O programa Finame [linha de crédito estatal voltado à compra de máquinas e equipamentos] (...) estímulo à agricultura mecanizada de grande escala; as linhas subsidiadas para capital de giro são exclusivamente para grandes fazendeiros porque têm menor risco; as isenções de imposto de renda para a agricultura estimularam a aquisição de terra como um paraíso fiscal (VILELA, 1997 apud BÚRIGO, 2007, p. 71).

Considerando o cenário de abandono, os agricultores se uniram por meio de sindicatos rurais, movimentos sociais e por setores vinculados à Igreja Católica. Como efeito dessa mobilização em várias partes do país, criaram-se soluções alternativas com a finalidade de facilitar o acesso ao crédito dos agricultores que não integravam o cooperativismo tradicional. Assim, nasceram nos anos de 1990 as Cooperativas de Crédito Solidárias (CCS) com o objetivo de serem instituições-chave na luta pela democratização para linhas de crédito rurais (BÚRIGO, 2006a, 2007; CAZELLA, BERRIET-SOLLIEC, 2010; FREITAS; FREITAS, 2013b).

Segundo Búrigo (2007), esse movimento também foi motivado pela institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁴ e pelo reconhecimento de uma nova tipologia da agricultura brasileira, a agricultura familiar¹⁵. Portanto, as experiências que criaram as CCS são todas originárias

¹⁴ Esse Programa foi criado em 1996 como uma linha de crédito específica para o financiamento da produção da agricultura familiar, que inclui operações de custeio e investimento.

¹⁵ Em 2006, pela Lei 11.326, o governo regulamentou o agricultor familiar como categoria social, o que promoveu avanços para o meio rural, principalmente no acesso às políticas públicas.

de movimentos sociais que floresceram no período da democratização, entre os anos de 1980 e 1990 (BÚRIGO, 2006b).

Todavia, a percepção sobre as demandas financeiras dos mais pobres vem se alterando, especialmente a partir dos anos 1990: de forma simplificada, essa percepção vai da importância de se garantir a oferta do microcrédito para empreendedores pobres, formais e informais, à constatação que famílias pobres têm demandas financeiras variadas e devem acessar instrumentos financeiros condizentes com suas demandas e condições de vida. As demandas financeiras dessas famílias referem-se, basicamente, à garantia da renda para a manutenção da família (alimentação, saúde, educação etc.), o que inclui poupança e seguro, e ao acesso a ativos para iniciar ou manter pequenos negócios ou potencializar recursos ociosos. O acesso dos mais pobres a serviços financeiros variados pode proporcionar melhores condições de vida às famílias e revitalizar os territórios em que vivem (SCHRÖDER, 2004, p. 03).

Em se tratando da tipificação do termo “solidário”, no cooperativismo de crédito não possui amparo legal, mas foi instituída pela CRESOL Confederação quando, à época da sua fundação, em 1995, não aceitou se filiar à OCB (BÚRIGO, 2006a). A partir da explanação de Búrigo (2006a) a respeito do posicionamento do sistema solidário em relação à OCB, podemos explicá-lo a partir de 03(três) motivos:

Motivo 1: a OCB, desde sua fundação em 1969, sempre foi fortemente ligada ao modelo de modernização conservador da agricultura nacional, atualmente denominado de agronegócio, privilegiando as grandes cooperativas agropecuárias por meio de programas de crédito subsidiado e de assistência técnica. Como consequência, cooperativas menores que não tinham o seu apoio foram obrigadas a se unir a outras de maior porte; outras passaram por problemas de gestão – situação que prejudicou a imagem do cooperativismo no país.

Motivo 2: no período dos anos 1980, a OCB se manteve à parte das lutas pela redemocratização e dos processos de criação de estruturas sindicais dos trabalhadores, pequenos empresários e agricultores familiares.

Motivo 3: Após período ditatorial, a OCB foi duramente contra mudanças na legislação do cooperativismo, o que lhe retiraria a condição de única representante do sistema cooperativo brasileiro (BÚRIGO, 2010).

O termo “solidário” marcou o surgimento de um campo político próprio de articulação e um conjunto de princípios que direcionam o funcionamento dessas organizações, como, por exemplo, respeito aos valores humanos, maior igualdade de recursos e de poder para os integrantes das cooperativas. Essa postura tende a se

materializar em produtos e serviços adaptados à realidade da população de baixa renda (BÚRIGO, 2006b).

Essas cooperativas são alternativas que têm ganhado visibilidade no cenário nacional pelos benefícios que vêm apresentando, tanto para os cooperados e suas famílias, quanto para os locais onde se encontram, a valorização de princípios do cooperativismo e da economia solidária, como a democracia, igualdade, autogestão, confiança, solidariedade, cooperação e sustentabilidade que são elementos-chave do desenvolvimento dessas organizações. As cooperativas de crédito solidário são especialistas em serviços microfinanceiros e surgem para suprir as necessidades desses atores sociais (MOREIRA et al., 2020, p. 334).

Além disso, um dos grandes trunfos do cooperativismo de crédito solidário refere-se à capacidade de mensurar ativos baseados em vínculos comunitários e no reconhecimento social. “O trabalho em cooperação resulta numa economia humanizada, cujo valor maior reside no indivíduo, acima do capital, pois o resultado final da ação conjunta reverterá para o desenvolvimento daquele grupo humano” (SOUZA, 2008, p. 173).

Para Búrigo (2010) e Souza (2008), essas cooperativas são agentes de inclusão socioeconômica, e surgiram com o objetivo de direcionar crédito à produção e à estruturação da economia dos territórios e não ao consumo. Comumente, o CCS nasce de setores marginalizados social e economicamente que brotaram de grupos sociais nos quais os atos políticos precedem os atos econômicos. No entanto, “a constituição das cooperativas não é, em regra, protagonizada por pessoas totalmente excluídas dos processos econômicos ou por quem vive em situação de pobreza extrema” (BÚRIGO, 2010, p. 22).

Uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões (social, cultural, política etc.). A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento à sua missão estratégica (BÚRIGO, 2006b, p. 314).

As CCS apresentam-se como potenciais de correção dos desvios e desequilíbrios do atual modelo econômico que tendem a priorizar o acesso a crédito para empresas que apresentam algum tipo de garantia. Diferentemente dos bancos de varejo, essas cooperativas de crédito são modelos alternativos de organização, pois reaplicam a poupança dos associados no território, contribuindo para o seu desenvolvimento. Para Schröder (2004), isso acontece porque a proximidade espacial promove a legitimação

dessas instituições, que passam a ser consideradas como genuinamente locais e conseguem interagir com o poder público e seus associados.

Destarte, as CCS possuem dupla função e desafios – responder às exigências de normatizações do BACEN e, ao mesmo tempo, manter sua identidade carregada de uma dimensão sociopolítica numa perspectiva solidária, por via da oferta de crédito mútuo e outras demandas financeiras para a pobreza (BÚRIGO, 2006a).

O cooperativismo oferece uma diversificação de serviços financeiros com qualidade e por outros meios, isto é uma visão comum de desenvolvimento sustentável das comunidades e das pessoas onde, acima de tudo, o dinheiro não é um fim, mas um meio importante e que pode ser trabalhado coletivamente (BERGEVIN; DORION; IMPERADOR, 2010, p. 44).

Em termos conceituais, as CCS são organizadas por agrupamentos que visam enfrentar problemas decorrentes da pobreza e da falta de meios que geram desenvolvimento. Isso revela que, além de se esforçarem em buscarem benefícios para os grupos envolvidos na gestão, desafiam-se a ampliarem sua atuação para os segmentos mais empobrecidos que as circunscrevem (BÚRIGO, 2010).

Nesse contexto, o pilar de sustentação da filosofia solidária é uma realidade que circunda o cooperativismo de crédito solidário. Independentemente da existência dessa vertente, em se tratando do campo do cooperativismo de crédito, materializado pela atuação do seu órgão fiscalizador, o BACEN, percebe-se claramente que, ao longo dos anos, uma contínua tensão entre o viés econômico e o social vem se intensificando a cada normativa expedida pelo CMN. Isto se deve mais especificamente às mudanças no ambiente político do país e pelas dificuldades de tornar as experiências das cooperativas de crédito solidárias mais sólidas e sustentáveis.

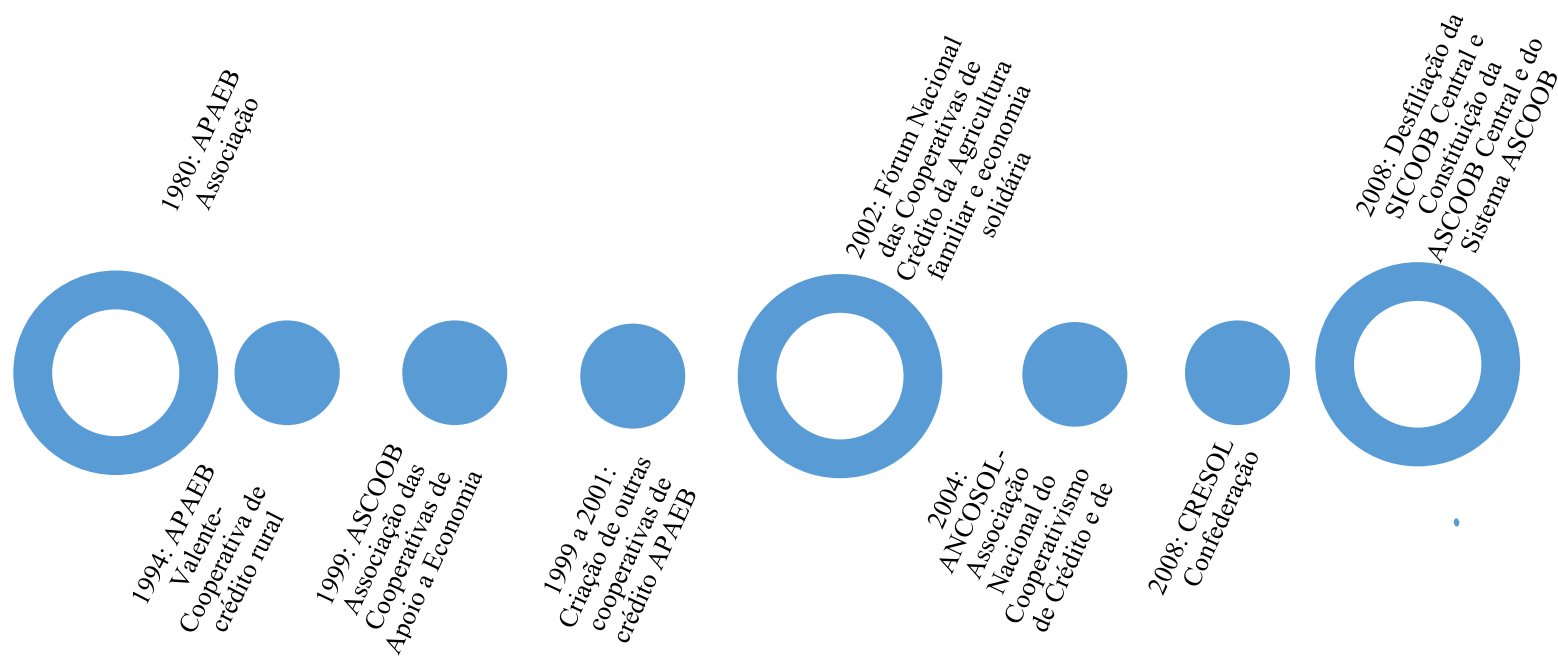
2.2 UMA ANÁLISE EMPÍRICA E HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO NORDESTE

A gênese do cooperativismo de crédito solidário no estado da Bahia refletiu o contexto social e político da época e, em último plano, as condições climáticas do semiárido baiano que, segundo Búrigo (2010), apresenta inconstância nas precipitações e

alta evaporação das águas, o que dificulta a prática de uma agricultura de estilo convencional. Desde a década de 1930, a região aqui pesquisada tornou-se conhecida popularmente como região sisaleira e, somente em 2003, fora denominada como Território do Sisal, assunto a ser detalhado ao longo desta seção.

O referido tópico aborda o surgimento do cooperativismo de crédito no Nordeste a partir de 04 (quatro) momentos distintos: a criação da APAEB Associação, impulsionada pelo declínio da cultura do sisal; o surgimento da ASCOOB Associação e das APAEB Cooperativas de Crédito; a filiação destas últimas ao SICOOB Central Bahia; a constituição da ASCOOB Central e do Sistema ASCOOB. Ademais, nesse interstício abordamos a articulação com o cooperativismo solidário no âmbito nacional. Esses períodos estão detalhados em uma linha do tempo apresentada na Figura 05, a seguir:

Figura 05 – Linha do tempo: Histórico do cooperativismo de crédito solidário



Fonte: Elaboração própria (2021).

2.2.1 Ascensão e declínio da cultura do Sisal¹⁶ no semiárido baiano

Desde o período colonial, o processo de criação dos municípios baianos fora prejudicado pela lenta ocupação e baixa diversificação das atividades econômicas. Esse fenômeno pode ser explicado pelo uso desses espaços para o processo de expansão do gado e de rotas boiadeiras, com o objetivo de abastecer as cidades mais populosas do Estado. Então, até o início do século XX, a região fora ocupada por latifúndios sustentados na pecuária extensiva. Somente a partir da década de 1940, a lavoura do sisal se instalou na região (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015).

Para Carneiro (2017, p. 24), “o sisal tornou-se a principal fonte de extração de fibras vegetais do mundo”, sendo usado como substituto natural dos plásticos e/ou derivados do petróleo. À época, percebeu-se o grande potencial econômico e social dessa planta para o semiárido baiano.

O desenvolvimento da cultura do sisal iniciou-se a partir da vinda dessa planta do México para o semiárido baiano: planta ideal para regiões com baixa densidade pluviométrica, que incentivou o cultivo de outras espécies que apresentavam ciclos rápidos, como o feijão, o milho e a mandioca. A rápida adaptação do sisal promoveu a criação de diversos municípios que tinham nessa cultura sua fonte de renda. A partir dessa expansão, em 1940 surgiu uma elite que passou a reclamar pelo poder político e econômico em torno dessa atividade econômica (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015).

No caso específico do estado da Bahia, durante o governo Landolfo Alves (1938- 1942), foram implantados campos de produção e distribuição de mudas de sisal nas cidades de Feira de Santana e Nova Soure. Esse incentivo governamental, aliado à fácil adaptação da planta num vasto território situado a nordeste do estado, fez emergir a chamada região sisaleira da Bahia. Nesse sentido, esse espaço teve seu aparecimento condicionado por uma vontade de poder institucional, uma estratégia administrativa do Estado (NASCIMENTO, 2016, p. 02).

¹⁶ “O Agave é um gênero de grande relevância, por agregar espécies com diversas propriedades, dentre elas medicinais, alimentícias, farmacêuticas, bioenergéticas e industriais, o que gerou grande interesse comercial entre diferentes países. Muitas espécies são importantes devido ao seu valor comercial; no entanto, somente duas espécies se destacam por sua importância para a produção de fibra, ou seja, a Agave sisalana e a Agave *fourcroydes*” (SILVA et al., 2008 apud CARNEIRO, 2017, p. 19). Dentre as duas espécies, a agave sisalana (sisal) é uma fibra de maior qualidade, mas que não se adaptou às condições climáticas do México, seu país de origem. Por esse motivo, foi exportado no século XIX para a Indonésia, as Filipinas, o Sul da Flórida (EUA) e, no século XX, para a África Oriental. No Brasil, a introdução do agave aconteceu em 1903, na região Nordeste e, em específico, no estado da Bahia.

O cenário de pujança da cultura do sisal fora intensificado a partir da construção da primeira linha férrea da Bahia, no município de Serrinha, ligando-o ao município de Alagoinhas. Esse acontecimento propiciou uma intensificação na circulação de bens, serviços e pessoas, tornando-o um importante centro urbano e comercial da região.

O município de Serrinha assume um papel fundamental no processo de comercialização do sisal, funcionando como base de armazenagem das safras adquiridas pelo Banco do Brasil como parte da política de estoque e preços mínimos levada a cabo pelo governo federal (SÁ, 2011 apud TAFURI; FAZIO, 2016, p. 85).

Segundo Bittencourt (2003), além da fácil adaptação ao clima semiárido, a conjuntura internacional tornou-se favorável ao aumento da demanda do sisal na Bahia e na Paraíba em decorrência da segunda Guerra Mundial, que destruiu campos de fibras nas Filipinas, no Quênia e em Moçambique, maiores produtores de sisal do mundo.

A consolidação da cadeia produtiva do sisal definiu essa planta como a principal atividade econômica da região, o que fez com que a população do semiárido criasse uma identidade espacial e econômica definida pela ideia de pertencimento à região sisaleira da Bahia. Por outro lado, os políticos e empresários usavam esse mote como estratégia de legitimação das demandas por recursos financeiros junto às esferas governamentais (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015).

Para Santos (2010), na década de 1970, esses motivos propiciaram o auge dessa cultura que, de um prisma, criou uma grande infraestrutura destinada à exportação, promovendo riqueza para um pequeno grupo de elite; e, de outro, uma massa de trabalhadores empobrecidos e dependentes de um mercado extrarregional.

Para entendermos como os trabalhadores foram explorados, Santos e Silva (2017) indicam que, no início, os proprietários das terras também tinham a posse do processo produtivo. Para reduzir os custos, eles começaram a sublocar os campos do sisal e, nessa sublocação, faziam acordo com terceiros (donos de um equipamento que retira as fibras do sisal), os quais recebiam um percentual fixo de rendimento. Estes, por sua vez, tornavam-se responsáveis pela contratação de trabalhadores e, com isso, isentavam os proprietários das terras e dos campos de sisal de qualquer responsabilidade trabalhista. Essa situação prolongou a submissão dos agricultores sertanejos a precárias condições de trabalho e de vida.

A remuneração obtida pelos trabalhadores com o sisal era maior, comparada à das demais atividades rurais, pois essa planta resistia à escassez de chuvas no semiárido e, por isso, garantia trabalho durante o ano. Por outro lado, a renda das pessoas, inclusive mulheres e crianças que também se submetiam ao trabalho, dependia da produção, o que lhes impunha longas jornadas de trabalho, sem o uso de equipamentos de segurança e falta de treinamento para manipular e beneficiar o sisal. O fruto do processo de exploração suscitou até a primeira metade dos anos 1980 a mutilação de pelo menos mil e duzentos trabalhadores, segundo estimativas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG-BA), de acordo com Nascimento (2016).

O período da Ditadura Militar no Brasil foi caracterizado pelo cerceamento de direitos; e, no caso nordestino, corroborado pela exploração da classe trabalhadora sertaneja nos campos do sisal. Naquela ocasião, a Igreja Católica buscou se inserir no sertão por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)¹⁷, que tinham o objetivo de integrarem a igreja à comunidade e, ao mesmo tempo, promoverem mudanças sociais naquela realidade caracterizada pelo cerceamento dos direitos civis (CARIBÉ; CUNHA, 2018).

O trabalho das CEB foi iniciado na década de 1970, com a chegada de um grupo de padres e freiras italianas amparado na teologia da libertação que, além da fé cristã, utilizava um método educativo baseado no tripé ver-julgar-agir e incentivava a comunidade a expor seus problemas e discutir possíveis formas de resolução por meio da garantia de seus direitos (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007).

As CEB, ao estimularem a visão crítica dos sertanejos em relação à gênese dos problemas sociais, tentavam materializá-los em capacidade de ação, mobilização e transformação. Para tanto, promoviam “círculos bíblicos”, nos quais os participantes eram convidados a refletirem acerca das suas inóspitas realidades. Diante dessa condição, os sertanejos começaram a se unir em mutirões que se materializaram na criação de movimentos sociais sob diversas formas: associação de moradores, organizações sindicais e o fortalecimento do movimento operário (CARIBÉ; CUNHA, 2018; CARVALHO NETO; FANTINI, 2005; NASCIMENTO, 2000).

¹⁷ Refere-se a um enfrentamento dos católicos perante o estado ditatorial, com o foco em ações libertadoras para os mais oprimidos. “Para tanto, os teólogos aproximaram-se das leituras marxistas, fazendo o uso de categorias como ‘classe’, ‘subalternidade’ e ‘resistência’ para compreender o contexto latino-americano das ditaduras e das pressões sociais e econômicas” (OLIVEIRA, 2019, p. 02).

A participação ativa fortaleceu a sociedade civil de forma que as pessoas pudessem tomar parte e ser parte do processo de mudança a partir da construção de alternativas de desenvolvimento local mais justas (MACEDO FILHO, 2003).

Todos esses movimentos deram sua contribuição no sentido de unir os agricultores em torno das discussões sobre sua situação, despertando a consciência social e a valorização do pequeno produtor; visando incentivar a solidariedade entre eles e uma maior participação na política nos âmbitos local, regional e nacional e, por fim, estruturar um arranjo institucional complexo e capaz de funcionar, mesmo no contexto do regime militar, em vigor na época (CARVALHO NETO; FANTINI, 2005, p. 04).

Nesse quadro de participação social, rede de cooperação e de solidariedade nasce o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a partir do trabalho social da Igreja Católica em bairros periféricos do município de Feira de Santana. Fundado em outubro de 1967, o MOC é uma entidade civil de direito privado, com fins filantrópicos e não econômicos, de caráter beneficente e educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana. A entidade prioriza ações no campo da incidência em políticas públicas, participação social, convivência com o semiárido, agroecologia, relações sociais de gênero, economia solidária, educação do campo contextualizada, soberania e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável, direito à comunicação, entre outros (MOC, 2020).

No decorrer da década de 1970, o MOC amplia sua atuação geográfica priorizando o apoio às lutas em torno de questões agrárias conjunturais enfrentadas pelas comunidades rurais de Feira de Santana, Serrinha e entorno, a partir de ações que extrapolam as questões religiosas e assistencialistas. Desse modo, começa a disputar espaço político nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de Feira de Santana e Serrinha, até então comandados pelos grandes fazendeiros da região (COELHO NETO, 2013).

O declínio da cultura do sisal aconteceu na década de 1980. Sobre esse assunto, Bittencourt (2003) afirma em suas pesquisas que, apesar de inicialmente essa crise ter sido explicada pela concorrência com as fibras sintéticas, Santos e Silva (2017) constataram também a existência de outros motivos, tais como: a idade avançada dos sisalais e a conseqüente propagação de doenças; a imprópria manutenção dos campos, associada a altas quedas nos preços internacionais que atingiram, primeiramente, o rendimento dos trabalhadores.

Como os fazendeiros transferiram sua atividade econômica principal para a pecuária, o sisal passou a ser comercializado em pequenas propriedades familiares da região, com o intuito de manter a sobrevivência dessas pessoas (NASCIMENTO, 2000). Os agricultores descapitalizados dependiam da agricultura para garantir sua sobrevivência; mas, considerando o clima instável do semiárido que não lhes garantia safras anuais, eles se submetiam a juros altos de empréstimos concedidos por agiotas e ciganos (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007). Diante desse episódio, a mobilização de atores sociais do semiárido baiano tornou-se uma estratégia para mitigar as diversas necessidades, inclusive as demandas de crédito para os agricultores familiares.

2.2.2 Território do Sisal: uma breve caracterização

De acordo os dados citados anteriormente, diante de um contexto de exclusão social, principalmente de políticas públicas de acesso ao crédito, agricultores familiares se uniram com o objetivo de mudar a realidade socioeconômica de uma parcela empobrecida da população do Território sisaleiro e criaram as cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOP. Atualmente, apesar do raio de atuação das cooperativas da CRESOL Nordeste ter sido ampliado, pois operam em 8 (oito) Territórios, consideramos relevante trazer alguns dados do Território do Sisal que se apresenta como um *locus* de atuação ativa de diversos atores sociais que buscam, a todo momento, mudar sua realidade. Para tanto, trouxemos informações referentes a aspectos demográficos, sociais e econômicos do referido Território.

2.2.2.1 Aspectos demográficos

A Bahia é formada administrativamente por 417 (quatrocentos e dezessete) municípios, distribuídos em 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade (TI) e ocupam uma extensão de 567,7 mil km², o que representa 6,6% do território nacional. Essa grandeza territorial comporta três biomas: Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Dentre essas singularidades, destaca-se o Semiárido que, a partir dos dados do IBGE (2017), Pessoti e Pessoti (2019) trazem uma constatação a respeito do estado baiano: dentre os estados

nordestinos, a Bahia apresenta a maior extensão territorial; encontra-se localizada na zona semiárida, com uma ocupação que representa 39,5% de todo o Semiárido Brasileiro.

A Região Semiárida ocupa 79% do território baiano, o que abrange 278 (duzentos e setenta e oito) municípios; estes, por sua vez, perfazem um percentual de 66,7% dos municípios do Estado. A população afetada pela região semiárida é de 7,6 milhões de pessoas, o que corresponde à metade da população do Estado e quase 1/3 da população total que vive na Região Semiárida.

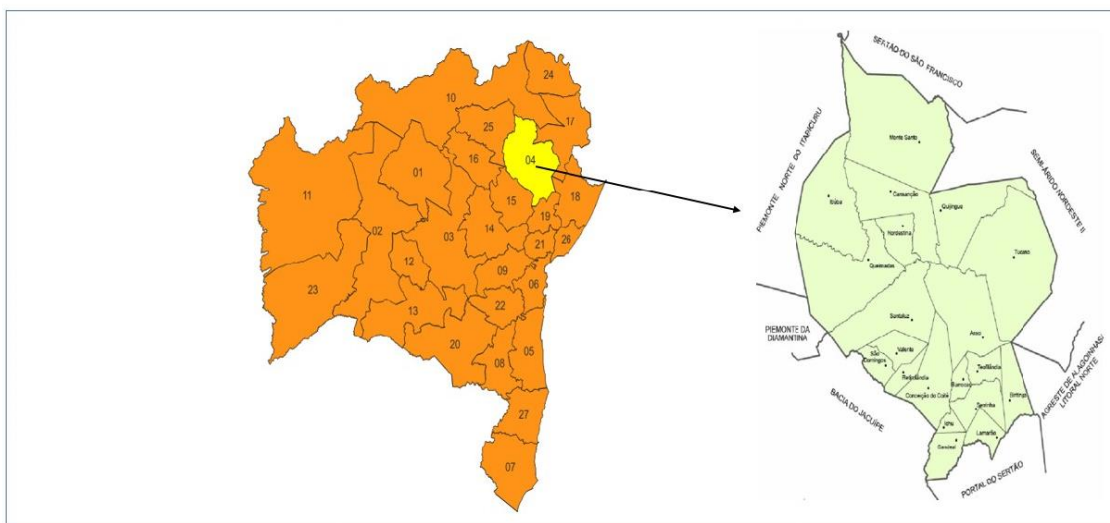
Nessa região, marcada pela pobreza e sujeita periodicamente a êxodos rurais, a adoção da cultura do sisal por vários municípios foi considerada por muitos como “planta redentora”. O plantio, o beneficiamento e, principalmente, a exportação do sisal deu ao estado da Bahia um papel de destaque econômico ente 1938 e 1969, influenciados principalmente pelas condições favoráveis do mercado internacional (SILVA; ORTEGA; BOTELHO, 2016). A denominação do Território do Sisal foi instituída em 2007, pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), por meio do Decreto nº 10.705, que promoveu a divisão das regiões do estado da Bahia em Territórios de Identidade. No caso específico, levou-se em consideração esse histórico de adoção da cultura do sisal como atividade econômica que ainda persiste em alguns municípios que o compõem.

O Território do Sisal localiza-se no Nordeste Baiano, e todos os 20 (vinte) municípios que o compõem estão inseridos na Região Semiárida. O clima semiárido caracteriza-se pela pluviometria que varia entre 400 mm (quatrocentos milímetros) e 500 mm (quinhentos milímetros), chuvas de primavera/verão, e uma temperatura média em torno dos 24,2°C. Essas áreas apresentam baixos índices pluviométricos, altas temperaturas, irregularidade na distribuição mensal durante o ano, com concentração das chuvas em 02(dois) ou 03(três) meses, e valores elevados de evapotranspiração potencial, o que promove um *déficit* hídrico em quase todos os meses do ano (SEI, 1999).

As especificidades climáticas do semiárido tendem a promover efeitos danosos que reverberam não apenas na vida da população diretamente atingida, mas nas atividades econômicas, principalmente no fornecimento de água e geração de energia hidrelétrica, o que tende a afetar atividades agropecuárias, industriais e urbanas (PESSOTI; PESSOTI, 2019).

O território sisaleiro apresenta em sua composição administrativa os seguintes municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (Figura 06).

Figura 06 – Mapa dos Territórios de Identidade¹⁸ com destaque para o Território do Sisal e seus municípios



Fonte: Elaboração própria a partir do *software* Qgis (2021).

Em 2010, a faixa territorial do Território do Sisal ocupava uma área total de 20.405 km² (vinte mil, quatrocentos e cinco quilômetros quadrados), o que representava aproximadamente 3,8% da extensão do estado da Bahia, com uma população de 582.389 (quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e nove) habitantes (SEI, 2016). Conforme as estimativas do IBGE (2020), em 10 (dez) anos esse contingente populacional aumentou em termos percentuais em 4,11%, passando para 607.378 (seiscentos e sete mil, trezentos e setenta e oito) habitantes, com destaque para os municípios de Serrinha, com 81.286 (oitenta e um mil, duzentos e oitenta e seis) e

¹⁸ A Bahia possui 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade, conforme numeração da Figura 4: 01 – Irecê, 02 – Velho Chico, 03 – Chapada Diamantina, 04 – Sisal, 05 – Litoral Sul, 06 – Baixo Sul, 07 – Extremo Sul, 08 – Médio Sudoeste, 09 – Vale do Jiquiriçá, 10 – Sertão do São Francisco, 11 – Bacia do Rio Grande, 12 – Bacia do Paramirim, 13 – Sertão Produtivo, 14 – Piemonte do Paraguassu, 15 – Bacia do Jacuípe, 16 – Piemonte da Diamantina, 17 – Semiárido Nordeste II, 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano, 19 – Portal do Sertão, 20 – Sudoeste Baiano, 21 – Recôncavo, 22 – Médio Rio de Contas, 23 – Bacia do Rio Corrente, 24 – Itaparica, 25 – Piemonte Norte do Itapicuru, 26 – Metropolitana de Salvador, e 27 – Costa do Descobrimento.

Conceição do Coité, com 67.013 (sessenta e sete mil e treze) habitantes, com as maiores fatias populacionais: 13,1% e 10,6%, respectivamente.

De modo geral, do total de 20 (vinte) municípios que constituem o território sisaleiro, 12 (doze), ou seja, 60%, apresentam população estimada em 2020 abaixo de 30.000 (trinta mil) pessoas. Dentre esses, os municípios de Ichu, com 6.220 (seis mil, duzentos e vinte), Candéal, 8.181 (oito mil, cento e oitenta e um), Lamarão, 8.191 (oito mil, cento e noventa e um) e São Domingos, com 9.072 (nove mil e setenta e dois) habitantes, demonstram o menor número populacional em termos absolutos.

Em 2010, do contingente populacional do território, 57,2% da população residia no meio rural e 42,8% no urbano. Do universo de 20 (vinte) municípios, 12 (doze) deles possuíam grau de urbanização inferior a 50%, com destaque para Monte Santo, com percentual de urbanização de 16,9%, seguido pelos municípios de Lamarão, Quijingue, Biritinga e Itiúba, com grau de urbanização inferior a 30%. Isso traduz que esse território se situa abaixo da média do estado em relação ao nível de urbanização que apresenta participação de 72,1% (SEI, 2016).

Os dados do IBGE (2019) que tratam do Censo Agropecuário de 2017 revelam um panorama do estado baiano em número de estabelecimentos agropecuários, o qual apresenta alta participação, perfazendo um total de 762.848 (setecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito). Desse total, 77,8% são enquadrados como estabelecimentos da agricultura familiar. Em relação à região Nordeste, a Bahia é o estado com o maior número de agricultores, com parcela de 32,3%. Em se tratando dos territórios de Identidade, o Sisal ocupa a primeira posição no *ranking* do estado, com a presença de 45.065 (quarenta e cinco mil e sessenta e cinco) estabelecimentos familiares, uma fatia que representa 7,8% do total, seguido do Sertão Produtivo (6,8%) e Sudoeste Baiano (6,5%).

2.2.2.2 Aspectos sociais

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2012-2019) do IBGE (2020c), o Brasil apresentou na mediana o índice de Gini ¹⁹de 0,543. Esse indicador

¹⁹ O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) (a perfeita igualdade) até 1(um) (a desigualdade máxima) (IBGE, 2011, p. 38).

mede a concentração de renda de determinado grupo. Dentre as regiões brasileiras, a Nordeste apresentou o maior índice, com taxa de 0,559. Esses dados tornam essa região a mais desigual economicamente em termos de distribuição de renda do país. Na Bahia e no Território do Sisal, os dados em relação ao índice de Gini limitam-se ao ano de 2010, com valores respectivos de 0,631 e 0,559 (IBGE, 2020c).

Os indicadores socioeconômicos no território baiano desvelam os desafios que a população e os gestores públicos precisam transpor. Dentre esses, podemos citar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), uma medida utilizada para avaliar o desenvolvimento dos municípios nas dimensões educação, longevidade e renda. Em relação à média nacional, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2020a), em 2010, a Bahia ocupava a 21ª posição entre os 27 (vinte e sete) estados federados e o Distrito Federal, com o índice geral de 0,714. No componente IDHM Educação, a situação no *ranking* torna-se mais drástica, ocupando o 23º lugar no país, com uma taxa de 0,654.

Os municípios de Serrinha e Monte Santo se destacaram. Serrinha encontra-se no *ranking* entre os 05 (cinco) maiores índices do Território do Sisal em todas as dimensões que compõem o IDHM (renda, educação e longevidade), e Monte Santo com a pior posição entre os 05 (cinco) municípios com os menores índices desse indicador.

Os dados apresentados do IDHM da Bahia e sua posição no *ranking* brasileiro não são animadores. Esse resultado tende a piorar quando fazemos um comparativo deste indicador com a média do território sisaleiro. O IDHM geral na Bahia apresentou índice de 0,714 e o TI Sisal 0,581, uma diferença de 22,9%. Mas, foi na dimensão educação que apresentou uma maior fragilidade: 0,654 no estado e 0,471 para o território sisaleiro, uma discrepância negativa de 38,7% (Tabela 04).

Tabela 04- Índices e posição do IDHM e seus componentes dos municípios do Território do Sisal (2010)

Município	IDHM	IDHM Renda	IDHM Educação	IDHM Longevidade
Araci	0,534	0,747	0,381	0,534
Birtinga	0,538	0,738	0,402	0,525
Barrocas	0,610	0,786	0,503	0,574
Candeal	0,587	0,787	0,465	0,554

Cansanção	0,557	0,745	0,438	0,53
Conceição do Coité	0,611	0,752	0,517	0,587
Ichu	0,631	0,771	0,562	0,58
Itiúba	0,544	0,775	0,398	0,521
Lamarão	0,518	0,747	0,372	0,501
Monte Santo	0,506	0,699	0,359	0,515
Nordestina	0,560	0,743	0,467	0,507
Queimadas	0,592	0,764	0,493	0,55
Quijingue	0,544	0,689	0,434	0,539
Retirolândia	0,636	0,773	0,574	0,579
Santaluz	0,598	0,764	0,5	0,559
São Domingos	0,640	0,757	0,575	0,601
Serrinha	0,634	0,778	0,532	0,615
Teofilândia	0,566	0,737	0,431	0,571
Tucano	0,579	0,712	0,458	0,596
Valente	0,637	0,729	0,568	0,623
Média do TI-Sisal	0,581	0,750	0,471	0,558
Mediana do TI-Sisal	0,583	0,750	0,466	0,557
BAHIA	0,714	0,812	0,654	0,685

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020a).

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2020a) compilou as informações do Censo Demográfico de 2010, desvelando a taxa de escolarização dos ocupados no Brasil, considerando 03 (três) categorias: ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo. Realizamos um recorte para entender o panorama do nível de escolaridade dos municípios do Território do Sisal no estado da Bahia, conforme Tabela 05.

Tabela 05 – Nível de escolarização dos ocupados em percentuais – Censo Demográfico (2010)

Municípios	% dos ocupados com ensino fundamental completo	% dos ocupados com ensino médio completo	% dos ocupados com ensino superior completo
Candeal	34,62	24,25	1,34
Lamarão	24,93	13,17	1,59
Itiúba	29,08	16,6	1,72
Biritinga	29,29	18,69	2,00
Retirolândia	44,00	33,78	2,28
Quijingue	27,93	17,53	2,31

Araci	28,49	18,09	2,47
Monte Santo	22,63	14,14	2,55
Ichu	47,98	39,32	2,79
Tucano	31,02	22,38	3,04
Santaluz	36,9	24,03	3,12
Cansanção	30,89	20,28	3,13
Queimadas	36,82	25,24	3,19
Barrocas	35,31	24,63	3,30
Conceição do Coité	39,51	26,41	3,67
Teofilândia	33,1	20,18	<u>3,69</u>
Nordestina	35,37	21,71	<u>4,74</u>
Serrinha	50,99	36,63	<u>4,92</u>
São Domingos	41,56	31,33	<u>5,27</u>
Valente	45,32	32,72	<u>5,97</u>
Bahia	52,7	37,81	7,93
Brasil	62,29	44,91	13,19

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020a).

A Tabela 05 explicita que as pessoas ocupadas do Território do Sisal possuem baixo nível de formação superior, com percentuais abaixo da média do estado baiano (7,93%) e do país (13,19%). Dentre os 20 (vinte) municípios, elencamos os 05 (cinco) que apresentaram maiores fatias e pessoas ocupadas com nível superior completo: Valente (5,97), São Domingos (5,27), Serrinha (4,92), Nordestina (4,74) e Teofilândia (3,69).

A atuação dos agricultores baianos também pode ser expressa pela filiação a formas associativas definidas pelo Censo Agropecuário de 2017, a partir das seguintes categorias: cooperativas, entidade de classe/sindicato, associação/movimento de produtores e associação de moradores. Dos 27 (vinte e sete) territórios do estado, o Sisal é o que apresenta maior atuação de estabelecimentos em organizações coletivas com 10,7% de participação, seguido do Sertão Produtivo e Sudoeste Baiano com percentuais de 10% e 7,4%, respectivamente. A liderança do território sisaleiro em relação à atuação em formas coletivas mostra a força do capital social desse território no contexto baiano.

2.2.2.3 Aspectos econômicos

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do território, os dados trazem uma análise dos setores agropecuária, indústria, comércio e serviços. O setor de comércio e serviços garantiu as maiores fatias para o ano de 2013: 75,9% de toda a riqueza produzida. A agropecuária e a indústria representaram apenas 8,2% e 12,4% do Valor Adicionado Bruto (VAB)²⁰, respectivamente (SEI, 2016).

Ainda em 2013, o município de Serrinha desvelou a maior participação no total do VAB setorial de comércio e serviços do Território de Identidade, com 17,4%, e da indústria, com 25,2%. O município de Tucano registrou 14,2% do VAB do setor agropecuário desse território. Entretanto, houve uma baixa influência da participação do setor agropecuário no VAB do TI Sisal, uma vez que 91,8% de participação foi o somatório dos setores terciário (79,4%) e secundário (12,4%).

Ainda segundo dados coletados pela SEI (2016), em relação ao PIB *per capita* no ano de 2013, observa-se que o Território do Sisal apresentou recebimento de R\$ 6.190,89, valor que destoa da média baiana de R\$ 13.577,74. Destacamos os municípios de Barrocas, Serrinha e Conceição do Coité, que apresentaram valores recíprocos de R\$ 10.934,20, R\$ 8.335,94 e R\$ 7.753,26. Os resultados dos municípios de Barrocas e Conceição do Coité foram impulsionados pela evolução das exportações no período de 2005 a 2015: o primeiro concentrou 39,6% nas exportações do TI, principalmente ligadas ao ouro em pó, e o outro com presença de 34,1%, que se concentrou no comércio internacional de fibras vegetais.

A partir dos dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no ano de 2016, o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2020b) desvelou em percentuais a participação formal na composição do valor adicionado dos setores agropecuário, indústria, administração pública e serviços nos municípios que compõem o território sisaleiro.

A Tabela 05 explicita que, do total de 20 (vinte) municípios, 75% têm a administração pública como a sua principal atividade econômica formal, com percentuais de participação acima de 40%. São eles: Araci, Biritinga, Candéal, Cansanção, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, São

²⁰ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria, comércio e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VAB setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia (PESSOA, 2017).

Domingos, Teofilândia e Valente. Esse número destoa do panorama baiano, que se apresenta com 27,84%, e do brasileiro, com 23,09% de participação, o que desvela, em alguma medida, a alta dependência desses municípios em relação à renda de funcionários públicos.

Na atividade industrial, apenas o município de Barrocas tem destaque, com parcela de 51,07%. A maior participação dos serviços no valor adicionado contempla os municípios de Conceição do Coité, Santaluz, Tucano e Serrinha, com fatias acima de 39%.

Dentre todas as atividades econômicas que são consideradas na RAIS (Tabela 06), o setor agropecuário é o que apresenta menor presença em todos os municípios e aqui ressaltamos os 05 (cinco) que tiveram maior expressão dentre os demais: Quijingue (21,53%), Araci (15,94%), Candéal (15,03%), Itiúba (14,81%) e Queimadas (13,37%).

Tabela 06 – Participação (%) das atividades econômicas conforme RAIS (2016)

Municípios-Território do Sisal	Agropecuária	Indústria	Administração Pública	Serviços
Araci	15,94	6,15	45,75	32,15
Barrocas	5,06	51,07	21,05	22,83
Biritinga	8,24	8,97	56,58	26,22
Candéal	15,03	5,59	52,1	27,28
Cansanção	11,59	5,75	49,67	32,98
Conceição do Coité	5,01	23,28	27,29	44,42
Ichu	8,24	6,65	56,81	28,30
Itiúba	14,81	4,85	51,09	29,26
Lamarão	7,83	6,34	63,15	22,68
Monte Santo	7,18	5,48	52,91	34,43
Nordestina	8,68	17,3	46,03	27,99
Queimadas	13,37	5,15	44,24	37,24
Quijingue	21,53	4,70	47,00	26,76
Retirolândia	7,14	23,5	40,05	29,32
Santaluz	9,04	12,98	38,12	39,86
São Domingos	10,36	9,68	48,22	31,74
Serrinha	1,83	13,86	30,75	53,56
Teofilândia	5,72	8,02	53,99	32,27
Tucano	6,24	6,49	41,05	46,22
Valente	6,85	10,33	42,41	40,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020b).

Os dados da RAIS apresentam informações acerca da atividade formal das empresas, e em se tratando da atividade agropecuária, os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelaram a importância dessa atividade econômica para o estado. A Bahia é o estado nordestino que absorveu o maior contingente de mão de obra, com participação de 32,35%. Além disso, em relação aos demais territórios, o sisal lidera em número de pessoas ocupadas, sendo 119.586 (cento e dezenove mil, quinhentas e oitenta e seis), o que representa 7,85% do total de trabalhadores em atividades agropecuárias na Bahia.

O rendimento domiciliar *per capita* é a divisão dos rendimentos domiciliares, em termos nominais, pelo total dos moradores (IBGE, 2020c). A posição mediana desse rendimento corresponde ao valor que até a metade da população tem acesso. Em 2019, no Brasil, o rendimento domiciliar *per capita* mediano equivalia a cerca de 60% do rendimento médio, e foi de R\$ 861,00, valor inferior ao salário mínimo da época (R\$ 998,00). No caso do Nordeste, esta situação foi ainda mais drástica, apresentou o menor valor (R\$ 506,00) entre as regiões (IBGE, 2020c).

Em relação ao rendimento médio do trabalho indicado como principal das pessoas ocupadas, os dados trazem apenas os dados do Censo de 2010, que indicaram que o rendimento no Território do Sisal era de R\$ 534,39, abaixo do rendimento médio do estado. No período analisado, não havia município no referido território com rendimento médio superior ao apresentado pelo estado da Bahia (R\$ 901,85). Os rendimentos médios das pessoas ocupadas no território mostraram-se pouco dispersos, sendo o menor valor encontrado no município de Itiúba (R\$ 390,75) e o maior valor em Serrinha (R\$ 688,70), respectivamente (SEI, 2016).

2.2.3 Uma luz no fim do túnel: a criação da APAEB Associação²¹

O contexto político da década de 1980, direcionado para a redemocratização, despontava possibilidades para a inclusão social, e isso reverberou no semiárido baiano com o surgimento da APAEB, definida por Macedo Filho (2003, p. 68) como “uma

²¹ Criada em 1980, com a denominação de Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia. Em 1986, com a municipalização da APAEB Valente/BA, o nome foi alterado para Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal. Em 2004, mudou novamente, e passou a se chamar Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira (MACEDO FILHO, 2003; REGINO, 2007).

associação sem fins lucrativos, visando promover a organização e trabalhadores, o desenvolvimento e às condições dignas de vida do homem do campo”.

Segundo Búrigo (2010) e Caribé e Cunha (2018), a origem das APAEB Associação²² foi marcada pela articulação de movimentos sociais rurais, do MOC e das CEB, que defendiam a agricultura familiar por meio do suporte na atividade de produção e comercialização, e pelo combate à exploração dos latifundiários, bem como às dificuldades impostas pelo governo para a comercialização dos excedentes de agricultores. O trabalho da APAEB iniciou em 05 (cinco) municípios baianos: Araci, Feira de Santana, Ichu, Valente e Serrinha (CARVALHO NETO; FANTINI, 2005).

Em sua etapa inicial, a APAEB atuou de forma centralizada, por meio de um conselho administrativo e de uma coordenação executiva, responsáveis pelas ações da associação (MACEDO FILHO, 2003). O município de Serrinha foi escolhido para ser a sede, considerando-se a expressão econômica dessa cidade para a região, bem como por apresentar uma localização geográfica estratégica, às margens da BR-116, que liga as regiões norte e sul do país e corta o município (CRUZ; SOUZA, 2016).

Em relação à cultura do sisal, o trabalho da APAEB inicialmente oportunizou a mobilização dos agricultores na busca de alternativas para a viabilidade econômica da sua produção e beneficiamento, já que não dispunham de capital de giro para financiar a exportação, bem como investimentos necessários em infraestrutura (CARIBÉ; CUNHA, 2018).

Na fase inicial, a compra de uma antiga bateadeira comunitária de sisal e a montagem de um posto de vendas de gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho deram corpo a uma ação econômica idealizada por pequenos produtores rurais socialmente organizados, cujos propósitos políticos e sociais apontavam para a conquista da melhoria das condições de produção do sisal, de trabalho e de vida em geral. Na verdade, eles – enquanto agentes econômicos – pretendiam melhorar sua posição no sistema de produção daquela fibra, minimizar a penosidade do trabalho e facilitar o acesso aos bens industriais de consumo imediato (ARAUJO, 2008, p. 104).

Em 1984, a Associação APAEB promoveu a compra da Central de Beneficiamento e Comercialização da fibra do sisal, apelidada pelos associados de Bateadeira Comunitária de Sisal. Esse maquinário retirava os resíduos e realizava o enfardamento da fibra para a comercialização. Essa ação deu início ao processo de retomada das atividades da cadeia do sisal, que estava em declínio (REGINO, 2007).

²² Dada a impossibilidade legal de constituir uma cooperativa de pequenos agricultores, preferiram criar uma associação (TAFURI; FAZIO, 2016).

A mobilização dos agricultores garantiu a compra da fibra do sisal via associação, por um valor maior que os atravessadores, vendendo-as diretamente aos exportadores por um preço maior (CARVALHO NETO; FANTINI, 2005). A aquisição desse equipamento recebeu financiamento da cooperação internacional – da Agência Católica Holandesa de Cooperação Internacional e da *Inter-American Foundation*, dos Estados Unidos (MACEDO FILHO, 2003). A laboração da APAEB Associação passou a interferir no *modus operandi* da cadeia produtiva do sisal e, por isso, enfrentou desde o início a oposição da maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, ainda sob a tutela dos políticos latifundiários locais (SILVA; SILVA, 2001).

Em 1986, a partir de experiências de implantação de um moinho em Serrinha e da Central de Beneficiamento e Comercialização em Valente, e da dificuldade de coordenação das APAEB, houve a necessidade de gerir projetos de acordo com as necessidades locais. E essa situação permitiu, em 1993, a descentralização das APAEB, que reverberou na municipalização da APAEB Valente/BA. Desta maneira, a entidade passou a se chamar de Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal (MACEDO FILHO, 2003; REGINO, 2007; SANTOS; SILVA, 2010).

Os esforços coletivos para a melhoria das condições de vida a partir da atividade produtiva do sisal eram uma realidade, mas existia um outro entrave: a dificuldade de acesso ao crédito, visto que a maioria dos agricultores individuais não possuíam garantias para acessar os bancos. No âmbito da organização coletiva, essa entrada tornava-se custosa, ao considerar os rigorosos critérios de análise de riscos dessas instituições financeiras. E, em relação às políticas públicas, à época, não existiam projetos e programas compatíveis com as vivências dos agricultores familiares do semiárido baiano (CARIBÉ; CUNHA, 2018).

Desde o início dos anos 1950, o governo tinha como política agrícola a implementação de um projeto desenvolvimentista de expansão da produtividade da agricultura, por meio de práticas modernas via assistência técnica, com a criação da primeira Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no estado de Minas Gerais. Essa organização contou com o apoio da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), a qual disseminava um modelo de extensão rural produtivista inspirado nos moldes norte-americanos (SANTOS, 2014).

Os extensionistas não promoviam a participação dos agricultores no processo de formação, apenas procuravam induzir mudanças de práticas por meio de metodologias preestabelecidas que só atendiam aos interesses da agenda norte

americana, culminando na implantação do modelo — difusionista produtivista que persuadia os agricultores para uma mudança de mentalidade materializada na aquisição de um pacote tecnológico modernizante (SANTOS, 2014, p. 35-6).

Em vista disso, o modelo instituído pela ACAR não obteve aderência junto aos pequenos agricultores do semiárido, que não conseguiram colocar em prática o que aprenderam com os extensionistas, principalmente porque a renda proveniente da produção agrícola era insuficiente para a aquisição do novo pacote tecnológico proposto pela entidade de assistência técnica, o qual não tinha a participação dos agricultores (TAFURI; FAZIO, 2016).

A necessidade de crédito era uma realidade dos agricultores do semiárido baiano, circunstância que levou os movimentos sociais a constituírem sistemas de créditos alternativos, denominados de fundos rotativos específicos para essas entidades. “Essa modalidade previa que, após a devolução dos primeiros contratos, os recursos seriam reemprestados a outros tomadores, criando um processo contínuo” (BÚRIGO, 2007, p. 86).

Os fundos rotativos eram financiados com recursos obtidos, a fundo perdido, de instituições estrangeiras públicas e privadas signatárias do programa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), principalmente entre as décadas de 1960 e 1990 (TAFURI; FAZIO, 2016), e “administrados por ONG ligadas ao setor rural que atuavam em parceria com entidades representativas dos tomadores de crédito” (BÚRIGO, 2007, p. 86).

Antes da constituição da APAEB, os fundos de microcréditos eram gerenciados pelo MOC, o qual fora assumido por essa associação (ARAUJO, 2008). Em 1993, a sede da APAEB localizada em Valente-BA, inspirada em outras práticas, criou as primeiras organizações coletivas, com a introdução de uma prática de planejamento e inovações materializada pelos fundos rotativos solidários, popularmente conhecidos como Poupança APAEB (MAGALHÃES, 2005; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007).

Segundo Barreto (2016, p. 101), a “metodologia de fundo rotativo solidário mobiliza recursos monetários e não monetários por meio de um sistema de créditos e débitos alimentado e gerido de modo compartilhado por seus apoiadores, executores e beneficiários”. Favarin (2018) clarifica o conceito de fundos solidários ao considerá-los como poupanças coletivas que objetivam fomentar projetos econômicos, sociais ou

empreendimentos de produção por meio de empréstimos de pequenos valores e juros acessíveis aos agricultores familiares.

A dinâmica de funcionamento dos fundos na APAEB tinha a seguinte operacionalização: inicialmente, os agricultores devolviam os valores do financiamento na forma de dinheiro ou produtos. Esses produtos eram comercializados pelos pontos de venda da APAEB e os valores da venda eram abatidos do saldo devedor do agricultor. Nos casos de venda que ultrapassassem o valor da devolução, o agricultor recebia o excedente (FAVARIN, 2018). A devolução do valor pelos agricultores acontecia naturalmente, pois, como eram sócios da APAEB, os fundos rotativos eram tidos como patrimônio de todos. Essa forma de viabilizar o financiamento da atividade do sisal, em certa medida, deu acesso à população de baixa renda a um serviço típico de instituições financeiras convencionais (BITTENCOURT, 2003).

Então, o gerenciamento dos recursos dos fundos das APAEB era feito informalmente, o que teria causado, no fim da década de 1990, altos níveis de inadimplência, que giravam em torno dos 40% do montante total liberado aos pequenos agricultores (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007). Esse insucesso também pode ser explicado pela alta inflação da época e pela falta de um gerenciamento eficiente dos recursos, pois eram geridos por entidades sem vocação no setor financeiro (BÚRIGO, 2007).

Nessa conjuntura, em 31 de janeiro de 2001, o Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR) foi criado para centralizar e institucionalizar os diversos fundos rotativos espalhados entre as diversas organizações sociais (TAFURI; FAZIO, 2016). Ana Paula Araújo Lopes, integrante da equipe executiva do COGEFUR, relata como esse órgão foi gestado:

Aqui na Bahia, especificamente, o COGEFUR tem uma história embrionária. Surgiu ali dos sistemas de troca iniciou sendo sustentado pelos fundos que existiam nas APAEB. Cada uma dessas organizações tinha um fundo, o MOC, as APAEB, sindicatos, mas eles chegaram num momento que não conseguiram gerir esse fundo (...). Só que eles não conseguiram gerir, até por conta de todas as outras atribuições, e eles não tinham essa estrutura. (...) A gente precisa criar um órgão específico para isso. Aí especificamente onze organizações, sindicato de Araci, sindicatos de outras cidades, APAEB, na época, as cooperativas de crédito estavam surgindo ainda, e aí foi ganhando corpo. (...) Hoje a inadimplência chega no máximo a 3% (TAFURI; FAZIO, 2016, p. 100).

O COGEFUR tornou-se responsável pela gestão de novos aportes de doações internacionais e na estruturação da base legal de funcionamento por meio de contratos e procedimentos operacionais. Mas, sem respaldo jurídico, a operação dos fundos também dificultava a ampliação de novas fontes de financiamento, o que gerou a necessidade de se pensar na constituição de organizações financeiras formais capazes de mitigar essas questões (BÚRIGO, 2010). E coube às cooperativas de crédito rurais intermediarem o acesso aos recursos do COGEFUR à base dos movimentos. “Uma ação estratégica para a institucionalização das movimentações financeiras realizadas pelos movimentos sociais” (TAFURI; FAZIO, 2016, p. 101).

Para Magalhães e Abramovay (2007), o protagonismo das organizações populares, de um lado, por meio do trabalho político e educativo conduzido pelo MOC, pelas APAEB e sindicatos de trabalhadores rurais, e de outro, os serviços financeiros realizados pelas cooperativas de crédito mostraram que a racionalidade do comportamento do sertanejo não se limitava exclusivamente aos critérios econômicos, e que essa rede constituída com forte identidade territorial formou um mercado financeiro com características específicas para o território do Sisal. Búrigo (2010, p. 304-05) salienta o papel desses atores no fortalecimento do capital social em diferentes graus:

O processo proporcionou aprendizado, solidariedade econômica e abertura de canais de acesso ao mundo exterior (informação, financiamento, canais de comercialização e outros fatores) indicando caminhos para resolver os problemas comuns, ou, como se queira, para ampliar as oportunidades aos mais pobres.

A união dos atores sociais do Território do Sisal tem transformado a vida dos sertanejos mais vulneráveis que, por meio dessa organização social, também puderam ter acesso ao crédito com a criação da poupança APAEB ou fundos rotativos solidários. E, a partir do seu amadurecimento, vislumbraram a entrada no mercado financeiro formal, por meio das cooperativas de crédito, conforme detalhado na próxima seção.

2.2.4 Gênese do cooperativismo de crédito solidário na Bahia: a criação da ASCOOB Associação e das APAEB Cooperativas de crédito

Com o passar dos anos, a APAEB Associação percebeu que os volumes de depósitos realizados pelos agricultores, via fundos rotativos solidários, tornavam viável a criação de uma cooperativa de crédito. Essa instituição financeira normatizada pelo BACEN daria legalidade às operações de depósitos e empréstimos (EX-DIRETOR/CS, 2021).

Além disso, os agricultores familiares, ao longo da década de 1990, ao se verem como excluídos do Sistema Financeiro Nacional (SFN), principalmente em relação às políticas públicas de acesso ao crédito rural, realizaram mobilizações em várias partes do país. O movimento sindical do campo, por exemplo, “passou a cobrar do governo que os recursos oficiais de crédito rural fossem direcionados exclusivamente aos setores mais empobrecidos do campo” (BÚRIGO, 2007, p. 71). Esse movimento fora inicialmente constituído por cooperativas gestadas pelo Sistema CRESOL, no Sudoeste do Paraná e pelo Sistema ASCOOB, na Bahia (BÚRIGO, 2006). Essa união resultou na criação das Cooperativas de Crédito Rurais com Interação Solidária (CCRS). Para Búrigo (2007), esse processo também foi motivado pela institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)²³ e pelo reconhecimento de uma nova tipologia da agricultura brasileira, a agricultura familiar²⁴.

A parceria entre os diversos atores sociais em prol do atendimento das necessidades dos agricultores familiares promoveu, em 1993, o surgimento da Cooperativa Valentense de Crédito Rural²⁵ (COOPERE), popularmente conhecida como APAEB Valente Cooperativa de Crédito. Nascia, então, no semiárido baiano, a primeira cooperativa de crédito solidário da Bahia (CARIBÉ; CUNHA, 2018; EX-DIRETOR/CS, 2021). Essa iniciativa foi o primeiro passo para a inserção dos agricultores no mercado formal de crédito, uma experiência entendida como exitosa, que deu espaço para a proliferação de outras organizações (ARAÚJO, 2008; NASCIMENTO, 2000).

De 1996 a 2001, também foram criadas cooperativas de crédito rurais nos municípios: APAEB Alagoinhas, APAEB Araci, APAEB Pintadas, APAEB Feira de

²³ Esse Programa foi criado em 1996, como uma linha de crédito específica para o financiamento da produção da agricultura familiar que inclui operações de custeio e investimento.

²⁴ Em 2006, pela Lei 11.326, o governo regulamentou o agricultor familiar como categoria social, o que promoveu avanços para o meio rural, principalmente no acesso às políticas públicas.

²⁵ “São formadas por pessoas que desenvolvem, na área de atuação da cooperativa e de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativistas ou que se dediquem a operações de captura e transformação do pescado” (CRUZIO, 2009, p. 51).

Santana, APAEB Serrinha, APAEB Santaluz, APAEB Nazaré, APAEB Baixa Grande, APAEB Itatim e, por último, em Jacobina (BÚRIGO, 2010).

Em 1999, com o objetivo de fortalecer a capacidade de gestão das cooperativas de crédito rurais das APAEB, surge a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB). Com sede em Feira de Santana, a ASCOOB é gestada a partir da ação de entidades ligadas aos movimentos sociais, como o MOC, as APAEB, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Instituto de Cooperação Belgo-Brasileiro para o Desenvolvimento Social (DISOP Brasil) (SISTEMA ASCOOB, 2021).

A ASCOOB Associação foi gestada com o intuito de dar suporte para as cooperativas de crédito em 02 (duas) situações: mediante assistência técnica, por meio da captação de crédito de projetos internacionais, e ao disponibilizarem técnicos nas cooperativas para acompanharem os agricultores na gestão dos recursos recebidos. Essa instituição entendia que o crédito por si só não adiantava, visto que as tornariam instituições bancarizadas, situação que destoava da filosofia do cooperativismo de crédito solidário que pregava a inserção financeira dos mais vulneráveis a melhores condições de vida (EX-DIRETOR/CS, 2021).

A assistência técnica é realizada de forma sistemática por meio de reuniões, oficinas e intercâmbios. Nessas ocasiões, busca-se promover a reflexão sobre as diferentes práticas realizadas pelos agricultores e agricultoras, tendo em vista a sustentabilidade e a autonomia dos agroecossistemas. Dessa forma, a assessoria aos agricultores e suas famílias não está apenas vinculada ao projeto de crédito, mas ao enfoque sistêmico aplicado a projetos de transição agroecológica (JORGE, 2010, p. 04).

Nessa conjuntura, os associados das APAEB cooperativas de crédito tinham acesso à assistência técnica e extensão rural via ASCOOB Associação, mas necessitavam de um banco cooperativo para legalizar e intermediar a concessão de crédito entre o COGEFUR e os cooperados. Esse processo foi concretizado pela filiação ao Sistema SICOOB Central Bahia.

2.2.5 Filiação das APAEB cooperativas de crédito solidárias ao SICOOB Central Bahia

Apesar de terem o desejo de constituir um sistema cooperativo solidário, as APAEB, cooperativas de crédito que também eram ligadas à ASCOOB Associação,

iniciaram suas operações ligadas ao cooperativismo de crédito tradicional. Para tanto, filiaram-se ao Sistema Brasileiro de Bancos Cooperativos (SICOOB), porque na década de 1990 não existia um cenário político viável para a criação desse sistema cooperativo de crédito independente na região Nordeste (BÚRIGO, 2010).

A década de 1990 – início da “Fase da Globalização” – foi marcada pela predominância das políticas neoliberais – abertura financeira e comercial, privatizações de empresas estatais, redução da atuação do Governo Federal, dentre outras – iniciadas a partir do Governo Collor. O Estado brasileiro deixou de fomentar a estrutura desenvolvimentista econômica das regiões periféricas (...), inclusive a nordestina (GONÇALVES, ARAÚJO, 2015, p. 08).

Além disso, conforme a Resolução 2.139, de 31 de agosto de 1995, regulamentada pelo CMN, as operações das cooperativas de crédito devem ser intermediadas por bancos cooperativos, fato que já era viabilizado pelo SICOOB, que criou o próprio banco cooperativo, o BANCOOB. Assim, a partir da necessidade de realizar suas transações financeiras, as cooperativas de crédito da ASCOOB Associação efetivaram sua filiação ao SICOOB Central Bahia.

Nesse contexto, dentro da ASCOOB Associação, as cooperativas de crédito eram chamadas de SICOOB. O SICOOB Central Bahia fornecia suporte nas áreas contábil e de auditoria, bem como o acompanhamento na gestão administrativa. Já a ASCOOB Associação promovia o amparo de assistência técnica rural e a gestão das cooperativas e associações a ela vinculadas (EX-DIRETOR/ CS, 2021). O SICOOB Central Bahia deu o suporte administrativo às cooperativas de crédito APAEB associadas à ASCOOB até o início de 2008, assunto a ser detalhado na próxima seção.

2.2.6 Constituição da ASCOOB Central: um passo em busca da identidade

O livro intitulado “Experiências de Finanças solidárias no Brasil”, de autoria de Diogo M. Tafuri e Denizart B. de Fazio traz um capítulo com o relato de diversos autores e, principalmente, de integrantes do Sistema ASCOOB acerca de minúcias do processo de constituição das cooperativas de crédito solidárias na Bahia. Um fato que chama a atenção refere-se às várias declarações de um funcionário da ASCOOB Sisal chamado Ediney Souza Sacramento.

A gente era SICOOB na época, só que a gente não tinha como criar um sistema próprio, que o sonho era criar o Sistema ASCOOB, com cooperativas com

central de crédito. Como a gente não tinha condição de criar um sistema próprio, a gente criou só uma associação, um espaço de articulação política, mesmo sendo SICOOB, pra ter força pra demandar outras questões na SICOOB Central Bahia, em 1999 (TAFURI; FAZIO, 2016, p. 103).

As cooperativas de crédito da ASCOOB eram geridas pela SICOOB Central Bahia, que atuava com o público urbano, constituído por empresários que não tinham o olhar para a agricultura familiar e a economia solidária. Essas divergências em relação à forma de gestão do Sistema SICOOB aliadas ao foco de atuação fizeram os diretores do SICOOB Serrinha vislumbrar uma proposta de constituição de uma central de cooperativas própria, mais próxima dos objetivos almejados pela entidade (EX-DIRETOR/CS, 2021; TAFURI; FAZIO, 2016).

Diferentemente das cooperativas ASCOOB e com exceção da SICOOB Coopere²⁶, a maioria das cooperativas ligadas ao SICOOB Central não atuavam no semiárido. Deste modo, a ASCOOB e suas filiadas perceberam que estavam no lugar errado e era preciso pensar em algo diferente. Então, começaram os diálogos com as cooperativas da região Sul e, juntas, criaram em 2002 o Fórum Nacional das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (BÚRIGO, 2010; EX-DIRETOR/CS, 2021).

Somente no final de 2004 a ideia de constituição de uma central de crédito começou ser vislumbrada, porque, além da articulação com outras cooperativas de crédito do sul²⁷, segundo Búrigo (2010), constatou-se o crescimento das operações de crédito rural entre 1995 e 2004 das cooperativas de crédito ASCOOB, fato que tornava viável a constituição de uma central que atuaria como uma instância de gestão e governança dessas cooperativas singulares.

Em paralelo, Búrigo (2006) aponta que a diretoria da ASCOOB começou a levantar algumas preocupações relacionadas à filiação à SICOOB Central Bahia:

²⁶ Como dito anteriormente, a partir da filiação ao SICOOB Central Bahia, as cooperativas de crédito rurais ligadas à ASCOOB Associação começaram a ser chamadas de SICOOB. Em se tratando da cooperativa de crédito APAEB Valente, esta já possuía em seu nome fantasia a palavra “COOPERE”. Segundo Caribé e Cunha (2018), a partir da referida filiação, em Assembleia Extraordinária em 28.08.1998, passou a se chamar SICOOB COOPERE.

²⁷ Em 1996, o Sistema CRESOL foi criado pelos agricultores familiares no estado do Paraná a partir do apoio de organizações que manejavam fundos rotativos e outros mecanismos de apoio creditício para essa categoria social.

1ª A base das cooperativas de crédito ASCOOB era dos movimentos sociais e da agricultura familiar, e apresentava baixo nível de escolaridade dos associados e dirigentes. Essa situação dificultava o acompanhamento do ritmo de crescimento dessas organizações junto à SICOOB Central que, por sua vez, atuava com gestores profissionalizados e um público com maior escolarização.

2ª Além disso, ponderaram que a continuidade dessa filiação ao SICOOB Central promoveria o aumento no número de associados, o que levaria ao afastamento da maioria dos sócios em relação ao controle das cooperativas. Essa situação seria capaz de levá-los ao distanciamento da lógica de proximidade que amparou a criação das cooperativas ASCOOB;

3ª A filiação das cooperativas da rede ASCOOB ao SICOOB-BA e ao seu banco cooperativo, o BANCOOB, também se deu a partir da necessidade de oferecer aos associados da ASCOOB – à época constituídos apenas por agricultores familiares – financiamentos rurais destinados a essa categoria social, como, por exemplo, o PRONAF e as microfinanças. Infelizmente, essa demanda não foi atendida pelo SICOOB Bahia: segundo Búrigo (2007, p. 113), “a distância entre os objetivos traçados pelos bancos cooperativos e as lutas dos agricultores pode ser medida pela pequena força de pressão que eles vêm mostrando em negociações relativas ao crédito oficial voltado à agricultura familiar”;

4ª O posicionamento das organizações de segundo grau (SICOOB Central-BA) e terceiro grau (SICOOB Confederação) com as quais se encontravam vinculadas, à época. Esse acontecimento se materializou a partir da exigência de participação financeira de várias cooperativas ASCOOB para socorrer sua central. Os vínculos financeiros ocasionaram ônus econômicos e políticos para a ASCOOB, que teve de arcar com o rateio de perdas causadas por outras singulares que tinham baixa afinidade;

5ª A parceria com o SICOOB e, por consequência, com seu banco cooperativo, BANCOOB, demandou das cooperativas ASCOOB um rígido controle interno amparado em padrões complexos, o que iria exigir uma grande estrutura de funcionários, dirigentes e de aparato tecnológico nas singulares da ASCOOB. Essa exigência não coadunava com a realidade financeira, nem com a filosofia dessas cooperativas solidárias;

6ª Diferentemente das cooperativas do Sistema SICOOB, que operavam com o público urbano, as cooperativas ASCOOB atuavam com o público rural e, à vista disso, não se

sentiram contempladas no sistema de acompanhamento financeiro disponibilizado pela SICOOB Central Bahia e, logo, demandavam controles que atendessem a essa distinta realidade.

Dando sequência à articulação, conforme declarado anteriormente, em 2004, as cooperativas de crédito solidárias constituíram a ANCOSOL. Em 2006, criaram uma confederação de serviços e, em 2008, a ANCOSOL formou a Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Solidária (CONFESOL). Contou também com a participação ativa das cooperativas solidárias da Bahia, Alagoas e Sergipe (EX-DIRETOR/CS, 2021).

Em 2008, a ASCOOB Central desfilhou-se da SICOOB Central Bahia, mas algumas cooperativas vinculadas ao Sistema ASCOOB não aceitaram. Dentre elas, a SICOOB COOPERE, a primeira cooperativa de crédito solidária do estado da Bahia, localizada no município de Valente. Essa instituição financeira cooperativa durante anos comungava dos mesmos princípios do Sistema ASCOOB; mas, por não acreditar no projeto que se iniciava, resolveu optar pela segurança oferecida até então, proporcionada pelo Sistema SICOOB (EX-DIRETOR/CS, 2021).

Naquele momento, ficaram conectadas a essa nova empreitada um conjunto de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária que se uniram com o cooperativismo do Sudoeste do Paraná via Sistema CRESOL em prol do fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário (EX-DIRETOR/CS, 2021). Segundo Santos (2018, p. 119), "esse fato marca o afastamento das cooperativas filiadas à ASCOOB do dito cooperativismo tradicional vinculado à OCB, e o fortalecimento da economia solidária, visto que a nova instituição tem como prerrogativa maior a promoção do crédito solidário".

A ASCOOB Central inicia suas operações, passando a ser responsável pelo sistema gerencial, contábil, de supervisão e de auditoria das cooperativas, bem como pelas negociações de projetos com agentes financeiros e o atendimento às normativas do BACEN, conforme as leis que regulamentam o cooperativismo de crédito. Já a ASCOOB Associação ficou encarregada de direcionar suas ações para as áreas de formação e assistência técnica. E, a partir dessas 02 (duas) instâncias – ASCOOB Central e ASCOOB Associação – instituíram o Sistema ASCOOB (BÚRIGO, 2010; ASCOOB, 2021).

No âmbito nacional, a ASCOOB Central tinha como apoiador o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), era integrante da União das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar Solidária (UNICAFES) e da CRESOL Confederação.

Assim, ASCOOB Central era filiada à CRESOL Confederação. O Sistema ASCOOB era constituído por 5 (cinco) cooperativas singulares de crédito e pela ASCOOB Associação, que atuavam nos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. Na Bahia, tinha abrangência em 8 (oito) Territórios de Identidade, por meio de 32 (trinta e duas) agências. Em Sergipe e Alagoas, a ASCOOB tinha como filiadas 02 (duas) cooperativas de crédito singulares (ASCOOB, 2021).

De acordo com os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) referentes à data de 14.06.2017, a Bahia possui 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade. Desse total, o Sistema ASCOOB atuava em 08 (oito) territórios: Território do Sisal, Baixo Sul, Sertão do São Francisco, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano e Recôncavo. As cooperativas de crédito singulares denominadas como rurais²⁸ operavam nos seguintes municípios baianos:

- Cooperativa de Crédito Rural – ASCOOB Cooperar, com sede em Araci, atende aos seguintes municípios: Araci, Teofilândia, Tucano, Euclides da Cunha, Canudos e Ribeira do Pombal;
- Cooperativa de Crédito Rural – ASCOOB Itapicuru, com sede em Santaluz, tem raio de ação em Nordestina, Queimadas, Cansanção, Quijingue, Santaluz e Vitória da Conquista;
- Cooperativa de Crédito Rural – ASCOOB Sisal, localizada em Serrinha, e com cooperados em Serrinha, Água Fria, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cabaceiras do Paraguaçu, Camamu, Cairu, Conceição do Coité, Governador Mangabeira, Lamarão, Ichu, Ituberá, Igrapiúna, Sátiro Dias, Nilo Peçanha, Nova Soure, Valença e Taperoá (ASCOOB, 2021).

Em Sergipe, eram filiadas à ASCOOB Central as seguintes singulares: a Cooperativa de Crédito Rural – ASCOOB COOPEC, localizada no município de Poço

²⁸ Além do rural, informalmente as cooperativas ASCOOB já atuam com outros públicos, como microempresários e microempreendedores individuais. No ano de 2021, estão em processo de reformulação do estatuto social das singulares para a retirada do termo “rural” das respectivas nomenclaturas.

Verde, que atuava além desse em nove municípios do estado de Sergipe (Tobias Barreto, Simão Dias, Arauá, Itabaianinha, Umbaúba, Cristinápolis, Estância, Santaluz Luzia do Itanhy e Indiaroba). E, por último, a Cooperativa de Crédito Rural – ASCOOB COCREAL, situada em Alagoas, no município de Pão de Açúcar, e com abrangência em Pão de Açúcar, Belo Monte, Palestina, Jacaré dos Homens, Batalha, Jaramataia, São José da Tapera, Olho D'Água das Flores, Senador Rui Palmeira, Santana do Ipanema, Monteirópolis (SISTEMA ASCOOB, 2021).

3 CONCEITOS E FUNDAMENTOS

3.1 ISOMORFISMO INSTITUCIONAL: UMA PROPOSTA DE LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL

As instituições são composições lógicas formadas por um conjunto de normas e princípios que determinam comportamentos e valores, isto é, propõem o que deve ser, o que não deve e o que é indiferente. São materializadas por organizações com um formato simples ou complexo (FELICIO; BENELLI, 2014) e se “expressam por meio de mecanismos formais (regras legais, regulamentos, etc.) e por condutas informais que são percebidas muitas vezes de maneira subjetiva (ideologias, costumes, etc.)” (BÚRIGO, 2010, p. 31).

Segundo os neoinstitucionalistas, as instituições surgem na esteira da interação e, com o tempo, tendem a se tornar formas objetivas com o intuito de demonstrar sua viabilidade. Isso evidencia que as instituições são criadas a partir de um processo de normalização das ações rotineiras. Essa padronização tende a fornecer um modelo de conduta para os indivíduos, o que torna as instituições dotadas de uma realidade específica que parece aos atores como externa e coercitiva (RIZZA, 2008).

Nesse contexto, os defensores do neoinstitucionalismo, principalmente Meyer e Rowan (1977), discordam do argumento que as análises clássicas trazem acerca do papel da estrutura formal racionalizada como responsável pela coordenação e controle das atividades econômicas nas instituições. Os autores defendem que as organizações operam em ambientes institucionais, os quais definem os critérios de racionalidades que devem ser seguidos pelas instituições. Para Meyer e Rowan (1999, p. 87), quanto mais forte se torna a ordem legal e racional, maior será o grau em que as regras e procedimentos se tornem requisitos institucionais: “Surgem novas organizações formais e as que já existem adquirem novos elementos estruturais”.

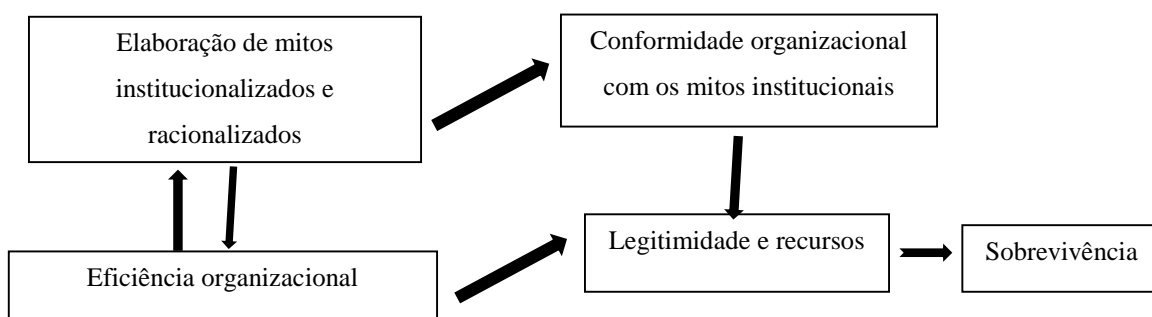
Na sociedade moderna, enquanto as concepções racionalistas consideram os controles e a coordenação como elementos essencialmente racionais, na visão de Meyer e Rowan (1999, p. 79), o foco deve ser a institucionalização. Para eles, essa prática inclui

“processos sociais, obrigações e condições reais que passam a assumir status de norma no pensamento e na ação social”. Sendo assim, as estruturas organizacionais formais surgem em contextos institucionalizados constituído por políticas, programas e normas racionalizadas. “As organizações que o fazem aumentam sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas adquiridas e procedimentos” (idem).

As regras institucionalizadas são classificações incorporadas pela sociedade que podem ser apoiadas pela opinião pública ou por força de lei. Nesse contexto, as estruturas formais racionalizadas incorporam essas regras e, à medida que os mercados se expandem, as redes de relações em um determinado campo também se expandem, tornando-se mais complexas, e passam a se tornar mais interdependentes nos níveis interno e externo (DIMAGGIO; POWELL, 1999).

Ainda para Meyer e Rowan (1999), as estruturas institucionalizadas nascem em 02 (duas) situações. Na primeira, as demandas de redes de relações locais promovem o desenvolvimento de estruturas que coordenam e controlam atividades. Essas estruturas contribuem na eficiência das organizações e lhes fornecem vantagens sobre concorrentes menos eficientes. Na segunda, a interdependência no relacionamento com as demais organizações bem como a liderança das elites nesse processo cria um contexto institucionalizado. “As estruturas racionalizadas oferecem uma explicação aceitável das atividades organizacionais e as organizações ganhem legitimidade, estabilidade e recursos” (MEYER; ROWAN, p. 94), conforme Figura 06.

Figura 07- Sobrevivência organizacional



Fonte: Meyer e Rowan (1999, p. 94).

Na realidade, para que essas normas institucionalizadas funcionem, elas dependem da existência de campos organizacionais para serem aplicadas. O que isso significa? Trata-se de um conjunto de organizações que formam uma área reconhecida da vida institucional, bem como de indivíduos que, juntos, contribuem para a definição de padrões de referência formados por fornecedores-chave, consumidores e agências regulatórias. O valor dessa unidade de análise está no fato de se preocupar não apenas com os concorrentes, mas com o total de atores relevantes envolvidos na rede de relação dos referidos campos (DIMAGGIO, POWELL, 2005; RIZZA 2008).

Para Dimaggio e Powell (1983), com base em Aldrich (1979), as organizações que atuam no mercado não competem apenas por clientes, mas por poder político, legitimação institucional, adequação social e econômica (estabilidade) e prestígio.

A adequação da organização ao arranjo desse ambiente institucional encontra-se associada à conformação, com normas e procedimentos institucionais adotados por outras organizações que geram homogeneidade de regras, normas e crenças. Assim, criam semelhanças estruturais entre organizações, processo denominado de isomorfismo institucional (MOURA; DOMINGOS, 2012; SCOTT, 2014). Isso revela que as organizações se tornam cada vez mais homogêneas dentro de determinados domínios e cada vez mais organizadas em torno de rituais, mitos²⁹ em conformidade com instituições maiores (MEYER; ROWAN, 1977), que também promovem o ordenamento de um campo organizacional (DACIN, 1997).

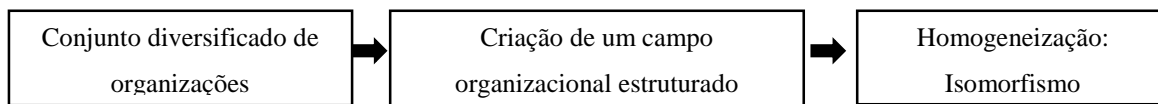
As atividades de um conjunto diversificado de organizações promovem a criação de um campo organizacional entendido como uma área reconhecida da vida institucional perante os fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências reguladoras e outras organizações que produzem serviços ou produtos semelhantes. “Nos estágios iniciais de seus ciclos de vida, os campos organizacionais apresentam uma diversidade considerável em termos de abordagem e forma. No entanto, uma vez que um campo se torne bem estabelecido, há um impulso inexorável em direção à homogeneização” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 75).

Portanto, as organizações estão cada vez mais homogêneas dentro de determinados domínios e cada vez mais organizadas em torno de rituais de conformidade

²⁹ Como exemplo, podem-se citar as profissões, os programas e as tecnologias.

com instituições mais amplas. Sob tais circunstâncias, organizações empregam controles em grupo (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Esse processo encontra-se representado na Figura 07.

Figura 08 – Processo isomórfico



Fonte: Elaboração própria (2021).

Os efeitos institucionais são difundidos por meio de um determinado campo organizacional, e o isomorfismo é o resultado, a consequência dos processos competitivos e institucionais (SCOTT, 2014). Freitas e Freitas (2013a, p. 1006) trazem um conceito de isomorfismo que justifica sua existência:

O isomorfismo é, portanto, um processo institucional de mudanças nas organizações. A busca de conformidade normativa e de legitimidade está na origem desse processo, conduzindo as organizações a se adequarem aos padrões regulatórios instituídos e também a se assemelharem àquelas organizações que possuem reconhecimento social no campo organizacional, e por isso são interpretadas como mais legítimas.

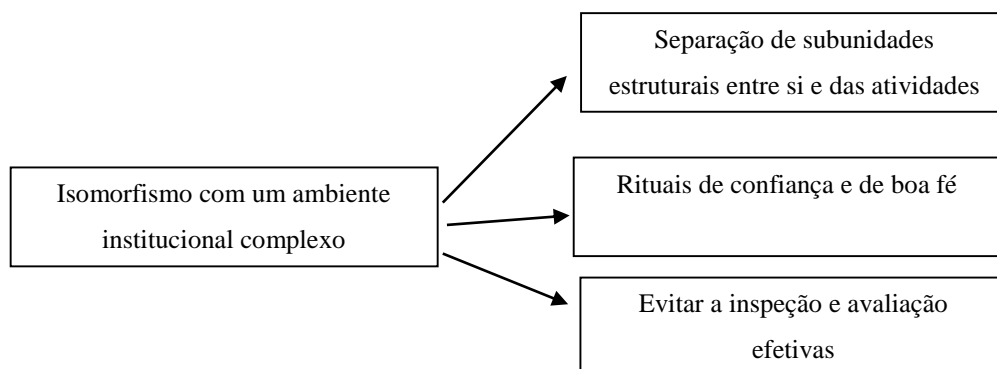
Nesse contexto, quanto maior a exposição das organizações às pressões institucionais, mais se tornarão isomórficas ao ambiente em que se encontram inseridas (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Isso também nos leva a refletir que o isomorfismo tem como efeito uma restrição no processo de mudança organizacional. Caso essas estratégias sejam transformadas em normas pelo campo organizacional, aumentam-se as chances de adoção. “Assim, as organizações podem tentar mudar constantemente; mas, além de certo ponto na estruturação de um campo organizacional, o efeito agregado de mudança individual diminui a diversidade no campo” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76).

Nesse cenário, “o surgimento de novos campos ocorre quando um número significativo de membros de diferentes grupos percebe novas oportunidades. A crise de novos campos reflete o fato de que não surgiram regras estáveis de interação e que os grupos estão ameaçados de extinção” (FLIGTEIN, 2007, p. 69).

As organizações atuam em um ambiente complexo composto por normas institucionalizadas. Para facilitar a gestão dos controles organizacionais, os administradores tendem a separar suas unidades em subunidades e atividades. Estas, por

sua vez, por conta da legitimidade garantida pela adoção do isomorfismo, tendem a ser dispensadas de inspeções e controles sociais, pois, em tese, todos os integrantes que as compõem internamente e os componentes externos agem de boa fé. Nesse sentido, os autores criaram uma figura que demonstra os efeitos do isomorfismo institucional nas organizações (Figura 09).

Figura 09- Efeito do isomorfismo institucional nas organizações



Fonte: Meyer e Rowan (1999, p. 101).

Ao considerar a existência de campos organizacionais, DiMaggio e Powell (2005) identificaram 03 (três) mecanismos nos quais ocorrem as mudanças isomórficas institucionais: o coercitivo, o mimético e o normativo.

A existência de um ambiente jurídico comum afeta muitos aspectos do comportamento e da estrutura dos campos organizacionais (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Nesse contexto, o isomorfismo coercitivo trata das pressões formais e informais exercidas sobre organizações por outras com as quais existe dependência, bem como expectativas culturais da sociedade na qual atuam, incluindo o Estado e os órgãos públicos. Nesse tipo de isomorfismo, esses atores definem restrições legislativas e normativas que devem ser seguidas ou, no caso das grandes corporações, a partir da imposição de cláusulas contratuais às empresas subcontratadas com efeito de homogeneização estrutural (RIZZA, 2008).

O Estado é um dos agentes que mais influenciam esse tipo de comportamento, sendo um ente que representa um mecanismo de poder com imposição de autoridade. Portanto, origina-se de influências políticas e do problema da legitimidade (POWELL; DIMAGGIO, 1999; RIZZA, 2008).

Se para Weber existe uma relação entre o tipo de racionalização competitiva adotado pelas empresas capitalistas e a formação dos Estados modernos, os neoinstitucionalistas complementam essa ideia ao defenderem que a inovação é resultado de processos produtores de homogeneidade (RIZZA, 2008).

A existência de um ambiente legal comum afeta diversos aspectos do comportamento e da estrutura das organizações. Weber aponta para o profundo impacto de um sistema racionalizado e complexo de leis contratuais, que exige controles organizacionais apropriados para honrar os compromettimentos legais (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 77).

Como nem todo isomorfismo deriva da autoridade coercitiva, existe também o isomorfismo mimético, que parte da imitação considerada como uma força poderosa, uma forma de fugir das incertezas, por meio de respostas padronizadas. Isso revela que “as organizações tendem a tomar como modelo em seu campo outras organizações que elas percebem ser mais legítimas ou bem-sucedidas” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 79). Nesse ambiente, os laços de comunicação encorajam esse mecanismo, pois informam aos tomadores de decisão sobre as práticas legítimas, bem como tendem a exercer pressão em direção à conformidade (GALASKIEWICZ; WASSER, 1989; HAUNSCHILD, 1993; WESTPHAL; GULATI; SOURCE, 1997).

Como exemplo da prática do isomorfismo mimético, pode-se citar a difusão na Europa e nos Estados Unidos das inovações a partir do princípio japonês de qualidade total que, conforme seus idealizadores, tem a finalidade de resolver problemas ligados à eficiência nas empresas e promover o aumento da colaboração e satisfação dos funcionários (RIZZA, 2008). Para Beckert (2010, p. 157), essa situação mostra que “em um ambiente complexo no qual os efeitos institucionais só podem ser determinados *ex-post*, os empreendedores institucionais não são capazes de identificar soluções institucionais ótimas”. Se os efeitos não podem ser antecipados racionalmente, a imitação de modelos institucionais legitimados no campo institucional é uma alternativa assertiva.

Um fator que atrai a adoção da imitação institucional refere-se aos custos de aprendizagem que contornam as novas regras institucionais. “Os atores podem instalar instituições que já foram testadas e aprovadas que funcionam em outros lugares. Isso é

um incentivo para os atores organizacionais ou estatais procurarem as melhores práticas institucionais”³⁰ (BECKERT, 2010, p. 152).

E, por fim, a profissionalização da gestão derivada das pressões normativas, que também tende a caminhar próximo à estruturação dos campos organizacionais. O isomorfismo normativo se ampara em dois aspectos da profissionalização: um se refere à educação formal e legitimação produzida por especialistas dos referidos campos organizacionais, e o outro à constituição de redes profissionais. Essa prática advém do compartilhamento de uma base cognitiva de normas e métodos de trabalho, materializado na adoção de “melhores práticas”, bem como da existência de laços e comprometerimentos em rede, desenvolvidos por especialistas universitários, categorias profissionais e segmentos ocupacionais (DIMAGGIO; POWELL, 2005, 1983).

Ainda para Dimaggio e Powell (2005), os campos organizacionais que incluem uma força de trabalho altamente profissionalizada são orientadas pela competição e por status. Assim, os profissionais tendem a escolher as organizações que possuem mais recursos e prestígio. “Esse processo impulsiona a homogeneização na medida em que as organizações procuram assegurar que podem oferecer os mesmos benefícios e serviços que seus competidores” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 82).

Destarte, para Mizruchi e Fein (1999), as obras de Dimaggio e Powell desvelaram por meio de várias situações empíricas a aplicação dos mecanismos do isomorfismo institucional, os quais podem aparecer sozinhos e em conjunto, mas seus efeitos nem sempre são identificáveis. Desse modo, os 3 (três) tipos podem ser utilizáveis em vários contextos organizacionais para entender por que as organizações são semelhantes e não por que são diferentes (HERSBERGER-LANGLOH; STUHLINGER; SHUNURBEIN, 2020).

Como uma forma de complementar as análises acerca do isomorfismo institucional, Beckert (2010) traz uma discussão acerca da heterogeneidade que pode ocorrer na atuação dos campos organizacionais nos tipos de isomorfismo. No mimético, a divergência institucional prevalecerá quando os modelos institucionais não fornecerem legitimidade, considerando-se as identidades culturais, os interesses políticos e econômicos. As pressões coercitivas acontecem nos casos onde os modelos são avaliados

³⁰ “Com base na observação sistemática dos concorrentes e na identificação das melhores práticas dos líderes da indústria, as empresas imitam as regras às quais é atribuído o sucesso do concorrente” (CAMP 1989 apud BECKERT, 2010, p. 156). Nesse sentido, “ao contrário do isomorfismo induzido pelo poder, o benchmarking busca ativamente possibilidades de imitação das regras e práticas de outras empresas para melhorar o desempenho” (BECKERT, 2010, p. 156).

de forma diferente pelos atores sociais ou pelo fato dos atores sociais observarem que as estruturas não se encaixam.

E, por fim, para Beckert (2010), a divergência acontece no isomorfismo normativo quando um modelo existente é avaliado de maneira distinta, considerando-se, por exemplo, entender em que medida as lógicas nacionais podem prevalecer em um período de várias exposições a atores transnacionais:

Além disso, as interdependências mútuas entre as instituições atraem empreendedores institucionais para soluções regulatórias distintas que manterão complementaridades institucionais, ou seja, soluções institucionais que se enquadrem com outras regulações institucionais vigentes no cenário específico (BECKERT, 2010, p. 156).

Assim, essa heterogeneidade também pode ser constatada nos casos de outras lógicas organizacionais que não se enquadram nos padrões institucionais citados pelo isomorfismo e que se reproduzem continuamente. Além dos motivos citados, existe outro igualmente importante que explica essa divergência – a falta de legitimidade de modelos institucionais específicos em relação a determinadas demandas.

Nesse contexto de divergência nos formatos organizativos delineados pelos argumentos de Beckert (2010), apontamos a importância de novos estudos, mas no campo empírico, como, por exemplo, para a nova sociologia econômica, conforme defendido por Karl Polanyi, que valoriza, além da força das instituições do mercado, outras economias que não se enquadram nesses padrões. Nesse cenário, podem-se citar as organizações da economia social e solidária, que se amparam nas lógicas da solidariedade, da reciprocidade e da redistribuição.

3.2 UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE KARL POLANYI NA OBRA “A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: AS ORIGENS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA NOSSA ÉPOCA”

Apesar de várias obras do húngaro Karl Polanyi abordarem a sua concepção acerca da relação entre economia e sociedade, foi no livro intitulado “A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época”, publicado em 1944 e cuja 2ª edição é de 2000, considerado uma das principais obras das ciências sociais do século XX, que nos apoiamos para fundamentar esta investigação. A referida obra, inclusive, tem ganhado respeito no campo da economia que, por muito tempo, ignorou a poderosa crítica de Polanyi à autorregulação do mercado (BLOCK, 2003).

Polanyi foi capaz de ligar a história dos fatos econômicos à antropologia social, uma discussão evitada pela maioria dos economistas clássicos, que ainda tentaram a todo custo abandonar estudos que relacionassem a cultura das civilizações primitivas como ponto de partida para a compreensão os problemas da nossa era (POLANYI, 2000).

A partir de uma perspectiva histórica, Polanyi retratou o surgimento da Revolução Industrial instituída no Século XIX (1815-1845), na Inglaterra, a qual provocou uma desarticulação na vida social dos ingleses e depois se alastrou pela Europa Central e Oriental, bem como desvelou seus desdobramentos, o movimento do liberalismo vigente na Europa do Século XIX, caracterizado pela pretensa autonomia da economia em relação à sociedade, típica desse período histórico no qual se estabelecera a sociedade de mercado (POLANYI, 2000).

Esse período foi berço da sociedade de mercado, instituição conduzida pela tentativa utópica de um sistema de mercado autorregulado, no qual os fatores necessários à produção (terra, trabalho e dinheiro) deveriam estar à venda e, portanto, foram transformados em mercadorias fictícias. Amparada no liberalismo econômico, essa instituição tentava a todo custo ser o princípio básico organizador da sociedade, a partir de uma tentativa institucional de separação entre a economia e as demais esferas que constituem a sociedade (POLANYI, 2000).

Diferentemente da narrativa dos economistas clássicos, em sua obra, Polanyi reforça em vários trechos que, até o Século XVI, a economia encontrava-se inserida na sociedade; isso porque, mesmo antes da ascensão do mercado autorregulado, os mercados

já existiam desde a Idade da Pedra. Mas, estes mercados eram isolados e regulados por outras instituições sociais e desempenhavam um papel incidental na organização da vida econômica (GEMICI, 2008; POLANYI, 2000).

“A economia de mercado é um sistema econômico regulado e orientado exclusivamente por mercados, com o objetivo de assegurar a ordem na produção e distribuição, confiada no mecanismo autorregulado” (POLANYI, 2000, p. 122). Para mostrar a inviabilidade da economia de mercado, Polanyi promoveu uma comparação entre o processo econômico da civilização moderna que caracterizava esse cenário com as sociedades pré-modernas ou primitivas que existiam até o fim do feudalismo. Estas últimas tinham uma ordem econômica distinta, enraizada e submetida às relações sociais, e não eram submetidas a motivações econômicas. Em vista disso, o mercado autorregulado que fora instituído promoveu “uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p. 60).

Além disso, o supramencionado autor retratou com detalhes a superação do mercado autorregulado por meio de uma narrativa de eventos históricos testemunhados por ele, como a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais, as Revoluções da Rússia e da Hungria, a crise econômica mundial nos anos de 1930 e a Guerra Fria (POLANYI-LEVITT; MENDELL, 1987). Isto posto, para Polanyi (2000), a destruição da civilização do Século XIX não pode ser explicada a partir de causas, como: ataques bárbaros, 1ª Guerra Mundial, revoltas de proletários socialistas e da classe média fascista. A não desintegração dessa sociedade é explicada pelas “medidas que a sociedade adotou para não ser aniquilada, pela ação do mercado autorregulado” (POLANYI, 2000, p. 289) por meio de grupos ou classes que pressionaram por proteção.

O movimento liberal, preocupado em difundir o sistema de mercado, foi confrontado por um contramovimento protetor que lutava para restringir sua ação. Esse pressuposto significou a tese do duplo movimento defendido por Polanyi: “Se a economia de mercado foi uma ameaça para os componentes humano e natural do tecido social, como insistimos, o que mais se poderia esperar senão que uma ampla gama de pessoas exercesse a maior pressão no sentido de obter alguma espécie de proteção?” (POLANYI, 2000, p. 182). A crise e a superação dessa economia de mercado nos anos de 1930 foram o que Polanyi denominou como a “grande transformação” caracterizada pelo duplo movimento – uma reação da sociedade no que se refere à dissolução do seu tecido social ante o avanço

das práticas de livre mercado (POLANYI, 2012; PRIETO, 1996). O fracasso da utopia de mercado em estabelecer ligações entre todos os países trouxe como resposta, em diferentes escalas, a ascensão do fascismo e do socialismo em várias partes do mundo (POLANYI, 2000).

O testemunho dos fatos contradiz decisivamente a tese liberal (...). A grande variedade de formas nas quais segue o contramovimento “coletivista” não foi devido a qualquer preferência pelo socialismo ou pelo nacionalismo por parte dos interesses envolvidos, mas deveu-se exclusivamente ao alcance mais amplo dos interesses sociais vitais afetados pela expansão do mecanismo de mercado (POLANYI, 2000, p. 177).

Para Polanyi, na obra em análise, o socialismo foi um movimento comprometido com a reforma do capitalismo por meio da superação do mercado autorregulado, subordinando-o a uma sociedade democrática, um esforço de tornar a sociedade um lugar de relações entre pessoas nitidamente humanas. Significou uma solução para os trabalhadores da indústria que não veem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada e que os mercados sejam mais do que uma característica útil, mas subordinada, numa sociedade livre (POLANYI, 2000).

Apesar do movimento socialista não se dispor a interferir no sistema de propriedade, o fato de não reconhecer os indivíduos particulares e os seus direitos disporem dos principais instrumentos de produção foram os motivos que dificultaram a reforma da economia capitalista pelos partidos socialistas. Desse modo, o fascismo tornou-se uma possibilidade política, uma tendência revolucionária dirigida contra o conservadorismo e a serviço do tema nacional. A existência do fascismo encontrou-se condicionada ao sistema de mercado, quando estava em ascensão. Tal movimento era apenas político, mas a crise dessa instituição possibilitou ao fascismo um poder mundial (POLANYI, 2000). Logo, as sociedades fascistas e socialistas foram o fruto da queda do sistema econômico vigente, que deixou de organizar a lei da sociedade e, finalmente, desvelou o primado da sociedade sobre esse sistema.

Para finalizar, nessa obra, Polanyi faz uma reflexão do conceito de liberdade na sociedade do Século XIX, dominada pelo mercado autorregulado. Ele mostrou que, à época, a liberdade se limitava a transações econômicas entre produtores e consumidores, respectivamente, sendo que os primeiros tinham sua renda provida livremente pelo mercado e os outros a gastavam livremente nesse mercado.

Qualquer indivíduo decente podia se considerar isento de qualquer responsabilidade por atos de compulsão por parte de um estado que ele,

pessoalmente, rejeitava; ou pelo sofrimento econômico infligido à sociedade e que não o beneficiava pessoalmente. Ele "pagava as suas contas", "não devia a ninguém", e não se envolvia nos males do poder e do valor econômico. Ele se sentia tão isento dessa responsabilidade que negava a sua realidade em nome da própria liberdade (POLANYI, 2000, p. 299).

Portanto, a expressão da liberdade nas sociedades complexas limitava-se à liberdade de mercado que igualava a economia às relações contratuais e as relações contratuais à liberdade. Isso mostra a ineficiência do mercado autorregulado em negar a liberdade e a responsabilidade de indivíduos por seus companheiros. "Isto significa uma liberdade total para aqueles cuja renda, lazer e segurança não precisam ser enfatizados, e um mínimo de liberdade para o povo, que pode tentar em vão valer-se dos seus direitos democráticos para se proteger do poder dos donos da propriedade" (POLANYI, 2000, p. 297-98).

Com a crise da civilização moderna, Polanyi propõe um repensar do conceito de liberdade a partir de sua ressignificação. Para tanto, segundo o autor, isso depende da capacidade da sociedade de defendê-la como um direito sagrado. Mas, como a liberdade é vista no fascismo e no socialismo? Diferentemente do socialismo, a resposta fascista ao reconhecimento da realidade da sociedade é a rejeição do postulado de liberdade, quando esta é considerada como uma descoberta cristã da singularidade do indivíduo e unicidade da humanidade, raiz que demonstra sua inclinação degenerativa. Assim, para o fascismo, o poder significa a liberdade da sociedade; já o socialista renuncia essa visão fascista da realidade e mantém a exigência da liberdade. Diferentemente da tese liberal, ambas não foram formas escolhidas pelo contramovimento "coletivista"³¹, o qual tratava-se do alcance mais amplo dos interesses sociais vitais afetados pela expansão do mecanismo de mercado (POLANYI, 2000).

Na sua obra, Karl Polanyi traz argumentos que explicam a incapacidade de existência duradoura da sociedade de mercado, a partir de uma reação da sociedade que se preocupou em manter a substância humana e a natureza dessa sociedade, com sua queda nos anos de 1930. Durante um século, o mercado autorregulado se expandiu, ocupou espaço e tempo, criou o dinheiro bancário, compreendeu cada uma das partes do

³¹ Resumindo, não foram grupos ou classes únicas a fonte do assim chamado movimento coletivista, embora o resultado tenha sido influenciado decisivamente pelo caráter dos interesses de classe envolvidos. Em última instância, o que fez as coisas acontecerem foram os interesses da sociedade como um todo, embora sua defesa tenha recaído basicamente numa seção da população em preferência à outra (POLANYI, 2000).

globo terrestre e, por fim, originou um movimento em um nível material sem precedentes, alcançando sua máxima expansão em 1914. Em contrapartida, surgiram contramovimentos que cercavam essa expansão e se preocupavam em enfrentar a ação desenfreada desse mercado que transformava os elementos – capital, terra e trabalho – em mercadorias (POLANYI, 2000). O movimento que modelou a história social nesse período teve 02 (dois) ângulos de análise:

Um se originou do choque entre os princípios organizadores do liberalismo econômico e a proteção social que levou a uma tensão institucional profundamente arraigada. O outro surgiu do conflito de classe que, interagindo com o primeiro, transformou a crise numa catástrofe (POLANYI, 2000, p. 165).

Depois dessa visão geral e considerando a tese de que existe uma pressão em separar o econômico do social a partir da profissionalização das instituições financeiras cooperativas do antigo Sistema ASCOOP, a próxima seção objetiva apreender, segundo Karl Polanyi, qual o lugar da economia nas sociedades modernas e nas pré-capitalistas.

3.3 O LUGAR DO ECONÔMICO NAS SOCIEDADES MODERNAS E NAS PRÉ-CAPITALISTAS E SUAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, SEGUNDO KARL POLANYI

Polanyi (2012; 2000; 1976a) nos convida a perceber que o sistema econômico pode ser entendido como um processo histórico vivenciado pela humanidade. Para tanto, inicialmente, torna-se necessário partir do conceito de mercado nas sociedades pré-capitalistas e na moderna. E, a partir dele, faremos os devidos desdobramentos com a intenção de desnudar os processos que separaram o mercado das demais instituições sociais tornando-se, em algum momento, conforme Polanyi (2000), autorregulável e uma esfera econômica autônoma com a intenção de dominar a sociedade.

A economia humana encontra-se emaranhada por instituições econômicas e não-econômicas, o que torna primordial a inclusão do termo não-econômico para entendermos as sociedades pré-mercantis e a moderna. De um ângulo, a religião ou o governo podem ser tão importantes para a estrutura e o funcionamento da economia quanto as instituições monetárias para a oferta de ferramentas e máquinas que aliviam o ofício da força de trabalho. Desse modo, desvelar como se deu a forma como os processos ou sistemas econômicos se instituíram nos diferentes tempos e lugares

contribui para compreender a mudança de lugar da economia na sociedade (POLANYI, 1976a).

Nas sociedades arcaicas, o mercado era um local aberto, de encontro, onde as necessidades da vida, especialmente alimentos (frescos ou preparados), podiam ser comprados em pequenas quantidades e, no geral, com valores predeterminados (POLANYI, 2012). Deste modo, desde a Idade da Pedra, o mercado tinha um papel incidental na vida econômica (POLANYI, 2000). Apesar disso, o mercado é uma instituição social que dá forma à atividade econômica e apresenta uma relevância no plano institucional (PRIETO, 1996).

No sentido institucional, o termo mercado não presume, necessariamente, um mecanismo de oferta-procura-preço. Ele é uma conjunção de traços institucionais definidos, que chamaremos de elementos de mercado. São eles: um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo de ofertantes, um grupo de demandantes, costumes ou leis e equivalências (...) o mercado só postula uma situação de trocas (...) um simples movimento de mercadorias entre mãos, conforme índices que podem ser determinados pelos costumes, pelo governo, pela lei ou pela própria instituição de mercado (POLANYI, 2012, p. 185-86).

A partir dessa análise, quando os elementos do mercado se combinam para formar um mecanismo de oferta-procura-preço, instaura-se um sistema ou economia de mercado, uma economia dirigida pelos preços do mercado (GARLIPP, 2001; POLANYI, 2000; PRIETO, 1996). Isso quer dizer que essa “categoria fundante do livre mercado é teórica e historicamente engendrada” (GARLIPP, 2001, p. 107), pois não apresenta um caráter natural e espontâneo. Dito de outro modo, o mercado como mecanismo autorregulado fora criado pelo liberalismo econômico, um princípio básico organizador da sociedade, com o apoio do Estado, com o objetivo de isolar a atividade econômica da esfera social em nome de um vetor do progresso que existiu para poucos.

Em várias obras, Karl Polanyi, a partir de casos empíricos, desvela o comportamento do sistema econômico da sociedade em diferentes momentos históricos, mostrando que a vida em sociedade não se limitava a motivações econômicas, conforme defendido pelos liberais. Ao contrário, existiram sociedades, comunidades e tribos que viveram em ambientes nos quais “os costumes e a lei, a magia e a religião, cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais eventualmente garantiam seu funcionamento no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 75) – fato que denota a preponderância do coletivo em relação ao auto-interesse do mercado autorregulado.

Nas economias pré-capitalistas, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, o sistema econômico encontrava-se presente de forma natural e espontâneo na vida da humanidade; enraizado na tradição e na religião dos grupos sociais, como uma forma de atender às motivações não-econômicas (ARAUJO, 2009; POLANYI, 2012). Uma das formas de demonstrar a conotação não econômica dessas sociedades refere-se ao uso do dinheiro. O dinheiro apresentava duas funções: 1 – meio de pagamento, na condição de algum tipo de dívida ou obrigação pela qual pagar e algo com que pagar; e 2 – meio de acumulação de riqueza ou tesouro (POLANYI, 2012; 1976b).

À época, o parentesco com suas extensões era a instituição que dominava as relações sociais. Esse laço promovia obrigações de vários tipos, tendo como principal as rixas de sangue e outras como a obrigação de vingança e o pagamento de multas. Em muitas comunidades, a lei primitiva apresentava um caráter sagrado (formal e ritualístico), que resultava em transações aprovadas pela religião. Os casos dos índios Tolowa e os Kwakiutl demonstravam a valorização do prestígio e da posição social atrelados a atos honoríficos das transações cerimoniais, por isso também contraíam dívidas intencionalmente. A riqueza consistia na posse de objetos de valor, principalmente aqueles que despertavam a emoção. Em relação ao pagamento das dívidas, podemos expor a existência do dinheiro de Palau (POLANYI, 2012):

A Ilha de Palau (Pacífico Norte) (...) a mistura de porcelana e vidro, de origem relativamente pré-histórica, é uma realidade (...). Dinheiro amarelo e vermelho de Palau: essas peças se parecem com conchas e vítreas, mas opacas. Diferentes tipos de dinheiro de Palau, de cor branca, servem de meio de troca específico; por exemplo, compram-se velas de barcos pelo tipo mais valorizado (...). O preço da noiva coaduna-se com a posição; o mais graduado paga mais! (POLANYI, 2012, p. 357).

A partir dos estudos empíricos citados, percebe-se que o dinheiro nessas sociedades, em grande medida, não se desenvolveu como meio de pagamento, pois não tinha como finalidade o entesouramento da riqueza; apresentava-se mais como uma categoria social, que de subsistência. Nessas sociedades, produzia-se endividamento de natureza não-econômica sem a presença do dinheiro (POLANYI, 2012).

Outra forma de caracterizarmos as sociedades primitivas refere-se, segundo Polanyi (2012), à inserção pela primeira vez na esfera econômica dos elementos verdade, justiça, lei e liberdade como valores institucionalizados, a partir de uma ação estatal.

Nas condições tribais, a solidariedade era protegida pelos costumes e tradições; a vida econômica estava inserida na organização social e política das

sociedades; não havia lugar para as transações econômicas (...). Ao mesmo tempo, um enorme avanço econômico tornou-se possível (...) com a ajuda do Estado: o rei-deus, fonte de justiça, legalizou as transações econômicas, antes proibidas como gananciosas e antissociais (...). Essa justiça foi institucionalizada mediante equivalências, proclamada em leis e praticada (...) pelos órgãos do palácio e do tempo que cuidavam do aparelho tributário e redistributivo do Estado territorial (POLANYI, 2012, p. 61).

A partir das normas legais, a liberdade naturalmente também chegava às sociedades pré-capitalistas por meio das leis; e isso significava que não havia senhor a quem se devesse obediência: “desde que cumprissem seu juramento ao rei-deus e se mantivessem fiéis à guilda, eram livres para agir de acordo com seus interesses comerciais, sendo responsáveis por suas ações” (POLANYI, 2012, p. 61). Destarte, percebemos a ação organizadora do Estado no campo econômico das sociedades pré-capitalistas, o que denota a inexistência naquele período histórico de uma mentalidade de mercado organizado de maneira mercantil.

Polanyi (2000; 1976), ao fazer uma ligação entre a história econômica e a antropologia social, ainda analisando as vivências de várias sociedades pré-modernas, afirma que os sistemas econômicos existiram desde os tempos remotos e são denominados como formas básicas de integração ou princípios da atividade econômica do mercado. Ele enumerou 04 (quatro): reciprocidade, redistribuição, domesticidade e trocas ou permutas de bens equivalentes.

Nesse contexto, a ordem na produção e distribuição dos bens é garantida pelos princípios da atividade de mercado, pois descrevem os processos econômicos nas sociedades por meio de uma estrutura institucional específica para cada forma de integração da economia. Isso significa que, nessas formas do mercado, a produção e distribuição dos bens integravam-se à lógica social, que tinha como sua subordinada a lógica econômica (PRIETO, 1996).

Em uma sociedade tribal, os interesses do coletivo, em sua maioria, extrapolavam os interesses individuais, pois a comunidade se preocupava em alimentar a todos, o que tornava crucial a manutenção de laços sociais, uma característica da reciprocidade. Essa ação foi reforçada pela frequência das atividades comunais, como, por exemplo, a partilha de alimentos na caça comum, bem como a participação dos resultados de alguma perigosa expedição tribal. Isso mostra que o grupo se encontrava unido por obrigações mútuas, o que denota ausência de lucro e riqueza, a não ser que lhe proporcionasse certo prestígio social (POLANYI, 2000).

Deve-se ressaltar que o simples agregado de comportamentos individuais não cria comportamentos recíprocos. Isso acontece por intermédio de um dispositivo institucional simétrico, como em grupos de parentesco (POLANYI, 1976b). Dessa maneira, entende-se que a reciprocidade é uma forma de distribuição que ocorre de forma horizontal, geralmente nos ambientes de economia familiar, e tem como propósito a equidade das relações (POLANYI, 1976).

Além de trazer estudos empíricos em pequenas comunidades, Karl Polanyi também desvelou a presença do fator reciprocidade nas grandes, a partir das pesquisas de Malinowski nas Ilhas Trobriand, na Melanésia Ocidental. Os membros das comunidades sem escrita relacionavam sua subsistência a partir de práticas de reciprocidade. Como isso acontecia? Os membros de um grupo, por exemplo, um homem de uma aldeia ou sub-clã supria a família de sua irmã com produtos agrícolas. Caso o irmão fosse casado, serviço semelhante seria prestado a sua família pelos irmãos de sua mulher. Essa atitude desencadeou um sistema de presentes e contrapresentes recíprocos, motivados pelo reconhecimento público dessa virtude para com seu parente (POLANYI, 2012).

Ademais, Malinowski detectou a instituição complexa do Kula entre os habitantes, uma variante estética do comércio exterior. O comércio ocorria em uma ilha na qual os nativos organizavam expedições a fim de levar objetos valiosos para povos que viviam em outras ilhas distantes.

As transações Kula entre os habitantes do arquipélago estendiam-se por vários anos, ao longo de dezenas de milhas de mares inseguros, envolvendo milhares de objetos, trocados como presentes entre parceiros individuais residentes em ilhas distantes. Toda essa instituição funcionava para minimizar a rivalidade e o conflito, maximizando a alegria de dar e receber presentes (POLANYI, 2012, p. 99).

As mercadorias não eram acumuladas e o prazer estava atrelado à capacidade de poder dá-las e, em seguida, receber outras. Tratava-se de um toma-lá-dá-cá movido por um dispositivo institucional sistemático e organizado de objetos valiosos transportados a grandes distâncias, ora denominado de comércio. Entretanto, essa totalidade complexa era dirigida exclusivamente em termos de reciprocidade (POLANYI, 2000).

No caso da redistribuição, essa forma de integração pode ser explicada a partir de reinados despóticos, como o novo Império do Egito. Como isso acontecia? Os camponeses entregavam sua produção para armazéns que eram geridos pelo Faraó. Essas mercadorias eram consumidas principalmente pela parcela da população não-produtiva, como as autoridades, os militares e as classes ociosas. Esse método de distribuição pode

trazer consequências sociais de longo alcance, visto que nem todas as sociedades são democráticas como as dos caçadores primitivos. Dessa maneira, a redistribuição pode ser realizada por uma família influente, por uma autoridade ou grupo de burocratas, os quais tentarão, em alguma medida, ampliar seu poder político de acordo com a forma como distribuem os bens (POLANYI, 2000).

Concebe-se que a redistribuição é uma forma de distribuir ou transmitir o que se produz e o que será consumido pela sociedade por meio de um dispositivo institucional denominado centralidade, que também pode ser representado pelo Estado ou algum órgão público, o qual tem o poder de decidir sobre a condução desse processo (POLANYI, 1976a; 1971).

Nos grandes países, as diferenças de solo e clima podem tornar crucial o uso de práticas de redistribuição. Em outros casos, ela pode ser aplicada por famílias de agricultores, caso exista uma certa discrepância em relação ao tempo entre a colheita e o consumo. Os exemplos mais conhecidos são: o Kraal, da África Central; a família patriarcal hebraica; a propriedade grega da época de Aristóteles; a família romana e o feudo medieval. Este último pode ser exemplificado a partir das sociedades africanas, estratificadas, conduzidas pelos criadores de gado estabelecidos entre os agricultores (POLANYI, 2000; 1976a).

Os presentes cobrados pelos criadores são principalmente agrícolas – cereais e cerveja, enquanto os presentes por eles distribuídos podem ser animais, especialmente carneiros ou cabras. Nestes casos, existe uma divisão de trabalho, embora geralmente desigual, entre os vários estratos da sociedade: a distribuição pode às vezes implicar uma medida de exploração enquanto que, ao mesmo tempo, a simbiose beneficia os padrões de ambos os estratos, graças às vantagens de uma divisão do trabalho melhorada (POLANYI, 2000, p. 72).

A relação estabelecida entre criadores e agricultores que caracterizava o feudalismo pode ser entendida como uma forma de redistribuição. Somente excluímos dessa lista o caso da Europa Ocidental, no qual o sistema feudal apresentou um caráter político e, assim, surgiu a necessidade de proteção do vassalo, e onde os presentes se converteram em tributos (POLANYI, 2000).

O princípio da domesticidade tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura, que parte das práticas de um grupo para prover as necessidades domésticas próprias. Consiste na produção e armazenamento de bens por um grupo fechado com a finalidade de consumo, tendo como dispositivo institucional a

autarquia. Diferentemente da reciprocidade e da redistribuição, a domesticidade não depende da existência do comércio e do mercado (POLANYI, 2000; 1976b).

A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser sexo, como na família patriarcal; localidade, como nas aldeias; ou poder político, como no castelo senhorial (...) o selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu (POLANYI, 2000, p. 73).

Assim, entende-se que, até o fim do feudalismo, os sistemas econômicos eram organizados pelas seguintes formas de integração: reciprocidade, redistribuição e domesticidade ou a combinação dos (03) três, os quais tinham uma organização social que se amparava nos dispositivos institucionais de simetria, centralidade e autarquia. Nessa realidade, os costumes, as leis e a religião conduziam o comportamento humano, e garantiam o funcionamento do sistema econômico direcionado pela lógica das relações sociais (POLANYI, 2000).

Pietro (1996) tenta, em alguma medida, a partir dos estudos de Polanyi, relacionar as formas de integração com as estruturas institucionais e os respectivos princípios de comportamento (Quadro 03).

Quadro 03 – Formas de integração da atividade econômica

FORMAS DE INTEGRAÇÃO	ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS	PRINCÍPIOS DE COMPORTAMENTO
Reciprocidade	Simetria	Dom/contradom
Redistribuição	Centralidade	Entrega de bens em um centro de autoridade
Domesticidade	Grupo fechado Autárquico	Produção para uso próprio
Intercâmbio	Mercado regulado/mercado autorregulado	Lucro individual Barganha

Fonte: Adaptado de Pietro (1996, p. 25).

Em outra obra, Polanyi (2012) também incluiu nos sistemas econômicos as trocas ou permutas por equivalência como uma forma de integração. Para o autor, tratam-se de “mecanismos simples que estabelecem relações quantitativas entre bens de diferentes tipos como uma medida de trigo e um jarro de vinho (na proporção um para um), ou gado de grande e de pequeno porte (na proporção de um para dez)” (POLANYI, 2012, p. 56) e não possuem relação com as trocas mercantis.

Na sociedade de Nuzi do século V a.C, uma das principais transações designada como *ditennutu* pode ser descrita como a livre troca do uso da terra, de pessoas, gado, dinheiro, veículos ou outros bens por qualquer desses bens,

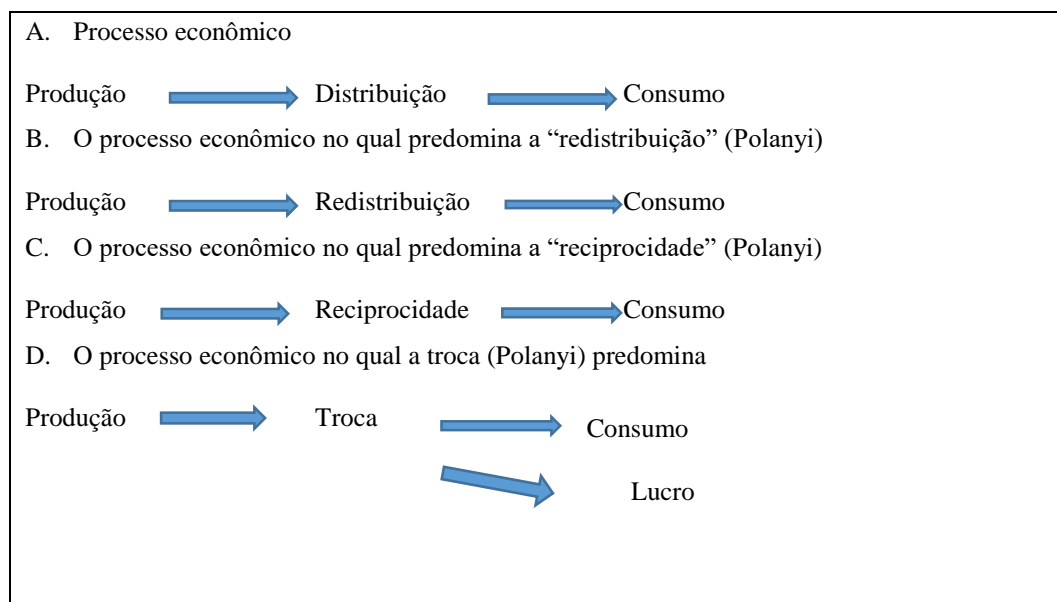
supondo-se que o uso que as duas partes fizessem poderia ser considerado igual. A posse não era transferida, apenas o uso. Nenhuma das duas partes pode auferir lucros. Por se referir apenas ao uso, a troca em princípio era limitada no tempo (POLANYI, 2012, p. 124).

A partir do momento que as trocas se tornavam frequentes, as equivalências poderiam realizar o papel dos preços, caso houvesse uma troca direta, sem moeda. Nas civilizações primitivas, a variedade de equivalências abrangia, além de alimentos e metais preciosos, terra ou trabalho, mercadoria ou dinheiro, ou qualquer combinação, apenas no que se refere à posse ou uso, ou até a fatores condicionais, como excedentes a serem captados. O pré-requisito que validava as transações estava condicionado à não exploração de nenhuma das partes – isso significava a manutenção da equivalência (POLANYI, 2012).

Diferentemente das 03 (três) formas de integração supracitadas, a partir do Século XIX, as trocas perderam a paridade, porque o padrão de mercado ao qual estavam associadas foi capaz de criar uma instituição específica, o mercado. E, para funcionar, necessitava de um sistema de mercado formador de preço (mercado autorregulado), o qual não foi criado para a realização de atos aleatórios de troca fixa, mas para trocas a preços flutuantes, as quais visavam ao lucro. Essa atitude promoveu uma relação de antagonismo entre as partes envolvidas (POLANYI, 2000; 1976a).

Trazendo a mesma perspectiva da economia de mercado, mas denominando a sociedade como capitalista, Swedberg (2014) demonstra na Figura10 o conceito de processo econômico, e faz a distinção entre a redistribuição, a reciprocidade e as trocas. Assim, o autor se esforça em mostrar a diversidade de formas de organização do processo econômico e seus interesses, discorrendo que o capitalismo abarca apenas uma dessas formas de integração: o processo no qual as trocas ultrapassam a finalidade de consumo dos envolvidos e objetivam promover lucratividade para uma das partes.

Figura 10– O capitalismo e outras formas de organizar processos e interesses econômicos



Fonte: Swedberg (2014, p. 168).

Ao explicar a Figura 10, o autor mostra que o capitalismo que direciona seus esforços para trocas com o objetivo de obter lucro é apenas uma das formas que a sociedade também comporta, mas existem outras expressões que integram a vida econômica da humanidade. A dinâmica economicista se desenvolve no momento que o processo econômico extrapola o consumo e passa a ter finalidade lucrativa. Os 02 (dois) mecanismos-chave do capitalismo são a troca organizada por meio do mercado e o ciclo de realimentação do lucro para a produção – ambos demonstram que a “organização dos interesses econômicos na forma do capitalismo seja tão efetiva para transformar a realidade econômica” (SWEDBERG, 2014, p. 169). Esse cenário expressa a atuação do capitalismo na economia.

Indo mais além nessa discussão acerca do lugar da economia na sociedade, Gemici (2008), a partir de estudos da antropologia econômica³² inspirados em Karl Polanyi, elaborou o Quadro 04 que explicita a visão dicotômica dos diferentes sistemas econômicos ao longo da história, enquadrando-os como *embedded* e *disembedded*.

³² É defendida por Polanyi (2012) como uma ciência que estuda a interrelação entre os aspectos sociais e materiais da vida humana. Estudos em sociedades arcaicas desvelam que a economia precisa ampliar sua compreensão de mercado a partir de uma visão substantiva - que não separa o econômico do ser humano. Ambos sobrevivem por conta de uma interação institucionalizada com o meio. Essa perspectiva entende que existe um mercado, mas também outras formas de produção e distribuição de riqueza.

Quadro 04 – A visão dicotômica dos diferentes sistemas econômicos ao longo da história

O LUGAR DA ECONOMIA NA SOCIEDADE		
	Encaixado ou Integrado (<i>Embedded</i>)	Desencaixado (<i>Disembedded</i>)
Tipo de economia	Pré-moderna	Moderna
Sistema de integração	Domesticidade/reciprocidade/redistribuição	Mercado

Fonte: Gemici (2008, p. 09).

A partir de uma interpretação da obra “A grande transformação”, Gemici (2008) analisou os tipos de economia, mostrando a distinção entre os diferentes sistemas de integração econômicos, atrelando-os às condições de *embedded* e *disembedded*.

Ao traduzirmos o termo *embedded*, podemos chamá-lo de integrado, incrustado. Nessa condição, os sistemas econômicos encontram-se incrustados na sociedade e, nessa condição, inexiste uma esfera separada da atividade econômica. Essa realidade torna-se explícita nas economias pré-modernas que se caracterizam pela domesticidade, reciprocidade e redistribuição como sistemas de integração, nos quais a ordem da produção e da distribuição de bens estão incrustados na ordem social: sua lógica econômica é dependente de sua lógica social (PRIETO, 1996). “Sua ordem econômica é uma simples função da ordem social” (POLANYI, 2000, p. 92). Em nenhum desses 03 (três) formatos podemos observar a presença do *homo economicus* ou da ação racional que a ciência econômica moderna afirma ser universal (PRIETO, 1996).

Analogicamente, nas economias modernas, os sistemas econômicos se caracterizam por estarem *disembedded*, ou seja, desencaixados da sociedade e, portanto, a economia se comporta como uma esfera apartada das instituições sociais. Logo, estão subordinadas ao sistema de mercado autorregulado (GEMICI, 2008).

Para Polanyi (2000), a gênese do mercado autorregulado pode ser explicada a partir da Revolução Industrial. Como se deu esse surgimento? A expansão dos comércios locais, bem como a invenção de maquinarias especializadas implicaram o desenvolvimento do sistema fabril no Século XVIII na Inglaterra, inicialmente a partir da produção de lã.

Para atender à necessidade de mão de obra das indústrias têxteis, era necessária uma desarticulação social da sociedade agrícola da época. Como isso aconteceu? Segundo

Dallanora (2007), a expulsão dos camponeses das suas terras e a garantia de emprego na cidade tornaram-se uma realidade que atenderia aos nobres que precisavam da força de trabalho dessas pessoas e, concomitantemente, para os pobres que necessitavam de habitação. Para Polanyi (2012, p. 54), “o medo da fome no trabalhador e a atração do lucro no empregador mantinham o vasto mecanismo em funcionamento”.

A Revolução Industrial foi um movimento caracterizado pela disponibilidade imediata de trabalho e matéria-prima para o processo produtivo. A obtenção de renda e emprego dependiam desse fluxo produtivo voltado para o mercado, cujo objetivo final era o lucro. Esse ambiente tornou-se propício para a instauração de uma economia de mercado, um sistema econômico dirigido e controlado por mercados que possuíam um mecanismo autorregulável. O funcionamento desse mercado dependia de que toda a produção fosse destinada para a venda, e que essa transação atingisse o máximo de ganhos monetários (POLANYI, 2000).

Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção será, então, controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. Partindo desses pressupostos, a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços (POLANYI, 2000, p. 90).

No mercado autorregulado, trabalho, terra e dinheiro foram transformados em mercadorias fictícias. A indústria demandava matéria-prima para produzir os bens para a venda e, portanto, tentou-se equivocadamente transformar a natureza em mercadoria. Os trabalhadores responsáveis pela transformação dos recursos naturais em bens foram demandados para conduzir as máquinas. Destarte, o trabalho passou a ser tratado como mercadoria, dado que essas pessoas passaram a vender sua força de trabalho em troca de uma determinada quantia em dinheiro denominada salário. Ao dispor da força de trabalho, esse mercado, chamado de “moinho satânico”, também teve a intenção de dispor da entidade física, psicológica e moral do homem (POLANYI, 2000).

Evidentemente que, na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidos (como a terra) ou, quando o eram, não o eram para a venda (como o trabalho). E, no entanto, nunca houve uma ficção tão completamente eficaz como esta. Com a compra e venda livre do trabalho e da terra, o mecanismo do mercado tornava-se aplicável a estes. Havia agora oferta e procura de trabalho; havia oferta e procura de terra. Havia, por conseguinte, um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um

preço de mercado para o uso da terra, chamado renda (POLANYI, 1978, p. 05).

A renda era o resultado das vendas de mercadorias e serviços empresariais no mercado. Essa renda chamada de lucro pode ser entendida como a diferença entre o preço dos bens produzidos e seus custos, bem como o preço dos bens necessários para produzi-los (POLANYI, 2000). Nesse ambiente, “nunca se concebeu uma ficção mais eficaz. Como o trabalho e a terra passaram a ser livremente comprados e vendidos, o mecanismo de mercado os absorveu” (POLANYI, 2012, p. 53). Destarte, o padrão de mercado autorregulado fora instituído na sociedade a partir do final do Século XVIII e início do Século XIX, e representou uma transformação completa na estrutura do tecido social. Uma experiência de desestruturação social e humana nunca vista na história (POLANYI, 2000; PRIETO, 1996).

A economia de mercado cria uma sociedade de mercado que tenta conduzir a sociedade como se essa instituição fosse um mero acessório da economia. Na sociedade de mercado, ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, acontece a situação oposta: são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. Pela primeira vez na história da humanidade, uma economia de mercado tem o poder de decidir a forma de produzir e distribuir o sustento do homem, regulado somente pela instituição, o mercado, por meio do uso de mercadorias fictícias (POLANYI, 2000; PRIETO, 1996). Isso “implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação de subsistência” (POLANYI, 2000, p. 60).

Dessa maneira, o entendimento acerca do comportamento do econômico nas sociedades pré-modernas e nas modernas leva a perceber, conforme várias obras de Polanyi, a existência de uma polaridade desse conceito. Diante disso, na próxima seção, apresenta-se o significado do econômico a partir das atividades desenvolvidas pela humanidade, considerando os mesmos períodos históricos.

3.3.1 As abordagens formal e substantiva da economia

A partir de estudos empíricos fundados na história das sociedades pré-modernas e modernas, na sua obra “A grande transformação: as origens da nossa época” publicada em 1944, segundo Machado (2012), Polanyi suscitou um debate acerca da necessidade de uma teoria econômica universal fundada sobre uma história também econômica universal. Para tanto, segundo Stanfield (1980), Polanyi promoveu, com o auxílio da antropologia econômica, estudos comparativos dos sistemas econômicos a partir das características que permearam as 02 (duas) sociedades.

Polanyi abriu o debate atual sobre antropologia econômica, amplamente estimulado pela sua insistência em promover uma distinção entre o que ele chamou de definições "substantivas" e "formais" da economia, e suas implicações para a análise histórica. Essa discussão não esbarrou sobre a existência ou não da economia (FINLEY, 1970), mas a partir do contexto cultural que motiva a produção e distribuição de bens e serviços. Isso significa que a análise comparativa dos sentidos do econômico desnudou muitas diferenças históricas e organizacionais e, em último plano, de caráter metodológico que nos levaram muitas vezes ao etnocentrismo e à negligência ao relativizar as distintas culturas das sociedades, considerando-se apenas o sentido da economia humana com sua forma de mercado (POLANYI, 2012; STANFIELD, 1980).

A humanidade se serve das atividades econômicas com o objetivo de promover a produção e distribuição de bens materiais que objetivam satisfazer suas necessidades de subsistência. O sistema econômico ou a função econômica da atividade social contém, em alguma medida, um padrão de comportamento social ordenado, que opera com a finalidade de fornecer meios necessários para o sustento da vida social e individual das sociedades (POLANYI, 2012; 1976b; STANFIELD, 1980).

O significado do substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver. Ele sobrevive graças a uma interação institucionalizada com o meio natural; isso é a economia, que lhe fornece os meios de satisfazer suas necessidades materiais. Esta frase não deve ser interpretada no sentido de que as necessidades sejam exclusivamente corporais, como alimento e abrigo, por mais que estas sejam essenciais à subsistência. Tal restrição limitaria absurdamente o campo da economia. Os meios, não as necessidades, é que são materiais (POLANYI, 2012, p. 63-4).

A investigação acerca da dinâmica que envolve a subsistência humana perpassa pela compreensão da economia a partir de seu conceito de substantivo. Esse sentido do

econômico sobreviveu da interação institucionalizada do homem com o meio natural e social que foi visivelmente percebida a partir das sociedades primitivas e arcaicas. Além disso, apenas a abordagem substantiva da economia é capaz de produzir conceitos capazes de tornar as ciências sociais aptas a investigarem os sistemas econômicos empíricos do passado e do presente (POLANYI, 2012; 1976b; 1968).

Com a instauração da Revolução Industrial no Século XVIII, houve uma mudança de pensamento. Nesse enredo, a teoria neoclássica intencionalmente limitou a acepção da economia para o seu sentido formal, fundindo a este o termo substantivo, tornando os dois um conceito único. Como isso aconteceu? A junção do significado de subsistência (necessidades materiais) da abordagem substantiva, com a escassez, advinda do conceito formal da economia, pode ser justificado por uma imposição do sistema de mercado (POLANYI, 2012; STANFIELD, 1980).

Como consequência da união dos significados do termo econômico, o mercado autorregulado buscou instaurar a falácia economicista, um “erro teórico que na prática a economia passou a consistir em mercados e o mercado envolveu a sociedade” (POLANYI, 2012, p. 52). Esse modelo abstrato da realidade considera apenas o comportamento econômico empírico, caso corresponda aos postulados do modelo formal maximizador, ou seja, tende a identificar os fenômenos econômicos com os fenômenos de mercado (STANFIELD; CARROLL; WRENN, 2015) “O mecanismo de oferta-procura-preço, cujo aparecimento produziu o conceito profético de lei econômica, converteu-se rapidamente numa das forças mais poderosas que entraram no cenário humano” (POLANYI, 2012, p. 51) e introduziu a lógica da ação racional que originou a ciência econômica formal (POLANYI, 1968).

A ação racional pode ser definida como a escolha dos meios (induzida por uma insuficiência dos meios, denominada de escassez) em relação aos fins, com o objetivo de se obter o máximo a partir dos recursos disponíveis (POLANYI, 1968). Desse modo, uma situação de escolha induzida por uma insuficiência de meios tornaria ínfimo o conceito substantivo do termo econômico.

Assim, ganhou força a crença universal de que nada existe em quantidade suficiente para todos (...) uma proposição do senso comum sobre a natureza limitada da oferta, seja como um postulado filosoficamente temerário sobre a natureza ilimitada dos desejos e das necessidades individuais. Num ou noutro caso, porém, embora essa afirmação se proclamasse empírica, não passava de uma asserção dogmática, que encobria uma definição arbitrária e uma circunstância histórica específica (POLANYI, 2012, p. 74-5).

Nesse contexto, a natureza ilimitada dos desejos e necessidades individuais tornou-se uma realidade na sociedade de mercado. Nesse ambiente, o dinheiro faria o papel de comprar as coisas ofertadas no mercado, restringindo o alcance das necessidades dos indivíduos a uma atuação de forma isolada (POLANYI, 2012). A busca incessante de vantagens individuais tende a minar os laços sociais e torna o mercado autorregulado como uma instituição decisiva: essa inovação deu origem a uma civilização específica no Século XIX e tornou a economia uma ciência da escolha (POLANYI, 2000; STANFIELD; STANFIELD, 1997). A visão formalista do econômico se tornou o *mainstream* para explicar o que é o econômico, e isso indica que a ideia de economia se tornou restrita a um meio de maximizar os recursos materiais (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020).

Diante do argumento que tende a sustentar a preponderância da abordagem formal sobre a substantiva, Polanyi traz dois exemplos que tornam essa afirmação um equívoco, ao alegar que as escolhas podem ocorrer em meios suficientes ou insuficientes: a primeira refere-se à intenção de um agente em atuar corretamente: essa encruzilhada entre o bem e o mal trata do campo da ética e não do mercado; e a segunda, que se relaciona a uma encruzilhada com o viés operacional (POLANYI, 2012; 1976a).

Nessa ótica, o autor cita o caso de um homem que, ao percorrer uma estrada, chega ao sopé da montanha, que possui duas vias que se bifurcam, ambas conduzindo ao mesmo destino, porém usando caminhos distintos. Considerando-se que não possuem a mesma extensão e inclinação, em tese não existe motivo para o homem decidir por uma ou outra opção ou para desistir do seu objetivo. Logo, em nenhum dos aspectos – moral e operacional – tende a se postular como uma insuficiência de recursos. Pelo contrário, a abundância de recursos pode tornar a escolha bem mais difícil, mas não menos necessária (POLANYI, 2012; 1976a).

O significado substantivo não implica escolha ou insuficiência de meios. A subsistência humana pode ou não implicar a necessidade de escolha; e, caso haja escolha, não necessariamente acontece devido ao efeito limitador da escassez dos meios. Isto quer dizer que algumas condições sociais e físicas mais importantes para a subsistência, como a disponibilidade de ar ou água ou a dedicação de uma mãe amorosa que cuida da criança, não são, via de regra, tão limitadas (POLANYI, 1978).

Aristóteles refutou essa ideia de homem econômico e trouxe uma reflexão do homem real com uma crítica à escassez na vida humana, valorizada nos moldes do

mercado. Para esse filósofo, a única necessidade natural do ser humano é o sustento, e atribui à escassez, uma ideia equivocada de vida boa, um desejo de ter cada vez mais bens e prazeres físicos. A partir dessa fala de Aristóteles, novamente Polanyi reforça a importância do aspecto substantivo na economia humana (POLANYI, 2012).

Diante das explicações acerca das distintas formas com que se apresentam os significados formal e substantivo da economia, Stanfield, Carroll e Wrenn (2015) fizeram um resumo para sintetizar essas abordagens, o qual apresentamos no Quadro 05.

Quadro 05 – Abordagens formal e substantiva da economia

ASPECTOS	ABORDAGEM FORMAL	ABORDAGEM SUBSTANTIVA
Base	Escassez axiomática	Necessidade de material axiomático
Unidade de análise	Individual	Sociedade
Objetivo econômico assumido	Eficiência	Suficiência
Comportamento econômico instituído	Implícito: homem econômico	Explícito: lugar ocupado pela economia

Fonte: Stanfield, Carroll e Wrenn (2015, p. 247, adaptado).

Os autores desvelaram as características de cada abordagem a partir dos elementos: base, unidade de análise, objetivo econômico assumido e comportamento econômico instituído. No âmbito formalista, percebe-se a presença da escassez por meio do uso individual dos recursos pelo homem etnocêntrico, objetivando a máxima eficiência por meio de trocas mercantis. Analogamente, na vertente substantiva, o homem se relaciona com a natureza para satisfazer suas necessidades materiais de subsistência por meio da suficiência, sem motivação econômica, e o seu comportamento instituído depende do lugar da economia na sociedade.

Os estudos empíricos de Polanyi (2000), em várias pesquisas históricas e antropológicas, levaram-no a concluir que a economia do homem se encontrava submersa nas relações sociais. Apesar dos interesses serem diferentes nas distintas sociedades primitivas, o sistema econômico era dirigido por motivações não-econômicas. Esse contexto fora alterado a partir da instituição do mercado autorregulado.

Segundo Stanfield, Carroll e Wrenn (2015), a intenção de Polanyi era desenvolver uma teoria econômica que fosse aplicável para sistemas que existiam antes do capitalismo de mercado, e sistemas que cresceram no capitalismo de mercado. Ele insistiu na

necessidade de uma abordagem substantivista, porque apenas esse sentido do econômico poderia proporcionar uma mente aberta para que o registro etnográfico pudesse ser sistematizado e interpretado sem a existência do preconceito etnocêntrico.

A problemática que envolvia as distintas formas do termo econômico – formal e substantivo – foi iniciada nas décadas de 1930 e 1940 por autores como Malinowski e outros, mas foi ampliada apenas entre os anos de 1950 e 1970, com a definição das bases metodológicas da antropologia econômica a partir de algumas obras publicadas por Polanyi que impulsionaram “O grande debate entre substantivistas e formalistas” que, no fim, não apresentou consenso entre os estudiosos (MACHADO, 2012).

Destarte, o contraste das abordagens formal e substantiva tornou-se crucial para a economia política moderna quando se voltou para o problema de se imaginarem arranjos institucionais futuros e alternativos (STANFIELD; CARROLL; WRENN, 2015), bem como a importância de Karl Polanyi para o pensamento econômico contemporâneo.

3.4 A CONTRIBUIÇÃO POLANYIANA PARA O PENSAMENTO ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO

Karl Polanyi fez parte de uma geração de intelectuais pacifistas e idealistas advinda de uma alta burguesia de origem judaica e radicada na Europa Central. Foi forçado a participar do horror da Primeira Guerra Mundial, testemunhou o colapso do antigo império Austro-Húngaro e do início dos movimentos revolucionários e totalitaristas. Diante desse cenário instável, participou de movimentos sociais, vinculou a compreensão da vida social aos seus anseios de liberdade e, sob condições muito adversas, fez um grande esforço para encontrar orientação para si e para a sociedade em tempos de incerteza (ÁLVAREZ-URIA, 2014).

Ao fazer um estudo comparativo da realidade de economias e sociedades pré-capitalistas e modernas em relação às sociedades capitalistas, Karl Polanyi demonstrou que, nas civilizações mais remotas, existiu uma variedade de formas institucionais da vida econômica que atuavam coletivamente em prol da subsistência humana. Essas formas eram representadas pela reciprocidade e redistribuição, e pautadas em valores como solidariedade e cooperação, que direcionavam os modos de vida da humanidade, priorizando as relações sociais em detrimento dos sistemas econômicos (POLANYI, 2012; 2000).

Analogamente, nas sociedades capitalistas, intencionalmente, aconteceu uma revelação revolucionária: o descobrimento do econômico como ciência. Esse episódio promoveu uma transformação da sociedade e o estabelecimento de um sistema de mercado autorregulado que se propôs a separar a esfera econômica da esfera social por meio da transformação da terra, trabalho e dinheiro em mercadorias fictícias. Este fato promoveu uma mercantilização da vida ao priorizar as trocas mercantis que têm como fim o lucro e o benefício individual, e ocasionou um aumento expressivo das desigualdades (POLANYI, 2012; 2000). Ainda sobre as características dessa sociedade, Polanyi (1947, p. 100) afirma que:

O casamento e a criação dos filhos, a organização da ciência e da educação, da religião e das artes, a escolha da profissão, as formas da habitação, a forma dos assentamentos até a estética do dia a dia, deve ser moldada de acordo com as necessidades do sistema (...). Aqui pode-se dizer que a sociedade é determinada pela economia.

A partir de uma original análise da sociedade de mercado, Polanyi trouxe uma das maiores contribuições teóricas para as ciências sociais do Século XX, quando revelou que a sociedade passou a moldar as relações sociais em todas as dimensões da vida da humanidade (ÁLVAREZ-URIA, 2014). A economia de mercado que surgiu no Século XVIII, mas ainda predominante na contemporaneidade por meio do racionalismo econômico, insiste em considerar que somos herdeiros de um tipo de ação economicamente *sui generis*. O que isso significa? Considera o homem uma entidade inata para comerciar, permutar e trocar uma coisa por outra. Essa tentativa de reduzir as relações sociais a fatos econômicos foi compreendida como a alegação da aplicabilidade da economia formal no cenário histórico universal. Mas, será que esse postulado economicista da sociedade de mercado pode ser enquadrado na realidade empírica? (POLANYI, 2012).

Nesse contexto, Polanyi (2012, p. 269) argumenta que se faz necessário submeter o postulado economicista ao teste de pertinência em todas as sociedades. Para tanto, precisamos entender que a economia humana é um processo social, entendido como “uma trama de relações entre o ser humano, como entidade biológica, e a estrutura singular de símbolos e técnicas que resulta na manutenção de sua existência”. Essa constatação leva ao sentido substantivo do termo econômico:

Isso não significa ignorar o uso popular de econômico que combina o economizar com a materialidade: equivale meramente a insistir na aplicabilidade restrita dessa composição do senso comum. A menos que tenha

alimento para comer, o ser humano está fadado a passar fome, seja ele racional ou não; mas sua segurança e, a rigor, sua educação, sua arte e sua religião também exigem meios materiais, armas, escolas, templos de madeira, pedra ou aço. (...) Insistiu-se reiteradas vezes que a economia deveria englobar todas as esferas de satisfação das necessidades materiais humanas – as necessidades materiais do ser humano, de um lado, e os meios para satisfazer suas necessidades, quer sejam materiais ou não, de outro (POLANYI, 2012, p. 271).

Mesmo diante dos argumentos, essa visão naturalista da economia que define a “economia como processo instituído de interações que servem para satisfazer necessidades materiais” (POLANYI, 2012, p. 78) não conseguiu competir com o sistema de mercado e, portanto, fora desacreditada. Apesar disso, a pré-história e a história da antiguidade comprovaram que nessas sociedades não existiram sistemas de mercados formadores de preços (POLANYI, 2012). Nesse sentido, Dalton, um autor polanyiano por excelência que atua no campo da antropologia econômica, corrobora com esse pensamento:

Todas as sociedades devem possuir algum tipo de organização econômica (...) arranjos (institucionais) estruturados para providenciar bens e serviços materiais – mas se esses arranjos se assemelham ou não às regras economizadoras da troca mercantil é uma questão de investigação empírica (DALTON, 1968, p. 32 apud MACHADO, 2009, p. 57).

Essas constatações levam a concluir que precisamos compreender o lugar do sistema econômico na sociedade (POLANYI, 2012; 2000). Assim, “o estudo da mudança do lugar ocupado pela economia na sociedade (...) é nada mais do que o estudo da maneira como o processo econômico está instituído em diferentes épocas e locais” (POLANYI, 1968, p. 148).

O ressurgimento da hegemonia do liberalismo de livre mercado no Século XX que evoluiu para o neoliberalismo tornou as ideias de Karl Polanyi condizentes com os dilemas que a sociedade global enfrenta atualmente (BIRCHFIELD, 2005). O que isso quer dizer? O pensamento econômico neoliberal, segundo Bartle (2005), possui 02 (dois) fatores que o distinguem do liberalismo: primeiro, os mercados não são reconhecidos como fenômenos naturais e a interferência na sua atuação por ação política ou social/coletiva reduz a eficiência e o conseqüente benefício econômico; e o segundo refere-se à exigência de operar livremente no comércio internacional.

Para os neoliberais, a essência do mercado em si é a transação e o estabelecimento de preços de compradores e vendedores. E os atos de criação de mercado são legítimos apenas na medida em que se esforçam na promoção de decisões livres e preços flutuantes

(BARTLE, 2005). Esse argumento acerca do mercado no neoliberalismo também pode ser corroborado com um dos credos liberais apontado por Polanyi (2000, p. 93) acerca dos mercados “definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores” que devem funcionar sem qualquer interferência externa. Além disso, todas as transações se tornam monetárias e nelas os preços têm a capacidade de se autorregularem – processo denominado por ele de mercado autorregulado.

O segundo fator que caracteriza o neoliberalismo refere-se à globalização dos mercados financeiros. Isso se refere à livre operação dos mercados no comércio internacional, considerada pelos neoliberais como um produto inegável da tecnologia e desenvolvimento dos mercados. Na perspectiva polanyiana, essa afirmativa é um equívoco, pois, apesar de não ter mencionado o papel dos aparatos tecnológicos no Século XIX, a alta finança era um dos pilares centrais do mundo liberal.

Similarmente, podemos fazer um paralelo do Século XIX com a ordem financeira global da contemporaneidade, uma vez que ambos foram o resultado da atuação do Estado com o objetivo de dismantelar os controles de capitais estabelecidos. O Estado, privado de suas funções regulatórias anteriores e retirado da atividade econômica substantiva, passa a ter um papel estreito de “vigia noturno” como aplicador de regras do mercado (DALE, 2010) na atualidade, iniciado com o descumprimento do acordo de Bretton Woods³³. Assim, a aspiração polanyiana de trazer as finanças globais sob alguma forma de controle social ainda ressoa claramente, meio século depois (HELLEINER, 1995).

Portanto, os paralelos entre a sociedade de mercado do Século XIX e a nossa era neoliberal são inevitáveis. As correntes polanyiana e marxista convergem em uma crítica ao capitalismo neoliberal quando sustentam que este apresenta uma natureza não democrática, em decorrência dos detentores do poder econômico serem irresponsáveis para com seus funcionários ou o público em geral, e anárquico em relação às decisões sobre alocação de recursos tomadas em uma base *ex-post* e sem uma preocupação sistêmica sobre suas consequências no que concerne às externalidades (a sociedade em geral e o meio ambiente) (DALE, 2010).

Para Polanyi, o problema gira em torno da mentalidade de mercado, fruto do *laissez-faire* e da dominação da sociedade pela economia. Sua crítica ao sistema de

³³ A conferência de Bretton Woods foi uma reunião de países em 1944 que objetivou a construção de uma ordem econômica internacional que fosse capaz de proteger as economias dos movimentos de capitais especulativos. Na visão polanyiana, refletia um contramovimento, na qual as finanças fossem o “servo” e não o “senhor” da sociedade (HELLEINER, 1995).

mercado não se refere ao fato deste ser explorador, mas de promover falta de liberdade. As relações sociais são respostas às forças impessoais e objetivas do mercado e, nesse sentido, não representam verdadeiras vontades individuais. Sua heurística não é a oposição contraditória de capital e trabalho, mas a dicotomia entre economia e sociedade. Portanto, o efeito das políticas neoliberais contribui para o enriquecimento dos detentores de capital, juntamente com o considerável aumento da desigualdade, insegurança, perda de serviços públicos e uma deterioração geral da qualidade de vida dos pobres e das classes trabalhadoras (DALE, 2012).

Na era neoliberal, a noção de "duplo movimento" de Karl Polanyi foi amplamente implantada por cientistas sociais como uma crítica da ordem prevalecente (DALE, 2012). Helleiner (1995) levanta alguns contramovimentos, considerados por Polanyi como reações da sociedade para se proteger ou se libertar das consequências do mercado autorregulado, o que na contemporaneidade denominamos de globalização financeira. Alguns exemplos encontram-se descritos no Quadro 06.

Quadro 06 – Contramovimentos dos Séculos XIX e XXI

CONTRAMOVIMENTOS DO SÉCULO XIX, CONFORME APONTADO POR POLANYI	CONTRAMOVIMENTOS DA ATUALIDADE – SÉCULO XXI
Criação dos Bancos Centrais Mundiais com o objetivo de proteger a sociedade do mercado autorregulado	Atuação dos Bancos Centrais Mundiais por meio de regime de regulamentação e de supervisão em relação aos mercados financeiros internacionais
Enraizamento do dinheiro como um propósito social	Moedas nacionais e locais em países que vão da Austrália à Suécia

Fonte: Helleiner (1995, adaptado).

Em entrevista a Santos e Onto (2021, p. 18), Gareth Dale, um dos grandes estudiosos da atualidade sobre Polanyi, afirmou que “a prevalência concedida ao mercado, concebido como instituição por Polanyi, constrange as possibilidades de emergência de uma teoria da ação coletiva de tipo econômico, nada menos do que essencial”. Isso para Polanyi significa a necessidade da construção de sociedades mais democráticas e igualitárias em âmbito econômico (BIRCHFIELD, 2005). Nesse contexto, Dale (2010) aponta experiências de contramovimentos ao neoliberalismo ao redor do planeta a partir de vários autores, conforme exposto a seguir:

- Margie Mendell discute as “alternativas libertadoras” que dentro e contra o paradigma de mercado dominante – o *Grameen Bank*, em Bangladesh, são exemplos o orçamento participativo em Porto Alegre e o movimento de comércio justo;

- O economista político sueco Björn Hettne destaca que, apesar da redistribuição se encontrar em declínio por meio do intervencionismo estatal e do mercado, existe uma terceira via, a atuação de outros arranjos recíprocos, denominada de Terceiro Setor ou sociedade civil;
- Hettne observa as experiências de economia informal na América Latina e outras partes do Sul Global que atuam como uma forma cada vez mais vital complementando a redistribuição e o mercado em caso destes se revelarem incapazes de satisfazerem as necessidades humanas.

No geral, as realidades citadas e outras, para serem consideradas como contramovimentos, segundo Polanyi, precisam atuar quando o mercado autorregulado mina a segurança dos meios de subsistência da humanidade, posto que se apresentam como ideias e organizações que objetivam defender a sociedade contra os excessos do mercado. Nesse cenário, a questão crítica é: até que ponto essas instituições ou complexos institucionais fornecem suporte para forças que são capazes, a longo prazo, de manifestarem, em alguma medida, o desafio ao poder do capital? (DALE, 2010).

Apesar da existência de contramovimentos que objetivam amenizar e se contrapor aos excessos do mercado autorregulado, na contemporaneidade, Nancy Fraser faz uma análise do Duplo Movimento de Polanyi e propõe um Triplo Movimento, ao incluir a emancipação como um elemento essencial na luta contra o avanço dos excessos do neoliberalismo.

3.4.1 Uma análise acerca do Triplo Movimento idealizado por Nancy Fraser

Nancy Fraser é uma filósofa adepta da teoria crítica que traz em várias de suas obras uma concepção pós-polanyiana a respeito da crise da atualidade. Para a autora, essa crise apresenta uma lógica estrutural polanyiana, fundada na ação da mercantilização fictícia, mas não sinaliza uma lógica política polanyiana³⁴ do duplo movimento. Para

³⁴ “Política é o veículo da deliberação pública que permite realizar verdadeiros acordos sociais, contestar as forças que escapam ao controle direto dos cidadãos comuns e obrigá-las a prestar contas” (BIRCHFIELD, 2016, p. 85).

Mendell (1990), esse movimento se caracteriza como o resultado da acumulação privada e da intervenção do Estado, fundamentais para compensar a devastação acumulada na sociedade pelo seu processo de acumulação privada.

De acordo com a gênese dos acordos entre economia e política no Século XX, o papel do Estado por meio da democracia representativa não tem incentivado a participação cidadã, o que implica um déficit de problematização da função da sociedade civil. Para resolver esse dilema, Fraser faz uma revisão da ideia do duplo movimento de Polanyi (mercantilização-proteção) com a finalidade de propor um triplo movimento (mercantilização-proteção-emancipação) refletindo acerca de perspectivas de transformação social emancipatória do Século XXI materializada por ações coletivas que se apoiam na democracia deliberativa, com e sem a outorga da democracia representativa (CORRAGIO et al., 2015; LAVILLE, YOUNG; EYNAUD, 2015b).

A partir de uma visão ampliada da obra intitulada “A grande transformação: origens da nossa época”, de autoria de Karl Polanyi, Nancy Fraser considera que esse autor insistiu na luta social, enfatizando os dois eixos: a oposição entre as forças favoráveis à mercantilização e os movimentos, em diferentes classes sociais, a favor da proteção social, o que gerou o duplo movimento. Sendo que para Polanyi, a ação dos mercados enraizados que geraram a proteção social eram bons e traziam segurança. Analogamente, os mercados desenraizados que promoviam a mercantilização eram ruins e ofereciam perigo (FRASER, 2016; FRASER, JAEGGI, 2020).

Além do estigma positivo e negativo do mercado enraizado e da proteção social que pode acompanhá-lo na contemporaneidade, Fraser (2016; 2011), a partir de uma crítica que abarca a sociedade e a economia, dá uma maior abrangência à problemática de Polanyi. Para tanto, em suas reflexões, incluiu um terceiro projeto histórico de luta social que redesenha o conflito central para Polanyi entre mercantilização e proteção social: a inclusão de um novo termo, a emancipação, o que a levou a enquadrar a existência de um triplo movimento. Nesse contexto, esses três valores centrais podem entrar em choque e precisam ser mediados (FRASER, 2016, 2011).

A partir de sua visão crítica, Fraser (2016; 2013; 2011) faz uma releitura do díptico economia-sociedade em um esquema societal mais complexo para descrever a grandeza e decadência da civilização do Século XIX, bem como busca, em alguma medida, explicar a crise do Século XXI. Para entendermos melhor a presença da emancipação nas análises feitas por Nancy Fraser, a autora alerta que Polanyi ignorou os

males provenientes dos mercados desenraizados, mais precisamente ocultando as formas de injustiça que não repousam sobre o mercado. Ele concentrou suas lutas contra a degradação causada pelo mercado, mas, no mesmo patamar, descuidou-se das lutas contra as injustiças fundadas na sociedade, as quais se encontravam codificadas nas proteções sociais.

Em 2016, Fraser explica como Polanyi negligenciou a visão mercantil presente nas proteções sociais. Para a filósofa, Polanyi não conseguiu perceber que as normas que definiam o encastramento do mercado eram caracterizadas com regularidade como hierárquicas e excludentes e, portanto, tinham como prerrogativa não proteger a sociedade, isso porque protegiam certas categorias da população em detrimento de outras. As normas do mercado encastrado desvelaram as desigualdades na posição social, na representação política e no acesso a recursos. Essa situação promoveu o fortalecimento da dominação, fato que motivou as lutas pela emancipação.

Para Fraser e Jaeggi (2020), o movimento triplo constituído pela mercantilização, proteção social e emancipação não devem ser considerados inteiramente bons ou ruins em si mesmos, nem mesmo a emancipação. A mercantilização se ampara na liberdade negativa e no consentimento; a concessão ao ético denota valor na segurança, na estabilidade e nas solidariedades sociais, expressos pela proteção social. Sobre essa questão, a autora traz um exemplo que relaciona o mercado desenraizado com a emancipação e a capacidade desta última de romper com a dualidade economia-sociedade.

As pessoas apresentam interesse legítimo em não terem a vida virada de cabeça para baixo de repente em função de uma fusão empresarial. Ainda assim, isso tem que ser corrigido pelo terceiro polo, a emancipação, que defende o ideal de liberdade como não dominação num sentido que vai muito além de normas liberais de liberdade negativa e igualdade de oportunidade (FRASER; JAEggi, 2020, p. 170).

A ambivalência de cada termo do triplo movimento define a crise capitalista como um conflito trilateral entre mercantilização, proteção social e emancipação. Nesse contexto, os teóricos críticos precisam compreender que, diferente da perspectiva polanyiana, a proteção social é ambivalente e que tende a amenizar os efeitos desintegradores da desregulação enquanto enraíza a dominação (FRASER, 2016; 2013).

A mesma ambiguidade se aplica aos outros termos (mercantilização e emancipação): a desregulação dos mercados traz resultados negativos, bem como pode causar resultados positivos. Isso acontece no momento em que são capazes de desfazer proteções opressivas, em caso de experiências em economias de comando burocraticamente administradas ou quando o mercado de trabalho se abre aos que foram involuntariamente excluídos deles como, por exemplo, os ex-escravos. E, por último, a emancipação que, apesar de levar a uma liberação, também possui a capacidade de romper os tecidos das solidariedades presentes, a partir do momento que for capaz de dissolver a base ética solidária da proteção social encorajando a mercantilização (FRASER, 2016; 2013).

Na contemporaneidade, cada elemento do triplo movimento possui seus defensores. Os neoliberais apoiam a mercantilização; a proteção social possui múltiplos apoios: os socialdemocratas e sindicalistas nacionalistas, os movimentos populistas opostos à imigração – dos movimentos religiosos neotradicionais aos militantes antiglobalização e dos ecologistas. A emancipação é o cavalo de batalha de sucessores dos novos movimentos sociais, dentre eles, o multiculturalismo, o feminismo internacional, os defensores da comunidade *gay*, os militantes dos direitos humanos e os defensores da justiça mundial (FRASER, 2016).

Os movimentos de emancipação têm como prerrogativa analisar e criticar o conteúdo ético da proteção social em relação às “noções de perigo e segurança, família, comunidade, pertencimento, dignidade e mérito, dependência, participação e trabalho, portanto, de sexo, nacionalidade e raça” (FRASER, 2016, p. 51). Assim, por meio de um objeto de contestação política, a emancipação traz à tona o que Polanyi de forma oculta denomina de sociedade para um outro espaço: a esfera pública da sociedade civil. Nesse contexto, diferentemente de Polanyi, Nancy Fraser, ao incluir a emancipação no triplo movimento, transforma a tríade sociedade-economia-Estado em um quarteto que leva em consideração a esfera pública da sociedade civil.

Para Fraser, a presença da sociedade civil na esfera pública, torna complexa a posição do Estado que, a partir desse momento, pode ser definido considerando a sua relação com essa esfera em dois âmbitos: passam a administrar as proteções sociais a partir de modelos e de domínio de especialistas apartados de vias de comunicação, excluindo a sociedade civil por meio da “hierarquia de status, as discrepâncias de classes e as assimetrias políticas (ou seja, as desigualdades de reconhecimento, de distribuição,

de representação)” (FRASER, 2016, p. 54). E, de outro, administrar de forma participativo-democrática, por meio de um constante diálogo, garantindo a todos um acesso aos recursos necessários a uma participação perfeitamente igualitária.

A participação equânime abre a possibilidade para um novo olhar acerca do espaço público – uma desinstitucionalização das normas que privilegiam as majorias para permitir a participação das minorias. Essa participação equânime fora denominada de princípio da paridade participativa (FRASER, 2016). Nesse contexto, a luta contra a preponderância trazida pela financeirização passou a ser travada na sociedade, organizada a partir de inúmeras configurações institucionais e modos de governança (mercados, hierarquias, redes, associações, comunidades, clãs, Estado) (MENDELL, 2016).

No próximo tópico, considerando as diversas lógicas institucionais, demonstraremos uma grade analítica de reconciliação entre o econômico e o social criada por França Filho, Rigo e Souza (2020) dentro do contexto de organizações coletivas.

3.5 A DEMONSTRAÇÃO DA GRADE ANALÍTICA DE RECONCILIAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE ENRAIZAMENTO DO ECONÔMICO NO SOCIAL

Os pesquisadores França Filho, Rigo e Souza (2020) tentaram desmistificar os limites das iniciativas que se intitulam como econômicas, a partir de 02 (duas) perspectivas teóricas: a relação entre o econômico e o social na dinâmica de diferentes formatos associativos e a perspectiva polanyiana de enraizamento e desenraizamento do econômico no social.

Entender a reconciliação significa refletir acerca da aplicação da racionalidade na realidade nas práticas organizacionais. Para tanto, é necessário ter um duplo olhar que, de um âmbito, considere o propósito, o objetivo que guia a organização, denominado como finalidade da gestão e, de outro, o processo de realização da gestão, descrito na grade como modo de operar a gestão (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020; FRANÇA FILHO; RIGO; SOUZA, 2020). Para facilitar o entendimento acerca dos critérios indissociáveis

– finalidade da gestão e modo de operar a gestão – criou-se o Quadro 07, que traz um resumo de suas principais características e subcritérios, conforme proposta dos autores.

Quadro 07 – Critérios e subcritérios da proposição de grade analítica

CRITÉRIOS	CONCEITO	SUBCRITÉRIOS	TIPO DE RELAÇÃO
Finalidade da gestão	Normas que orientam a conduta e o comportamento do empreendimento ou iniciativa.	<u>Utilidade Social</u> : comportamento do empreendimento guiado principalmente por propósitos não-econômicos da sua atividade de diversas naturezas (ambiental, cultural, política ou social). <u>Viabilidade Econômica</u> : o comportamento é conduzido pela capacidade de autofinanciamento sob as condições de mercado.	<u>Foco no social</u> <u>Foco no econômico</u>
Modo de operar a gestão	Tomada de decisão da gestão por meio de princípios e normas definidos pela dinâmica organizacional.	<u>Governança democrática</u> : práticas de gestão coletiva conduzidas por princípios de cooperação e mecanismos democráticos. <u>Governança tecnocrática</u> : práticas de gestão na qual a condução e a tomada de decisão são guiadas por diretrizes técnico-financeiras.	<u>Foco no social</u> <u>Foco no econômico</u>

Fonte: França Filho, Rigo e Souza (2020, adaptado).

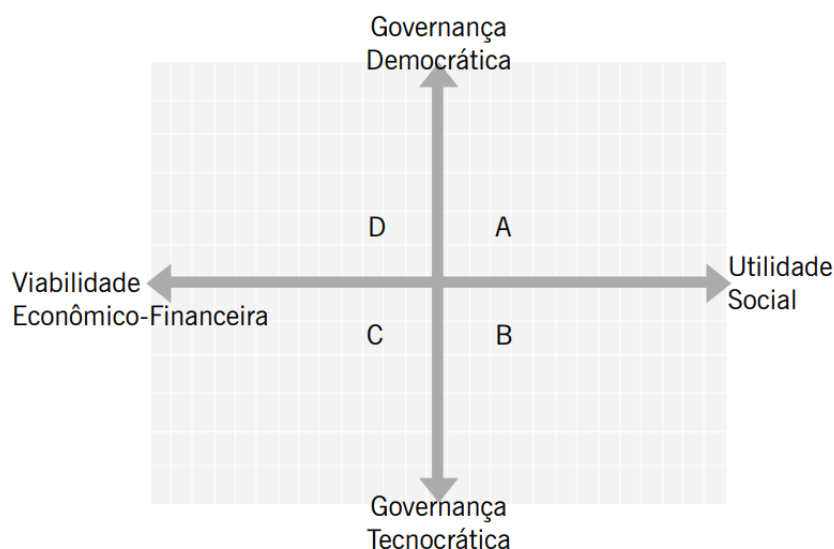
A partir da compreensão dos critérios e subcritérios que circunscrevem a grade analítica, podemos demonstrar a relação entre eles e as dimensões (econômica e social) que os envolvem.

Se o subcritério governança democrática indica maior peso da dimensão social no processo de gestão, dado o seu caráter de apropriação social, o critério governança tecnocrática indica o contrário, pela simples negação dessa apropriação social do processo de gestão. Neste caso, o subcritério governança tecnocrática indica maior peso da dimensão econômica entendida segundo parâmetros de uma racionalidade de mercado, já que ele decorre desse padrão de racionalidade (...). Se a prevalência do subcritério utilidade social indica o maior peso da dimensão social em termos de finalidade ou propósito organizacional, a prevalência do subcritério viabilidade financeira reafirma o maior peso da dimensão econômica, segundo parâmetros de uma racionalidade de mercado (FRANÇA FILHO; RIGO; SOUZA, 2020, p. 561).

Diante da interação entre os elementos (utilidade social/viabilidade econômica/governança democrática e governança tecnocrática), os autores promoveram a criação da grade analítica com 04 (quatro) quadrantes (A, B, C e D). No eixo horizontal, delimitaram 02 (dois) polos: a viabilidade econômico-financeira e a utilidade social; e no eixo vertical,

a governança democrática na parte superior da grade e, na inferior, a governança tecnocrática (Figura 11).

Figura 11 – Grade analítica da reconciliação entre o econômico e o social



Fonte: França Filho, Rigo e Souza (2020, p. 562).

Diante das interações entre os quadrantes e os critérios estabelecidos, os autores realizaram um estudo nos quatro casos (negócios sociais, terceiro setor, economia social e economia solidária) que compõem as empresas sociais. Em seguida, a partir da grade analítica criada, enquadraram os referidos arranjos organizacionais com o objetivo de trazer tendências, ao invés de uma visão homogênea da realidade. A partir dessa investigação, os autores desprenderam três resultados: (1) a não reconciliação entre o econômico e o social; (2) sua justaposição; e (3) a reconciliação, considerando os quatro quadrantes (A, B, C, D).

Segundo França Filho e Eynaud (2020, p. 139), para promover a “reconciliação entre o econômico e o social deve haver uma finalidade social ou não econômica da gestão subordinando os imperativos de mobilização econômica dos recursos - através da viabilidade financeira - na dinâmica organizativa”.

A dimensão social presente nessa ideia de reconciliação indica não apenas um propósito ou finalidade não econômica, como um modo de operar a gestão que também estabeleça a primazia de critérios sociais de decisão sobre critérios apenas técnico-rationais guiados por indicadores financeiros- de rentabilidade. A ideia de critérios sociais de decisão conforma o caráter propriamente

político-democrático de uma gestão concebida em outros termos, ou seja, nos termos de uma outra gestão (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020, p. 139-40).

França Filho e Eynaud (2020) explicam que a governança democrática propõe um equilíbrio entre o social e o econômico por uma proposta de gestão que, além dos procedimentos técnicos, consideram-na a partir da realidade social e dos seus princípios de cooperação e solidariedade.

3.6 UM OLHAR SOBRE A SOLIDARIEDADE NA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

Desde o advento da primeira Revolução Industrial, a expansão da economia de mercado busca restringir as relações sociais a meras trocas mercantis, a partir de uma tentativa de descolar a economia da sociedade. A lógica econômica ganha uma autonomia sem precedentes, a ponto de subordinar seus interesses ao conjunto da vida social e coletiva, dando vários contornos ao conceito de solidariedade.

Nos tempos medievais, período marcado pelo poder da Igreja e da classe aristocrática, Westphal (2008) aborda que as igrejas cristãs, principalmente a católica, criaram uma concepção de solidariedade que foi capaz de influenciar mundialmente as práticas e políticas sociais dos Estados. Então, a solidariedade, segundo a Doutrina Social Católica (DSC) é vista como virtude social do evangelho, direcionada para os mais necessitados.

É o perder-se para o outro, para ter a verdadeira vida (cf. Mt 10, 40-42; Mc 10, 42-45; Lc 22, 25-27). Com Jesus de Nazaré pode-se perceber o nexo entre solidariedade e caridade; a solidariedade reveste-se de gratuidade total, o perdão e a reconciliação (COBERLINE, 2007, p. 150).

A sistematização da DSC só aconteceu no Século XX, nas igrejas da Alemanha, onde vários autores como Heinrich Pesch (1854-1926) e Arthur Fridolin Utz (1908...) discutiram a contribuição da doutrina para a sociedade, o que tornou a solidariedade como princípio de Estado. Pesch entendia a solidariedade como princípio ético, que se fundamenta na necessidade de complementariedade a partir de 03 (três) princípios: princípio de direito, princípio de formação comunitária e princípio de caridade, sendo que

os 02 (dois) primeiros influenciam consideravelmente a determinação da relação entre liberdade individual e justiça social (WESTPHAL, 2008).

Sobre essa visão de solidariedade, na qual os cidadãos são motivados pelo altruísmo ao cumprimento de seus deveres uns com os outros voluntariamente, Laville (2009, p. 310) a denomina de solidariedade filantrópica. Concentra-se na “preservação da paz social, concepção que tem por objeto o alívio dos pobres e sua moralização por meio de ações paliativas”. Essas ações criam vínculos de dependência com os beneficiários, os quais podem submetê-los a uma situação de inferioridade, que reverbera em hierarquização social e a manutenção das desigualdades sociais (LAVILLE, 2009).

Diferentemente da Europa, na América Latina não aconteceu a mesma evolução da DSC, mas, na década de 1960, surgiu a Teologia da Libertação (TL), como resultado dos problemas sociais, econômicos e políticos vivenciados pela população empobrecida, os chamados oprimidos, os sem dignidade e os sem direitos. O trabalho da TL acontece por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). E, como isso acontece na prática?

Trata-se de uma teologia situacional, ancorada no contexto concreto dos atingidos e objetivando uma renovação da prática teológica e social. No processo de aprendizagem dialógica, os atingidos tomam consciência crítica de sua realidade e procuram por soluções que possam preencher sua necessidade de liberdade, autodeterminação e condições de vida digna (WESTPHAL, 2008, p. 46).

Na realidade, a TL tinha como objetivo unir as pessoas em prol da mudança social por meio de reuniões nas quais os grupos discutiam os problemas da comunidade, principalmente relacionados à falta de acesso a políticas e serviços públicos. “Nesse contexto, religiosos e leigos, especialmente orientados para essas funções, aprofundavam a compreensão do problema sob o ângulo da fé, relacionando as questões éticas e práticas ao evangelho e a explicações políticas e sociológicas” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 112).

Além dessa visão da solidariedade advinda do DSC e da TL, antes desse período, a passagem do Século XIX para o Século XX, marcado pela crise do capitalismo liberal, tornou-se o terreno fértil para a instauração da Revolução Francesa. Nessa época, surgiram outras concepções acerca da solidariedade e, portanto, destacamos o solidarismo francês representado pelas ideias de Léon Bourgeois e de Émile Durkheim.

O solidarismo foi uma corrente de ideias políticas liberais reformistas (...) surge em oposição aos excessos individualistas do liberalismo e sua ênfase na competição econômica. Sua preocupação central se dirige ao fomento do bem-

estar coletivo através da solidariedade social entre os indivíduos e os diversos grupos que compõem a sociedade (FREIRE, 2019, p. 157).

Bourgeois (1902) defende a Revolução Francesa quando esse movimento se propunha a derrubar o movimento secular, pautado na autoridade de uma realeza amparada no direito divino, que suprimia o direito à liberdade dos indivíduos. Esse filósofo se propôs a instaurar a solidariedade como o primeiro fato, anterior a qualquer organização social.

A bandeira de luta da Revolução Francesa trazia como elementos basilares a igualdade, a liberdade e a fraternidade. A igualdade e a liberdade foram o cerne político da luta, e a fraternidade teve uma importância política naquele movimento. Como isso aconteceu? A partir da capacidade de unir os franceses, “com base na máxima de que os irmãos de sangue da mesma pátria (...) deveriam estar unidos em busca de extinção integral do antigo regime” (ROGUET; SMANIO; MAGACHO FILHO, 2017, p. 158).

Para Bourgeois (1902), o lema da Revolução Francesa primeiro começa pelo termo solidariedade, depois igualdade e, por último, a liberdade entre os indivíduos. Assim, a questão política que envolve o princípio da fraternidade influenciou o solidarismo francês. Para o autor, a fraternidade foi a base para a criação do que ele denominou de solidariedade, essa como a razão de ser objetivo da fraternidade (ROGUET; SMANIO; MAGACHO FILHO, 2017).

Para Westphal (2008, p. 44), no sentido cristão, fraternidade significa que, além dos laços consanguíneos, os cristãos são irmãos em Cristo. “Essa unidade em Cristo compromete-os ao amor ao próximo, que deve ser expresso em atitudes”. Essa visão influenciou a solidariedade pré-moderna com características altruístas, mas não necessariamente cristãs. Ademais, para Roguet, Smanio e Magachio Filho (2017), a fraternidade serviu de base para a realização de atos caridosos e como princípio direcionador de um dever moral, a depender da livre vontade dos indivíduos.

Em contraposição aos efeitos devastadores da competição econômica, filósofos e moralistas descontentes, amparados nas ciências naturais, formularam uma nova lei: a doutrina da “solidariedade dos seres”, opondo-se à teoria da “luta pela existência”. Ao trazer uma discussão acerca do termo solidariedade para o campo político e sociológico, Bourgeois (1902) o define a partir de alguns elementos: a solidariedade natural, a solidariedade moral e social, a ideia de dívida social e a noção de quase-contrato.

A doutrina científica da solidariedade natural define que todos os seres humanos são mantidos por laços de dependência recíproca com todos os outros nos pontos de

espaço e tempo. Como isso acontece, na visão do autor? Biologicamente, os humanos como seres vivos são formados por células vivas que estão ligadas por uma estreita solidariedade. Como se encontram associadas, essas células passam por um processo evolutivo que reverbera em uma evolução de âmbito coletivo. Assim, “é a competição de ações individuais em ação solidária que dá a lei sintética de evolução biológica universal sem incidir em contradições” (BOURGEOIS, 1902, p. 18).

Portanto, como o homem vive em sociedade, existe a ideia de solidariedade compreendida como uma dívida social com a ancestralidade por esta ter promovido o progresso da sociedade; e, sucessivamente, o mesmo acontecerá com as gerações futuras. Essa dupla dívida, que além de benefícios tende a trazer encargos para o homem vivo, só poderá ser equitativa caso seus membros sejam considerados parceiros iguais na associação do ponto de vista jurídico, a partir de direitos iguais nas discussões do grupo (BOURGEOIS, 1902).

Ao interpretar o autor Bourgeois na sua obra clássica intitulada “*Solidarité*”, de 1902, Roguet, Smanio e Magacho Filho (2017) apontam que essa associação entre os indivíduos de cunho social e solidário se sobrepõe ao elemento “ato vital”, de cunho biológico. A ideia de solidariedade como dívida social incorpora-se em nossas vidas desde o nascimento, advinda de nossos ancestrais, pelo simples fato de fazermos parte da sociedade. Laville (2009) caracteriza esse quase-contrato com seus semelhantes, como um compromisso firmado perante a coletividade, o qual deve ser respeitado e assegurado pelo Estado, e jamais poderá ser confundido como um compromisso voluntário entre indivíduos.

As aptidões do nosso corpo, os instrumentos e produtos do nosso trabalho, os instintos que nos zelam, as palavras que usamos, as ideias que nos guiam, o conhecimento que temos do mundo que nos rodeia, que nos pressiona e, no entanto, dominamos, tudo isso é obra lenta do passado: tudo isso, desde o dia em que nascemos, está constantemente sendo posto à nossa disposição por esse passado, ao nosso alcance e, na maior parte, corporificado em nós mesmos (BOURGEOIS, 1902, p.118 - tradução nossa).

A transformação da solidariedade natural em uma doutrina prática de solidariedade moral e social acontece quando se parte para a interação social, na qual todos os membros da associação humana possuem um caráter comum identificado como qualidades do homem - vivo, pensante e consciente – que possam garantir a liberdade e a igualdade de condições (BOURGEOIS, 1902). A solidariedade não descarta a existência

de um homem natural, mas insiste que o homem é um ser social, cujas relações jurídicas e humanas devem ser solidárias (ROGUET; SMANIO; MAGACHO FILHO, 2017).

Percebe-se que, a ideia de solidariedade como dívida social que existe a priori, tende a criar um quase-contrato entre as partes e segundo França Filho e Eynaud (2020, p. 44) “liga todos os homens sem que tenham consciência”. Para Bourgeois (1902), a ideia de solidariedade como um quase-contrato exprime um acordo entre 02 (dois) contratantes igualmente livres que se relacionam a partir da igualdade de benefícios diretos ou indiretos materializada pela troca de serviços equivalentes. Portanto, o bem-estar de si (individual) e dos outros (coletivo) será coordenado pelo Estado, por meio da justiça social, materializado nas políticas sociais (WESTPHAL, 2008).

Assim, o solidarismo de Bourgeois se afirma como um “garantismo”. A justiça não existirá a não ser que os homens se tornem associados solidários. O solidarismo não conduz a uma socialização integral dos lucros e das perdas de cada indivíduo, mas a uma socialização parcial suscetível a evitar a adversidade absoluta e a pobreza. Essa doutrina instaura uma via intermediária entre o liberalismo e o coletivismo, fazendo do solidarismo o prelúdio do Estado Social (PAUGAM, 2007, p. 17 apud ROGUET, SMANIO, MAGACHO FILHO, 2017, p. 13).

O quase-contrato é resultado do fato natural que rege as relações comuns entre cada um e todos, em razão dos serviços e utilidades representados pelas ferramentas comuns da humanidade. Entende-se que essa relação que jamais fora formulada previamente, consiste em colocar os associados em situação de equivalência, fato que promove a conscientização e conseqüente satisfação da ideia de justiça. Nessa situação, o reconhecimento e o pagamento da dívida social são tão importantes quanto o reconhecimento de outros tipos de dívidas entre indivíduos (BOURGEOIS, 2015; ROGUET; SMANIO; MAGACHO FILHO, 2017).

Para França Filho e Eynaud (2020, p. 44), a ideia de solidariedade na perspectiva de quase-contrato entre os homens, proposta por Bourgeois (1902), amplia-a além dos interesses econômicos, incluindo motivações humanas de cunhos fisiológicos, morais e psicológicos. Nesse contexto, esse pensador “utiliza um conceito de gestão para estabelecer uma ligação entre critérios econômicos e não-econômicos”.

Em 1893, Durkheim, considerado por muitos como o pai da sociologia, coloca em prática os princípios mais fundamentais do positivismo. Ele elaborou a teoria funcionalista para explicar as relações sociais no corpo social. Segundo ele, cada parte da sociedade tem funções interdependentes que se completam como um organismo. Para

tanto, torna-se necessário um grau de coesão nos espaços ocupados por indivíduos e instituições para a manutenção do equilíbrio do sistema social. A partir dessa análise, começou a teorizar o conceito de solidariedade social, definida por ele como um certo grau de integração existente entre os indivíduos dentro de um corpo social (DURKHEIM, 1999).

Durkheim pretendeu compreender como a sociedade mantém laços de união e de coesão, como vivemos em sociedade e em grupo, a que denominou de um processo de solidariedade. Para Leal e Teixeira (2017), a solidariedade é considerada por esse sociólogo como um fato social. O que podemos conceber como fato social? Para Durkheim (2007), são maneiras de agir, pensar e de sentir que existem fora das consciências e manifestações individuais, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior. Ademais, afloram do aprendizado a partir da interação dos indivíduos atuando em coletividade, por meio de uma organização definida. “Como os exemplos (...) regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros, etc., consistem todos em crenças e práticas constituídas, poderia crer-se, de acordo com o que precede” (DURKHEIM, 2007, p. 40).

Ao considerar o contexto nas sociedades tradicionais e nas sociedades modernas, Durkheim (1999) afirma que as estruturas das sociedades passaram por bruscas mudanças em seu *modus operandi*, principalmente em relação ao enfraquecimento da consciência coletiva de seus membros, favorecendo a divisão do trabalho. A partir dessa nova realidade, o autor identificou a existência de 02 (dois) tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a orgânica.

A solidariedade mecânica existiu até o período pré-moderno, caracterizada por uma sociedade simples, baseada em laços de parentesco reais ou fictícios, o que promovia um modo de vida comum de se organizar, de pensar e de entender a realidade. O atendimento das necessidades de sobrevivência dependia do conhecimento das etapas do processo produtivo de maneira global e coletiva, advindos das tradições repassadas de geração em geração. A vida social era feita quase que exclusivamente de crenças e práticas comuns, e como a personalidade coletiva era a única que existia, portanto, a propriedade não podia deixar de ser coletiva. Assim, essa solidariedade caracterizada como mecânica possuía uma reduzida divisão do trabalho, fato que a tornava um sistema de segmentos homogêneos (DURKHEIM, 1999).

A partir da Revolução Industrial, as sociedades se tornaram mais complexas, o processo produtivo passou a exigir alta especialização e ampla divisão social do trabalho

e instaurou-se a solidariedade orgânica. Apesar desse cenário criar uma sociedade mais individualista, o trabalho ficou muito mais interdependente. Nesse contexto, Durkheim (1999) compreende que essas características da sociedade a tornam um organismo com um alto grau de dependência do trabalho e, quando alguma parte do corpo social deixa de funcionar regularmente, ela tende a atrapalhar ou causar disfunções na sociedade.

Assim, na prática, Durkheim (1999) reconhece que, a partir do Século XVII, a solidariedade orgânica cria formas anormais. O que isso significa? Com o advento da grande indústria, tornou-se inevitável a separação entre o trabalhador e o patrão. Essa mudança trouxe como consequência uma divisão do trabalho muito especializada e as relações sociais tornaram-se mais impessoais, fato que provocou nas classes operárias um aumento do número de revoltas, fruto dessas condições que lhes são impostas.

Os sentimentos coletivos se tornam, portanto, cada vez mais impotentes para conter as tendências centrífugas que a divisão do trabalho deve supostamente engendrar; porque de um lado, essas tendências aumentam a medida que o trabalho se divide e, ao mesmo tempo, os próprios sentimentos coletivos enfraquecem (DURKHEIM, 1999, p. 377).

Sobre o grau de excepcionalidade das formas anormais, segundo França Filho e Eynaud (2020, p. 49), a sua existência depende da atuação do “direito social e das proteções e garantias coletivas que podem ser fornecidas pelo estado de bem-estar social”. Nesse sentido, ainda para os autores, a solidariedade, no contexto da divisão do trabalho, promove intencionalmente as relações de regulação entre o mercado e o Estado, bem como a viabilidade de uma outra economia.

Em paralelo ao positivismo, surge o movimento utilitarista,³⁵ fundado por Jeremy Bentham, que defendia a extinção de um contrato social entre os indivíduos, amparado pelo direito natural, substituindo-o pela ideia de utilidade resultante de condutas. Em contraposição a esse movimento, em 1914, Marcel Mauss, a partir de seus estudos em algumas sociedades tradicionais na Polinésia e no noroeste americano, expõe a existência da solidariedade.

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos (...) as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias (...). Além disso, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas (...). São antes de mais nada amabilidades, festins, danças, festas cujo mercado não é senão um dos momentos e em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos

³⁵ Intencionalmente, o terreno do utilitarismo tornou-se fértil com a instauração de uma nova ordem moderna, industrial e técnico-científica, o campo ideológico do liberalismo e a expansão da economia de mercado que considera erroneamente a riqueza como sinônimo de felicidade. Esse paradigma condiciona as relações sociais às simples trocas com fins econômicos - dar com o objetivo de receber (GAIGER, 2016).

termos de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações embrenham-se sob uma forma preferencialmente voluntária, através de presentes, de prendas (MAUSS, 1950, p. 55).

Ele embasou sua pesquisa nos seguintes questionamentos: “qual a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, fez com que o presente recebido seja obrigatoriamente recebido? Que força existe na coisa que se dá que faz com que o donatário retribua?” (MAUSS, 1950, p. 52). Assim, esse autor mostrou que a existência de laços por meio de troca de presentes, amabilidades, festins, ritos e danças antecedia o comércio entre essas sociedades, e criou o sistema de dádiva (dar-receber-retribuir).

Na compreensão da antropologia econômica, as práticas sociais que geram a solidariedade promovem uma interação que apresenta como objetivo a criação de vínculos sociais nos quais as relações não são pautadas no indivíduo, mas na sua coletividade. A existência desses laços se encontra condicionada ao sistema de dádiva, a arte de ofertar e dar, antes de receber.

A dádiva implica necessariamente a noção de crédito. A evolução não fez passar o direito de economia de troca à venda e esta do contado a termo. Foi um sistema de presentes dados e recebidos a termo que se edificaram, por um lado, a troca, por simplificação, por aproximações de tempos outrora separados, e por outro, a compra e a venda, esta a termo e contado, também, o empréstimo (MAUSS, 1950, p.109).

Amparado na teoria de Mauss, Gaiger (2016) define o sistema de dádiva como uma forma de circulação material e simbólica de bens e serviços, sem garantia de retorno, objetivando alimentar o laço social, no qual os bens não valem por sua utilidade (valor de uso) ou por seu preço (valor de troca), mas por simplesmente criarem uma relação interpessoal (valor de vínculo).

França Filho e Dzimira (1999) ampliam a discussão acerca de como o ciclo da dádiva é elaborado considerando duas características – sua anti-equivalência e a unilateralidade. Como isso se concretiza? O outro que recebeu tende a agir sem um prazo pré-definido, bem como se sente endividado; assim, o ciclo da dádiva é criado. Essa dívida não se caracteriza como econômica, mas funciona como uma relação pautada na reciprocidade. Mauss assevera que a ligação entre os grupos sociais, ancorada pela solidariedade, sobrepunha-se às trocas econômicas e mostra que a sociedade, antes de

pensar na materialidade econômica para satisfazer suas necessidades, valorizava as relações sociais.

Diferentemente de seu tio Durkheim, que ficou preso a uma objetivação cientificista de objetivação da realidade social, Mauss compreendeu que a sociedade é primeiramente instituída por uma dimensão simbólica, e que existe uma estreita ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir em todas as sociedades, independentemente de as mesmas serem modernas ou tradicionais (MARTINS, 2004, p. 04).

Nesse contexto, a partir da teoria da dádiva, entende-se a necessidade do associacionismo como alternativa para a crise atual do paradigma da humanidade, principalmente aquele voltado para a preponderância da economia de mercado sobre o princípio da comunidade. O termo comunidade foi usado no sentido de designar “lógicas associacionistas que foram reprimidas pela economia de mercado e pelo Estado moderno, ao longo de dois séculos, mas que sobreviveu nos interstícios da vida local” (DUBET, 2003 *apud* MARTINS, 2004, p. 02).

No Brasil, Ramos (1989, p. 129) direciona seus estudos de solidariedade para o campo organizacional e defende que a teoria das organizações é uma expressão da ideologia de mercado. Essa teoria negligencia as interações simbólicas, entendidas como expressões da sociedade materializada pelas “relações íntimas entre os indivíduos, que não se efetivem mediante padrões ou regras impostas de caráter econômico”. Apesar disso, os teóricos clássicos da teoria das organizações insistem em tratar de assuntos simbólicos como confiança, virtude, valor, amor, autenticidade, em um campo que não os cabem.

Para França Filho e Eynaud (2020, p. 82), “Guerreiro Ramos propõe de fato complementar e ampliar, no campo organizacional, o trabalho iniciado por Polanyi no campo econômico”. Para tanto, propôs uma nova ciência das organizações, baseado no conceito da delimitação dos sistemas sociais, trouxe a discussão acerca da racionalidade substantiva e instrumental, bem como o significado substantivo e formal das organizações.

Em suas análises, Ramos aponta a existência de uma ciência social estabelecida e uma ciência social alternativa. A primeira se fundamenta na racionalidade instrumental – uma característica particular do sistema de mercado, que se ampara nos valores econômicos –, atuando apenas com instrumentos convencionais de linguagem que descrevem procedimentos operacionais; já a ciência alternativa, pautada na racionalidade

substantiva, é formada por conhecimentos derivados do e no processo de realidade social (RAMOS, 1989).

Para chegar a esta constatação, Guerreiro Ramos buscou contribuições em autores como Marx Weber, Voegelin e Habermas. Weber destaca que, nas sociedades tradicionais, as esferas familiar e de trabalho se confundem, dado o caráter pessoal das relações. Na sociedade industrial, há um rompimento desses padrões. Nesse contexto, para o autor, a burocracia nasce de uma tentativa de formalizar e coordenar o comportamento humano pelo exercício da autoridade racional-legal para o alcance dos objetivos da organização (MOTTA; VASCONCELOS, 2006). Na verdade, a burocracia transcende o tipo ideal weberiano, pois não se esgota como um fenômeno técnico e da organização formal; é, acima de tudo, um fenômeno de dominação e um sistema de condutas (PAULA, 2002).

Weber se esforçou em tentar qualificar a noção de racionalidade, mas não confrontou o capitalismo em seu estudo da vida social:

Como a mais eficiente configuração para o fomento da capacidade produtiva de uma nação e para a escalada de seu processo de formação de capital (...) Weber descreve essa lógica (da qual a burocracia é uma das manifestações), (...) em afinidade com uma forma peculiar da sociedade – o capitalismo ou a moderna sociedade de massa (RAMOS, 1989, p. 04).

Max Weber viveu em uma época em que a racionalidade formal fora substituída pela racionalidade substantiva como principal parâmetro para a organização dos negócios políticos e sociais. Portanto, “tomou como certa essa substituição e recusou-se a erigir a ciência social sobre a noção de racionalidade substantiva” (RAMOS, 1989, p. 26).

A partir da concepção de Habermas acerca da comunicação distorcida na sociedade capitalista, Guerreiro Ramos amadureceu a sua visão de racionalidade substantiva. Para entendermos esse processo, precisamos apreender o conceito de agir comunicativo, um elemento da teoria de comunicação proposta pelo sociólogo e filósofo-Habermas.

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações (...) ao mesmo tempo ele é também o produto das tradições na quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria (HABERMAS, 1989, p.166).

Assim, a comunicação distorcida ocorre quando Habermas faz uma distinção entre a ação racional com propósito ou ação instrumental e a ação de comunicação ou de interação simbólica.

A primeira, subordinada a regras e técnicas, pode ser demonstrada como sendo correta ou incorreta. A segunda, isto é, a interação simbólica, ou ação de comunicação, define relações interpessoais como sendo livres de compulsão externa e tendo suas normas legitimadas apenas através da intersubjetividade de mútua compreensão de intenções. Uma tese central de Habermas é a de que na, moderna sociedade industrial, as antigas bases de interação simbólica foram solapadas pelos sistemas de conduta de ação racional com propósito (RAMOS, 1989, p. 14).

A partir dessa visão de comunicação, Guerreiro Ramos acredita que Habermas implementa uma teoria social crítica que tem duas perspectivas: uma melhor compreensão dos mecanismos de repressão das relações sociais por meio da ação instrumental e uma possibilidade de utilizar a emancipação por meio da ação de comunicação (RAMOS, 1989).

Dentre os três autores citados, Voegelin foi o único que defendeu que “a razão moderna exprime uma experiência deformada da realidade” (RAMOS, 1989, p. 20), por meio de uma tentativa de considerar que uma boa sociedade existe somente na presença da sociedade de mercado. Essa visão única de sociedade contradiz a noção aristotélica de boa sociedade, a qual defende que a sociedade é um objeto de adaptação conforme os contextos sociais que extrapolam as organizações formais (RAMOS, 1989). A partir dessa perspectiva, Guerreiro Ramos se apoia nessa visão múltipla de sistemas sociais e cria uma visão multicêntrica da organização.

Para França Filho e Eynaud (2020), a partir do quadro analítico polanyiano, Guerreiro Ramos, insatisfeito com as consequências da economia de mercado em atividades não reguladas por este mercado, propõe uma economia compatível com a organização da solidariedade. Por isso, iniciou uma abordagem preliminar para uma nova ciência para as organizações.

Ramos (1989) sugere uma nova teoria para as organizações, a partir de um modelo de delimitação dos sistemas sociais, o paradigma paraeconômico. Nesta proposta teórica, o autor, em meio a uma sociedade multicêntrica, sugere que a vida das pessoas possa ser conduzida a partir de 03 (três) formas organizacionais que estão fora dos enclaves do mercado. Trata-se da isonomia, que favorece a igualdade em uma abordagem comunitária; da fenomenia, que incentiva a criação coletiva; e, por último, da anomia, que afeta os indivíduos que foram expurgados pelo mercado e que necessitam de apoio e acompanhamento em organizações direcionadas para tal. Isso exprime a proposição de um modelo de sociedade onde o mercado é um dos importantes enclaves sociais no processo de formação dos sistemas sociais, mas não é o único.

Envolve planejamento e implementação de um novo tipo de Estado com o poder de formular e pôr em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos (RAMOS, 1989, p. 155).

Essa conclusão de Guerreiro Ramos, segundo França Filho (2010) e França Filho e Eynaud (2020), convida-nos a refletir que, além das organizações mercantis, existem novos horizontes para o desenvolvimento local a partir da atuação de organizações coletivas ou sistemas sociais que têm como objetivo fortalecer vínculos sociais pautados na solidariedade.

Ainda em relação à formação de uma teoria das organizações com foco na solidariedade, França Filho e Eynaud (2020) propõem que o espaço de troca de atores econômicos se baseie em outras lógicas econômicas, como a reciprocidade e a redistribuição, as quais têm grande poder de socialização, diferentemente da lógica de mercado, que valoriza um contrato a ser cumprido.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que a atuação das organizações mercantis no mercado competitivo gera um excedente de trabalhadores que não se enquadram nos padrões do sistema capitalista, essas pessoas começam a ser organizar em outros formatos pela lógica da solidariedade. Sobre isso, França Filho e Eynaud (2020) entendem que essa outra economia esquecida intencionalmente pela economia de mercado mostra também outras possibilidades de gerir as organizações distintamente.

Laville (2009) traz uma discussão acerca da solidariedade na modernidade, somando contribuições históricas de autores como Bougeois e Leroux, dando uma conotação a partir da noção de desenvolvimento sustentável, considerando-se 02 (dois) projetos divergentes, porém, com uma visão reatualizada: a solidariedade filantrópica e a solidariedade democrática.

A solidariedade filantrópica defende que as variáveis sociais e ecológicas são consideradas externalidades. Isso explica que sua incorporação a esse tipo de solidariedade acontece mediante sua internalização, ou seja, a fixação de um equivalente monetário para a economia de mercado, “única capaz de gerar os antídotos aos problemas que ela mesma ocasiona” (LAVILLE, 2009, p. 312). Assim, como nessa concepção somente a empresa convencional é geradora de riqueza, resta para as organizações pertencentes à economia social terem seu domínio restrito a prestarem assistência às populações empobrecidas, o recebimento da assistência pelo serviço público e, fechando

esse ciclo, a atuação de forma caridosa de outras associações de caráter privado (LAVILLE, 2009).

O outro olhar de solidariedade, a democrática, para Laville (2009, p. 313), vai além dessa visão limitada da economia, defendendo uma perspectiva plural de mercado. Ao considerar a perspectiva de desenvolvimento sustentável, o autor defende a necessidade de “avanços constatáveis pela ótica do revigoramento das esferas não-mercantis e não monetárias articuladas a mercados regulados” e a instauração de uma economia plural. Esse debate já realizado pela abordagem substantiva da economia defendida por Polanyi mostra que a “economia é concebida apenas como um meio a serviço de finalidades humanas que dependem de uma escolha política” (LAVILLE, 2009, p. 314).

Para fechar esse debate dos dois tipos de solidariedade (filantrópica e democrática), Laville (2009) traz um comparativo acerca da ética. A partir de uma ética deslocada da esfera religiosa e filosófica para o âmbito econômico, entende-se que as elites propõem uma solidariedade filantrópica pautada na consciência de sua responsabilidade cidadã. Por outro lado, para a solidariedade democrática, a ética perpassa por uma abordagem extensiva da economia, ou seja, “a dimensão ética não é mais delegada à empresa, mas é objeto de uma deliberação e de uma negociação coletivas” (LAVILLE, 2009, p. 314).

Portanto, para facilitar o entendimento acerca dos diversos olhares sobre a solidariedade, criamos o Quadro 08 que contempla esse conceito a partir da visão de seus respectivos autores:

Quadro 08– Resumo dos conceitos de solidariedade segundo autores

AUTOR	TIPO	IDEIA CENTRAL
Émile Durkheim (1893)	Solidariedade orgânica	Sociedades mais complexas, que ampliam a divisão do trabalho e a criação de uma sociedade individualista, na qual o trabalho torna-se mais interdependente.
	Solidariedade mecânica	Pautada em uma vida social constituída por crenças e práticas comuns, o que tornava a propriedade como coletiva.
León Bourgeois (1902)	Solidariedade natural	Laços de dependência recíproca entre pessoas nos pontos de espaço e tempo;
	Solidariedade moral e social	A interação social dos membros da associação possui qualidades, como: serem pensantes e conscientes, capazes de garantirem a igualdade de condições;

	Solidariedade a partir da ideia de quase-contrato	Consiste em colocar os associados em situação de equivalência, fato que promove a conscientização e consequente satisfação da ideia de justiça.
	Solidariedade no sentido de dívida social	A obrigação que cada homem possui diante de sua condição de devedor para com todos, reverberando a mesma dinâmica com as gerações futuras.
Marcel Mauss (1914)	Solidariedade	Vínculos sociais, condicionados ao Sistema de dívida (dar-receber e retribuir), ou seja, a reciprocidade.
Alberto Guerreiro Ramos (1989)	Solidariedade	Relações interpessoais pautadas na racionalidade substantiva, formadas por conhecimentos derivados do e no processo de realidade social com vistas à emancipação.
Jean-Louis Laville (2009)	Solidariedade filantrópica	Manifesta-se por meio de ações paliativas para o alívio dos pobres, nas quais as variáveis sociais e ecológicas constituem externalidades e essas ações são corretores internos da economia de mercado.
	Solidariedade democrática	Trata-se de uma perspectiva plural de lógicas econômicas a partir de uma deliberação e negociação coletiva.
Genauto C. França Filho e Philippe Eynaud (2020)	Solidariedade no contexto da divisão do trabalho	Promove intencionalmente as relações de regulação entre o mercado e o Estado, bem como a viabilidade de uma outra economia.
	Delimitação dos sistemas sociais - Paradigma paraeconômico	Guerreiro Ramos propõe uma economia compatível com a organização da solidariedade.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Além dos diversos conceitos de solidariedade citados por diferentes autores que podem subsidiar a grade analítica, fizemos um apanhado acerca da governança com o foco em organizações coletivas da economia solidária, outro elemento importante para compreendermos a dinâmica da gestão desses empreendimentos.

3.7 O SURGIMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

No período excepcional que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (1945-1975), o capitalismo liberal amparou-se no regime fordista de acumulação e era administrado pelo Estado. Nesse período, existiu entre a democracia e o capitalismo algum tipo de afinidade eletiva, “apenas enquanto o regime de acumulação do Capitalismo de Estado”³⁶

³⁶ “É um regime que empoderou os Estados para subordinar os interesses de curto prazo das empresas ao objetivo de longo prazo de acumulação sustentável de capital privado. Para tanto, sob a hegemonia dos Estados Unidos, os Estados investiram em infraestrutura (...) promoveram o pleno emprego e o consumo

foi bem sucedido ao encobrir a própria contradição interna, entre dois princípios intrinsecamente incompatíveis de distribuição: justiça de mercado e justiça social” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 98).

Para Fraser (2013) e Fraser e Jaeggi (2020), os Estados, fortalecidos pelo regime de *Bretton Woods* de controle de capital, sob o comando dos Estados Unidos, investiram em infraestrutura, promoveram o pleno emprego e o consumo da classe trabalhadora, aceitaram sindicatos de trabalhadores com parceiros em negociações com os empresários e, no geral, disciplinaram o capital em seu próprio benefício. Isso significava assegurar as condições para uma acumulação sustentável de capital privado e o esvaziamento da revolução dos trabalhadores.

Assim, no Século XX, o duplo movimento retratado por Polanyi, caracterizado pela atuação da mercantilização representada pela atuação do mercado e da proteção social ofertada pelo Estado, mostrou que a democracia representativa pouco permitiu a mobilização e participação cidadã. Para Laville (2016a, p. 217), “as deficiências identificadas nas modalidades do duplo movimento se devem amplamente a um déficit de problematização da sociedade civil”. Esta hipótese pode ser defendida ao considerarmos a gênese dos acordos entre economia e política neste século.

O mecanismo institucional do Estado no período chamado Trinta Anos Gloriosos fora apoiado na política de Bem-Estar Social, na qual esse ente

assumiu o controle dos interesses individuais com educação, pensões e seguro desemprego; ele desenvolveu políticas não somente para redistribuir recursos, mas assegurar também que esses recursos seriam usados racionalmente para atingir as necessidades dos cidadãos (BEVIR, 2011, p. 106).

Essa atuação ofuscava os desempregados e demais intervenções da sociedade civil, como associações e grupos religiosos ligados à família, pois passaram a ser amparados pela proteção social. Portanto, nesse cenário, o modo de governança se apoiava na hierarquia por meio da centralização estatal aliada à atuação do mercado (LÉVESQUE, 2005), até que as contradições econômicas, políticas e sociais começaram a mudar o curso da história.

Salários crescentes e generalizações dos ganhos de produtividade, combinados com menores taxas de lucro nas manufaturas no centro, levaram a novos esforços da parte do capital para liberar as forças do mercado de regulação política. E uma nova esquerda global surgiu para enfrentar as opressões,

da classe trabalhadora, controlaram ativamente o desenvolvimento econômico” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 92-3).

exclusões e provações nas quais todo edifício se baseava (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 93).

Além disso, a presença de “dois fenômenos – alta taxa de inflação e taxa elevada de desemprego – parecia desabonar as ferramentas da política econômica, em particular a ação benéfica do gasto público sobre o nível de demanda e o nível de atividade, logo sobre o nível de emprego” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 196). A partir do novo cenário político e econômico, no fim dos anos de 1960, a sociedade civil reagiu por meio de lutas dos movimentos sociais, como a ecologia e o feminismo, principalmente com o surgimento da Nova Esquerda e de movimentos emancipatórios caracterizados pelo questionamento entre o crescimento econômico e melhores condições de vida (FRASER; JAEGGI, 2020; LAVILLE; SALMON, 2015; LÉVESQUE, 2005).

A crise do Bem-Estar Social somada à incapacidade do Estado de responder às necessidades da sociedade civil, justificada por limites no orçamento e altos déficits públicos, tornaram-no incapaz de atender às demandas por redistribuição. Esse cenário deu motivos suficientes para a extinção do regime de capitalismo de Estado iniciando na década de 1980, a globalização da economia capitalista (FRASER; JAEGGI, 2020; LÉVESQUE, 2005).

Nesse contexto, o medo da desestabilização da ordem social vigente atrelado ao início da crise econômica desencadeada pelo choque do petróleo na década de 1970 promoveram o surgimento de uma nova corrente de pensamento – o monetarismo que, em 1980, fora conhecido como neoliberalismo (LAVILLE; SALMON, 2015).

O período compreendido entre os anos de 1971 e 1973 foi marcado pelo fim do sistema monetário de *Bretton Woods*, o qual não fora substituído. A extinção desse acordo fora incentivada pelos Estados Unidos, que suspenderam a conversibilidade ouro/dólar e a traduziram em flutuações generalizadas das moedas. Esta atitude tirou das mãos dos Estados e a transferiu para os diferentes mercados financeiros, que passaram a fixar a cotação das moedas conforme o jogo da oferta e da procura de divisas (DARDOT; LAVAL, 2016; HIRST, 1994; POSTEL; SOBEL, 2016).

De forma progressiva, uma nova orientação tomou corpo por meio de mecanismos econômicos que transformaram as regras do jogo nos diferentes capitalismo nacionais, bem como entre as classes sociais. Para Bevir (2011), a ordem neoliberal comparou o modo de organização do Estado hierárquico com a estrutura descentralizada e competitiva

do mercado. Diante disso, concluíram que o mercado era superior ao Estado e que a burocracia estatal necessitava ser substituída pelo objetivo da eficiência, um movimento materializado pelo gerencialismo.

A visão do gerencialismo se originou na economia neoclássica, que tem sua legitimidade amparada na racionalidade instrumental e na avaliação com ênfase no controle por auditorias, estendendo a gestão³⁷ para todas as áreas da vida social (AVARE; SPONEM, 2008; LAVILLE, 2008). Para Chanlat (apud LAVILLE, 2019, p. 88), “o gerencialismo é um sistema de descrição, explicação e interpretação do mundo baseado em categorias de gestão”, caracterizada pelo lugar privilegiado à noção de desempenho, apoiado na racionalidade instrumental e nos conceitos de auditoria (LAVILLE; SAINSAIEU, 2013). Para seus agentes, o “ideal” democrático será atingido a partir da medida de um contrato celebrado entre indivíduos antes da ação (AVARE; SPONEM, 2008).

Para se enquadrar no gerencialismo, o Estado adotou algumas medidas: por meio da chamada Nova Gestão Pública, movimento que prometia garantir uma maior eficiência e desempenho de suas atividades pela adesão de alguns princípios da gestão empresarial (EYNAUD, 2015); mediante transferência da propriedade das organizações para o setor privado, via abertura de capital, materializado nas privatizações, bem como suas atividades para o setor privado, por meio da terceirização (BEVIR, 2011; JENSON, 2004).

As mais famosas das medidas adotadas foram a grande onda de privatizações de empresas públicas (na maioria das vezes vendidas a preço de banana) e o movimento geral de desregulamentação da economia. A ideia diretriz dessa orientação é que a liberdade que se dá aos atores privados – que conhecem melhor a atuação dos negócios e seus próprios interesses – é sempre mais eficaz do que a intervenção direta ou regulação pública (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 197).

Assim, o regime do capitalismo administrado pelo Estado – keynesiano e fordista – defendia a concorrência entre empresas e entre economias capitalistas capitaneadas por regras fixas comuns em relação à taxa de câmbio, políticas comerciais e divisão de renda. A nova norma neoliberal que substituiu o capitalismo industrial fora

³⁷ Nessa perspectiva, a gestão que historicamente abarcava outras lógicas socioeconômicas (não capitalistas), que não tinham como objetivo a maximização do lucro, passou a ser interpretada como um imposição do gerencialismo e, portanto, um efeito da racionalização do mundo contemporâneo (LAVILLE, 2008).

materializada pelo capitalismo financeirizado que impõe a concorrência em regra suprema e universal de governo por meio do Consenso de Washington³⁸, em 1989. Esse consenso estabeleceu na comunidade financeira internacional, um conjunto de recomendações ligadas ao equilíbrio orçamentário, no qual os países deveriam se guiar para terem acesso a auxílios e empréstimos (DARDOT; LAVAL, 2016; LAVILLE; SALMON, 2015).

Enquanto o capitalismo liberal empoderou “os Estados para subordinar os interesses de curto prazo das empresas ao objetivo de longo prazo da acumulação sustentável, este autorizou o capital financeiro a disciplinar Estados e públicos segundo os interesses imediatos dos investidores privados” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 93). No âmbito mundial, a difusão da norma neoliberal encontra um veículo privilegiado na liberalização financeira e na globalização da tecnologia (DARDOT; LAVAL, 2016).

Além disso, nos anos de 1980, iniciaram-se os debates acerca da necessária modernização/flexibilização do mercado de trabalho, com o intuito de recolocar a relação salarial sob a tutela exclusiva do mercado. Nesse cenário, a flexibilização nada mais é que um termo utilizado para exigir que o trabalho seja tratado como uma mercadoria normal, sem proteção, um sinônimo da expressão mercantilização do trabalho (POSTEL; SOBEL, 2016).

Esses dois movimentos – financeirização e flexibilização – estão ligados: as empresas argumentam que, diante de um grupo móvel de acionistas que pode levar à concorrência em diferentes locais de produção no mundo, e, ainda, enfrentando uma concorrência via preços reativada no mercado de bens e serviços, elas não podem mais garantir uma relação de longo prazo aos empregados sem colocar sua atividade em risco (POSTEL; SOBEL, 2016, p. 102).

Na atual conjuntura, pactos sociais entre capital e trabalho tornaram-se mais difíceis, dada a desaceleração da economia e os elevados índices de déficits públicos. Como consequência, os arranjos democráticos tornaram-se mais sensíveis à alta competitividade externa e à difusão de inovações financeiras (HOLLINGWORTH; BOYER, 1997).

³⁸ “Entre as dez recomendações da nova ordem mundial, encontramos: disciplina orçamentária e fiscal (respeito ao equilíbrio orçamentário e diminuição dos descontos obrigatórios e taxas de impostos), liberalização comercial, com supressão de barreiras alfandegárias e fixação de taxas de câmbio competitivas, abertura a movimentação de capitais estrangeiros, privatização da economia, desregulamentação e criação de mercados concorrenciais e proteção aos direitos de propriedade, em particular os oligopólios internacionais” (DARDOT; LAVAL, 2016, 196-7).

Além disso, o capital, na medida do possível, prefere não investir em negócios ligados à produção por considerá-los arriscados. Por outro lado, os investidores capitalistas buscam simplificar o processo de acumulação por meio da compra e venda do dinheiro e de novos produtos financeiros que mercantilizam o risco, eximindo-os da dependência do trabalho, que possuía certa influência na década de 1930.

A manufatura se desloca para a semiperiferia, os sindicatos despencam e a arma de ataque perde muito de sua força – pelo menos no Norte Global. Igualmente importante, a divisão de classe entre trabalho e capital deixa de parecer autoevidente, tornando-se ofuscada pela divisão aparentemente mais saliente entre as fileiras cada vez menores dos empregados estáveis, por um lado, e o precarizado inchado do outro. Nesta situação, o trabalho organizado não fala pela sociedade como tal. Aos olhos de alguns, defende os privilégios de uma minoria que goza de um mínimo de seguridade social contra o número muito maior que não o faz (FRASER, 2013, p. 13).

O capitalismo financeirizado extrapola as fronteiras nacionais e atinge o nível internacional, pois o capital é expansionista, fato que coloca a lógica econômica, que intrinsecamente é transterritorial, em potencial conflito com a lógica moderna do domínio político, que é territorial. Portanto, essa governança no nível transestatal é constituída pelos Estados, mas, principalmente, por instituições financeiras globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e os bancos centrais, e nenhuma dessas presta contas politicamente (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse contexto, o papel dos Estados depende, em parte, da ordem internacional estabelecida (FRASER; JAEGGI, 2020). As economias dos países passaram a não possuir pontos determinados de lócus entre os poderes de regulação internacional, nacional, regional, institucional e corporativo (HIRST, 1994).

A financeirização também promoveu mudanças no comportamento das empresas a partir de regras de controle. Com a privatização do setor público, houve um aumento considerável na participação dos investidores e dos capitais estrangeiros na estrutura da propriedade das empresas. A atração de capitais capazes de financiar as empresas exigiu que os diferentes países ligados ao Sistema Monetário Internacional (SMI) desenvolvessem seus mercados financeiros, bem como distintos instrumentos de aplicação para atrair capital estrangeiro (DARDOT; LAVAL, 2016; POSTEL; SOBEL, 2016).

Portanto, o meio institucional instável, uma nova realidade marcada pela busca incessante de “rendimentos para os acionistas via valorização de ações a qualquer custo, foi alavanca para o capitalismo financeirizado” (POSTEL; SOBEL, 2016, p. 102). Essa postura trouxe como uma das principais mudanças do capitalismo a busca do alcance de objetivos empresariais, conforme pressão dos acionistas.

O poder dos acionistas reverberou na atuação do gestor, no sentido de produzir valor em proveito desses acionistas em detrimento das negociações coletivas entre capital e trabalho (LAVILLE, 2016). Esse gestor, por sua vez, também pressionou os assalariados com o intuito de aumentar os dividendos dos acionistas e as cotações na bolsa (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse cenário de desregulamentação financeira, a governança corporativa surgiu com o intuito e a vontade dos acionistas de assumirem o controle, dando-lhes mais poder dentro das empresas, reduzindo a assimetria de informação entre gestor e acionista (DARDOT; LAVAL, 2016; EYNAUD, 2015).

Para minimizar os conflitos entre gestores e acionistas, estes últimos também deram a opção de compra das ações pelos gestores, o que, de algum modo, denota que ambos teriam o mesmo status de acionistas. Essa governança se baseia em manuais de boas práticas que elencam critérios para avaliar os elementos que sustentam a boa governança (EYNAUD, 2015).

Apesar da vasta utilização de boas práticas, a falta de integração entre a governança corporativa e o papel dos acionistas promoveu a baixa capacidade da regulação corporativa, no sentido de explicar as realidades sociais (LAVILLE; SAINSAULIEU, 2013). Ademais, considerando-se que as instituições se encontram cada vez mais ligadas em um ambiente de regiões subnacionais, estados-nações e regimes continentais e globais, Hollingsworth e Boyer (1997) questionam a capacidade da sociedade de se governar democraticamente.

3.7.1 A governança e a democracia nas organizações da Economia Solidária

A palavra governança é antiga, surgiu no Século XIII, referindo-se ao fato e à arte de governar. No período de formação dos Estados-Nações, o termo começou a ser empregado no sentido de soberania e governo. No fim do Século XX, nos países anglófonos, fora recuperada com o sentido de uma mudança das relações entre gerentes

e acionistas até adquirir status político e alcance normativo, quando também fora empregada pelos governos submetidos às exigências da globalização (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em 1989, o termo governança passou a ser amplamente utilizado na literatura, “tornou-se palavra-chave na nova norma neoliberal, em escala mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275). A polissemia deste termo abrange 03 (três) dimensões: a condução das empresas (governança corporativa), a condução dos Estados (a partir de uma reflexão da ciência política sobre as condições de efetividade das políticas públicas) e a condução do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016; EYNAUD, 2015).

A Commission on Global Governance, criada em 1992, por iniciativa do ex-chanceler alemão Willy Brandt, define essa noção: trata-se da soma das diferentes formas pelas quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus negócios comuns. É um processo contínuo de cooperação e acomodação entre interesses diversos e conflitantes (LA DÉCOUVERTE, 2008 apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 277).

Mais precisamente, a categoria “boa governança”, termo empregado pelo Banco Mundial para se referir à implementação de políticas de ajustes estruturais aos governos, conforme as condições de gestão do Consenso de Washington, passa a ter a função primordial de promover a difusão da norma da concorrência generalizada (DARDOT; LAVAL, 2016; LAVILLE; SALMON, 2015). Isso significou que Estados-Nações devem se enquadrar “na nova norma mundial de concorrência exige que os dispositivos administrativos e sociais custem menos e se orientem sobretudo para as exigências da competição econômica” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273). Essa atitude promoveu a abertura dos governos que passaram a ser influenciados pelas grandes organizações internacionais (LAVILLE; SALMON, 2015).

Portanto, um Estado não deve ser mais julgado pela soberania sobre um território, mas pelo respeito às normas jurídicas e às boas práticas econômicas de governança. Assim, “a empresa torna-se um dos fundamentos da organização da governança da economia mundial com o apoio dos Estados locais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278). Para Dardot e Laval (2016), o termo governança tem sido empregado como um novo modelo de exercício de poder em todas as instituições de âmbitos público, privado e outras, como: associações, igrejas, universidades, etc., fundamentadas no mercado e orientadas para o consumidor. “Essa mutação empresarial não visa apenas a aumentar a eficácia e a reduzir custos da ação pública; ela subverte radicalmente os

fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 274).

A ordem econômica vigente promoveu uma mudança na lógica hierárquica que até então caracterizava o exercício de poder do Estado. O que isso revelou em termos democráticos? Os processos de decisão pública passaram a ser condicionados em lógicas interdependentes, situação que promoveu um esvaziamento da capacidade da sociedade civil em influenciar a ação do governo, limitando a legitimidade democrática a ritos formais e institucionais (SUBIRATI, 2012).

Porém, isso é cada vez menos verdadeiro para os cidadãos, e cada vez mais para os entes, corporações e lobbies econômicos que escapam da lógica do tripé estado-mercado-soberania e que aproveitam suas novas capacidades de mobilidade global. Os poderes públicos são cada vez menos capazes de condicionar a atividade econômico-empresarial, e, no entanto, as corporações seguem influenciando e pressionando instituições que não dispõem, como anteriormente, dos mesmos mecanismos para equilibrar o jogo (SUBIRATI, 2012, p. 26).

Análogo a essa visão de uma governança estabelecida pelo neoliberalismo, Hollingsworth (2000), corroborando com as ideias de Karl Polanyi, alerta que as sociedades são também coordenadas por várias configurações institucionais e modos de governança – mercados, hierarquias, associações, comunidades, clãs, Estado. A relação entre essas configurações cria imposições e tensões, o que tende a promover mudanças nos modos de governança ou de regulação societal.

Num estudo acerca da relação entre as diversas formas organizacionais que constituem a sociedade, no contexto das regras e normas que a governam, percebe-se que essas formas criam tensões entre as instituições provocando uma mudança nos modos de governança. O que isso pode provocar na sociedade? Uma mudança social contínua, denominada por Hollingsworth (2000) de incoerência da governança, que pode também ser entendida como desestabilizante, a partir da vontade dos atores sociais, fruto da interação entre indivíduos em distintos meios institucionais, como reação a contextos institucionais mais amplos que também o influenciam. Recebem nomes distintos, como governança associativa e governança democrática, com o objetivo de mudar o *modo operandis* por meio da democratização econômica de variadas formas organizativas que não se enquadram nos padrões das organizações mercantis.

Além da intensa desigualdade social e da precarização das relações trabalhistas, o monetarismo mostrou que somente a parceria entre Estado e Mercado continua sendo

infrutífera para a sociedade civil³⁹ que clama por melhores condições de vida. A partir dessa realidade, Lévesque (2005) e Servet (2016) corroboram com Polanyi ao redefinirem os conteúdos do econômico e do social – a economia amplia sua visão além do mercado e enxerga o princípio da reciprocidade, representado pelo não-mercado e o não-monetário (a economia substantiva), a partir de novas modalidades de livre cooperação e associação, as quais promovem uma reflexão sobre a democratização do próprio funcionamento da economia e não somente do político.

A partir dessa ressignificação do econômico e do social, Lévesque (2005) propõe uma nova governança que convoca a atuação conjunta do trio Estado, mercado e sociedade civil por meio da criação de um círculo virtuoso. “Paradoxalmente, no exato momento em que a conquista do capitalismo parece se impor nos campos econômicos, a necessidade de intervenções sociais que ele afirma poder prescindir leva a uma escala nunca antes alcançada” (DRAPERIE, 2000, p. 07 apud LÉVESQUE, 2005, p. 22).

A parceria dos 03 (três) entes – Estado, mercado e sociedade civil – apresenta alguns desafios que precisam ser refletidos: como a nova governança tem um potencial para mobilizar recursos materiais e intangíveis, as informações entre as partes interessadas precisam estar dispostas nos respectivos espaços; cada ente apresenta uma diversidade de princípios e lógicas que precisam ser coordenadas; o interesse geral somente poderá ser alcançado com deliberação e diálogo, uma legitimidade atingida somente por meio de práticas democráticas e, por último, essa governança tem como desafios a prestação de contas e a avaliação.

Além disso, cada um desses mecanismos deve enfrentar desafios que lhe são muito específicos: o mercado deve evitar a deserção (saída), a hierarquia deve garantir não apenas a racionalidade das regras, mas também da legitimidade de quem os define (voz), às organizações da sociedade civil mantendo a solidariedade e a lealdade (BOULDING, 1970 apud LÉVESQUE, 2005, p. 23).

Nesse sentido, para Eynaud (2015), o conceito de governança é plural e pressupõe uma abordagem multidisciplinar. Hollingsworth (2000) e Hollingsworth e Boyer (1997) corroboram com Paquet (1999) quando afirmam que não existe uma lógica estrutural simples na governança ou coordenação de uma sociedade. Assim, caracterizam

³⁹ Em específico, as organizações pertencentes ao Terceiro Setor, que se apoia em legislação referente a associações sem fins lucrativos – as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP), as cooperativas e demais organizações coletivas da economia solidária (SINGER, 2002). O importante é “apontar para uma área ampla da economia cujas dimensões econômicas ainda estão por ser compreendidas, e que claramente obedece a mecanismos de regulação diferentes tanto do Estado tradicional como da empresa privada” (DOWBOR, 2012, p. 106).

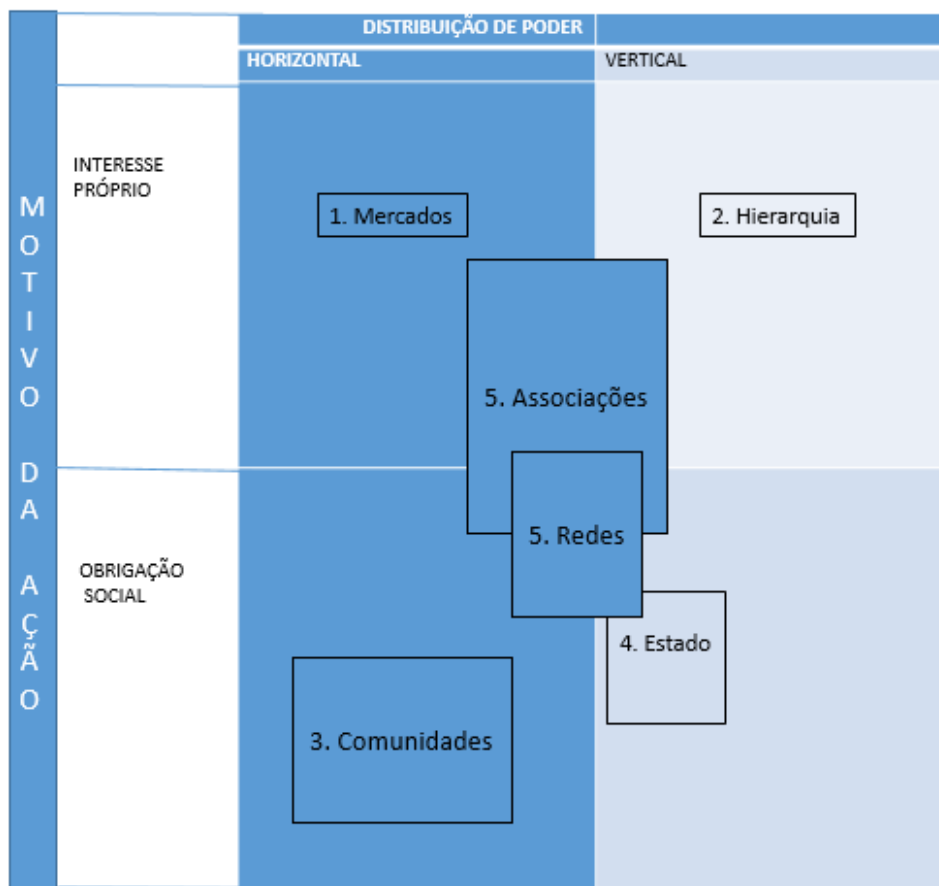
o capitalismo financeirizado como um ambiente institucional mais amplo e instável, e também pela interação complexa e contínua entre atores sociais provenientes de diferentes arranjos ou configurações institucionais. Cada um deles pode restringir a ação do outro, bem como a tensão gerada pela relação entre os diversos arranjos, contribuindo para mudanças na governança de uma determinada sociedade.

A tensão entre os arranjos institucionais promove a criação de uma lógica particular de mercado, natural quando se considera a sociedade como instituição dotada de capacidades e fraquezas. “Para dar conta do estado das relações de força, é mais rigoroso falar de uma preponderância capitalista, o que tem a vantagem de não ocultar a presença de outras formas e lógicas socioeconômicas” (LAVILLE, 2016, p. 226). Seguindo essa mesma linha, para Friedland e Alford (1991) e Townley (1997 apud MEYER; MAIER, 2015), apesar do gerencialismo ser considerado uma lógica institucional, ele pode ser contestado por lógicas alternativas. Isto acontece porque os ambientes institucionais são pluralistas e dispõem de várias fontes de legitimidade.

Dentre as lógicas alternativas do ambiente institucional, existem as organizações da economia solidária, nas quais a questão da governança anda de mãos dadas com a organização democrática da ação coletiva e pode ser vista como um conjunto de mecanismos capazes de tornar o funcionamento da organização consistente com o projeto associativo (EYNAUD, 2015).

Assim, Hollingsworth (2000) e Hollingsworth e Boyer (1997) criaram uma figura que expressa o objetivo de cada arranjo institucional, chamando a atenção para a lógica de cada um, bem como as normas que o envolvem para o cumprimento de suas finalidades – o motivo da ação. Essas foram expressas na linha vertical e são classificadas em 02 (dois) tipos: atores engajados em comportamentos coletivos (preocupados em resolver problemas comuns) e os comportamentos orientados por ação individual (focados em resultados econômicos). Na linha horizontal, os atores estão distribuídos como organizações ou empresas, sendo que o primeiro trata de transações em um mercado e o segundo de transações em empresas, conforme Figura 12.

Figura 12- Uma taxonomia geral de arranjos institucionais



Fonte: Hollingsworth (2000, p. 607).

Seguindo a linha de Polanyi, a partir da diversidade de arranjos institucionais que governam a economia, constituída por princípios muito diferentes, estes formatos tendem a considerar o indivíduo como ser social que vive em coletividade. “Essas novas configurações institucionais dão uma nova forma às relações sociais e têm impacto em maior escala, pois transformam os regimes de governança” (MENDELL, 2007, p. 460). Nesse contexto, abandona-se a identificação artificial da economia com a sua forma de mercado formado por indivíduos atomistas e motivados exclusivamente pelo interesse pessoal e desmistifica o conceito de processo econômico instituído, que limita a coordenação da economia pelo sistema de mercado (MENDELL, 2016).

Ainda que se pense o contrário, os argumentos de Hollingsworth e Boyer (1997) e Mendell (2007) se inspiraram na rica herança de pensamento institucional de Karl Polanyi no que se refere aos modelos de comportamento e aos hábitos, especialmente na sua visão de que o ser humano é um ator ativo em seu meio institucional e um agente da evolução social. Isso significa que, apesar dos atores sociais sofrerem com os efeitos das instituições, também são capazes de promoverem mudanças por meio da ação

individual sobre as instituições, mais precisamente, no papel dos atores sociais e em sua capacidade de construir, modificar e transformar as instituições. Como exemplo, podemos citar a função da sociedade civil sobre a inovação de políticas ou de instituições (MENDELL, 2016).

Para Mendell (2016), a inovação materializada na atuação da sociedade civil resulta em processos instituídos de democratização econômica e, assim, a tensão que surge a partir dos atores sociais em diversos contextos institucionais, para Hollingsworth, são a fonte da inovação. Sobre isso, Mendell (2016, p. 116) aponta que a inovação se encontra “associada aos subsistemas situados nas coletividades ou na sociedade civil, que são institucionalizados em territórios (meios intermediários locais ou regionais, ou meios mesoinstitucionais) ou em setores (movimentos regionais, nacionais, supranacionais), ou em ambos”.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio acerca da capacidade dos atores sociais promoverem transformações nas instituições, segundo Hoarau e Laville (2008), a grade analítica para o estudo das associações pode, portanto, ser descrita como socioeconômica, caracterizada por uma dimensão institucional aliada a outra, a dimensão organizacional, que retrata as características gerenciais dessas organizações. Nesse sentido, a diversidade do ambiente institucional que circunda as organizações solidárias não deve ser contemplada apenas por uma lógica institucional, ou seja, uma governança que se estrutura apenas em instrumentos, tecnologia e técnicas de gestão.

Seguindo a literatura acerca da governança em empresas privadas, historicamente, a prática da governança de organizações coletivas se concentra no papel do Conselho de Administração para orientar o objetivo da organização: alcançar resultados financeiros satisfatórios por meio da coordenação da equipe. Essa postura tende a torná-las mais empresariais e, em alguma medida, pode comprometer parte do seu caráter democrático (LAVILLE; YOUNG; EYNAUD, 2015).

A esse respeito, Hoarau e Laville (2008) abordam que as discussões acerca da profissionalização das associações se amparavam nos princípios de governança corporativa, ignorando a herança institucionalista que abarca as singularidades dessas organizações a partir das regras que estruturam o campo. Nesse contexto, ao invés de naturalizar ou absolutizar o mercado, essas organizações, a partir de lógicas

institucionais⁴⁰ alternativas, devem valorizar a perspectiva substantiva de Polanyi ao defenderem a hibridação dos princípios do comportamento econômico somados a uma lógica solidária, ambas essenciais para uma possível democratização da economia (LAVILLE, 2016b; MEYER; MAIER, 2011).

Ainda seguindo esta linha de análise, para Eynaud (2015), no que se refere às organizações do terceiro setor, a governança é definida como um conjunto de mecanismos que torna o funcionamento da organização compatível com o projeto associativo, o qual anda de mãos dadas com a organização democrática da ação coletiva. Laville e Salmon (2015) completaram este conceito apontando que existe uma outra governança distinta, uma concepção institucionalista que busca processos, padrões e valores favoráveis à democracia, caracterizada pela diversidade institucional como pré-requisito para a renovação da ação pública; que reconhece o papel do Estado, mas não se resume a ele, podendo ser reconhecida como qualquer atividade articulada no espaço público, voltada para o bem comum.

A governança das organizações da economia solidária deve focar seus interesses na circulação de informação e no processo de tomada de decisão por meio de um debate democrático com a finalidade de alcançar a transparência informacional. Essa realidade apresenta como desafio o gerenciamento de conflitos a partir de uma mesma base de discussão, considerando-se a existência de atores com interesses divergentes. Assim, tornam-se necessárias práticas de governança que considerem o pluralismo democrático. Além disso, os espaços têm como desafio desenvolverem uma coerência crítica que não torne a governança apenas uma coerção de atores em detrimento de outros. Ao contrário, deve ser fonte de emancipação para que todos os atores possam praticar a cidadania a partir de ações coletivas implementadas por cidadãos livres e iguais em relação a um bem comum (EYNAUD, 2015).

A partir de estudos em associações, Laville e Sainsaulieu (2013) observaram que as organizações coletivas são constituídas de 03 (três) dimensões: institucional (refere-se à articulação com a história institucional, essencial para se chegar a uma descrição completa do sistema social), organizacional (define a arquitetura da organização coletiva)

⁴⁰ “Padrões históricos socialmente construídos de práticas materiais, premissas, valores, crenças e regras por meio dos quais os indivíduos produzem e reproduzem sua substância material, organizam o tempo e o espaço e fornecem sentido à sua realidade social” (THORNTON; OCASIO, 1999, p. 804).

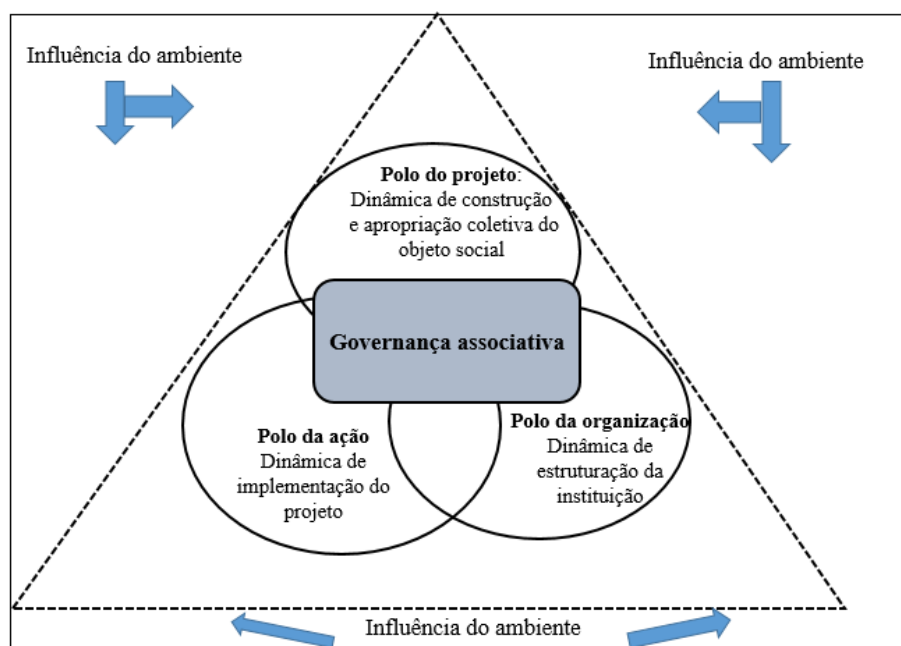
e econômica (refere-se aos princípios de integração econômica aliados ao modelo institucional).

Em outra obra, intitulada “*Gestion des associations*”, Bernet, Eynaud, Maurel e Vercher-Chaptal (2016), amparados em outras abordagens sobre a gestão em organizações coletivas, retomam a preocupação de outros autores do campo da sociologia econômica. Mais precisamente, a partir do argumento de Laville e Sainsaulieu (2013) acerca da utilização da abordagem de gestão das organizações associativas, na perspectiva gerencialista, como se essas fossem empresas convencionais, restringindo sua análise na dimensão organizacional e não permitindo sua articulação com o projeto associativo.

Assim, ampliaram suas análises acerca das especificidades da gestão de associações a partir da proposição de uma governança associativa⁴¹, a gestão da gestão, termo usado por Hoarau e Laville (2008). Esse formato de governança deve levar em consideração a interação das diferentes dimensões constitutivas da associação, a partir de uma abordagem multidisciplinar. Esta proposta entende que, com o início de uma gestão plural, essa governança deve contemplar todas as dimensões que constituem a associação, mais especificamente, os seguintes polos: o projeto, a organização e a ação. E não se esquecendo de levar em consideração as influências do contexto em que está inserida (BERNET, EYNAUD, MAUREL VERCHER-CHAPTAL, 2016; 2016), conforme Figura 13.

Figura 13 – Os três polos da gestão associativa

⁴¹ As questões colocadas pelos autores vão além do objeto associativo escolhido. Isto significa que abrangem a economia social e solidária e suas diversas formas organizacionais (BERNET et al., 2016).



Fonte: Bernet; Eynaud; Maurel; Vercher-Chaptal (2016, p. 33).

O projeto, efetivamente, abrange a dimensão institucional da associação expressa pela reunião voluntária de indivíduos que se unem para alcançar determinado objetivo (defesa de interesse - contestação, reclamação), produção e distribuição de bens e serviços, entre outros. Esse movimento em direção a outros indivíduos acontece em torno de um fato social e das representações que os atores envolvidos possuem dele. A partilha de ideias e valores forma o capital social de natureza ideal. Na realidade, são esses valores e o modo com que são recompostos e internalizados que mantêm o projeto coletivo, materializado pelo princípio da legitimidade (BERNET, EYNAUD, MAUREL, VERCHER-CHAPTAL, 2016; CHANIAL; LAVILLE, 2001).

Ainda para Bernet; Eynaud; Maurel; Vercher-Chaptal (2016), vale ressaltar que, independentemente dos objetivos e valores que circundam o projeto associativo, as organizações coletivas são por natureza politicamente promotoras da democracia. Para tanto, necessitam de um duplo espaço de liberdade para avançar: uma liberdade individual para dar o direito de adesão a uma organização coletiva; e uma liberdade coletiva – uma liberdade de associação perante a esfera do Estado. O referido espaço de liberdade é reforçado pelas organizações a partir de 02 (dois) níveis: social e político.

Socialmente as associações constituem um fator de integração social tanto para seus membros como para os beneficiários; a participação associativa contribui para o exercício da democracia e fortalece a rede social através da interdependência (...) a divisão do trabalho se dá sob um novo aspecto. Neste

caso, de fato, os serviços econômicos que elas podem prestar são poucas coisas em comparação com o efeito moral que produz e sua verdadeira função é criar entre duas pessoas um sentimento de solidariedade (...). Politicamente, a associação ajuda a garantir que os poderes públicos não tenham o monopólio da representação coletiva e da ação política (BERNET; EYNAUD; MAUREL; VERCHER-CHAPTAL, 2016, p. 34-5).

Assim, considerando os níveis social e político, entende-se que a identidade e o projeto associativo das organizações coletivas ancoram-se em 02 (dois) elementos: “a partilha de posturas, que é o fermento do convívio comunitário, e por outro, a consciência do papel simbólico desempenhado e da cidadania a ser exercida” (BERNET; EYNAUD, MAUREL; VERCHER-CHAPTAL, 2016, p. 35).

A concretização do projeto associativo é constituída pela adoção de uma estrutura organizacional que define os meios (métodos, procedimentos, ferramentas, etc.) para o alcance dos objetivos. Como se trata de uma organização coletiva, Bernet, Eynaud, Maurel, Vercher-Chaptal (2016) alertam que esses meios possuem algumas especificidades:

- Os meios que estruturam o projeto associativo: referem-se aos princípios que norteiam a filiação à organização, o sistema de participação e representação da coletividade, as normas de eleição e mandatos, os procedimentos de controle do executivo. Essas informações aparecerão nos estatutos e outros documentos de âmbito institucional.

- Os meios que estruturam a ação associativa: são mais voltados para a gestão no sentido técnico como, por exemplo, a organização do trabalho, instrumentos de medição, normas contábeis e gerenciais, gestão de recursos humanos, logística, mercadologia, comunicação, etc.

- E, por fim, a ação coletiva: este polo representa a prática do projeto propriamente dito, ou seja, a passagem ao ato legitimador da razão de ser da associação. Refere-se a uma constante reflexão e evolução do projeto inicial conforme os modos de organização. Isto porque, além dos valores associativos, as organizações são constantemente pressionadas externamente a atingirem níveis de eficiência a curto prazo e a racionalizar custos. Para tanto, buscam a padronização e formalização dos procedimentos que cotidianamente são confrontados com os valores do projeto coletivo. Assim, o referido polo tem a capacidade de refletir a finalidade das ferramentas de gestão no contexto associativo (BERNET et al., 2016).

Nesse cenário, Laville e Sainsaulieu (2013) nos alertam que o entendimento acerca da realidade das organizações coletivas não deve ser limitado a sua perspectiva

organizacional, mas depende da junção das perspectivas institucional e organizacional. Isso porque, a partir do fato social de uma determinada realidade da organização coletiva, pode-se adotar uma estrutura organizacional compatível com esse contexto abrangendo instrumentos de gestão aliados a mecanismos de participação democrática de seus membros. Para finalizar, Bernet et al. (2016) criaram um quadro (Quadro 09) com a visão geral dos 3 (três) polos a partir de algumas palavras-chave:

Quadro 09- Os três polos da ação associativa a partir de palavras-chave

Polo	Palavras-chave
Polo do projeto	Valores, identidade, intenção, significado, utilidade social, compromisso, postura, coletivo, cultura.
Polo da organização	Estruturas, estatuto, poderes, representação, regras, técnicas e ferramentas de gestão, controle, comunicação, etc.
Polo da ação	Campo, missão, operação, atividade, práticas, <i>know how</i> , experiência, ética, expertise e técnicas operacionais.

Fonte: Bernet; Eynaud; Maurel; Vercher-Chaptal (2016, adaptado).

O avanço da globalização trouxe como consequência o deslocamento do equilíbrio de poder a favor do capital em detrimento dos governos nacionais e dos movimentos trabalhistas. O que isso significou? Como não existem mais fronteiras para o movimento do capital, percebe-se a ausência de mecanismos internacionais e democráticos de decisão, o que põe em xeque até que ponto o Estado-Nação pode continuar no centro do pensamento democrático (DOWBOR, 2012).

As sucessivas transformações e crises do estado democrático moderno reverberaram em um problema que precisa ser resolvido: a conformação não democrática do mercado, gerada pela predominância do capital que tende a coibir as liberdades econômicas e políticas, fato que gerou o aumento de desigualdades sociais e transformou a maioria das reivindicações da sociedade civil em meros comportamentos de protesto. Nesse contexto, entende-se que a condição de existência de um estado democrático demonstra estar relacionada com a conformação democrática desse mercado que reverbera na democratização política e, em consequência, na democratização econômica

(MIGLIARO, 1985). “A democracia econômica começa, portanto, pela ética dos resultados. Não nos adianta muito saber que dirigentes corporativos são bem intencionados, que contribuem para escolas em regiões pobres, se no conjunto o resultado é um aprofundamento das desigualdades” (DOWBOR, 2012, p. 115).

Ainda para Dowbor (2012), o alcance da democracia econômica depende de 03 (três) fatores:

- A inserção no processo produtivo: além do acesso ou não aos bens e serviços que resultam do processo gerando riqueza ou pobreza por meio de mobilização, as organizações coletivas mostram a capacidade de transformação social e econômica dos envolvidos. Esta situação acontece com várias regiões do país, nas quais pequenos produtores se unem para produzirem e comercializarem seus produtos por meio de cooperativas, como no caso de um município de Santa Catarina, as quais não dependem de grandes corporações e de governos, mas de si mesmas para mudarem a realidade dessa comunidade;

- O acesso equilibrado aos resultados do esforço: o sistema capitalista tem a capacidade de produzir, mas não a de distribuir. Como exemplo, podemos citar as altas remunerações de executivos que, na maioria das vezes, não são taxadas, e os ganhos de acionistas que lucram com a especulação do mercado financeiro, ambiente com baixa capacidade de gerar trabalho e renda. Essa realidade destoa do contexto de empregados e outras classes de trabalhadores que são cada vez mais mal remunerados. Além disso, quanto maior o acesso à riqueza, maior o poder político, e o inverso também é verdadeiro. Assim, essa discrepância aumenta consideravelmente as desigualdades sociais;

- O acesso a informações que assegurem o direito a opções: refere-se à baixa capacidade de acesso aos meios educacionais vinculados à informação efetiva e ao conhecimento tecnológico, ambos capazes de assegurar oportunidades de melhores condições de vida. Isso se concretiza democratizando o acesso e o alcance da consequente democratização da economia.

Além do âmbito das corporações, para Dowbor (2012, p. 97), “com a globalização da economia sem a correspondente globalização dos mecanismos democráticos de decisão”, percebe-se que uma grande parte das atividades econômicas escapa a qualquer controle. Isso significa que o resgate ou manutenção de práticas

democráticas na sociedade depende da conectividade da imensa diversidade de instituições.

A ação da base da sociedade, que emerge de baixo para cima e se utiliza de mecanismos de governança distintos, é expressa pelas organizações da sociedade civil. “As suas iniciativas nascem do movimento espontâneo de um grupo de pessoas preocupadas com um problema social que não encontra soluções aparentes nem no Estado nem na empresa, e que se organizam para dar uma resposta” (DOWBOR, 2012, p. 103), e Mendell (2016) as denomina de processos de democratização econômica.

Os processos de democratização econômica são formas de resistência que vão além das reivindicações para obtenção de recursos e de um espaço político, e além de uma política de contestação, desembocando na negociação de novas configurações sociais em uma pluralidade de instituições que convergem e se sobrepõem (MENDELL, 2016, p. 127).

A diversidade institucional materializada pelos processos de democratização econômica permite reencastar a economia em um contexto social. Portanto, apesar de antes essas experiências associativas terem sido consideradas como contramovimentos, resultado de uma resposta à falência (previsível) dos objetivos neoliberais, o que as torna importantes refere-se à dinâmica societal que elas produzem, e as levam a se reconfigurarem (MENDELL, 2016). Essa reinserção da economia no contexto social pode ser materializada de várias formas: desenvolvimento comunitário e local, economia social, orçamentos participativos, dentre outros que tenham atestado sua finalidade socioeconômica (MENDELL, 2007).

Assim, entende-se que não existe uma homogeneidade no sistema econômico da sociedade contemporânea. Nesse sentido, Laville (2016a) nos convida a um debate acerca de um projeto de mudança social que possa garantir a pluralização da economia com o intuito de incluí-la em uma esfera democrática. Isso é explicado por François Subet (2002 apud LAVILLE, 2016a, p. 226), pela possibilidade de práticas associacionistas conviverem com o sistema capitalista a partir da “construção de instituições solidárias menos centralizadas, passíveis de acompanhar os comportamentos individuais”, fato que pode promover a reinserção da economia em normas democráticas. Nesse contexto, as

organizações coletivas de economia solidária⁴² questionam o que é econômico e o que é solidariedade, respectivamente:

Implica em um processo de subordinação da racionalidade instrumental à racionalidade reprodutiva, a concretização de uma ética da responsabilidade de nossas ações em relação às suas consequências na vida humana (...). A solidariedade está ligada ao reconhecimento do outro como ser natural e na necessidade, com uma ética (...). Essa ética implica ainda em uma disposição para alterar as relações sociais de produção na medida que essa transformação é necessária para que haja lugar para todos. É por isso que não pode haver relações de produção *a priori*, porque essas relações são aquelas que se deseja e se quer adequadas para permitir que haja lugar para todo mundo. O sujeito autônomo dessa ética não é um indivíduo autônomo, é um sujeito solidário que alcança sua autonomia na solidariedade (CORAGGIO, 2016, p. 142).

Assim, ao ressignificar esses conceitos de econômico e solidariedade, as organizações coletivas da economia solidária devem “gerar espaços públicos democráticos onde se possa debater opções e prioridades escolhidas, novas instituições que resultam da prática de resistência, propostas econômicas a partir de cada cultura e conjuntura” (CORAGGIO, 2016, p. 143).

A presença da economia solidária ampliou a pluralidade do espaço público e de debates da dimensão democrática por meio de distintas formas de apropriação e propriedade preocupadas com os interesses do coletivo (CORAGGIO, 2016; SERVET, 2016). Apesar da atuação política, esse movimento busca também a articulação nas esferas social e econômica (ANDION, 2005; 1998). “Dessa maneira, essas organizações assumem ao mesmo tempo, funções de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos; de espaços de proximidade, geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas” (ANDION, 2005, p. 85).

A pluralidade de funções que abrange o universo das organizações coletivas da economia solidária mostra os desafios para compreensão das especificidades da gestão desses espaços (ANDION, 2005). Diferentemente, as outras formas – a propriedade privada e a propriedade estatal – são conduzidas pelos respectivos princípios do mercado e da redistribuição; podem dispensar o funcionamento democrático, e são compatíveis com uma organização autoritária da sociedade (CORAGGIO, 2016; SERVET, 2016).

⁴² “O fortalecimento da sociedade civil é um fenômeno central para a compreensão do surgimento e da legitimação da chamada economia solidária em diferentes países. Neste contexto de profundas ressignificações políticas, mas também econômicas e sociais, emergem com toda a força as organizações “solidárias” em diferentes regiões do mundo” (ANDION, 2005, p. 82).

Para Subirati (2012), ao considerarmos que vivemos em um cenário irreversivelmente global, entende-se que precisamos, em alguma medida, recuperar o sentido transformador, igualitário e participativo da democracia, mesmo tendo consciência da dificuldade de conciliação entre a democracia e o capitalismo. Para tanto, o autor expõe estratégias que podem ser utilizadas pelos governos:

Reforçar as fórmulas de economia social, já existentes e buscar novas formas de criação de riqueza e bem-estar individual e coletivo (...) explorar e potencializar formas de organização social que favoreçam a reconstrução de vínculos, a articulação de sentidos coletivos de pertencimento que respeitem a autonomia individual (...) reforçar as aproximações e experiências comunitárias nos processos de formulação e na operação de políticas públicas (SUBIRATI, 2012, p. 29).

Na mesma linha, Polanyi e Mauss valorizam o papel da sociedade civil para a democracia, mas se recusam a conceber que a sociedade civil pode ser reduzida a um mercado, bem como a solidariedade como um efeito indesejável, resultado da soma de comportamentos indesejados (LAVILLE, 2016a). Para Lavelle (2004), foi o conceito de solidariedade o elemento responsável e que serviu como base para a criação de proteções capazes de limitar os efeitos devastadores da economia de mercado.

A solidariedade do associacionismo é antiga: originou-se antes da divisão entre economia de mercado e Estado. Surgiu, de um ângulo, na sobreposição da exigência de acesso gratuito ao espaço público; e, de outro, por meio do estabelecimento de atividades econômicas amparadas na reciprocidade igualitária (LAVILLE, 2019).

Por meio do associacionismo, Polanyi e Mauss abandonaram “o quadro contratualista para conceber a solidariedade democrática não como uma consequência irrefletida das trocas mercantis, mas como uma reciprocidade igualitária ligada ao surgimento de democracias modernas” (LAVILLE, 2016a, p. 217). Sendo assim, a relativa democratização após lutas sociais fora alcançada em nome dessa solidariedade (LAVILLE, 2004), e a atuação do associacionismo presencia tentativas concretas de ação coletiva em prol da proteção e emancipação (LAVILLE, 2019).

Em outra obra, Lavelle (2016b, p. 374) amplia o conceito de solidariedade democrática apontando que se refere ao “laço social fundado na ação coletiva organizada por cidadãos livres e iguais, após ter sido incluído no debate filosófico, foi associado, em seguida, à emergência da sociologia na medida que rompia com o imaginário liberal e seu individualismo contratualista”.

A reciprocidade das diversas formas de organização coletivas associativas apresentava um caráter voluntário, amparado na liberdade de adesão e na igualdade dos membros e, em alguns casos, também apresentava vocação econômica. Ao ampliar a liberdade para todas as esferas da vida, a associação de cidadãos livres tende a promover uma mudança social, fruto das interações vivenciadas pelo sentimento de solidariedade, tipificada como solidariedade democrática (LAVILLE, 2019).

A solidariedade tradicional abarca determinados grupos que podem reforçar a hierarquia fundada na idade e no sexo, e a solidariedade filantrópica ampara-se em uma visão de sociedade ética, na qual os cidadãos cumprem seus deveres com os pobres, voluntariamente, e no empreendimento solidário, a partir da benevolência e solicitude privada. Diferente das demais, a solidariedade democrática se origina de um postulado de igualdade e direitos na ordem política, que pode ser transposta para a vida social e econômica (LAVILLE; SALMON, 2015).

Portanto, as características – igualdade e liberdade – que qualificam as organizações coletivas solidárias, segundo Laville (2019; 2016b; 2004), tornam-nas aptas a atuarem no espaço público-político na concepção de Hannah Arendt, que defende que este é mais que um espaço não privado. Para a autora, refere-se a um espaço de interações arquitetado pelos cidadãos que falam e agem por meio da ação coletiva quando percebem a falta de reconhecimento dos princípios democráticos.

A restauração de uma participação solidária passaria pela limitação da esfera econômica. Caso se admita a existência de espaços públicos plurais não baseados exclusivamente na razão e se considere a associação voluntária como um espaço de manifestação da ação no sentido de Arendt, não é mais possível conceber uma autonomia total da esfera política em relação à econômica (LAVILLE, 2016b, p. 372).

Nesse contexto, a economia solidária atua no mercado, representada por múltiplas atividades de produção e consumo. Assim, pode apresentar uma dimensão econômica e, no espaço público, expressa uma dimensão política, no seu sentido mais amplo, além do campo institucional, como a capacidade de dar respostas a problemas coletivos: essa dupla atuação demonstra a interdependência entre a economia e a política, e a possibilidade de instauração da democratização da economia (HOARAU; LAVILLE, 2008; LAVILLE, 2016b; 2004; SUBIRATI, 2012).

Apesar da economia social apresentar uma preocupação com o funcionamento legal dos coletivos que a constituem, a economia solidária amplia essa visão a partir de

outras 03 (três) preocupações: insiste no conteúdo da produção, dando um sentido societário substantivo às atividades realizadas; busca a recomposição do modelo econômico, considerando a pluralidade dos princípios econômicos e, por fim, promove uma relação com a política ao estruturar as experiências que vão além da sua dimensão econômica. Assim, não são coletivos com objetivos econômicos, mas iniciativas mais complexas que realizam ações com dupla dimensão: econômica e política, sendo que o campo político não se trata de luta por poder, mas o questionamento da sua convivência com as implicações para a democracia (LAVILLE, 2019).

A economia de mercado busca criar uma fronteira estanque entre economia e política, fato que inviabiliza as possibilidades de debate público (EYNAUD, 2015; LAVILLE, 2004). A contestação das organizações coletivas solidárias em relação à separação da esfera econômica da esfera política evita “uma desastrosa injeção política na economia quanto para se precaver contra a onipotência de uma ordem econômica que anexe a ordem política” (LAVILLE, 2016b, p. 372) e não parece sustentável do ponto de vista conceitual, comunitário e histórico (LAVILLE, 2016b; 2014). Portanto, essa visão democrática, o conceito de governança corporativa não consegue detectar, pois limita-se a desenvolver seus pressupostos de gestão no âmbito das organizações privadas (HOARAU; LAVILLE, 2008).

Para Laville (2016a; 2015), além do neoliberalismo defender a divisão entre a economia e a política, este sistema invadiu as atividades outrora realizadas pelos serviços públicos (saúde, social, serviço às pessoas, etc.). “É hora de estancar esse processo perigoso, não restabelecendo equilíbrios passados entre o social e o econômico, mas reivindicando agora a referência a uma economia e uma democracia plurais” (LAVILLE, 2015, p. 229) formadas por uma pluralidade de princípios de comportamento econômico (mercado, redistribuição e reciprocidade), por várias formas de integração econômica e uma hibridização de recursos (LAVILLE, 2019). Como isso acontece?

Recorrem, portanto, a meios econômicos para atingir finalidades que tangem ao modelo de sociedade: justiça social, preservação ambiental, diversidade cultural, entre outros. Em outras palavras, sua ancoragem no espaço público modifica seu modelo econômico, pois elas procedem a uma hibridização de recursos (comerciais, redistributivos, recíprocos), visando à realização de um projeto coletivo (LAVILLE, 2016b, p. 375).

Para Haeringer e Sponem (2008) e Laville (2019), além da produção de bens e serviços, as organizações coletivas solidárias desempenham um papel muito além do

técnico, mas principalmente de caráter político. Como isto ocorre? O projeto associativo deve promover a formação de espaços públicos dentro da sociedade civil, considerando a pluralidade de atores e interesses envolvidos, lógicas que podem ser conflitantes. Para minimizar essa situação, o espaço associativo deve avaliar:

A crescente individualização das questões exige avaliações singulares, a partir das quais uma prática democrática pode fazer emergir a noção de bem comum a partir de compromissos plurais. A boa governança implicaria, então, que as associações se estabelecessem como espaços públicos de debate, definam procedimentos decisórios em momentos e locais apropriados para sustentar o compromisso dos atores em suas respectivas diferenças (HAERINGER; SPONEM, 2008, p. 231).

O alcance dessa conexão entre a economia e a política tende a substituir as iniciativas cidadãs por grandes instituições existentes, fato que demonstra o reencontro da capacidade de mobilização da economia social e solidária e sua conseqüente força de transformação social (GADREY, 2010 apud LAVILLE, 2015). Assim, quanto mais legítima for a pluralidade de lógicas econômicas, mais a revitalização do político tem chances de se tornar realidade. Mesmo que a democratização da economia não se mostre suficiente para uma democratização da sociedade, ela continua sendo indispensável por meio de alguns avanços:

A ação sobre a arquitetura institucional da economia de mercado, ao mesmo tempo que o isolamento dessa economia de mercado, obtida pelo apelo a economias não mercantis e não monetárias, mobilizando a redistribuição pública, cujas normas são fixadas pela democracia representativa; e a reciprocidade igualitária, cujas regras podem ser estabelecidas graças à democracia deliberativa (LAVILLE, 2016b, p. 374).

Não se trata de alcançar um modelo ideal de democracia, mas de construir repertórios de ação que se beneficiem de conhecimentos práticos advindos de diversas estruturas; deve-se avaliar também que os esforços de democratização não têm caráter contínuo, e que os atores, em alguns momentos, sentem a necessidade de se basearem em normas mais conformistas e menos exigentes (HOARAU; LAVILLE, 2008). Segundo Mauss (apud EYNAUD, LAVILLE, 2017), além disso, o processo de democratização não pode ser impulsionado por mudanças bruscas, mas construído sobre os antigos e ao lado de comunidades e instituições.

A ação associativa tem a capacidade de identificar demandas sociais, o que não as estigmatiza como compensadoras das falhas do mercado e do Estado, mas as concebe aptas a gerarem práticas sociais e expressões públicas que esclareçam demandas junto ao poder público (LAVILLE, 2004).

Não se trata, portanto, da economia solidária substituir o Estado pela sociedade civil, mas de mobilizar os dois registros de solidariedade combinando solidariedade redistributiva com uma solidariedade mais recíproca para fortalecer a capacidade de auto-organização da sociedade (LAVILLE, 2004, p. 62, tradução nossa).

Sendo assim, Hoarau e Laville (2008) questionam o caráter transitório ou permanente dessas organizações, enfocando a capacidade de promoverem mudanças sociais. Essas reverberam na valorização das dimensões simbólicas das organizações coletivas que valorizam a solidariedade e a sociabilidade em detrimento da economia. Desse modo, esses elementos não podem ser atendidos pelos pressupostos da governança corporativa, as quais se amparam no utilitarismo e na escolha racional.

Para entendermos a importância das organizações coletivas para o fortalecimento da democracia, recorreremos a Cohen e Rogers (1995), Hirst (1994) e Fung (2003). Esses autores expõem a atuação de vários tipos de associações, sindicatos e grupos de defesa para a implementação de normas democráticas. Isso porque consideram o contexto de domínio da economia de mercado que tem como pano de fundo a valorização da propriedade privada e do individualismo. Essa situação reverbera no conseqüente enfraquecimento de fontes institucionais como sindicatos fortes e organizações patronais, precisando-se compreender qual o papel das organizações coletivas nesse contexto de um projeto igualitário cada vez mais ameaçado pelo capitalismo moderno.

Para Hirst (1994), os defensores do associacionismo consideram a economia como uma instituição social na qual a produção e os mercados estão inseridos nas relações sociais. Essa inserção social tem como objetivo melhorar a performance do mercado no sentido substantivo, materializado por ações sociais de governança apropriadas. A atuação dessas organizações coletivas busca a emancipação humana a partir da construção de coletivos por meio de impulsos democráticos, não limitando a democracia a um regime, mas, principalmente, tornando-a uma forma específica de socialização (LAVILLE, 2019).

O associacionismo é um sistema de governança social amparado no exercício da democracia associativa. Essa democracia possui 02 (duas) características que a distinguem: uma, torna-se uma ponte e reduz a distância entre o Estado e a sociedade civil, pluralizando o primeiro e divulgando a segunda; e a outra refere-se à capacidade de promover a governança democrática de órgãos sociais nas esferas pública e privada, restringindo a atuação da gestão hierárquica com um novo modelo de organização, no

sentido de fomentar a existência de práticas e instituições, o que promove um vínculo efetivo entre Estado e sociedade civil, nação, região e indústrias (HIRST, 1994).

A democracia associativa tem como finalidade reconstruir a visão democrática de política por meio: do respeito às normas de igualdade política dos cidadãos na ocupação de cargos e escolhas políticas; da soberania popular – a autorização do Estado considerando as liberdades civis bem como os cidadãos como iguais; da equidade distributiva – na qual a equidade é obtida quando as desigualdades de vantagem não são determinadas por diferenças de recursos herdados, de dotes naturais ou simples sorte; da política deliberativa – diferentes concepções do bem comum, nas quais as iniciativas públicas são defendidas por referência a um interesse público e à operação da sociedade para o bem-estar comum (COHEN; ROGERS, 1995).

A participação de grupos no fortalecimento da democracia associativa torna-se crucial para a sociedade por meio de sua contribuição para a governança democrática. Para Enjolras e Steen-Johsen (2015), esse termo explicita formas de governança que têm o envolvimento de cidadãos por meio do uso de mecanismos democráticos. Como isso acontece? Para Cohen e Rogers (1995), as associações podem fornecer ao Estado pelo menos 04 (quatro) funções de reforço à democracia:

- O fornecimento de informações acerca das preferências dos membros, o impacto da legislação ou a implementação de alguma lei. Assim, com as informações coletadas com os grupos, as associações contribuem para a garantia da soberania popular no sentido de promover a deliberação cidadã, bem como a execução das decisões pelo Estado;

- Representação equalizadora – a política é condicionada pelas condições materiais da sociedade e, portanto, as desigualdades também são refletidas no âmbito político. Isto acontece por meio da disponibilidade de benefícios do formato organizativo para aqueles que individualmente não possuem influência política. Além disso, as minorias podem ser visibilizadas por um sistema de representação de interesses. Em ambas as situações, garantem a igualdade política;

- Educação cidadã – a atuação educativa da associação ajuda a fomentar a consciência cívica ao reconhecer as normas do processo democrático a partir do momento que denotam a vontade de aceitá-las e defendê-las como uma estrutura básica do argumento político e da cooperação;

- Governança alternativa – as associações podem fornecer uma forma distinta de governança social, uma alternativa aos mercados ou ao Estado, fato que reverbera em

benefícios de cooperação entre os cidadãos. Por intermédio dessa forma distinta de governança, as associações são mais consideradas como solucionadoras de problemas, do que simples representantes políticos de seus membros. Isso pode acontecer de várias formas: ajudando na formulação e execução de políticas, e ao assumir funções públicas que complementam as ações regulatórias do Estado, apoiando esforços públicos no alcance de objetivos igualitários.

Além das associações, para Enjolras e Steen-Johsen (2015), a governança democrática advém de vários formatos associativos, estabelecendo, de um lado, vínculos com seus membros e as formas de participação que eles facilitam (governança interna), e, de outro, o impacto externo que essas organizações podem influenciar na governança democrática da sociedade.

Mesmo em sistemas liberais, o contexto de atuação da governança associativa tem demonstrado força em países da Europa – a Emilia-Romagna na Itália, a Smaland na Suécia, a Baden Wurttemberg na Alemanha, a península da Jutlândia na Dinamarca – por meio de consórcios formalizados entre empresas e associações, recrutamentos de mão de obra por meio da associação de trabalhadores e atividades de treinamento em conjunto com empresas. No âmbito da parceria com o Estado, por meio de um ambicioso programa associativo, pode-se citar o caso da Rede de Manufaturas nos Estados Unidos no que se refere à segurança e saúde ocupacional. Nessa situação, as associações operam na forma de comitês que, de alguma forma, monitoram e têm poderes para cumprir o regime regulatório (COHEN; ROGERS, 1995).

Em 2003, Archon Fung e Erick Olin Wright propuseram um modelo institucional de democracia participativa denominado de *Empowered Participatory Governance* (EPG), que tem como característica principal a participação direta dos cidadãos na tomada de decisão de assuntos públicos, na forma de convite. Exemplos que explicitam essas práticas podem ser encontrados em bairros da cidade de Chicago, em reformas do governo local no estado indiano de Kerala, e no orçamento participativo em várias cidades brasileiras.

No caso de Chicago, os cidadãos podem participar de reuniões mensais nos bairros para tratarem de suas demandas sobre os problemas públicos e como solucioná-los. No Kerala, os moradores dos municípios participam na formulação de plano de desenvolvimento local. Nesse contexto, na posição de intermediárias entre governo e sujeitos, as associações podem contribuir na implementação de melhorias nas políticas, aproveitando o conhecimento da realidade local, incentivando a conformidade e

monitorando os resultados (FUNG, 2003). Além disso, a ação do Estado cria incentivos para os indivíduos criarem e manterem associações (BAIOCCHI, 2001 apud FUNG, 2003).

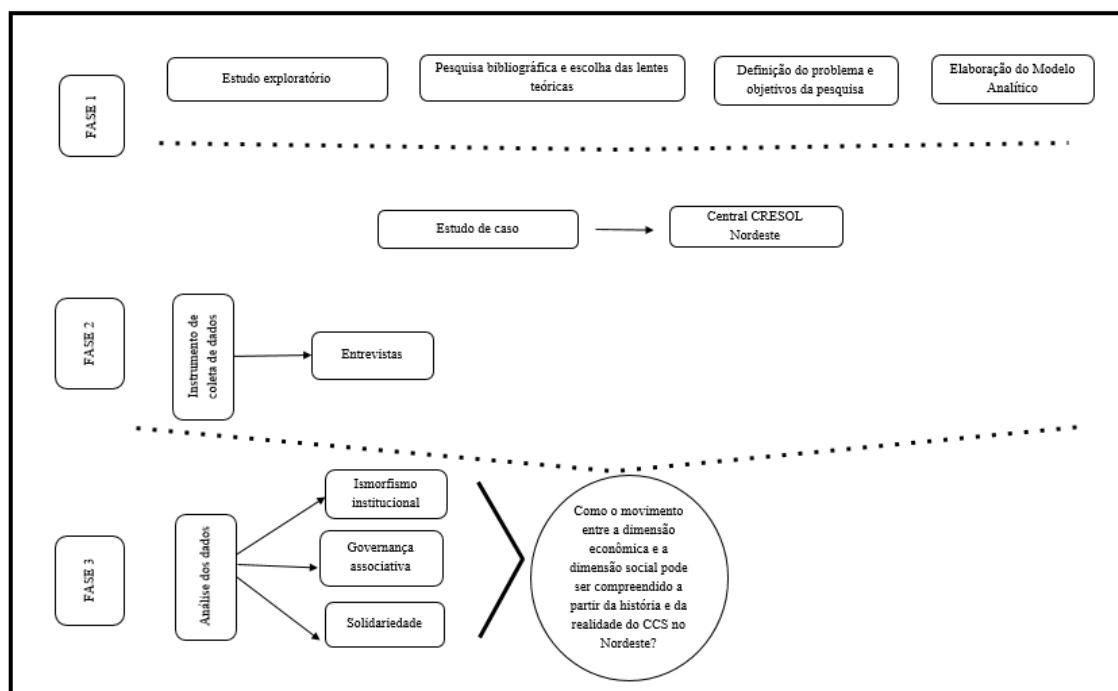
Por outro lado, a presença das associações no fortalecimento da governança democrática pode gerar contradições como, por exemplo, a formação de facção, uma patologia de particularismo. O particularismo se expressa na sub-representação dos grupos, pois alguns cidadãos estão representados neles, enquanto os líderes são responsáveis por reproduzirem os interesses de parte dos membros. Assim, os interesses e ideias de grupos não são compartilhados por todos os cidadãos (COHEN; ROGERS, 1995).

Como as organizações coletivas se encontram dentro de um sistema sustentado pelo capitalismo financeirizado, elas podem representar os interesses de uma parte dos membros envolvidos na vida associativa, fato que viabiliza a formação de facções, também chamadas “panelinhas”, ou profetas comunitários que, de fato, podem privatizar os espaços coletivos e conseqüentemente podem ampliar as desigualdades. Nesse contexto, a desigualdade política se expande para a desigualdade material, haja vista que os grupos usam o poder político para ampliarem sua posição material e, assim, terem acesso a um círculo vicioso de privilégios (COHEN; ROGERS, 1995; HOARAU; LAVILLE, 2008; LAVILLE, 2019). Para Laville (2019), essas pessoas, ao buscarem discípulos, aludem a questões ligadas ao poder, diferentemente do associacionismo que, desde sua origem, teve o objetivo de aprofundar a democracia nas ações coletivas.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente seção objetiva abordar o direcionamento metodológico escolhido pela pesquisadora a fim de compreender como acontece o movimento entre a dimensão econômica e a dimensão social no cooperativismo de crédito solidário no Nordeste. Para tanto, criamos o desenho metodológico da pesquisa, representado pela Figura 14, o qual guiará a explanação dos seguintes subtópicos: (1) abordagem metodológica, (2) técnicas da pesquisa e (3) estratégia de análise, que constituem as fases 1, 2 e 3, respectivamente.

Figura 14 – Desenho metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2023).

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para atingir o objetivo da pesquisa, sobre ao movimento entre a dimensão econômica e a dimensão social do cooperativismo de crédito no Nordeste, escolhemos a abordagem qualitativa. Para Minayo (2006), a aplicação da abordagem qualitativa

promove o aprofundamento das reflexões com a finalidade de interpretar e explicar o objeto.

Para Patton (1990), o pesquisador qualitativo deve estar aberto a possibilidades múltiplas, e usar formas não lineares do pensamento. Para tanto, torna-se necessário diferenciar descrição, ordenamento conceitual (procedimentos, principalmente de codificação) e teorização (procedimento de codificação mais elaborado). Nesta pesquisa, a temática se enquadra no campo do cooperativismo de crédito solidário, que se insere na área de conhecimento das Ciências Sociais e Aplicadas. Este estudo apresenta como desafio trazer essa temática não apenas com ênfase na administração, mas também na sociologia e economia. Essa diversidade corrobora com o perfil do pesquisador qualitativo.

A abordagem qualitativa dialoga com o método de pesquisa escolhido: o estudo de caso. Para Yin (2015), o estudo de caso é uma investigação empírica em profundidade que visa explorar um conjunto de eventos contemporâneos. Isso tem total consonância com o cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, bem como seu contexto no mundo real em constante mudança, cujos eventos comportamentais não são controlados pelo pesquisador, mas se materializam pela relação com seus associados, comunidade e Sistema Financeiro Nacional.

As dificuldades acerca da definição do aporte teórico levaram a pesquisadora a realizar um estudo exploratório preliminar junto a 04 (quatro) representantes do antigo Sistema ASCOOP, o que caracteriza a fase 1 da pesquisa: um ocupante do cargo de diretor administrativo contratado da central, um ex-sócio fundador de uma das cooperativas singulares, uma ex-diretora da central e um diretor operacional de uma das singulares do referido sistema.

As entrevistas da fase 1 aconteceram entre os meses de janeiro e abril de 2021, partindo de um roteiro semiestruturado acerca das seguintes temáticas: gestão, profissionalização e solidariedade em relação ao cooperativismo de crédito solidário no Nordeste (APÊNDICE A). A entrevista, no formato presencial, com o Diretor Adm./CC durou cerca de 55 (cinquenta e cinco) minutos, e aconteceu na sede da central localizada no município de Serrinha – BA, respeitando os protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a respeito da Covid-19. As demais, por questões de distância e comodidade de ambas as partes, foram realizadas remotamente, pelo *Google Meet*, e tiveram duração total de três horas e dez minutos.

De posse das gravações, realizamos a transcrição e análise dos dados usando a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática, considerando os temas do estudo exploratório: profissionalização da gestão e solidariedade. Por conseguinte, tratamos os dados por meio da interpretação e inferência em vários momentos ao longo desta tese. Nessa abordagem, levaram-se em conta como material de análise os próprios significantes, como uma unidade de codificação previamente determinada (BARDIN, 2011).

Posteriormente, após o entendimento acerca do histórico, das especificidades e do dinamismo do campo do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste – principalmente a partir da Resolução nº 4.434/2015 que, nos últimos 07 (sete) anos tem ampliado a convivência com o duplo desafio: atender as normativas do Conselho Monetário Nacional e a fiscalização do BACEN e, por outro lado, propõe-se a atender as demandas financeiras de seus associados e da comunidade por meio da inclusão social – , fomos capazes de fazer a escolha dos aportes teóricos que fundam esta tese.

Assim, nesta primeira fase da pesquisa, elegemos a abordagem polanyiana e complementamos com a Teoria do Triplo Movimento de Nancy Fraser, que objetivou entender o duplo movimento entre o econômico e o social, e, por conseguinte, definimos os objetivos da pesquisa. A partir da pesquisa bibliográfica e os achados do estudo exploratório, propusemos um modelo analítico com a finalidade de responder ao problema da pesquisa.

A partir de 28 de maio de 2022, o cooperativismo de crédito solidário no Nordeste mudou a gestão e, conseqüentemente, a marca antes denominada de Sistema ASCOOB passou a ser chamada de Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste e passaram a ser geridas nacionalmente pela CRESOL Confederação. Conforme legislação, a gestão em loco desse grupo de cooperativas é conduzido pela Central da CRESOL Nordeste, essa última teve sua sede transferida para o município de Lauro de Freitas-BA.

De posse de um arcabouço teórico e da definição do problema e dos objetivos da pesquisa, partimos para a fase 2. Nesta etapa, utilizamos como base para o estudo de caso a Central CRESOL Nordeste, lócus responsável pelo gerenciamento do referido sistema.

De acordo com Mazzotti (2006), podemos enquadrar a presente pesquisa como um estudo de caso instrumental, uma vez que objetiva lançar luz sobre questões que vão além do caso que está sendo analisado, incluindo a compreensão de algo mais amplo,

fornecendo *insights* sobre o assunto. Assim, estudamos a central da CRESOL Nordeste para percebermos questões ligadas ao cooperativismo de crédito solidário no Nordeste.

Stake (2000) argumenta que os achados da pesquisa de estudo de caso tendem a trazer algo original, em decorrência da análise de vários aspectos. Em se tratando da escolha da central CRESOL Nordeste, defendemos a existência dos seguintes aspectos: a natureza do caso – o cooperativismo de crédito solidário; o histórico – um campo distinto, com uma constituição peculiar; o contexto (político, econômico e social em que esse campo se insere, principalmente ligado às normativas do BACEN); os outros que se reconhecem com ele e os informantes que o identificam.

4.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

A escolha do estudo de caso como método de pesquisa também direciona a escolha das fontes de dados e sua técnica de coleta. Assim, utilizamos fontes secundárias, entrevistas e observações, nesta ordem.

As informações obtidas em fontes secundárias foram provenientes de *sites*, dentre os quais podemos citar: BACEN, CRESOL Confederação, Fundo Garantidor do Cooperativismo de crédito (FGCoop), OCB, Portal do Cooperativismo Financeiro, Portal do Mundocoop, da UNICAFES e dos demais órgãos de representação entre o período de 2015 a 2022. Esse recorte temporal pode ser explicado a partir da exigência na reestruturação da gestão e da governança no cooperativismo de crédito a partir da normativa nº 4.434/2015.

De posse das informações da fase 1 e de dados secundários, e na busca por compreender o movimento entre o econômico e o social entre os atores sociais envolvidos no cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, partimos para a fase 2. Esta fase foi iniciada em 03 de agosto de 2022: depois de concluídos os ajustes do projeto de qualificação, retomamos à pesquisa de campo. Sendo assim, inicialmente elaboramos 05 (cinco) roteiros de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES B ao F) com as seguintes áreas temáticas/teóricas que circundam o objeto da pesquisa: isomorfismo institucional, governança e solidariedade.

Os instrumentos materializados em entrevistas foram aplicados aos atores sociais e as declarações foram gravadas com o consentimento dos informantes-chave. Segundo Yin (2015), são pessoas que podem trazer *insights* sobre o assunto, bem como indicarem outros Entrevistados que podem ter evidências similares ou opostas. Sendo assim, nesta pesquisa, os instrumentos foram aplicados junto aos:

- a) Representantes do corpo diretivo das cooperativas e funcionários: 03 (três) Conselheiros de Administração, um de cada singular da central CRESOL Nordeste, um membro da Confederação, um gerente de negócios e uma gestora da área de comunicação;
- b) Ex-diretores que participaram do processo de reestruturação das cooperativas: 03 (três) ex-diretores, sendo que um ocupava a função de diretor operacional até junho de 2022 e 02 (dois) ex-sócios e fundadores do antigo Sistema ASCOOB de duas singulares, desligados em 2019;
- c) Diretor financeiro de uma cooperativa de crédito singular solteira, desde o ano de 2017, localizada no sul do país (APÊNDICE G);
- d) Associados das cooperativas da CRESOL Nordeste: considerando os diversos públicos-alvo que compõem o seu quadro social: 03 (três) presidentes de centrais de cooperativas de produção, uma delas localizada no Território do Sisal, Semiárido Nordeste II e no Baixo Sul, respectivamente; e 05 (cinco) agricultores familiares residentes no distrito do Recanto, município de Serrinha-BA;
- e) Parceiros: neste grupo incluímos entidades de representação do cooperativismo de crédito solidário, 02 (dois) funcionários do COGEFUR, um funcionário de um movimento social e um representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Serrinha-BA.

Para facilitar a análise dos dados e manter o sigilo dos participantes da pesquisa, criamos códigos para representar os referidos atores sociais, considerando sua relação com a cooperativa de crédito e com o BDC. Ademais, incluímos o tempo de cada entrevista realizada e o formato de aplicação do instrumento de coleta, sendo que, de um total de 23 (vinte e três) entrevistas, 70% foram presenciais, realizadas no município de Serrinha-BA, e as demais no formato virtual, conforme Quadro 10.

Em pesquisa qualitativa, as amostras não devem ser pensadas considerando as quantidades, mas necessitam ter uma abrangência dos atores sociais envolvidos (conselheiros, cooperados, ex-diretores, funcionários e parceiros). No presente estudo, a

finalização da pesquisa de campo aconteceu quando a quantidade e a qualidade dos dados produzidos geraram riqueza de detalhes e nuances acerca do objeto pesquisado (FUSCH; NESS, 2015).

Quadro 10- Informações acerca dos atores entrevistados

Entrevistado	Código	Tempo da entrevista	Tipo
Cooperado e cliente da cooperativa de crédito e diretora de uma central de cooperativas	Entrevistado 1	57min./28 seg.	Presencial
Cooperado e cliente da cooperativa de crédito e presidente de uma cooperativa de produção	Entrevistado 2	47min./46 seg.	Presencial
Cooperado e cliente da cooperativa de crédito e presidente de uma central de cooperativas	Entrevistado 3	25min./28 seg.	Presencial
Cooperado e cliente da CRESOL (Agricultor(a) familiar)	Entrevistado 4 ao Entrevistado 8	54min./44 seg.	Presencial
Gestor e associado de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 9	2h/23 min.	Presencial
Gestor e associado de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 10	1h/44 min.	Presencial
Gestor, associado e membro de uma confederação	Entrevistado 11	1h/30 min.	Virtual (<i>Google Meet</i>)
Gestor e associado de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 12	56 min.	Presencial
Ex-diretor de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 13	46min./55 seg.	Virtual (<i>Google Meet</i>)
Ex-diretor de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 14	47min./08 seg.	Virtual (<i>Google Meet</i>)
Ex-diretor de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 15	1h/43 min.	Presencial
Funcionário de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 16	1h/29 min.	Presencial

Funcionário de uma cooperativa de crédito singular	Entrevistado 17	58min./53seg.	Presencial
Gerente de um fundo rotativo (parceiro)	Entrevistado 18	2h/06min.	Presencial
Funcionária de uma ONG (parceiro)	Entrevistado 19	59 min./20seg.	Virtual (<i>Google Meet</i>)
Gestor de um CESOL (parceiro)	Entrevistado 20	1h/17min.	Virtual (<i>Google Meet</i>)
Membro de uma entidade nacional da agricultura familiar (parceiro)	Entrevistado 21	1h/02min.	Virtual (<i>Google Meet</i>)
Assistente administrativo de um fundo rotativo (parceiro)	Entrevistado 22	1h/08min.	Presencial
Diretor financeiro contratado de uma cooperativa de crédito solteira	Entrevistado 23	1h/05min.	Virtual (<i>Google Meet</i>)
	<i>Total de tempo das entrevistas</i>	<i>1.379 minutos</i>	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesse sentido, alcançamos os objetivos da pesquisa considerando as contribuições de cada fase, conforme o Quadro 11, que segue:

Quadro 11 – Objetivos e técnicas metodológicas da pesquisa

OBJETIVO - ESPECÍFICO E GERAL	TÉCNICAS METODOLÓGICAS
Investigar o processo histórico no qual as cooperativas de crédito solidárias nordestinas foram constituídas, considerando o significado do movimento entre o econômico e o social no território que em estão inseridas.	Estudo exploratório (fase 1)
Caracterizar ao longo da história o modelo de governança e gestão dessas cooperativas no estado da Bahia.	Estudo exploratório (fase 1) Entrevistas e observações (fase 2)
Identificar tensões existentes entre solidariedade e gestão nas Cooperativas de Crédito Solidárias a partir da Central CRESOL Nordeste.	Estudo exploratório (fase 1) Entrevistas e observações (fase 2)
Compreender o movimento entre o econômico e o social em relação aos atores sociais ligados ao cooperativismo de crédito solidário no Nordeste.	Entrevistas e observações (fase 2)

Fonte: Elaboração própria (2023).

5.2.1 Vida de pesquisadora: as agruras e benesses de uma experiência de pesquisa de campo

Em 19 de setembro de 2022, depois de termos realizado 17 (dezesete) entrevistas com os atores envolvidos no CCS, a equipe da CRESOL Confederação que assumiu a gestão das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB pediu para pausarmos a pesquisa. Concomitantemente, solicitou o envio do projeto de tese para análise e aprovação do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), seu instituto de pesquisa. Sendo assim, aguardamos essa resposta por 21 dias e recebemos um retorno negativo de continuidade da referida pesquisa.

Diante disso, prontamente entramos em contato com a INFOCOS, e enviamos um documento com o objetivo de atender aos seguintes requisitos da instituição:

não divulgação das estratégias de negócios das cooperativas; não exposição de dados sigilosos e não causar algum tipo de dano à imagem ou reputação da instituição CRESOL e das pessoas envolvidas; distorção e divulgação de informações não institucionais às práticas da CRESOL (COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA CRESOL, 2022).

Nesse sentido, no dia 07 de outubro retomamos a pesquisa e demos continuidade à transcrição das entrevistas. As cooperativas de crédito solidárias no Nordeste operam no mercado financeiro, o qual se subordina as normas do BACEN. Nesse sentido, tivemos muita dificuldade de acesso a informações junto ao Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste, pois a maioria dos dados é sigiloso e pode comprometer o processo de reestruturação das referidas cooperativas.

Finalizadas as transcrições e considerando o alcance dos objetivos da pesquisa a partir dos dados coletados, lamentamos a decisão da central CRESOL Nordeste em não fornecer novas informações. Nesse contexto, informamos que nossas análises estão limitadas à demanda dessa instituição financeira cooperativa e a dados públicos disponibilizados pelo BACEN e outras instituições que têm ligação com o cooperativismo financeiro.

Diferentemente da pesquisa quantitativa, na qual os dados são padronizáveis, na pesquisa qualitativa, o pesquisador precisa ter flexibilidade, pois os dados consistem em descrições detalhadas da realidade que objetiva entender os indivíduos em seus termos (GOLDENBERG, 2011). Ao considerarmos essa especificidade da pesquisa qualitativa,

a partir de uma conversa informal com um ator social, detectamos a necessidade de realizar um novo encontro com um parceiro das cooperativas de crédito, concretizado em 17 de novembro de 2022.

Nesse momento, a partir dessa entrevista, desvelamos que este ator e outros ligados ao cooperativismo de crédito solidário resolveram partir para uma nova empreitada – a criação de um Banco de Desenvolvimento Comunitário (BDC) denominado de Banco Comunitário de Fomento ao Desenvolvimento Solidário (BANCOSOL). Nessa perspectiva, criamos 04 (quatro) roteiros de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES H ao K) que foram aplicados a 05 (cinco) atores, no período de 18 de novembro a 28 de dezembro de 2022, os quais idealizaram a proposta do BDC e, ao mesmo tempo, possuem alguma ligação com a referida organização coletiva.

4.3 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

De posse de dados obtidos, considerando-se os dados secundários e as entrevistas, realizamos o tratamento do caso qualitativo (Central CRESOL Nordeste e da criação do BANCOSOL), e finalmente chegamos à fase 3, utilizando a técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta de Gibbs (2009), por meio de 03 (três) estratégias:

- 1- Com o objetivo de se orientarem pelo modelo de análise proposto, as questões que direcionaram as entrevistas foram divididas em áreas temáticas que foram categorizadas como: isomorfismo institucional, governança associativa e solidariedade – conceitos, segundo Gibbs (2009), provenientes da literatura que foram incluídos nos roteiros dos instrumentos de coleta de dados. Nesse contexto, realizou-se uma leitura repetida e minuciosa de todo o material que perfizeram um total de 1.314 (um mil, cento e trinta e quatro) minutos de transcrição, buscando nos afastar de descrições e termos dos Entrevistados, na tentativa de relacionar as respostas de cada questão por respondente, conforme as temáticas e os objetivos que estas contemplavam;
- 2- De posse do texto com a codificação mais descritiva, conforme as declarações dos respondentes, as elevamos para um nível de categorização mais analítico e teórico, fazendo a correlação com as teorias escolhidas no modelo de análise.

Nessa etapa, de posse dos dados, fizemos as inferências e interpretações dos resultados, conforme apontado por Gibbs (2009);

- 3- Para complementarmos a parte de interpretação dos dados, além de termos realizado uma análise acerca da presença e atuação do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, fomos surpreendidos com a criação do BANCOSOL pelos atores sociais do Território do Sisal, em sua maioria ligados ao CCS. Este BDC foi idealizado como uma forma de complementar a atuação das cooperativas de crédito, por meio da oferta de crédito para os mais vulneráveis economicamente, público-alvo não atendido atualmente por essas cooperativas.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O cooperativismo de crédito solidário faz parte de um cenário mais amplo, as finanças solidárias. Assim, para entendermos esse campo e responder aos objetivos da pesquisa, buscamos conversar com atores que fazem parte desse contexto, os quais foram denominados de Entrevistados, numerados de acordo com o número de participantes, como uma forma de preservar a identidade desses respondentes.

Ao considerarmos que a pesquisa passou por etapas, nesta seção apresentamos os resultados da fase 1 materializada por um estudo exploratório (item 5.1) trouxe achados importantes para a definição dos aportes teóricos. Sendo assim, as fases 2 e 3, discorrem os achados da pesquisa de campo propriamente dita que responde ao problema da pesquisa que considerou os conceitos: isomorfismo institucional, governança e solidariedade, bem como suas relações com a Teoria do Duplo Movimento de Karl Polanyi (itens 5.2 ao 5.4).

5.1 UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS CCSN

Este tópico objetiva discutir a escolha dos aportes teóricos da pesquisa a partir de dados do estudo exploratório nas cooperativas de crédito do Sistema ASCOOB, instituições financeiras cooperativas com viés solidário criadas por agricultores familiares e movimentos sociais, com a finalidade de atender a diversas demandas dessa parcela da população excluída pelo SFN e das políticas públicas governamentais. Com a instauração de um modelo de governança instituído pelo CMN a partir da Resolução nº 4.434/2015 (BRASIL, 2015), às cooperativas de crédito, inclusive as solidárias, precisaram rever suas normas e estrutura, o que em alguma medida tende a afetar suas práticas solidárias.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com (04) quatro representantes das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB entre os meses de janeiro e abril de 2021: um integrante ocupante do cargo de diretor administrativo da cooperativa central (Diretor Adm./CC) e um ex-sócio e fundador de uma cooperativa singular (Ex-diretor Adm./CS) e um diretor operacional de uma cooperativa singular (Diretor Op./CS e uma diretora da central (Diretora Op./CC).

De modo geral, as conversas com os Entrevistados partiram de indagações acerca do perfil das cooperativas do Sistema ASCOOB e dos desafios para a manutenção das práticas solidárias, considerando o mercado financeiro. A partir daí, delineamos outras questões ligadas ao BACEN e aos desafios exigidos pelo Sistema Financeiro Nacional.

As cooperativas, de modo geral, estão submetidas à Lei 5.764/1971. O ramo crédito, tendo em vista a sua inserção no Sistema Financeiro Nacional (SFN), junto com as cooperativas de trabalho, são os ramos cooperativos que possui uma legislação própria, regulamentado pela Lei Complementar 130/2009. Nesse rol também incluímos o cooperativismo de crédito solidário, vertente que atua em prol do desenvolvimento de diversos atores sociais, principalmente ligados à agricultura familiar e à economia solidária⁴³. Sua presença é materializada por meio da oferta de produtos e serviços financeiros para seus associados que, em sua maioria, não têm acesso ao sistema bancário convencional.

Na Bahia, desde 2008, o cooperativismo de crédito solidário é representado pelo Sistema ASCOOB, autorizado a funcionar pelo BACEN no referido ano. À época, essa criação podia ser explicada por dois motivos:

- 1) A articulação e apoio institucional – o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), União das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar Solidária (UNICAFES). Essa união promoveu diálogos com algumas cooperativas de crédito da região Sul, que se consolidou com a filiação à CRESOL Confederação;
- 2) O crescimento das operações de crédito rural entre 1995-2004 das cooperativas de crédito ASCOOB (BÚRIGO, 2010), fato que tornava viável a constituição de uma central que atuaria como uma instância de gestão e governança das cooperativas singulares.

⁴³ No Brasil, também em contraposição à economia de mercado, ao final da década de 1980, emergiu o movimento da economia solidária liderado por Paul Singer. Fora ampliado em 2003, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão que se tornou responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas para as diversas formas organizacionais que o constituem. França Filho (2013, p. 444) o considera como um fenômeno heterogêneo materializado por “experiências que partem da própria sociedade em formas inéditas de produção, distribuição de riqueza, isto é, de fazer economia”, expressas nas formas de cooperativas de produção, serviços e consumo; entidades de apoio e de fomento, educação, finanças solidárias (materializadas pelas cooperativas de crédito solidárias, fundos rotativos e bancos comunitários de desenvolvimento), clube de trocas e, finalmente, as associações que, apesar de apresentarem números expressivos, são menos difundidas, mas também prestam serviços a seus associados, embora não admitam fins econômicos.

Passados 10 (dez) anos de atividade junto ao SFN, as cooperativas do Sistema ASCOOB tiveram de iniciar o processo de reestruturação na gestão, principalmente impulsionadas pela Resolução nº 4.434/2015. Segundo o BACEN, essa normativa e outras visam mitigar os problemas de governança e gestão das cooperativas de crédito brasileiras, detectados inicialmente entre 2005 e 2008, em pesquisa publicada em 2009, principalmente a partir da presença de 38 (trinta e oito) processos administrativos punitivos direcionados às cooperativas de crédito brasileiras.

Para Soares e Balliana (2009), a existência desses processos se deve ao fato de algumas cooperativas de crédito terem apresentado dificuldade em manterem controles organizacionais, e isso teria se manifestado devido à falta de práticas de governança. Assim, os autores atribuem como causas questões como: a baixa participação dos associados, bem como do Conselho de Administração, dos diretores não executivos e do Conselho Fiscal em relação à assistência e fiscalização dos dirigentes executivos; e a existência de um número considerável de cooperativas com baixa liquidez e solvência; a liberação de crédito sem verificação de requisitos de segurança, seletividade, diversificação, garantia e liquidez.

Crúzio (2009) aponta que algumas experiências de cooperativas de crédito foram marcadas por vários problemas internos e externos. No âmbito interno, foram desviadas de suas finalidades sociais, políticas ou econômicas, pois houve concentração de crédito para alguns associados, empréstimos especiais ou diferenciados para parentes ou amigos. Externamente, apresentaram dificuldades em aspectos técnicos da gestão mercadológica (não agregaram valor à oferta de produtos ou serviços); negligenciaram os planos promocionais, o que dificultava a atração de potenciais sócios para as cooperativas e possíveis aumentos de ganhos em escala nas operações; e ainda descuidaram da instrução dos associados no que se refere ao uso racional dos recursos obtidos via cooperativa.

Em relação ao Sistema ASCOOB, o estudo exploratório detectou obstáculos para a preservação das práticas solidárias e para a saúde do referido Sistema. O diretor administrativo da central (2021) indicou o crime de lavagem de dinheiro que, até recentemente, estavam atuando fortemente no sistema cooperativista, por meio da saída de dinheiro dos bancos para as cooperativas, pois, comparado aos bancos comerciais, antes da Resolução nº 4.434/2015, essas instituições financeiras sofriam menos fiscalização dos órgãos reguladores.

Diante dessas fragilidades do cooperativismo de crédito, o BACEN começou a exigir novas posturas que pudessem preservar a credibilidade dessas instituições financeiras como, por exemplo, a criação de cúpulas de supervisão para o setor não bancário, que realizam o monitoramento por meio de um sistema chamado Adam. Por meio desse *software*, os técnicos do BACEN têm acesso à carteira de crédito e promovem um acompanhamento diário. Caso seja detectada qualquer divergência, a ASCOOB Central é imediatamente acionada pelos técnicos do BACEN, conforme informou o referido diretor.

Segundo informações do diretor administrativo da central (2021), diante das determinações do BACEN, a ASCOOB Central criou em sua estrutura organizacional um setor de supervisão responsável pelos controles internos. Uma das ações desse setor refere-se à entrega ao BACEN, no início de março desse ano, de um manual de controle interno sistêmico.

Entretanto, o ex-diretor de uma das cooperativas singulares (2021) apontou 03 (três) problemas internos comuns à gestão das cooperativas de crédito: a inadimplência, que pode levá-las à cogestão⁴⁴ o que em alguma medida denota a falta de uma gestão profissional; a dificuldade do cooperado em entender o real sentido de uma cooperativa de crédito; a falta de pessoas preparadas para atuarem no cooperativismo.

Na concepção do Diretor Adm./CC (2021) e do Diretor Oper/CC (2021), muitas situações vivenciadas nas cooperativas de crédito promoveram o comprometimento das práticas solidárias. Isto acontece quando as pessoas ligadas a partidos políticos esqueceram o solidário e olharam somente para seus interesses pessoais. No entanto, reduziram-se essas ações quando incluíram, em 2019, na política de ética, que não aceitariam diretores contratados que fossem filiados a partidos.

Para exemplificar a situação que põe em risco o viés solidário, o Diretor Adm./CC (2021) relatou um exemplo que mostrou a atuação do sistema de lavagem de dinheiro do BACEN. Nesse exemplo, apontou que o prefeito de uma determinada cidade fez uma transferência para um dirigente de uma das cooperativas, no valor de R\$ 300 (trezentos)

⁴⁴ O regime de cogestão não significa apenas a prestação de assessoria, consultoria e orientação, conforme definido na Lei geral do cooperativismo – 5.764/71. Além disso, de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar nº 130/2009, em caráter temporário, as cooperativas centrais devem intervir na gestão da cooperativa singular e sanar as irregularidades, em caso de risco para a solidez da própria instituição. Ademais, devem comunicar a prática de atos ilícitos penais e administrativos expressa na referida lei (PÁDUA, 2017).

mil para ser sacado na ASCOOB. O sistema de controle detectou essa situação e proibiu essa operação, e prontamente formou-se um Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para investigar o fato. Então, observou-se que aquele dirigente possuía uma ligação pessoal com esse gestor público, o qual fora imediatamente desligado da cooperativa.

Por outro lado, segundo Tafuri e Fazio (2016) a Resolução nº 4.434/2015 tende a dificultar a expansão do cooperativismo de crédito solidário no país. Isto porque as categorias definidas pelo BACEN, classificando-as como plenas, clássicas ou de capital e empréstimo⁴⁵, elevam os valores de capital inicial e patrimônio líquido mínimos. Essa exigência inviabiliza a criação de novas cooperativas e promove a incorporação das menores pelas maiores, como uma estratégia de atingir os patamares mínimos exigidos pela presente norma.

Segundo o Diretor Adm./CC (2021) e o Diretor Op./CS, se a ASCOOB não avançar em sua reestruturação, ela sairá da posição de clássica e poderá ser rebaixada para a classificação tipo capital e empréstimo. Na modalidade clássica, segundo a normativa, além da captação e empréstimo, as cooperativas de crédito são autorizadas a realizar outras operações como, por exemplo, aplicar recursos no mercado financeiro e conceder crédito, bem como proceder à contratação de serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro.

As cooperativas do tipo capital e empréstimo são autorizadas a limitar suas operações somente ao capital captado, situação que torna inviável a sobrevivência das cooperativas que as compõem. Sobre essa postura, o Diretor Adm./CC (2021) afirma que *“nesse contexto, precisamos nos adaptar às normativas do BACEN para nos mantermos no mercado, e em se tratando das imposições, entendo que esse órgão tende a exigir mais das cooperativas, comparado aos bancos”*.

Segundo Tafuri e Fazio (2016), essa resolução tende a dificultar a expansão do cooperativismo de crédito solidário no país, já que as categorias definidas pelo BACEN classificam-nas como plenas, clássicas ou de capital e empréstimo elevam os valores de capital inicial e patrimônio líquido mínimos, bem como passam a exigir que as

⁴⁵ As cooperativas plenas são autorizadas a praticar todas as operações permitidas para as cooperativas de crédito como, por exemplo, atuar com operações de câmbio e, por isso, são instituições financeiras de maior porte. As clássicas se encontram em um nível intermediário, mas não atuam no mercado de câmbio. E, por último, as cooperativas enquadradas como capital e empréstimo, que têm operações limitadas aos valores integralizados pelos seus associados (TOMBINI, 2015).

cooperativas adotem um regime de governança cooperativa como modelo de gestão a ser adotado, conforme normativas do BACEN.

Tais medidas, para as cooperativas já atuantes têm 03 (três) anos para se adaptar, acarretarão na impossibilidade de abertura de pequenas novas cooperativas de crédito, no fechamento de muitas que já se encontram em operação e na fusão de tantas outras (que para continuar operando terão que ser incorporadas pelas cooperativas de maior dimensão), o que aliada à adoção do regime de governança cooperativa, tanto diminuirão a capacidade de capilarização das ações das cooperativas de crédito, como afetarão sobremaneira seu regime de autogestão (TAFURI; FAZIO, 2016, p. 112).

ASCOOB necessitou realizar um processo de reestruturação que se iniciou em 2018, em decorrência da Resolução nº 4.434/2015, que passou a exigir das cooperativas de crédito que se enquadravam como plenas e clássicas, que realizassem uma estruturação em sua governança. Para a ASCOOB, que se enquadra na categoria clássica⁴⁶, significou a criação de uma estrutura administrativa integrada entre Conselho de Administração e Diretoria Executiva, sendo vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva da cooperativa. Os sócios-fundadores foram convocados a participar desse processo, iniciado com o GERCOOP⁴⁷, uma das primeiras iniciativas. Outros processos e mudanças estratégicas envolveram em 2019 o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e consultor da CRESOL Confederação Leonel Romanini Júnior.

O início do processo de modernização da gestão acontece depois de 10 (dez) anos de atuação como Sistema ASCOOB, diante da pressão do mercado financeiro e da necessidade de sobrevivência. Além de estruturar a governança segregando funções entre Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva administrativa e comercial, definiu-se um planejamento estratégico (2020-2025). Esse processo iniciou-se na ASCOOB Central em 2019 e foi implantado nas singulares a partir do ano de 2020 (SISTEMA ASCOOB, 2021).

⁴⁶ Possui como exigência de enquadramento que a média de ativos totais, nos últimos 3 (três) anos, seja igual ou superior a R\$ 50 milhões, conforme Artigo 27 do CMN.

⁴⁷ É uma capacitação em Gerenciamento de Cooperativas de Crédito, desenvolvido entre a CRESOL e o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS). O curso objetiva oferecer conhecimentos técnicos específicos de instituições financeiras cooperativas aos Conselheiros que têm responsabilidades na administração direta das Cooperativas do Sistema, por meio de uma carga horária de 218 horas presenciais e 42 horas na modalidade EAD (CRESOL, 2016).

Nosso planejamento foi construído na metade do segundo semestre de 2019, pelo consultor da Confederação e professor da FGV, Leonel Romanini Júnior, juntamente com a equipe estratégica da Central e suas filiadas. Os âmbitos econômico, social e ambiental norteiam nossos eixos estratégicos, que são eles: Governança Corporativa, Comunicação e *Marketing*, Eficiência Operacional e Crescimento e Expansão (SISTEMA ASCOOB, 2019, p. 05).

Segundo o diretor administrativo da central (2021), apesar das conversas acerca da necessidade de reestruturação das cooperativas, os antigos gestores resistiram em se profissionalizar para atender às exigências do BACEN. Diante disso, em 2019, a central, pensando na política de sucessão, realizou mudanças na equipe de gestão, em sua maioria representada por sócios-fundadores: mais precisamente, 10 (dez) pessoas foram desligadas. Destarte, para esse gestor, *“é necessário mesclar entre o solidário e entender o capitalismo e, assim, tentar chegar a um meio-termo, pois se forem só solidários, a conta chega para pagar no fim do mês”*. Ele acrescenta:

O cooperado prefere pagar uma conta de R\$ 5,00 por mês ou no final do exercício financeiro ter que desembolsar a partir de um rateio de R\$ 30,00 porque não teve sobra? Na gestão anterior, eles não avaliavam essa situação. Essa era uma das posturas dos antigos gestores que não condiz com nossos propósitos (DIRETOR ADM./CC, 2021).

A partir da Resolução nº 4.434/2015, o BACEN passou também a exigir que as cooperativas adotassem um regime de governança cooperativa⁴⁸ como modelo de gestão, conforme suas normativas, o que tende a reduzir a capacidade de capilarização das ações das cooperativas de crédito, como também o regime de autogestão (TAFURI; FAZIO, 2016).

O processo de reestruturação iniciou-se na ASCOOB Central em 2019 e fora implantado nas singulares no ano de 2020. Além de promover uma reorganização na governança do Sistema ASCOOB, ao segregar funções entre Conselho de Administração e Diretoria Executiva (administrativa e comercial), as cooperativas também definiram um planejamento estratégico (2020-2025) (SISTEMA ASCOOB, 2021).

Segundo as declarações do diretor administrativo da central (2021), a profissionalização do sistema ASCOOB não prejudica, de início, a atuação solidária das cooperativas de crédito, mas existe uma pressão para que essas cooperativas se tornem empresariais a longo prazo. Ele relembrou que, por esse motivo, desfiliam-se do

⁴⁸ “Conjuntos de mecanismos e controles internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo sua continuidade e os princípios cooperativistas” (FONTES FILHO; COELHO; VENTURA, 2009, p. 65).

SICCOOB Central em 2008 e criaram a ASCOOB Central. Suas palavras deixam claro seu posicionamento:

Eu defendo o solidário. Sem a essência do solidário, a ASCOOB não consegue sobreviver, pois a região é muito carente e nossa atuação depende dos pequenos investidores. Para exemplificar, na região semiárida de Algodões, tem um associado que quer 2 mil reais emprestados, e eu não vou virar o rosto para ele; se ele precisa, nós emprestamos. Hoje temos crédito de 500 reais porque o associado tem necessidade. Não esquecemos o solidário, é a nossa base, e estamos trabalhando nas duas pontas: criamos os gerentes pessoa física e jurídica, nas modalidades rural e urbano (DIRETOR ADM/C.C, 2021).

Conforme apontado anteriormente, a readequação à Resolução 4.434/2015 exigiu das cooperativas um certo nível de profissionalização. Desse modo, o Entrevistado relatou que o Sistema se preocupou em montar a nova equipe de gestores, fazendo a contratação de diretores com um perfil que equilibrasse os aspectos técnico e solidário:

O conselho das singulares se constitui de líderes comunitários, presidentes de associação, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais. O quadro técnico possui, em sua maioria, uma formação de mercado, mas também tentamos equilibrar com o viés solidário, o meu caso foi assim, já atuo há 12 anos no sistema. Diferentemente, a CRESOL Confederação, instituição à qual a ASCOOB encontra-se filiada e que representa o sistema do cooperativismo de crédito solidário brasileiro, contratou recentemente quatro diretores contratados que faziam parte do Banco do Brasil.

Para 02 (dois) ex-diretores de uma das Cooperativas Singulares (CS) do sistema, a profissionalização do cooperativismo de crédito é uma ida sem volta, amparada na implantação de um sistema de governança estruturado. Ele alerta que essa governança demanda ter um certo cuidado em relação a não misturar as questões políticas com a cooperativa de crédito e, nesse contexto, a governança tem esse papel de controle para que não haja interferência. Apesar disso, o modelo em 03 (três) níveis (singular, central e confederação) traz como pano de fundo um alto custo operacional com o sistema, incluindo-se o pagamento de altas taxas para a confederação, o que tende a impactar a estrutura e viabilidade econômica das cooperativas de crédito. Sobre esse assunto, esse Entrevistado cita um exemplo:

Cooperativas pequenas começam o mês devendo, por exemplo, 200 mil reais para cobrir os custos com os sistemas de internet, da direção estadual, a confederação, a direção e isso está insustentável. Portanto, o argumento da incorporação e a conseqüente redução no número de cooperativas pode dar conta destes custos. É preciso rever essa estratégia e um dos argumentos aponta que essa redução também impactaria no número de diretores, fato que aconteceu com a ASCOOB Sisal, que incorporou Governador Mangabeira e Valença, e a ASCOOB Itapicuru, que incorporou Jaguarari, Vitória da Conquista e Jacobina. Então, virou um negócio, e essa estratégia promoveu a perda de essência da cooperativa. O princípio do cooperativismo que é a relação de proximidade do cooperado com o dirigente acabou, fato que a torna mais próxima de uma cultura bancária (EX-DIRETOR/CS, 2021).

A experiência relatada pelo Entrevistado leva a refletir que existe um risco iminente das cooperativas de crédito solidárias perderem sua essência. Isto porque, para sobreviverem no mercado financeiro, mesmo que seja competindo com suas congêneres, as singulares carecem honrar as taxas referentes às despesas ligadas à filiação nos níveis de central e confederação. Diante disso, utilizam a incorporação como uma das estratégias que remetem a uma integração de uma cooperativa singular de maior porte a uma de menor porte, com o objetivo de reduzir custos e ampliar ganhos em escala. Nesse contexto, a busca pela produtividade por meio da incorporação pode diminuir o grau de proximidade e de relacionamento entre o cooperado, a cooperativa e a comunidade. E essa situação pode reverberar em uma relação meramente comercial, o que tende a tornar as cooperativas mais próximas da cultura bancária tradicional.

As entrevistas ainda sugerem a necessidade de estudos científicos para analisarem o momento que estamos vivendo: qual o cooperativismo adequado para a juventude? Seria o cooperativismo de crédito digital? Para o Ex-Diretor/CS, precisamos refletir diante dessa realidade, haja vista que estamos falando de custos operacionais. Sobre esses custos, o respondente faz a seguinte declaração:

Os custos são altos. As cooperativas da Bahia estavam pagando 600 mil reais para a Confederação. A ASCOOP Itapicuru, por exemplo, pagava em 2017, 50 mil reais por mês. Pense isso somando às outras singulares do sistema. O custo mensal da Central era de 200 mil reais, que eram divididos entre as singulares, mais o valor individual a ser pago à confederação. Com essa situação, as cooperativas já começam o mês com saldo devedor (EX-DIRETOR/CS, 2021).

As cooperativas de crédito solidárias estão inseridas no mercado financeiro, e cada dia vêm tendo mais dificuldades em manterem a sustentabilidade financeira que lhes é cobrada. Por exemplo: têm bancos que não possuem agências físicas como, por exemplo, o Nubank; a concentração financeira do Brasil em apenas 05 (cinco) instituições bancárias (Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander) também é um agravante. Como fica o cooperativismo de crédito nesse ambiente? Os bancos estão reduzindo suas agências, e cada vez mais operando de forma digital. Como as cooperativas de crédito irão permanecer vivas nesse contexto? Qual será o modelo futuro do cooperativismo de crédito? Esses são questionamentos muito importantes que necessitam ser pesquisados com o intuito de oferecerem alternativas urgentes para esse

novo momento caracterizado pela inovação e tecnologia, e as cooperativas terão de acompanhar (EX-DIRETOR/CS, EX-DIRETOR/CC, 2021).

Entende-se que a consolidação da profissionalização das cooperativas de crédito solidárias do Sistema ASCOOB também depende de altos custos operacionais, e em se tratando de pequenas cooperativas, tende a ser um desafio, principalmente ocasionado pela drástica redução de políticas públicas que, nas palavras do Diretor Adm./CC (2021), “*infelizmente começaram a perder força para a lógica do lucro, e essa situação refletiu na queda das receitas do sistema*”. Mas, além dessa preocupação em relação ao financeiro, o Diretor aponta a luta para a manutenção de práticas solidárias:

Enxergamos o micro produtor, o pequeno, como sendo o dono disso aqui, o pagador das contas. São muito honestos. Temos ações solidárias, para além do rateio no fim do exercício. Temos aqui um projeto “Vencer Cooperativa” com a parte de formação que significa assistência, via ASCOOB Associação (DIRETOR ADM/CC, 2021).

O aumento do tamanho das cooperativas de crédito tem promovido um certo distanciamento entre cooperados, dirigentes e funcionários. O cooperativismo tem por essência os debates entre as lideranças dos princípios e valores do cooperativismo. Então, outros grandes sistemas, como SICREDI e SICOOB também o fazem. Prova disso é que não se consegue ver tanta diferença no discurso entre os sistemas tradicionais e o solidário, mas o que muda são as ações.

Isso expressa que é necessário haver um esforço muito grande de investimento em formação para manter a essência das cooperativas solidárias. Isto porque 80% dos cooperados enxergam que a cooperativa é um banco, isso é muito triste. Não tem o envolvimento, não entendem que eles são os donos. Atualmente, querem uma taxa barata, um aplicativo de celular, talão de cheques, entre outros. Até 2017, trabalhávamos muito a relação com os cooperados, fazíamos por exemplo, a semana das microfinanças, o encontro do cooperativismo. Como fazer esse trabalho quando o volume de associados aumenta para 25 mil cooperados? (EX-DIRETOR/CS, 2021).

Sobre a interferência do BACEN perante as cooperativas de crédito, o Diretor Adm./CC (2021) concorda com a necessidade de monitoramento por meio de indicadores de Basileia⁴⁹, com o objetivo de garantir a segurança dos associados, mas seu trabalho precisa extrapolar os números. A realidade do cooperativismo de crédito solidário é muito

⁴⁹ É um dos indicadores mais utilizados para analisar a solvência de uma instituição financeira, e se refere à capacidade que possui para honrar seus compromissos financeiros. Nas cooperativas de crédito, esse trabalho é feito pela formação do capital social e o trabalho junto ao quadro social. Para Maia, Bressan, Lamounier e Braga (2013, p. 06), “o associado capitalizará a instituição na expectativa de benefícios futuros, de forma cooperativa, por exemplo, pelo consumo de serviços financeiros a baixo custo, diferentemente do mercado de ações, onde o objetivo é o ganho com dividendos ou pela valorização dos ativos”.

distinta das demais que compõem o cooperativismo brasileiro. Nas suas palavras, “o conceito de capital precisa dialogar com a solidariedade e, por isso, a visão do BACEN necessita ser ampliada para conhecer as duras realidades”.

Apesar das estratégias de modernização e reestruturação nas cooperativas que compõem o sistema desde 2019, o diretor administrativo da central (2021) deu a seguinte declaração sobre a permanência do solidário no Sistema ASCOOB:

Eu defendo o solidário. Nasci vendo a criação da APAEB⁵⁰: quando criança e adolescente, me fiz presente em vários momentos. Eu trabalhei na ASCOOB Cooperar por 11 anos e estou na ASCOOB Central há 3 anos e, para mim, sem a essência da solidariedade, a ASCOOB não consegue sobreviver.

Destarte, entende-se que é um desafio promover a conciliação entre a profissionalização exigida pelo mercado financeiro e manter práticas solidárias, quando consideramos a base do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste.

Desde abril do ano de 2019, a CRESOL Confederação se filiou à OCB. Sobre esta situação, o diretor administrativo da central (2021) relatou a respeito do comprometimento das práticas solidárias dessa filiação. Ele apontou que essa parceria pode ser analisada a partir de 02 (duas) perspectivas, uma positiva e outra negativa. A primeira mostra a força e a capacidade dessa instituição como única representante de todos os ramos do cooperativismo brasileiro. Isto posto, como o sistema do cooperativismo de crédito solidário precisa sobreviver, a filiação tornou-se uma estratégia inevitável.

Hoje, a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRAS) é constituída praticamente por membros da OCB. Nas palavras do gestor, “Entendo que é difícil imaginar a CRESOL Confederação como o único sistema que não era filiado à OCB”. O mesmo aponta uma situação que mostra a força da OCB perante o governo e ao mercado.

Um exemplo: quando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) novamente foi instituído para as cooperativas, que eram isentas, apenas a OCB entrou com uma nota de repúdio e com a defesa do cooperativismo solidário⁵¹, infelizmente, nem sei se existe (DIRETOR ADM./CC, 2021).

⁵⁰ Criada em 1980, com a denominação de Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, a APAEB foi fruto da articulação de movimentos sociais rurais que defendiam os agricultores familiares da exploração de latifundiários.

⁵¹ “O desenvolvimento do cooperativismo nos segmentos sociais de baixa renda tem estimulado reflexões de pensadores cooperativistas no sentido de distinguir as cooperativas sociais ou populares das cooperativas econômicas, tradicionais ou pioneiras” (PINHO, 2004, p. 07). As cooperativas denominadas de populares ou sociais são organizadas por pessoas de baixa renda, criadas com o objetivo de resolver problemas

Percebe-se que esse Entrevistado demonstra ter um olhar sensível à importância das práticas solidárias para o Sistema ASCOOB, mas desconhece a atuação da UNICAFES como uma entidade que representa a agricultura familiar e a economia solidária do país. Supomos que a sua declaração partiu do fato de que desde 2016, com a mudança da presidência da república, esse movimento vem perdendo força política.

Por outro lado, o Diretor Adm./CC (2021) indica que a filiação à OCB traz como ponto negativo o posicionamento, em alguns momentos, em prol de interesses particulares e de grandes cooperativas. Ele cita como exemplo, a questão do registro das cooperativas e de seus atos: considerando-se que são organizações sem fins lucrativos, não tem sentido que esses procedimentos sejam realizados na junta comercial, um oligopólio do lucro.

A Associação à OCB foi uma pressão junto às cooperativas do Sistema CRESOL para que pudessem ter acesso aos recursos do Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Desde o seu surgimento, essas cooperativas de crédito solidárias não recebiam os recursos da OCB porque não se associavam (EX-DIRETOR/CS, 2021). Diferentemente do posicionamento do Diretor Adm./CC a respeito da UNICAFES, o Ex-diretor/CS revela que foi feito um acordo entre a CRESOL Confederação com a UNICAFES, no sentido de efetivar essa filiação, mas que é algo complicado, pois a OCB e a UNICAFES possuem filosofias distintas.

Historicamente, a OCB atua em prol de um cooperativismo como negócio, com um viés empresarial, e por questões de disputa de poder entre as cooperativas, existe uma tendência em atender cooperativas de médio e grande portes. Diferentemente dessa realidade, a UNICAFES visa a atender a organizações coletivas menores, pertencentes ao movimento da economia solidária e da agricultura familiar (cooperativas, grupos informais e associações), que em alguma medida lutam para alcançar a inclusão social de pessoas.

Ainda em relação à parceria da CRESOL Confederação e suas centrais com a OCB, entende-se que, no início, o solidário não é afetado; mas, no futuro, existe uma forte tendência da integração do cooperativismo em um único sistema. Isso porque, com a

econômicos, como, por exemplo, trabalho e renda. Por meio de outra lógica gestonária, busca uma nova economia a partir de formas de rearranjo econômico e social com base na cooperação e solidariedade. Essa experiência fez surgir uma nova vertente – o cooperativismo solidário, embasado na ética, no caráter dos associados e em sua mútua confiança e espírito de solidariedade (PINHO, 2004).

chegada do *open banking* (dados abertos), todas as instituições financeiras terão acesso aos dados pessoais dos correntistas: essa inovação vai exigir que os bancos operem em uma única plataforma; mas, como são grandes instituições, têm poder para competirem entre si. Diferentemente, o cooperativismo de crédito reúne pequenos diante do SFN, e caso se recusem a se unir, vão fechar as portas e, nesse cenário, o Diretor acredita que a solidariedade será afetada.

Para facilitar o entendimento a respeito dos pontos positivos e negativos da profissionalização para o cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, criamos o Quadro 12, o qual resume as considerações dos respondentes da pesquisa.

Quadro 12 – Uma visão geral dos pontos positivos e negativos da profissionalização para o CCSN

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● O sistema de governança promove o aumento de credibilidade junto aos associados e ao SFN; ● A criação da cúpula de supervisão do setor não-bancário reduz o crime de lavagem de dinheiro; ● Modernização dos sistemas de informação e aquisição de novas tecnologias para atendimento às normativas do BACEN e às necessidades dos associados; ● A associação à OCB tende a fortalecer as CCS no acesso a políticas públicas e recursos do SESCOOP. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Pressão para se tornarem cooperativas empresariais; ● A atuação do BACEN precisa extrapolar os números e conhecer as duras realidades vivenciadas por cooperativas solidárias do Sistema ASCOOP, pois o baixo poder aquisitivo da maioria dos associados não comporta altos custos nas operações financeiras e excessos de exigências; ● O uso excessivo de controles pode transformar as CCS em instituições bancarizadas; ● Altos custos para as cooperativas singulares por conta do pagamento de taxas para a confederação e central, situação que impacta a sua viabilidade econômica; ● Com a implantação do <i>open banking</i>, existe uma forte tendência de integração do cooperativismo de crédito em um único sistema cooperativo para se manter no SFN; ● Maior distanciamento entre cooperativa, cooperado e a comunidade, e a consequente perda de essência das cooperativas solidárias; ● Em alguns momentos, a OCB se posiciona a favor dos interesses de grandes cooperativas.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Diante da pesquisa preliminar com as cooperativas de crédito solidárias no Nordeste, que se situam no cenário do Sistema Financeiro Nacional, escolhemos a teoria do duplo movimento de Karl Polanyi, o isomorfismo institucional, que serviram de base para a criação do Modelo Analítico da referida tese.

5.2 O ISOMORFISMO INSTITUCIONAL, A GOVERNANÇA ASSOCIATIVA E A SOLIDARIEDADE NO CCSN

Para facilitar a coleta dos dados nas entrevistas, dividimos os instrumentos de coleta de dados nas seguintes áreas temáticas: isomorfismo institucional, governança associativa e solidariedade. A partir dessa segregação, para facilitarmos a análise dos dados, criamos seções e subseções que promovem interrelações entre essas respectivas áreas e, conseqüentemente, as correlacionamos com o objetivo da pesquisa.

5.2.1 O ISOMORFISMO INSTITUCIONAL E O MOVIMENTO EM DIREÇÃO AO MERCADO: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DO CCSN

A reestruturação do Cooperativismo de Crédito Solidário no Nordeste (CCSN) foi iniciada em 2019 e o BACEN deu o prazo de 3 (três) anos para a CRESOL Confederação promover a recuperação das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB que, em parte, estavam com problemas de liquidez e alta inadimplência, ocasionadas, principalmente por falta de uma gestão profissionalizada. Além disso, os custos fixos que compõem a estrutura das cooperativas no sistema financeiro são altos e o ticket médio dos cooperados, em sua maioria agricultores familiares, não consegue cobrir estes valores para garantir a sustentabilidade das referidas cooperativas.

Portanto, quando a CRESOL Confederação assume a gestão da ASCOOB, além de ter adquirido todo o aparato tecnológico e *know how*, também ampliou seu público-alvo por meio de estratégias de inclusão de produtos e serviços para outros que possam garantir a sobrevivência dessas cooperativas. Para o Entrevistado 17, essas cooperativas

têm condições de atuar com o pequeno, médio e o grande, e essa diversificação tem como objetivo equilibrar os resultados da cooperativa, pois, como a economia brasileira oscila muito, quando um setor está em alta, outro está em baixa. Essa reorganização amparada em normativa do BACEN possibilitou a atuação junto a pessoas físicas e jurídicas do urbano, inclusive agricultores e empreendedores de maior porte e estrutura.

Outra estratégia adotada pela CRESOL Confederação foram as incorporações, o que, de alguma forma, visava minimizar os custos e despesas operacionais e assim ter mais chances de sobreviver no mercado financeiro. Um exemplo, refere-se à situação da CRESOL Sisal que, no período de 02 (dois) anos, reduziu de 13 (treze) para 06 (seis) agências.

O Entrevistado 12 aponta a instauração da governança segregada em Diretoria Executiva (administrativa e comercial) e o Conselho de Administração, como o desafio para os associados das cooperativas pesquisadas, amparada na normativa do BACEN nº 4.434/2015. Isto porque, no período da gestão do antigo Sistema ASCOOB, até o início de 2019, existia uma proximidade maior com os associados e, com essa mudança, até o presente momento, existe um certo distanciamento com as comunidades e parceiros.

Por outro lado, o Entrevistado 10 discorre que essa governança segregada, implantada há 02 (dois) anos, tende a fortalecer as cooperativas, porque as questões burocráticas e operacionais ficaram a cargo da equipe técnica, e as de âmbito estratégico sob a responsabilidade do Conselho de Administração.

A governança segregada, que é nada mais, nada menos a gente dizer, botar (...) para cuidar do seu cantinho lá. A gente tem equipe técnica, tem gestão estratégica, então nós pensamos o estratégico, nós fazemos a parte política e estratégica, e a gente tem a parte interna para lá para executar (ENTREVISTADO 10, 2022).

Inicialmente, a confederação trouxe consultores para auxiliar esse processo de reestruturação, mas, depois de um ano, sem alcançar os resultados previamente planejados, percebeu-se a necessidade da implementação de estratégias mais estruturantes. Segundo o Entrevistado 10, organizaram-se as diretorias executivas, os gerentes das agências e enquadraram-se os salários conforme o sistema financeiro, mas, na ponta, o atendimento ao cooperado conforme normativas da CRESOL Confederação não aconteceu; por isso, grande parte da equipe, inicialmente da central, foi desligada.

Assim, no dia 21 de maio de 2022, a CRESOL Confederação assumiu definitivamente a gestão das cooperativas de crédito do Sistema ASCOOB. Nesse

processo, fez novas contratações no mercado baiano e também trouxe gestores da área técnica do sul do país para atuar em todas as áreas da Central (administrativa, jurídica e a operacional). No mesmo mês, no dia 28 de maio, um evento em Salvador marcou a mudança de nome de uma das centrais de crédito da CRESOL Confederação. Juridicamente, as cooperativas de crédito do Sistema ASCOOB tiveram sua marca alterada para Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste, o que naturalmente reverberou em alterações em toda a identidade dessas cooperativas de crédito solidárias. Para Dimaggio e Powell (2005), uma das formas de fugir das incertezas parte de respostas padronizadas, a partir do modelo de organizações que são mais legítimas ou bem sucedidas.

A mudança da marca e do nome fantasia institucionaliza uma gestão que se baseia em normas, procedimentos e padrões da confederação. Segundo o Entrevistado 15, muitas pessoas não entenderam essa estratégia porque não tem sentido usar os produtos e serviços com a marca CRESOL e na agência ainda ter o nome ASCOOB. *“Unificou-se a comunicação institucional, ela fica fluída, fortalece a imagem”*. Essa declaração revela que *“as organizações tendem a tomar como modelo em seu campo outras organizações que elas percebem ser mais legítimas ou bem-sucedidas”* (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 79). Nesse ambiente, os laços de comunicação encorajam esse mecanismo, pois informam aos tomadores de decisão sobre as práticas legítimas, bem como tendem a exercer pressão em direção à conformidade (GALASKIEWICZ; WASSERMAN, 1989; HAUNSCHILD, 1993; PALMER; JENNINGS; ZHOU, 1993 apud WESTPHAL; GULATI; SHORTELL, 1997).

Segundo os Entrevistados 9, 10 e 11, a mudança da marca para CRESOL Nordeste é positiva, porque tende a aumentar a credibilidade das cooperativas junto aos seus *stakeholders*. A marca CRESOL tem solidez no mercado financeiro e pode dar o suporte necessário para o crescimento das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB. Sobre essa situação, o Entrevistado 10 faz uma declaração importante:

Então o que acontece, só que a gente fazia o quê, dois marketings, tudo era duplicado, nós pagávamos confederação, a confederação lá desenvolvia um marketing da CRESOL, e nós aqui desenvolvíamos o marketing como ASCOOB, e (...) poxa, isso não faz sentido! Porque a nossa tecnologia era a CRESOL, o nosso cartão era a CRESOL (...). Além disso, não podemos nos apegar a uma marca que não tem perspectiva de crescimento (...).

Isso significava que a marca ASCOOB não aparecia nacionalmente, pois, como se remunerava a confederação, o que aparecia era a marca da CRESOL. Mas, ao mesmo

tempo, segundo os Entrevistados 9 e 15, independente disso, eles tinham de potencializar outra marca que era ASCOOB; mas, quando se tem acesso ao aplicativo, este era da CRESOL, embora a marca que estava na fachada era ASCOOB, então era um negócio descasado.

Pode-se citar outra mudança estratégica da CRESOL Nordeste: a transferência do Centro Administrativo, sede da Central, do município de Serrinha, para o município de Lauro de Freitas, no início de setembro de 2022. Para o Entrevistado 9, o novo espaço representa o posicionamento da CRESOL frente às transformações recentes do mercado financeiro. Nesse sentido, para Dimaggio e Powell (2005, p. 94), “as estruturas racionalizadas oferecem uma explicação aceitável das atividades organizacionais e as organizações ganhem legitimidade, estabilidade e recursos”.

Assim, entende-se que as agências que contemplam a CRESOL em qualquer lugar precisam apresentar o mesmo padrão de atendimento. Nesse contexto, quanto maior a exposição das organizações às pressões institucionais, mais se tornarão isomórficas ao ambiente em que se encontram inseridas (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Em algumas regiões onde as cooperativas estão instaladas houve resistência na adesão à nova marca. Isto aconteceu, segundo as declarações do Entrevistado 10, porque muitas das pessoas que estão nos movimentos sociais queriam atuar na cooperativa de crédito, uma instituição financeira regulada pelo BACEN, como se fosse uma associação ou uma cooperativa de produção, e isso não podia acontecer.

No que diz respeito à profissionalização do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, questionou-se a vários atores sociais sobre a existência de mudanças na relação com essas cooperativas. A partir das falas do Entrevistado 18, gerente do COGEFUR, nesse processo houve poucas alterações, e o *modus operandi* sofreu alguns ajustes por conta das normativas da CRESOL Confederação. Os contratos que esse fundo possui são geridos pela CRESOL Nordeste por intermédio de um convênio, e esta faz toda a parte operacional na ponta, junto às cooperativas de produção e seus associados, conforme normas previamente estabelecidas, nos moldes da antiga ASCOOB.

Na visão do Entrevistado 9, a reestruturação do campo nas cooperativas do antigo Sistema ASCOOB traz como implicação a garantia da sustentabilidade, considerando o contexto competitivo do mercado financeiro; significa tornar-se, de fato, justa com seus cooperados, sem beneficiar determinado grupo ou segmento. Ademais, como o modelo

de gestão adotado pelos antigos gestores não se preocupou com a padronização de processos, bem como com a inexistência dos devidos cuidados no momento de concessão de crédito, as cooperativas estavam fadadas a sucumbir. Os erros cometidos no passado trouxeram como consequência vários processos administrativos junto ao BACEN, fato que prejudicou a imagem e a credibilidade dessas cooperativas perante a este órgão regulador.

De acordo com os Entrevistados 9 e 10, a história do Sistema ASCOOB não pode ser esquecida, considerando-se o contexto da época (anos 90 até os anos 2000) e as lutas de agricultores e movimentos sociais por melhores condições de vida por meio do acesso ao crédito. Mas, na atualidade, a cooperativa não pode mais emprestar dinheiro ao “Sr. José” simplesmente porque ela o conhece, sem uma análise prévia da situação da pessoa, porque o BACEN instituiu a área de risco dentro das cooperativas que, se não seguirem suas normativas, irão expor seus cooperados e a imagem dessas organizações.

Sendo assim, a gestão não pode sofrer interferência para atender a interesses pessoais ou porque uma determinada pessoa é amiga vai-se emprestar um valor acima de sua capacidade de pagamento. Essa mensagem precisa ser clara para que a atuação do cooperado possa gerar renda e, conseqüentemente, desenvolver o município (ENTREVISTADOS 10; 16, 2022).

Diferentemente de outros ramos do cooperativismo, o crédito é regulado e fiscalizado pelo BACEN que busca resguardar o patrimônio dos cooperados. Para os Entrevistados 9 e 16, grande parte dos cooperados considera as cooperativas de crédito burocráticas, porque não conseguem fazer a leitura sobre as normas e leis que regem esse ramo cooperativo. Sendo assim, na maioria das vezes, as parcerias junto aos empreendimentos, por exemplo, visavam beneficiar apenas um lado e a cooperativa de crédito se prejudicava. Para o Entrevistado 9, a vinda da CRESOL Confederação visa trazer esse equilíbrio seguindo à risca as normativas do nosso regulador.

Ainda no contexto do isomorfismo institucional, a temática profissionalização da gestão traz em sua essência uma visão racional dos processos e práticas da gestão que, em alguma medida, possam garantir a sobrevivência da organização no ambiente competitivo. Em se tratando do cooperativismo de crédito solidário, um ramo que faz parte do mercado financeiro, esse discurso tende a fazer parte das estratégias organizacionais. Essa realidade é corroborada na visão de França Filho e Eynaud (2020, p. 58) quando afirmam que “a integração econômica no mercado – garantia para essas

cooperativas de uma capacidade de resistência diante da concorrência – induzia, ao mesmo tempo, uma deriva com a adoção de normas e práticas de gestão provenientes do mundo mercantil”.

Na concepção do Entrevistado 10, a profissionalização da gestão tem 02 (dois) lados: o positivo, que mostra para a comunidade a solidez de uma marca que tende a garantir a perpetuação da instituição e, por outro lado, esse processo dificulta o apoio ao pequeno cooperado:

A gente vai precisar mudar a cultura do nosso cooperado, e ajudar ele nessa transição, porque para ele era muito simples chegar na agência e só assinar um papel e levar o seu dinheiro para casa, e hoje esses processos não permitem isso. Mas aí eu vou ter um tempo e, digamos assim, um trabalho com o nosso cooperado e explicar e dizer o porquê não é mais daquela forma. E aí entra a nossa parte de educação: a gente vai ter que trabalhar muito a educação com os nosso cooperados, principalmente com os nossos antigos cooperados, porque os novos cooperados eles já acham essa nova cultura (ENTREVISTADO 10, 2022).

Por outro ângulo, as cooperativas de crédito precisam vivenciar as dores dos agricultores familiares e do empreendimento cooperativo, afinal, são da vertente solidária (ENTREVISTADO 2, 2022). Essa tensão entre o social e o econômico é uma realidade na visão dos atores sociais ligados a este ramo cooperativo. Na sociedade de mercado, ao invés da economia estar imbuída de relações sociais, acontece a situação oposta: são as relações sociais que estão imbuídas no sistema econômico (POLANYI, 2000; PRIETO, 1996).

Sendo assim, entende-se que a mudança da marca, a transferência da sede da Central, o aparato tecnológico e a normatização dos processos do antigo Sistema ASCOOB são estratégias que visam garantir a sustentabilidade do CCSN, haja vista a credibilidade da CRESOL Confederação perante o SFN. Por outro lado, essa profissionalização tem como risco a perda da identidade dessas cooperativas solidárias, considerando-se que o apoio ao pequeno cooperado e, principalmente, aos pequenos agricultores familiares depende do atendimento às normativas do BACEN.

5.2.1.1 Os riscos da perda da solidariedade por cooptação do mercado

Em relação à visão de bancarização do cooperativismo de crédito solidário, o Entrevistado 10 discorda; pois, em sua concepção, não tem como fugir das mudanças do sistema mundial que envolve questões de âmbito econômico e social que respingam em todos. Sobre essa declaração, Polanyi (2012) afirma que, com a instauração do capitalismo, que tem como uma das estratégias a tentativa de separação da esfera econômica da social, o padrão institucional da sociedade criou uma instituição específica: o mercado autorregulado, constituído por um sistema formador de preço, o qual visa ao lucro. E, nesse ambiente, existe uma tentativa do enraizamento do social no âmbito da esfera econômica.

No sistema hoje cooperativo de crédito, nós estamos num mundo econômico, sim, insustentável, que é concorrência o tempo todo, você precisa saber o que você está fazendo (...) não é que eu pratico hoje juros, se eu tenho uma Selic de 13,25%, se eu compro um dinheiro caríssimo, como é que eu vou ajudar a pessoa que está lá na extrema pobreza a se desenvolver? (ENTREVISTADO 10, 2022).

Isso explica que, mesmo sendo uma cooperativa de crédito solidária, ela precisa ter resultado positivo e, portanto, as transformações que o Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste vem passando têm essa intenção. Ainda para o Entrevistado 10, depois que isso acontecer, as cooperativas conseguirão desenvolver um trabalho social compatível com sua missão, conforme planejamento e estatuto. Vale ressaltar que, quando se faz a comparação com os bancos oficiais, as taxas da CRESOL são menores, pois, diferentes dos bancos, as cooperativas têm a função de gerarem sobras que paguem as contas e possam dar continuidade ao seu trabalho junto aos associados.

Nesse contexto, existe uma discussão acerca do risco iminente de perda da essência da vertente solidária em detrimento da profissionalização da gestão, pois, considerando-se o momento de reestruturação, o viés econômico até então está se sobrepondo ao viés social, conforme Polanyi (2012). Além disso, esse processo de mudança chamado de isomorfismo institucional traz em sua bagagem padrões regulatórios instituídos com o objetivo de tornar as organizações mais legítimas, junto ao seu campo organizacional (FREITAS; FREITAS, 2013a) que, nesse caso específico, refere-se ao cooperativismo de crédito que se encontra subordinado ao SFN.

Sobre esse questionamento, o Entrevistado 9 discorda desse argumento afirmando que a estrutura continua a mesma, com o Conselho de Administração, e que a cooperativa continua pertencendo a seus cooperados. Na realidade, ele aponta que as regras que

direcionavam as ações das cooperativas do antigo Sistema ASCOOB não eram estruturadas e precisavam de uniformidade, considerando as normativas do BACEN e da CRESOL Confederação.

Segundo informações dos Entrevistados 9, 10 e 11, os números das cooperativas de crédito da CRESOL Nordeste não garantem a sustentabilidade apenas com agricultores familiares como associados. Mas isso não significa que esse público não seja atendido respeitando as particularidade de nossa região.

Em resposta ao questionamento sobre as implicações da profissionalização na vertente solidária do cooperativismo de crédito solidário, o Entrevistado 11 abre uma discussão acerca dessa profissionalização sem prejuízo da essência. Em sua concepção, o cooperativismo, desde sua criação em 1880, tem passado por várias transformações. Sua raiz encontra-se dentro de uma evolução, seja temporal ou tecnológica, e o compromisso solidário tem que ser carregado com os desafios da contemporaneidade.

Para o Entrevistado 11, deve-se pensar no cooperativismo para a pessoa que movimenta um milhão, bem como para aquela que movimenta mil, e isso custa caro, mas não significa perder as raízes e o relacionamento mais afetivo, tecnológico e humanizado, mesmo que seja por meio de um aparelho celular. A reflexão acerca da essência solidária faz parte do exercício diário da CRESOL para que essa instituição possa permanecer com os seus princípios, que têm o objetivo de garantir no cooperativismo um instrumento coletivo, capaz de resolver problemas financeiros das pessoas, cuidando da saúde financeira do associado. Nesse contexto, esse respondente aponta alguns desafios da jornada do cooperativismo de crédito solidário:

Existem outras tangentes que são a questão da assistência técnica, que você fala, que a gente também tem que fazer, que é a formação do nosso quadro social, a capacitação do nosso quadro social para que a gente vá pavimentando esse cooperativismo, ou seja, para que o caminho fique mais fácil. Quando você tem uma situação de o cara estar no Serasa citado aí nos órgãos de proteção de crédito, é um desafio muito grande, você tem que tirar a pessoa dessa situação, incluir ela de novo numa outra situação de regularidade (ENTREVISTADO 11, 2022).

Por outro lado, as normativas delineadas pelo BACEN em favor da instauração de um modelo de governança segregada e de uma profissionalização da gestão tendem a afastar o cooperado da cooperativa, principalmente os mais vulneráveis economicamente, pois estes não conseguem entender de fato como funciona esse processo, no que se refere à burocratização de acesso ao crédito. Nessa situação, para Powell e Dimaggio (1999),

percebe-se a presença do isomorfismo coercitivo materializado nas pressões formais e informais exercidas sobre organizações por outras com as quais existe dependência.

Para o Entrevistado 12, a maioria desse público é de agricultores familiares que, em grande parte, não possuem comprovação de renda ou outras garantias e, portanto, acabam não tendo as prerrogativas necessárias exigidas pelo SFN. Ainda para esse respondente, o que falta na atual gestão da CRESOL Nordeste é um diálogo com a base.

Hoje não se tem mais o trabalho de base, que se tinha antes do cooperativismo; hoje você não tem mais agentes de crédito nas comunidades para participar de reuniões, além do conselho que faz essa parte política. Mas a cooperativa ela deixou a base; como ela deixou a base, as pessoas também deixaram de participar da cooperativa, passaram a ter menos acessibilidade à direção (ENTREVISTADO 12,2022).

Para Búrigo (2006b, p. 314), “a cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento à sua missão estratégica”, citação que corrobora com os Entrevistados 12 e 22. Para ambos os atores sociais, a essência do cooperativismo de crédito solidário pode ser mantida a partir de um contínuo diálogo com a base, buscando fazer trabalhos diretos nas comunidades:

Eu acho que tenho que fazer o trabalho de base nas comunidades, ver de perto os entendimentos, apoiar as feiras agroecológicas, quem sabe até participar da realização do fomento, da constituição de feiras agroecológicas, de feiras maiores da agricultura familiar, apoiar, participar também, discutir, falar de acessar o crédito, (...) um assunto bacana que era de educação financeira nas escolas públicas e privadas (ENTREVISTADO 22, 2022).

“Por exemplo, atualmente, a CRESOL Nordeste oferta aos agricultores o PRONAF A, mas aqui a maioria dos estabelecimentos agropecuários é pequena e a renda do agricultor também é baixa, o que demanda a oferta do PRONAF B” (ENTREVISTADO 12, 2022). A partir das declarações do Entrevistado 12 acerca do acesso ao crédito, percebe-se que muitos agricultores têm procurado o SICOOB e os bancos convencionais, mesmo que, para tanto, tenham que pagar juros mais altos.

A partir dos relatos dos Entrevistados 9, 10, 11, 12 e 18, observou-se que a atuação dessas cooperativas, até o presente momento, ampara-se na oferta de crédito por meio da inclusão financeira, fato que requer um alto nível de profissionalização na gestão para dar conta das exigências do BACEN. Para Polanyi (2000) e Prieto (1996), nessa sociedade de mercado, ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, acontece a situação oposta: são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. Essa conduta

restrita, em alguma medida, pode comprometer a solidariedade dessas organizações, e estas podem se tornar instituições bancarizadas, pois, no cooperativismo de crédito solidário, o dinheiro não deve ser um fim, mas um meio importante e que pode ser trabalhado coletivamente (BERGEVIN; DORION; IMPERADOR, 2010).

Eu acho que a gente se perdeu nisso, e pode retomar naturalmente, a base de tudo isso é o interesse pela comunidade, você estar se relacionando com as pessoas, aquilo ali é... Porque trabalhar políticas voltadas para ser cooperativismo solidário, então a política de microcrédito, política de crédito rural da assistência técnica, e se você se desconectar disso, é um cooperativismo convencional, e hoje infelizmente é o que está acontecendo com a gente (ENTREVISTADO 18, 2022).

Apesar da CRESOL ser um dos maiores operadores de crédito rural do país, considerando sua essência de inclusão financeira dos mais necessitados, para o Entrevistado 15 essa ação vive um dilema na atualidade. Por que isto acontece? O seu cumprimento tende a ser comprometido com as exigências do BACEN que cobra resultado, principalmente no Indicador de Basileia, o que depende de uma postura mais agressiva de estratégias para se manter no mercado financeiro.

É o mesmo indicador para o Bradesco, o Itaú, o mesmo número para as cooperativas (...). Então, assim, pelo financeiro, pelos limites operacionais, pelos enquadramentos você acaba priorizando esse comercial, porque se você não atingir aquele numerozinho, o BACEN te notifica e te dá um prazo: “Ó, se você não enquadrar, eu vou te notificar de novo! A gente vai implantar uma cogestão, a gente vai fazer incorporação, a gente vai liquidar, vai fechar” (ENTREVISTADO 15, 2022).

Então, considerando-se a realidade do antigo Sistema ASCOOB, por questões de reestruturação e busca do ponto de equilíbrio financeiro, a oferta de microcrédito foi suspensa pela CRESOL Nordeste. E, segundo os Entrevistados 15 e 17, no momento em que esse patamar for atingido, as cooperativas tenderão a retomar essa estratégia. Mas eles alertam que, caso isso não aconteça, existe um risco de perda da essência, pois é uma prática das instituições financeiras emprestarem para as grandes organizações porque os custos e riscos tendem a ser menores.

De acordo com as declarações dos Entrevistados, tanto os que se posicionam a favor quanto contra à profissionalização da gestão em detrimento da perda da solidariedade nas cooperativas de crédito solidárias, entende-se que a cooptação é uma realidade que permeia o mercado financeiro, e quaisquer instituições que dele fizerem parte serão obrigadas a cumprir suas prerrogativas como condição *sine qua non* de permanência. Em se tratando das CCSN, existe um risco eminente de deixar de atender à

parte mais fragilizada economicamente – os micros e pequenos agricultores que participaram do processo de constituição dessas cooperativas.

5.2.2 O significado da solidariedade nas cooperativas de crédito solidárias nordestinas

O conceito de solidariedade abarca uma relação de reciprocidade entre as partes envolvidas, conforme Mauss (1954), Laville (2009), Polanyi (2012). Os Entrevistados 9 e 16 discorrem que esta era tratada pela antiga equipe das cooperativas de crédito como assistencialismo, apenas uma via de mão única, uma espécie de instituição de caridade, conforme a visão de Westphal (2008). Para esse autor, a solidariedade, segundo a Doutrina Social Católica (DSC) é considerada como uma virtude social do evangelho, direcionada para os mais necessitados. “*A cooperativa patrocinava tudo (...), mas nunca vinha de volta. A cooperativa existia para resolver a vida dos cooperados, mas os cooperados não estavam para resolver a vida da cooperativa*” (ENTREVISTADO 16, 2022).

Ademais, como existia uma relação de amizade muito forte entre os antigos gestores do Sistema ASCOOB e os parceiros, essas acabavam adentrando nos negócios da cooperativa, situação que tornava a parceria boa para um lado e ruim para a cooperativa. Isso gerou diversos problemas na gestão, tornando-a uma instituição amadora que, por questões de segurança para os seus associados, sofreu intervenção do BACEN, que passou a gestão para a CRESOL Confederação, já filiada ao antigo Sistema ASCOOB (ENTREVISTADOS 9; 10; 11; 17, 2022).

Atualmente, com o Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste, segundo informações dos Entrevistados 9 e 11, o solidário tem o propósito de juntar as pessoas, os grupos de produção, um segmento específico, todos com a intenção do crédito girar dentro do município e beneficiar a economia local. O apoio no sentido de solidariedade da CRESOL se dá por meio de formação e capacitação aos cooperados, para que estes possam ampliar seus negócios e, conseqüentemente, gerarem impacto nas cooperativas e na comunidade. E o Entrevistado 10 completa esse argumento com a seguinte declaração:

Então, qual é o nosso papel hoje? Principalmente nós que somos da economia solidária, é orientar esse pequeno a se organizar, mas por questões culturais os agricultores não querem. (...) O que acontece aí chega um momento que

aquele agricultor que tem uma DAP B ele tem um teto para acessar, mas ele tem potencial para acessar (...), mas a comprovação de renda dele está dentro de uma DAP (...). Então, assim, chega um momento que a cooperativa não vai atender ele mesmo, porque a necessidade dele é muito maior do que está no papel, ele já está grande.

Seguindo essa mesma lógica, o Entrevistado 17 entende que o cooperativismo de crédito, na vertente solidária, visa construir relacionamentos com seus cooperados e busca o desenvolvimento dessas pessoas, com o intuito de gerar resultados financeiros por meio das sobras. Além disso, ao ser denominado de cooperativismo financeiro, entende-se que abrange a oferta de todos os produtos que contemplam o SFN, independente da vertente. Essa visão economicista de solidariedade não dialoga com o pensamento de França Filho (2020), Polanyi (2012, 2000) e Ramos (1984), ao defenderem que esse elemento é o resultado da racionalidade substantiva, fruto das relações sociais recíprocitárias que extrapolam as motivações econômicas.

Com o objetivo de elucidar o posicionamento da CRESOL Nordeste perante clientes/cooperados do meio rural, um dos focos de atuação da economia solidária, realizamos algumas entrevistas aleatórias a 05 (cinco) agricultores familiares (ENTREVISTADO 4 – ENTREVISTADO 8), na condição de pessoas físicas, residentes no Território do Sisal, associadas desde 2008; bem como 03 (três) representantes de 03 (três) centrais de cooperativas de produção (ENTREVISTADO 1 – ENTREVISTADO 3), na condição de pessoa jurídica – uma delas Localizada no Território do Sisal, outra no Baixo Sul e a última no Território Semiárido II.

Ao serem indagados sobre as mudanças na gestão do antigo Sistema ASCOOB, todos os agricultores Entrevistados declararam que não houve nenhum comunicado oficial em relação ao processo de reestruturação, pois todos eles não possuem acesso à *internet* e, presencialmente, ainda não receberam visita do conselheiro da cooperativa para dirimir as dúvidas.

A reunião com os parceiros aconteceu somente depois que a CRESOL Confederação já tinha assumido, e contou com a presença do Entrevistado 11, um representante da referida confederação com a finalidade de explicar a situação, o qual colocou algumas questões e as entidades também expuseram seus pontos de vista acerca do processo. Na opinião do Entrevistado 18, o processo de transição poderia ter sido menos conturbado, a partir de um planejamento, estratégias e diálogos com os parceiros e com a comunidade. *“Não é simplesmente tirar uma placa da ASCOOB e colocar o*

nome CRESOL”. O cooperativismo de crédito solidário se diferencia por essa aproximação e relacionamento com a base e parceiros, isso é o que o torna distinto da vertente tradicional.

Na opinião do Entrevistado 11, essa reunião que foi promovida na sede da central com os diversos parceiros para tratar deste assunto acabou não tendo os devidos encaminhamentos por falta de organização de ambas as partes – fato que desencadeou um clima desagradável entre os envolvidos. Naturalmente, isto aconteceu porque a história que permeia as cooperativas de crédito perpassa por muitas pessoas envolvidas que, em alguns casos, fundaram as cooperativas e fizeram parte daquele contexto que, a partir daquele momento, fora assumido por outros atores.

O Entrevistado 2, uma cooperativa mais estruturada que a cooperativa representada pelo Entrevistado 1, foi chamado para uma reunião juntamente com pessoas representantes dos movimentos sociais com o objetivo de esclarecer o funcionamento da gestão da CRESOL Nordeste. Essa central tem 5 (cinco) anos que é associada e, até então, já na gestão da CRESOL, tomaram um empréstimo para aquisição de um equipamento. Segundo seu presidente, a liberação do crédito foi tranquila, considerando a estrutura física, financeira e a credibilidade dessa central de cooperativas de produção na região que opera.

Para Búrigo (2010), a gênese do cooperativismo de crédito solidário partiu de movimentos sociais do campo e diversos atores que, na época, não tinham acesso ao crédito em instituições bancárias. Nesse sentido, considerando-se esta relação, perguntou-se aos Entrevistados a existência de algum tipo de diálogo preliminar com os parceiros sobre a passagem do controle do antigo Sistema ASCOOB para a CRESOL Confederação. Em todas as declarações, percebeu-se uma dificuldade de diálogo desde o início do processo, mas que, ao longo do tempo, vem sendo administrada conforme as deliberações da CRESOL em relação aos diversos parceiros.

Recentemente, no mês de dezembro, por exemplo, os Entrevistados 9, 10 e 11 promoveram um encontro com o COGEFUR para alinhar algumas questões da parceria nos convênios referente às cooperativas de produção junto a este fundo rotativo. Além disso, o Entrevistado 10 participou do segundo congresso promovido por este fundo rotativo, comprometendo-se a manter relacionamento com a comunidade.

No que se refere aos serviços utilizados, todos os agricultores possuem conta poupança e, algumas vezes, fizeram uso do serviço de empréstimo. Em relação aos Entrevistados 1, 2 e 3, como a movimentação das contas é mais frequente por conta das operações das cooperativas, esse diálogo se tornou mais próximo para alguns. No caso do Entrevistado 1, este tem reclamado da falta de um atendimento mais próximo para resolver problemas burocráticos, o qual fora percebido desde o dia em que a CRESOL assumiu efetivamente a gestão.

Sobre a comunicação com o Entrevistado 3, este ator social afirma que a relação ainda está meio conturbada, provavelmente por conta do processo de reorganização das cooperativas de crédito da atual CRESOL Nordeste. Mas a sensação que passa é de que agora tende a parecer mais com um banco, pois, até o microcrédito, uma estratégia de fortalecimento dos empreendimentos em que os juros são menores, foi suspenso.

Então o que a gente percebe é que tem que dar e trabalhar com o grande, mas esses que é considerado pequeno todos eles produzem, eles têm meia tarefa, uma tarefa, ele tem duas, que é considerado não ter terra, porque são agricultores familiares camponeses, mas eles produzem, eles pegam o faturamento da cooperativa “Alfa”, vai ver que eles produzem, eles comercializam (...). Então a gente precisa do olhar da cooperativa de crédito, que era amparado antes. Ah! Tem um aval solidário, ó, eu preciso comprar tal coisa (...) a cooperativa de produção “Alfa” não tinha capital de giro (ENTREVISTADO 3, 2022).

Na visão do Entrevistado 11, quando se trata dos produtos e serviços a serem oferecidos, não existe muita diferença entre a vertente solidária e a vertente tradicional do cooperativismo de crédito, mas sim em relação à capacidade de manter um relacionamento mais próximo com a comunidade, materializada, por exemplo, na capacidade de reconstruir sistemas cooperativos com problemas na gestão, fato que não acontece com as cooperativas tradicionais. Como por exemplo, a recuperação de uma cooperativa no sul e, atualmente, o Sistema ASCOOB no nordeste, ambos assumidos pela CRESOL Confederação.

Uma outra estratégia de proximidade com o associado, segundo o Entrevistado 9, refere-se ao projeto Juventude Conectada, que é uma estratégia de ofertar educação financeira nas escolas. Este projeto tem como finalidade fomentar o relacionamento da CRESOL com o público jovem, instigando o desenvolvimento pessoal e profissional através dos eixos Educação Cooperativista, Educação Financeira e Educação Profissional (CRESOL, 2022b). Sobre este assunto, o Entrevistado 11 afirma que “a gente precisa

preparar as pessoas, pra depois trabalhar com elas”. Sobre essa dinâmica, o Entrevistado 9 faz uma ressalva com seu cooperado trazendo uma explicação acerca desse processo.

É desafiador você trazer hoje essa questão da educação, de você despertar lá ponta para que as pessoas possam empreender, para que as pessoas possam crescer (...). Você tem muitas pessoas com baixa de escolaridade, sem uma visão de fato de você conseguir avançar ali, de enxergar a potencialidade de onde você vive, é muito desafiador (ENTREVISTADO 9,2022).

Para ele, seja um empresário ou agricultor, não importa a condição financeira do cliente da cooperativa, o papel do Conselho de Administração é de caráter político, no sentido de: visitar o associado e deixar claro que seu dinheiro está nas mãos de uma instituição segura; tratar sobre questões relacionadas à oferta de serviços, como melhorar o atendimento, demonstrando como a CRESOL Nordeste vem desenvolvendo seu papel na comunidade.

Como um dos princípios do cooperativismo se refere ao papel das cooperativas no desenvolvimento das comunidades, os Entrevistados 9 e 11 usam o mesmo discurso do Entrevistado 10, mas o ampliam, reforçando a estratégia de proximidade com a comunidade, independente da profissionalização. Para esses respondentes, a CRESOL Nordeste não vai se transformar em uma outra instituição, em um banco, pois preza pela proximidade com seus cooperados e esse princípio faz parte de sua filosofia.

Nesse contexto, destacamos, no âmbito nacional, a criação pela CRESOL de um plano de relacionamento com o objetivo de entender melhor as necessidades da comunidade onde as cooperativas desse Sistema estão inseridas. Segundo dados do Relatório de Sustentabilidade publicado pelo INFOCOS (2022, p. 131), esse “plano prevê a criação de comitês de relacionamento, onde cada agência convida os cooperados que se destacam pela participação e representatividade para serem embaixadores CRESOL”. Levam esse nome, por serem cooperados que têm alguma missão e, neste caso específico, tornar-se-ão multiplicadores da cultura e de estratégias da CRESOL junto à comunidade.

Em se tratando do Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste, esse processo se encontra em vias de estruturação. Mas a ideia, segundo os Entrevistados 15 e 17, é que aconteça por meio do setor de comunicação e relacionamento da central, a partir da escolha e formação desses embaixadores, os quais serão cooperados escolhidos pelo nível de participação na cooperativa e engajamento na comunidade. Essas pessoas terão acesso a várias informações da cooperativa e, por conseguinte, serão capazes de levar essas informações à comunidade. Ademais, serão pessoas-chave, que trarão o *feedback* sobre a

atuação da cooperativa e suas respectivas demandas locais que, posteriormente, serão a base de atuação dos Conselheiros de Administração.

Com a figura dos embaixadores, então, em cada município onde tem uma agência vai ter um embaixador, embaixador da marca, da cooperativa (...), uma vez por mês, ou a cada dois meses, isso aí o presidente vai coordenar o cronograma, vai ter reunião com esses embaixadores para falar de tudo que aconteceu na cooperativa, nas suas gestões, porque assim, quarenta e cinco mil associados, não vai conseguir chegar nesse pessoal todo (ENTREVISTADO 15, 2022).

Ainda sobre o cerne solidário das cooperativas de crédito em estudo, para o Entrevistado 2, um representante de uma central de produção de credibilidade na região do Baixo Sul baiano, o cooperativismo de crédito solidário no Nordeste precisa se aproximar mais dos empreendimentos de produção e dos agricultores familiares, sua razão de existência.

Porque as cooperativas de produção, de comercialização, têm o cooperativismo de crédito (...) ele não existe para emprestar dinheiro, ele não surgiu para isso, ele surgiu para viabilizar os empreendimentos, os negócios que eles fazem, ele não surgiu, o cara que tem dinheiro, que tem um grande capital, ele cria um banco porque ele quer emprestar dinheiro e ganhar com isso (ENTREVISTADO 2, 2022).

Com outro olhar, o Entrevistado 3, presidente de outra central de cooperativas, que atua há 17 (dezesete) anos no mercado baiano, afirma que a mudança de marca não foi sentida por ele, pois se trata de uma agência nova, fundada em 2020, localizada no município de Ribeira do Pombal com uma estrutura nascida nos moldes das normativas e identidade da CRESOL Nordeste. Desde então, o Entrevistado 3 participou de uma assembleia, na qual foram discutidas as questões ligadas às mudanças. Além disso, recebeu 02 (duas) visitas em loco do Entrevistado 10, por meio de um diálogo aberto, nas quais foram discutidas algumas demandas sobre algumas questões operacionais e, diante de seu discurso, percebe-se sua satisfação com as mudanças, principalmente no âmbito tecnológico.

Com outra opinião, para o Entrevistado 18, a profissionalização não pode interferir nas relações e no modelo de negócio das cooperativas de crédito solidárias. Em outras palavras, para o Entrevistado 21, a profissionalização da gestão não é antagônica ao processo de controle social. Esse controle social, “gera benefícios não econômicos para os sócios e para a comunidade, reforçando as noções de democracia, cidadania, ou seja, criando espaços emancipadores” (BÚRIGO, 2006c, p. 07). Quando isso acontece na

cooperativa, a gestão da gestão pode ser denominada de governança democrática, conforme França Filho, Rigo e Souza (2020).

Para acompanhar as exigências do BACEN e do SFN, alguns processos precisam ser verticalizados, como tecnologia, *compliance* e controle de riscos, pois são custosos e nunca são suficientes, já que as mudanças são muito rápidas e as cooperativas, na maioria das vezes, não têm condições de acompanhar, o que é denominado por França Filho, Rigo e Souza (2020) de governança tecnocrática.

Por outro lado, essa profissionalização não dá o direito de retirada de interlocução com o controle social. Para França Filho e Eynaud (2020), trata-se da necessidade de uma governança democrática, na qual os critérios sociais de decisão possuem primazia sobre os critérios apenas técnico-rationais.

Muito pelo contrário, controle social, participação social, decisão do quadro social, espaço de participação no quadro social, reconhecimento desse espaços é parte da gestão, é parte do processo de construção de gestão, é um equívoco imaginário de que gestão profissionalizada significa eliminação do espaço de participação social, porque como se fosse como uma gestão no conceito desses caras que estão dirigindo cooperativa e só resultado de números econômicos, e gestão é um conceito muito mais amplo (ENTREVISTADO 21, 2022).

Então a gestão, no sentido estritamente técnico, tende a estigmatizar a imagem do dirigente, o qual foi eleito; mas, como ele não é formado na área, não pode ser um gestor de cooperativas e, portanto, tende a retirá-lo da gestão e substituí-lo por um superintendente ou um gerente. Essa visão equivocada tende a acabar com um modelo de grande capacidade de interlocução e articulação, e a instaurar um modelo extremamente verticalizado, com baixo controle social (ENTREVISTADO 21, 2022).

Com outra visão acerca da sobrevivência das cooperativas de crédito solidárias, para o Entrevistado 15, existe algo mais estruturante por trás desse processo. Para ele, não existe um incentivo de recursos governamentais como, por exemplo, os empréstimos subsidiados. Sendo assim, o acesso a recursos das cooperativas torna-se restrito à captação própria, via compra e venda de dinheiro. Para realizar esse trâmite, remuneram seus associados pelo capital disponibilizado e, por conseguinte, precisam pagar também os custos para operar no mercado financeiro via sistema cooperativo (pagamento de mensalidade à confederação e à central de crédito) e demais despesas operacionais; e, por fim, ainda precisam ter um resultado positivo.

Considerando a essência solidária do cooperativismo de crédito, de acordo com as declarações dos atores entrevistados, o processo de profissionalização ainda precisa ser amadurecido em relação ao diálogo com a base: parceiros, agricultores familiares e cooperativas de produção. Espera-se que, como se trata de um processo recente, iniciado com a intervenção de forma mais estruturante pela CRESOL Confederação em maio de 2022, as mudanças tendam a ser implementadas gradativamente.

Diante das declarações dos associados/clientes e considerando o processo de reestruturação do cooperativismo de crédito solidário, a CRESOL Nordeste tem atuado mais fortemente com públicos de maior renda, como uma forma de trazer o ponto de equilíbrio financeiro, bem como manter o indicador de Basileia conforme norma do seu regulador. Entende-se que, diante das falas, passada essa fase, existe a possibilidade de ofertar serviços para seu público de origem, os agricultores familiares.

Além de um plano de relacionamento com a presença de embaixadores, torna-se crucial retomar uma discussão acerca do conceito de gestão com uma visão ampliada que ultrapassa o sentido técnico: como um espaço de controle social, por meio do diálogo com os associados, liderança, comunidade e parceiros.

5.2.3 O movimento entre o viés econômico e o social a partir da realidade de uma cooperativa de crédito independente

Desde 2019, o antigo Sistema ASCOOB começou a sofrer interferência da CRESOL Confederação a partir de uma exigência do BACEN. Para entendermos a existência de alguma possibilidade dessas cooperativas do antigo Sistema ASCOOB se tornarem independentes, tentamos entender as prerrogativas do BACEN para essa concessão. Para isso, fez-se uma entrevista com um diretor financeiro contratado de uma cooperativa de crédito do Sul do país que se desfilou da CRESOL desde 2017 e, até o presente momento, enquadra-se como solteira. O respondente é um profissional que tem 20 (vinte) anos de experiência no ramo do cooperativismo de crédito, atuou como conselheiro de uma central da CRESOL, como conselheiro fiscal e também como associado da referida cooperativa.

Na visão do Entrevistado 23, 02 (duas) prerrogativas são primordiais para o processo de mudança de saída de uma central de cooperativa para a condição de solteira:

primeiro, trata-se da sustentabilidade financeira, conforme prerrogativas do BACEN, o que em tese denota uma capacidade da cooperativa sobreviver fora da alçada de uma central; e, segundo, a capacidade das lideranças e dos conselhos de mostrarem força junto à comunidade, a qual responde investindo o seu dinheiro na cooperativa, e isso naturalmente reverbera na credibilidade, o que torna a mudança para a condição de independente uma realidade exequível. *“Então, primeiramente você tem que criar uma imagem positiva e uma imagem firme da gestão, de uma direção aplicada, dedicada, que não cometa erros. As cooperativas grandes cometem muitos erros, só que elas são grandes”* (ENTREVISTADO 23, 2022).

A cooperativa de crédito entrevistada encontra-se na condição de solteira, é do tipo raiz, atua há 29 (vinte e nove) anos no ramo e, atualmente, abarca 6.300 (seis mil e trezentos) sócios. Localiza-se em uma região rodeada de grandes complexos do agronegócio, sem apoio de políticas governamentais, um ambiente hostil, onde teoricamente essa pequena cooperativa de crédito não teria chances de sobreviver. Apesar disso, a composição do quadro social, em sua maioria, constitui-se de pequenos agricultores familiares. Em menor proporção, atende médios e grandes produtores rurais que dão equilíbrio financeiro à cooperativa e trazem algumas movimentações mais vultosas, com a finalidade de suprir a cooperativa de capital para que possa conceder mais empréstimos aos pequenos agricultores.

O trabalho de fortalecimento das representações acontece em várias frentes, como, por exemplo, nos encontros com lideranças, um trabalho forte em extensão rural e apoio a eventos. Anualmente, realizam encontros que participam, em média, cem lideranças das comunidades. Nesse espaço, discutem-se várias questões, sempre amparadas nas demandas, no estatuto social, atentas para não adentrarem no “modelo comercial”, isso significa penetrar fortemente na competição do SFN (ENTREVISTADO 23, 2022).

Ainda segundo o Entrevistado 23, o diretor financeiro, um dos diferenciais dessa cooperativa encontra-se atrelado à atuação na área de extensão rural, um projeto que abarca 03(três) engenheiros agrônomos e 08 (oito) profissionais que realizam o trabalho de campo. Então, são diversas lideranças que trabalham com formação na própria extensão do campo com projetos ambientais e sociais. Ademais, existe um fórum de entidades,⁵² que acolhe 19 (dezenove) entidades da agricultura familiar que contempla a

⁵² A nossa cooperativa ela tem uma cooperativa aqui pequena, que ela trabalha mais estratégias de produtos diferenciados para produção orgânica, (...) compras coletivas de sementes, enfim, questões mais,

produção, comercialização e consumo. Anualmente, esse fórum promove um evento cujo tema se propõe a trabalhar a questão ambiental e social. Nesse contexto, o diálogo e a proximidade da cooperativa com a comunidade se tornam mais presentes.

As lideranças dessa cooperativa solteira possuem suas convicções políticas, bem como sua gestão tem sido satisfatória em termos de resultados financeiros, conforme prerrogativas do BACEN. Por conta disso, não tem interesse em incorporar outras ou ser incorporada, pois, na concepção do Entrevistado 23, essa estratégia tende a afastar a cooperativa de sua base e de seus princípios, simplesmente adentrando na área financeira, de expansão, o que pode arriscar a origem da instituição e o consequente afastamento de sua base, os agricultores familiares.

O movimento de desfiliação dessa cooperativa independente começou a ser discutido no período de 2012 a 2015. Isso porque, ainda segundo o Entrevistado 23, era necessária uma preparação na área de gestão para realizar o processo e, nesse contexto, as lideranças e a equipe comprometida fizeram a diferença. Ao longo dos anos, houve várias discussões com a base, no sentido de transmitir a mensagem para a comunidade local, para o associado e a equipe da cooperativa. Assim, em 2017, quando a decisão foi tomada, comunicou-se ao BACEN que, em termos financeiros, aprovou a decisão, mas cobrou a criação de uma estrutura, processos de retaguarda e controle, antes disponibilizados pela central da CRESOL.

Nesse contexto, os desafios na tecnificação da cooperativa são imensos, diante de um mercado extremamente volátil, como o financeiro, principalmente para cooperativas independentes que precisam ter um indicador de Basileia de 17%. Isso significa 5% a mais, comparado com as cooperativas filiadas às centrais de crédito. Além disso, essa cooperativa solteira tem buscado suporte de uma assessoria para formação que oferece alguns direcionamentos de âmbito estratégico, indo para outros níveis, como inteligência e leitura de mercado:

eu acho que o maior desafio é a gente poder encontrar um ambiente para um novo crescimento que, tu sabe, que a gente chega num ponto que se limita, eu não consigo mais enxergar pontos para eu crescer, e aí, quando tem outros elementos, aí eu vou aumentando a régua, vamos dizer assim (ENTREVISTADO 23, 2022).

não mercadológicas, mais de estratégias do que você praticamente não encontra nas cooperativas mercadológicas, né. Mas aí nós temos artesanato dentro do fórum, nós temos grupos afins, por exemplo, de mulheres, tem uma casa familiar rural (ENTREVISTADO 23, 2022).

Ao fazermos um comparativo dessa realidade de uma cooperativa de crédito independente com a possibilidade de desfiliação das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB da CRESOL Confederação, percebemos uma fragilidade em 02 (duas) questões:

- À época, o presidente da central entrou em contato com o Entrevistado 22, que se ofereceu para dar suporte no processo de saída da CRESOL Confederação, mas percebemos que a liderança não tinha força junto à comunidade, nem apoio técnico para dar andamento a esse processo desafiador. Segundo o respondente, essa transição seria árdua, por conta da sustentação econômica dessas cooperativas de crédito;
- Além disso, de acordo com as prerrogativas do BACEN, algumas cooperativas singulares estavam com resultados insatisfatórios, o que não lhes davam condições que justificasse a desfiliação. E, neste caso, para não serem liquidadas, só lhes restaram a intervenção da CRESOL Confederação, a qual, por sua vez, também precisava manter essa central para dar continuidade a sua condição de confederação.

Nesse contexto, entende-se que a atuação de uma cooperativa de crédito na condição de independente depende de uma base de apoio da comunidade, a partir de um diálogo contínuo com suas lideranças e da demonstração de uma capacidade de gerenciamento compatível com as prerrogativas do BACEN. Essa situação não retrata a realidade do antigo Sistema ASCOOB, que demonstrou fragilidades nesses elementos.

5.3 QUE TIPO(S) DE GOVERNANÇA SE EXPRESSA(M) NAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO CCSN?

Essa dimensão tem como objetivo entender o verdadeiro sentido da governança, considerando o contexto vivenciado pelos atores sociais ligados ao cooperativismo de crédito solidário. Nesse sentido, para Eynaud (2015), o conceito de governança é plural e pressupõe uma abordagem multidisciplinar. Hollingsworth (2000) e Hollingsworth e Boyer (1997) corroboram com Paquet (1999) quando afirmaram que não existe uma lógica estrutural simples na governança ou coordenação de uma sociedade, bem como, segundo Polanyi (2012), a economia é governada por uma diversidade de arranjos

institucionais. Para resumir essa discussão, França Filho, Rigo e Souza (2020) apontam em seus estudos a existência de 02 (dois) tipos de governança: a democrática e a tecnocrática, que direcionam a gestão das organizações coletivas.

A realidade das cooperativas de crédito solidárias em análise tem se pautado em grandes perdas financeiras ocasionadas por erros na gestão de recursos. Nesse contexto, a instauração da governança defendida pelo BACEN pode ser apontada como tecnocrática. Esta por sua vez, tem o propósito de ampliar os controles e, ao mesmo tempo, dar segurança e transparência às operações perante seus cooperados, seguindo normativas de um contexto do sistema financeiro mundial.

Então, o BACEN também responde outras instâncias e, assim, a gente não pode garantir também que todas as pessoas que entram nas cooperativas ou em qualquer instituição que seja são (...). Então, se não tiver regra, se não tiver uma governança, se não tiver uma auditoria, se não tiver critérios para conceder o empréstimo, há chance de problema, não é? Então, assim, porque como é que funciona a fiscalização? O BACEN homologa uma empresa de auditoria para fazer auditoria, que ele diretamente não faz nada (ENTREVISTADO 15, 2022).

Sobre este assunto, o Entrevistado 22 afirma que é necessária uma adaptação das normativas do BACEN, mas atrelada à realidade das cooperativas, de acordo com seus respectivos territórios.

Eu acho que o cooperativismo de crédito no território do Sisal ele é diferente do cooperativismo de crédito lá do sul da Bahia, que é diferente lá do litoral, que é diferente do sul do Brasil. Aqui ele tem um significado para a gente, né, que o significado é independente da governança, da gestão do controle, ele é eficiente para esse território aqui, né, para poder amenizar as desigualdades sociais (ENTREVISTADO 22, 2022).

A profissionalização da gestão do cooperativismo de crédito solidário tem como uma das ferramentas a governança no sentido técnico, que, no contexto da competição do mercado, tende a ser uma necessidade em quaisquer tipos de organização como requisito de sobrevivência, conforme conceito de Fontes Filho, Coelho e Ventura (2000, p. 65): “conjuntos de mecanismos e controles internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo sua continuidade”.

Em relação às organizações coletivas, cuja missão extrapola os fins econômicos, a governança precisa estar atrelada à participação dos seus membros e ao atendimento às suas necessidades, por meio de um processo de governança democrática. Nesse contexto,

ao invés de naturalizar ou absolutizar o mercado, essas organizações, a partir de lógicas institucionais⁵³ alternativas, devem valorizar a perspectiva substantiva de Polanyi, ao defenderem a hibridação dos princípios do comportamento econômico somados a uma lógica solidária, ambos essenciais para uma possível democratização da economia (LAVILLE, 2016b; MAIER; MEYER, 2011).

Até 2018, na estrutura de governança das cooperativas de crédito, o Conselho de Administração acumulava uma função executiva e, nesse conselho, existia a figura do diretor presidente, do diretor operacional e do diretor administrativo, uma estrutura dentro do Conselho.

Então, ao mesmo tempo que ele fazia um papel político e institucional, ele também tinha que fazer comitê de crédito, analisar crédito, tinha que cuidar do funcionamento das agências. Então, a chegada da CRESOL desmembrou isso, Conselho de Administração tem presidente, vice-presidente que cuida das relações, das parcerias, e implantou aqui duas diretorias com a possibilidade de superintendente, que está implantando agora. As duas diretorias é que cuidam da parte operacional (ENTREVISTADO 15, 2022).

Desde 2021, houve uma reformulação e o organograma separou os papéis técnico e político da gestão das cooperativas de crédito. Essa exigência fora instituída por meio da Resolução nº 4.434/2015, mas, as cooperativas do antigo Sistema ASCOOP não tinham conseguido implementar, e isso aconteceu a partir da intervenção da CRESOL Confederação. Internamente, na visão do Entrevistado 9, a governança segregada organizou os processos no sentido de direcionamento do cooperado em relação às suas demandas com colaboradores e as respectivas instâncias.

Ao considerar essa separação, entende-se que a economia de mercado busca criar uma fronteira estanque entre economia e política, fato que tende a inviabilizar as possibilidades de debate público (EYNAUD, 2015; LAVILLE, 2004) e a sua contestação pelas organizações coletivas solidárias evita “se precaver contra a onipotência de uma ordem econômica que anexe a ordem política” (LAVILLE, 2016b, p. 372).

Nesse cenário, perguntou-se aos respondentes sobre a existência ou não de alguma relação entre governança e democracia. Sobre este assunto, no olhar do Entrevistado 17, a governança é democrática, pois a tomada de decisão é construída por várias mãos, desde o gerente, passando pelos diretores, até chegar ao conselho. Os Entrevistados 15 e 16

⁵³ “Padrões históricos socialmente construídos de práticas materiais, premissas, valores, crenças e regras por meio dos quais os indivíduos produzem e reproduzem sua substância material organizam o tempo e o espaço e fornecem sentido à sua realidade social” (THORNTON; OCASIO, 1999, p. 804).

complementam ainda que os conselheiros são escolhidos pela Assembleia Geral, a instância maior de deliberação da cooperativa; e só depois disso, a homologação do BACEN acontece. Então, dentro da nova estrutura de governança, a autonomia dos associados tende a ser preservada, haja vista que os conselheiros eleitos por eles têm o dever de representar os interesses desses sócios.

Apesar do processo de escolha dos conselheiros ter a intenção de garantir a democracia, segundo o Entrevistado 15, apesar dessa estrutura ter sido bem pensada, em se tratando da realidade das cooperativas em estudo, o conselho, em sua maioria, ainda não está preparado para assumir esse papel de mediador de interesses dos cooperados.⁵⁴ Para dirimir esta situação, conforme dados do *site* da CRESOL (2022), a CRESOL Nordeste promoveu o 1º Seminário para Conselheiros, no município de Salvador, que teve como finalidade promover uma aprofundamento acerca das temáticas: governança cooperativa, responsabilidades, desafios do conselho e sua contribuição para o crescimento da cooperativa, bem como o fortalecimento da marca.

Seguindo a literatura acerca da governança em empresas privadas, historicamente, a prática da governança de organizações coletivas se concentra no papel do Conselho de Administração para orientar o objetivo da organização e alcançar resultados financeiros satisfatórios, por meio da coordenação da equipe. Essa postura tende a torná-las mais empresariais e, em alguma medida, pode comprometer parte do seu caráter democrático (LAVILLE; YOUNG; EYNAUD, 2015).

Para o Entrevistado 10, existe uma relação direta entre democracia e governança quando, por exemplo, a reunião acontece entre o conselho e a equipe técnica e, em sua concepção, o simples fato desses profissionais apontarem os problemas e possíveis soluções, os conselheiros participam democraticamente da gestão da cooperativa de crédito. Nas palavras desse conselheiro: “*então as pessoas acham que, hoje, a gestão do jeito que está organizada, que a gente fica à mercê de técnicos, e não é assim, existe a democracia, os técnicos estão aqui para apontar*”.

As cooperativas de crédito, mesmo sendo da vertente solidária, fazem parte do SFN que impõe normas e prerrogativas para serem seguidas pelas instituições financeiras,

⁵⁴ Existe um projeto em fase de desenvolvimento na CRESOL para a criação de uma escola para conselheiros, em médio e longo prazos, com o objetivo de preparar os profissionais antes do processo eleitoral para compatibilizarem as demandas da comunidade associada com as exigências normativas do BACEN (ENTREVISTADO 15, 2022).

inclusive as organizações cooperativas. Sendo assim, entende-se que a realidade do CCSN demonstra adesão à governança tecnocrática em cumprimento às normativas do BACEN, e a governança democrática passou a ser exercida pelo Conselho de Administração, que se dedica ao relacionamento com o cooperado.

Como as pessoas que compõem o conselho ainda não estão suficientemente preparadas para assumir essa função, o processo de escuta junto à comunidade pode ser comprometido. Essa separação entre o técnico e o político fortaleceu a governança no sentido técnico e tende a enfraquecer os debates nas cooperativas junto a seus membros e a reduzir ou excluir a presença da governança democrática.

5.3.1 Governança e participação no CCSN: os avanços e impasses entre o movimento do econômico e do social

Além das práticas do Conselho de Administração, o cooperado precisa participar da rotina das cooperativas, não restringindo sua presença na Assembleia Geral. E mesmo neste momento, poucos realmente se interessam. Isto acontece porque é uma realidade que permeia o cooperativismo de crédito, pois uma grande parcela desses cooperados ainda acha que, por estar subordinada ao SFN, a cooperativa é um banco, e não se identificam como donos daquela instituição (ENTREVISTADO 15, 2022).

Existe uma outra discussão dentro da temática de governança acerca do nível de participação desses associados nessas cooperativas de crédito. Para o Entrevistado 15, ao considerar essa necessidade, a CRESOL Nordeste entende que os associados precisam estar melhor preparados e, para tanto, encontra-se em construção a área de comunicação e relacionamento, materializada na atuação dos embaixadores, com a finalidade de manter uma relação permanente com seu cooperado. Para o Entrevistado 11, os colaboradores recebem uma orientação para manter a proximidade com o cooperado, com a comunidade e, por consequência, esses devem estar em sintonia com o conselho – essa é uma orientação sistêmica da CRESOL.

Na concepção do Entrevistado 11, a governança tecnocrática é que direciona as estratégias das cooperativas de crédito. O BACEN orienta que uma determinada cooperativa necessita de 50 (cinquenta) milhões de ativos para se manter na condição de plena, e que essa e todas as normativas têm a função de garantir a segurança financeira

do cooperado e do SFN, por isso, necessita ter pessoas com perfil para atuar em determinadas funções.

Eu não posso, por exemplo, colocar um presidente que vem do meio da sociedade como diretor executivo, seja de negócio, seja superintendente, que eu tenho uma qualificação. Eu posso até ter, de repente, a qualificação necessária, mas eu não tenho uma possível capacidade de desempenhar aquela função, porque ainda vou com o coração de um dirigente, e que quer o bem da sociedade, que quer o bem da cooperativa, mas que muitas vezes tem dificuldades de medir o tamanho de uma tomada de decisão e o impacto que isso pode promover (ENTREVISTADO 11, 2022).

Com a Resolução nº 4.434/2015, todo o Sistema CRESOL promoveu o clareamento ou separação de papéis dentro das cooperativas singulares que, segundo o Entrevistado 11, trouxe uma visão democrática nessas organizações coletivas. Como isso aconteceu? Para os Entrevistado 9, 10 e 11, a definição dos papéis tende a tornar o trabalho mais assertivo com vistas a beneficiar o cooperado: a função técnica, composta pelos diretores executivos, gerentes e assessores, norteará a parte operacional; dentro do planejamento estratégico, o conselho tem o papel de ser guardião dos princípios cooperativistas. Em ambos, existe a liberdade de desempenhar suas funções e responder pelos seus atos.

Se essa pessoa não está cumprindo com a sua função, você vai demitir ela. Isso não é função dada mais ao conselho, isso é equipe técnica que faz. Mas eu estou aqui, eu tenho 50% de responsabilidade diante da cooperativa. A equipe técnica, diretoria executiva, eles têm 50% de responsabilidade do ponto de vista de responder com os seus bens caso a cooperativa não tenha sucesso. O conselho também tem essa mesma responsabilidade de responder com 50%, responder processo administrativo e com os seus bens pessoais, caso a cooperativa não tenha acesso. Então, é uma liberdade vigiada (ENTREVISTADO 12, 2022).

Ainda para o Entrevistado 12, a divisão entre a equipe técnica e a estratégica tirou a responsabilidade do conselho de atuar no operacional, o que impedia o crescimento do Sistema CRESOL, pois eles agiam muito pelo “coração”.

E acontecia até 2015 na CRESOL no Brasil inteiro, onde nós tínhamos um crescimento muito limitado, nós tínhamos aí 20, 30% das cooperativas fechando vermelho por conta dessa responsabilidade que o conselho chamava para si, que era de fazer o trabalho operacional (ENTREVISTADO 12, 2022).

Para os Entrevistado 9 e 10, a clareza de papéis possibilitou ao conselho atuar estrategicamente, mantendo um relacionamento mais próximo com seus cooperados e parceiros.

E hoje, a partir da governança, a gente consegue fazer esse trabalho hoje de estar na ponta, de ouvir o cooperado, e trazer isso para a mesa é dizer, diretoria, ô, isso aqui está ruim, o cooperado está reclamando, veja o que ajusta, como é que a gente pode melhorar isso na equipe. Então, a gente consegue hoje ter uma clareza nesses papéis (ENTREVISTADO 9, 2022).

Na visão do Entrevistado 10, operacionalmente falando, a tomada de decisão é democrática, pois, quando os técnicos apontam problemas para serem resolvidos, considerando a expertise na área, eles também trazem as alternativas de resolução. Mas, quem realmente delibera é o conselho, e este representa os interesses dos cooperados, isso é democracia. No âmbito da central, mensalmente, o conselho (ENTREVISTADOS 9; 10; 11) se reúne com as diretorias (administrativa e comercial) e a superintendência, com o objetivo de tratar de pautas para serem decididas pelo conselho.

Atualmente, cada agência possui um agente de relacionamento que direciona as visitas e demandas para o conselho. A partir disso, o conselho identifica as necessidades dos cooperados e propõe soluções para seus negócios. Ademais, consegue participar de eventos e feiras representando as cooperativas. Para o Entrevistado 10, antes da governança segregada, os conselhos ficavam focados em questões operacionais que a equipe técnica poderia resolver, e não conseguiam atender as demandas dos cooperados com presteza.

No geral, os parceiros da CRESOL Nordeste, como os sindicatos, fundos rotativos e movimento sociais trazem uma visão substantiva da governança, que vai além da governança exigida pelo BACEN. Para o Entrevistado 18, no caso das cooperativas solidárias, a verdadeira governança deve partir da base, das reuniões com a comunidade, das pré-assembleias. À época do antigo Sistema ASCOOP, a proximidade facilitava a criação de linhas de crédito direcionadas a distintas realidades, à elaboração de projetos, bem como, ao atendimento às necessidades da comunidade com a presença de agentes de crédito.

Além disso, o modelo de governança do BACEN só tende a dar certo caso o Conselho de Administração seja bem representativo dos grupos. Caso contrário, ele não vai conseguir fazer o processo de escuta junto aos cooperados, pois não existe governança democrática atuando de cima para baixo. Ademais, pode-se citar também uma crítica a respeito da falta de transparência junto aos parceiros das cooperativas de crédito solidárias, um pilar de extrema importância dessa vertente. Nesse contexto, faz-se

necessário criar um fórum, um ambiente de discussão, no qual as pautas deverão ser debatidas e encaminhadas (ENTREVISTADO 18, 2022).

Sobre esta interação com os parceiros ligados ao cooperativismo de crédito solidário, o Entrevistado 10 informa que, para ele, é claro o papel do crédito nos movimentos sociais. E que a atuação da CRESOL Nordeste junto às cooperativas de produção da agricultura familiar, por exemplo, não necessita de intermediação via parceiros. *“Agora, infelizmente, aquelas pessoas que não entendem esta função da cooperativa, e que acham que a cooperativa de crédito precisa sustentar financeiramente todos os movimentos, aí infelizmente não consegue”*.

Com uma visão ampliada, o Entrevistado 22 entende que, no cooperativismo de crédito, inclusive na vertente solidária, é evidente a ideia de que o cooperado tende a se considerar apenas como usuário, o que permite intervenções da equipe técnica sem os devidos questionamentos. Nesse cenário, fica claro que, além da profissionalização, as cooperativas estão passando por um processo de hierarquização, que são conceitos distintos. Isso significa que a profissionalização tem de ser feita com a base e não para a base.

Então, assim, e geralmente ela não é pensada nesse jeito, ela é sempre na lógica, assim: bom, eu quero criar um sistema longo, eu quero criar um sistema que se consolide, portanto, eu preciso reduzir, diminuir a capacidade externa de influência, e essa influência externa que é dada pelo controle social, pela diretoria, pelos agentes comunitários, pelos conselhos fiscais, pelos conselhos de administração e pelas assembleias (...). Então, quando eu incorporo uma cooperativa com outra de três, de cinco, faço uma só, eu eliminei ali cinco conselhos, eliminei ali toda uma base social que me contesta, e eu trago para mim, eu trago para a área técnica um processo de gestão profissionalizada que compensa com o resultado econômico (ENTREVISTADO 22,2022).

No que se refere à influência da governança com os fatores como proximidade e o relacionamento com os associados das cooperativas de crédito solidárias, percebe-se que, por conta da separação entre a equipe técnica e a política, os Entrevistados 9 e 10 entendem que, atualmente, possuem mais tempo para visitar os cooperados. A economia de mercado busca criar uma fronteira estanque entre economia e política, fato que inviabiliza as possibilidades de debate público (EYNAUD, 2015; LAVILLE, 2004). A contestação das organizações coletivas solidárias em relação à separação da esfera econômica da esfera política evita “uma desastrosa junção política na economia quanto para se precaver contra a onipotência de uma ordem econômica que anexe a ordem

política” (LAVILLE, 2016b, p. 372) e não parece sustentável do ponto de vista conceitual, comunitário e histórico (LAVILLE, 2016b; 2014).

Essa seção analisou a baixa participação dos associados das cooperativas de crédito que, em sua maioria, consideram-se como usuários de serviços bancários. Nesse contexto, a gestão da CRESOL Nordeste tem buscado alternativas para ampliar o relacionamento com um projeto que visa a escolher a atuação de embaixadores nas suas agências que possam auxiliar os conselheiros. Por outro lado, observa-se que a participação dos parceiros e o diálogo com a base que forma a vertente solidária não tem sido prioridade nas estratégias desse sistema cooperativo. Por fim, a separação entre o político e o técnico tende a limitar os debates com seus associados e dirigentes eleitos, fato que prejudica a prática da governança democrática.

5.4 UMA POSSIBILIDADE DE RESSOLIDARIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA SOLIDARIEDADE NO CCSN

Diante do contexto vivenciado pelo ambiente institucional do cooperativismo de crédito, entender como a solidariedade tem se manifestado tem sido, desde o início da escrita desta tese, um enorme desafio para a pesquisadora. Sendo assim, para esta análise, consideramos a definição de solidariedade tipificada como democrática. Trata-se de uma perspectiva plural de lógicas econômicas a partir de uma deliberação e negociação coletiva, gestada de um postulado de igualdade e direitos na ordem política, que pode ser transposta para a vida social e econômica (CORRAGIO et al., 2015; LAVILLE, SALMON, 2015; LAVILLE, 2009).

Diante de uma entrevista com o respondente 18, um ex-dirigente de uma das cooperativas singulares do Território do Sisal, observou-se que existia 02 (dois) processos distintos:

1ª: A continuidade da parceria da CRESOL Nordeste com o fundo rotativo-COGEFUR, considerando as prerrogativas da sua confederação para a concessão de crédito junto às cooperativas de produção mais estruturadas da Bahia;

2ª A criação do Banco Comunitário de Fomento ao Desenvolvimento Solidário (BANCOSOL) como outra via de atuação das finanças solidárias para atender ao público-

alvo mais vulnerável economicamente, grupo não atendido pelas cooperativas da CRESOL Nordeste.

5.4.1 O COGEFUR e a continuidade de parceria com a CRESOL Nordeste

O contexto de surgimento e fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste perpassa por uma longa trajetória e estratégias de movimentos sociais ávidos por políticas públicas, iniciadas na década de 1960. Por esse motivo, a partir das declarações dos Entrevistados 18 e 21, faremos uma retrospectiva dessa caminhada até chegarmos nas parcerias que existem entre o COGEFUR e a CRESOL Nordeste.

Desde a década de 1970, o MOC realiza a captação de recursos internacionais com o objetivo de criar políticas para as populações empobrecidas do semiárido baiano. Naquela época, nosso país encontrava-se no mapa da fome, e o Território do Sisal sofria com desnutrição e extrema pobreza. O MOC trazia esses recursos doados que funcionavam dentro das associações de pequenos agricultores familiares dos municípios. Por conta da estrutura jurídica, o fundo rotativo foi crescendo e o MOC não teve condições de geri-lo. Nessa conjuntura, as pessoas envolvidas resolveram criar um conselho administrado pelas entidades, com a ajuda do MOC e, em 2001, nasceu o COGEFUR.

O COGEFUR é, atualmente o maior fundo de crédito rotativo do estado da Bahia. Ao longo dos anos, por conta de perdas e falta de controle, precisou passar por um processo de amadurecimento, no sentido de criar uma estrutura administrativa e operacional. Isso porque o recurso emprestado precisava retornar para o fundo e dar oportunidade para outros empreendimentos terem acesso a esses recursos, com o objetivo de manter seu caráter solidário. Assim, foram implementadas taxas de juros que fossem capazes de dar sustentabilidade ao fundo, que sobrevive com recursos próprios advindos dos empréstimos concedidos.

Atualmente, o COGEFUR opera com quatorze linhas de crédito voltadas para a juventude (fruto de uma pauta do coletivo regional de jovens), para mulheres (demanda do movimento de mulheres agricultoras familiares), linha de investimento para a unidade familiar, assistência técnica, incentivo à produção, à comercialização, etc. Na realidade,

esse fundo gestor é coordenado por uma rede que abarca 50 (cinquenta) entidades filiadas, que direciona quais organizações coletivas terão acesso ao crédito.

Segundo o Entrevistado 22, com o aumento considerável da demanda por crédito, o fundo gestor até então atua em formato de associação, mas tende a se transformar em uma OCIP, principalmente agora, que estão expandindo sua atuação para outros estados nordestinos. Como esse fundo não é normatizado pelo BACEN, todas as prerrogativas de funcionamento e sua operacionalização, como, por exemplo, as taxas de juros e o prazo de reembolso são definidos pelo comitê que constitui o COGEFUR. Esse comitê, formado por 50 (cinquenta) entidades,⁵⁵ vai afunilando e, por fim, é representado por uma diretoria (presidência, vice-presidência e conselho fiscal), com um representante do movimento social (MOC), um do sindicato dos trabalhadores rurais, um da CRESOL Nordeste e, por último, uma pessoa da ARCOSERTÃO, uma central de cooperativas de produção do Território do Sisal.

Há dois anos, foi aprovada uma parceria do COGEFUR com o governo do estado através da agência de fomento do estado da Bahia S/A (DESENBAHIA) e da Companhia de Desenvolvimento Regional (CAR), por meio de um convênio denominado de COOPERGIRO. Esse convênio tem como objetivo apoiar o cooperativismo na Bahia por meio de financiamento de capital de giro para agroindústrias da agricultura familiar. Os beneficiários contemplados são organizações produtivas apoiadas pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), mediante plano de negócio aprovado por essas instituições, documento que, em alguma medida, denota certa organização administrativa e financeira acerca do uso do crédito.

Os Entrevistados informaram que até o final de 2022 foram liberados 4,7 milhões em crédito nas cadeias produtivas da agricultura familiar baiana, com juros de 6,5% ao ano e prazo de até 24 (vinte e quatro) meses para pagamento. De um total de 60 (sessenta) cooperativas de produção do estado, 16 (dezesesseis) já tiveram acesso a esse crédito, localizadas em 07 (sete) Territórios de Identidade (TI).

O DESENBAHIA libera o crédito para o COGEFUR; essa associação, por meio do diálogo com as entidades parceiras e conforme normas da SDR, atua junto à UNICAFES que também fará a formação dessas cooperativas, e escolhem as

⁵⁵ Cooperativas de crédito solidárias, Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), coletivo de mulheres, coletivo de juventude, sindicatos rurais, UNICAFES, etc.

organizações coletivas que terão acesso ao crédito. Além disso, o COGEFUR entra no processo de garantia da operação⁵⁶ como intermediário entre os empreendimentos e as cooperativas de crédito. Assim, o COGEFUR cria um convênio com a CRESOL Nordeste que irá liberar o recurso para as cooperativas e seus cooperados.

Para o Entrevistado 22, *“já é uma tentativa de reaproximação nesse novo modelo de cooperativismo de crédito que está dando certo, já são dezesseis cooperativas, são mais de quatro milhões de recursos”*. Além das 16 (dezesseis) cooperativas que acessaram o COOPERGIRO, mais 37 (trinta e sete) cooperativas já estão aptas a acessarem nos quesitos estrutura, gestão e capacidade de pagamento.

Recentemente, em 16 de dezembro de 2022, conselheiros da CRESOL Nordeste e um da CRESOL Confederação juntamente com a equipe da COGEFUR reafirmaram uma parceria a partir de novas dinâmicas e estratégias de gestão na condução do convênio, e o compromisso de ambas as partes com as organizações da agricultura familiar é de que tenham uma estrutura de gestão capaz de manter seus compromissos com seus credores.

5.4.2 A criação do BANCOSOL: uma possibilidade de ressocialização das finanças solidárias

A partir de uma entrevista com o respondente 01 e de algumas conversas com outros atores sociais realizadas ao longo do mês de setembro de 2022, a pesquisa apontou novos achados no que concerne à possibilidade de reconciliação entre o econômico e o social a partir da criação de um banco comunitário.

Assim, percebeu-se que, além de uma análise do ambiente institucional que circundava o cooperativismo de crédito solidário, regulado pelo BACEN, o que tende a limitar a governança, os diversos atores sociais que atuavam nesse ramo cooperativo tiveram a habilidade de buscar transformações nesse meio. Segundo Mendell (2016), a partir de suas capacidades como atores ativos em seu meio institucional, bem como agentes em evolução social, foram capazes de promover mudanças, construindo novas

⁵⁶ O COGEFUR realiza um depósito de 20% do valor total da operação, chamado de fundo de aval, e este serve como garantia para a cooperativa de crédito, o mesmo acontece com outras linhas de crédito do referido fundo solidário.

instituições. Assim, a partir de entrevistas, a pesquisadora também ampliou suas análises para o campo das finanças solidárias.

Nesse contexto, criaram-se 03 (três) instrumentos de coleta de dados que pudessem contemplar as questões envolvidas, e estes foram aplicados a 05 (cinco) atores sociais (ENTREVISTADOS 18-22) no período de novembro a dezembro de 2022. Ademais, os resultados também foram corroborados a partir da participação da pesquisadora no II Congresso do COGEFUR, com o tema “Cooperativismo e Finanças Solidárias: Protagonismo e Inovação”, em 01 de dezembro do referido ano, no município de Serrinha, Bahia.

Para entendermos esse processo, fizemos uma cronologia dos fatos até chegar em uma análise mais ampla do campo das finanças solidárias. Nas entrevistas realizadas, percebeu-se que, desde 2011, existe um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do governo do estado da Bahia denominado de Finanças Solidárias, composto por representantes da sociedade civil que vêm debatendo formas de fortalecer a tríade: cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos. Para tanto, em 2018, a partir de um edital apoiado pelo governo do estado, o grupo fez vários intercâmbios.

De acordo com o Entrevistado 19, o grupo conheceu a experiência de um banco comunitário no município de Cachoeira, a partir da participação da comunidade no processo de desenvolvimento local, onde puderam visitar os comércios que utilizavam a moeda social na condição de organizações e clientes, e perceberam o engajamento dos envolvidos. Para França Filho e Silva Júnior (2009), o termo social refere-se ao fato dessa moeda estar a serviço da comunidade que a idealizou e implementou, com o objetivo de resolver seus problemas econômicos e sociais.

Em outro momento, o GT realizou um intercâmbio que envolveu os fundos rotativos – COGEFUR e as cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB, agora denominadas de Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste. Nesse contexto, a partir das vivências de uma pesquisadora integrante do GT, o grupo também se interessou em conhecer a experiência do banco comunitário do município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. Em se tratando da realidade desse banco comunitário carioca, ele traz como inovação o pagamento de benefícios sociais do município pelo uso de uma plataforma digital de acesso a seus usuários por meio do *smartphone* e/ou outros celulares com tecnologia menos avançada.

Além disso, a moeda social, o Mumbuca, opera por meio de uma plataforma digital ligada a uma *fintech*⁵⁷ regulada pelo BACEN, responsável pela operacionalização de toda estrutura financeira e tecnológica do banco comunitário, denominado de e-dinheiro⁵⁸. Essa *fintech* adquirida pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários e patrocinada com os recursos do BNDES os tornou conhecidos nacionalmente pelo raio de ação e resultados sociais e financeiros alcançados perante as comunidades envolvidas.

Nesse contexto, ex-integrantes e parceiros das cooperativas de crédito solidárias na tentativa de buscar a emancipação e a ressolidarização com o objetivo de ofertar microcrédito para os públicos de menor renda que, atualmente, sob a gestão da CRESOL Nordeste, não são do interesse dessas cooperativas. Como a articulação desses atores está acontecendo? Desde o início de 2021, a partir de visitas em loco aos bancos comunitários – Palmas, em Fortaleza/CE e o Mumbuca, em Maricá/RJ – bem como diálogos com seus fundadores, esses atores sociais enxergaram nessas experiências uma alternativa capaz de manter as práticas solidárias e, ao mesmo tempo, aproveitar a expertise de 20 (vinte) anos de atuação no microcrédito para a parcela da população com menor poder aquisitivo e que não tem acesso aos bancos. Assim, vislumbraram a criação de um banco comunitário no Território do Sisal.

O Entrevistado 14 faz uma rápida retrospectiva acerca das mudanças do movimento cooperativo de crédito. Ele aponta que, até o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, as cooperativas foram criadas por município, e precisavam ser da agricultura familiar e economia solidária. Em se tratando das cooperativas do antigo Sistema ASCOOB, uma cooperativa que, à época, atuava principalmente em uma região de clima seco, isso não foi possível. Então, além de atingir o público da agricultura familiar, as cooperativas também atendiam o pequeno empreendedor, o que de alguma forma viabilizava economicamente o sistema.

Na realidade, os bancos comunitários tendem a ser uma alternativa, uma atuação complementar para as pessoas que não estão sendo representadas e atendidas pelas cooperativas de crédito. Sendo assim, a economia solidária atua no mercado possuindo uma dimensão econômica, e no espaço público com uma dimensão política, no sentido

⁵⁷ Segundo o BACEN, são empresas que introduzem inovações no mercado financeiro por meio do uso intenso de tecnologia, com potencial para criar novos modelos de negócios. Atuam por meio de plataformas online e oferecem serviços digitais inovadores relacionados ao setor (SITE BACEN, 2023).

⁵⁸ Como um meio de pagamento e uma ferramenta desenvolvida pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, possui autorização do BACEN para emitir cartões e fazer a compensação dos pagamentos.

de dar resposta aos problemas coletivos e viabilizar uma possibilidade de instauração da democratização da economia (HOROAU; LAVILLE, 2008; LAVILLE, 2004; SUBIRATI, 2012).

As instituições financeiras cooperativas, por questões de normatização do BACEN, tendem a excluir determinados públicos do SFN, como os microempreendedores, as cooperativas populares, grupos informais de produção e as associações. Grande parte desse público possui potencial, mas necessita de suporte para financiar suas atividades de produção e comercialização a juros baixos. Ao enxergar a capacidade de pagamento desses públicos excluídos, outras instituições estão surgindo por meio de plataformas digitais, e começam a lhes concederem crédito.

Essas novas instituições financeiras conseguiram ter uma visão de que o pequenininho, o pequeno empreendedor, aquele lá, o autônomo, ele poderia ter uma conta numa plataforma com menos burocracia e menos custo para a instituição. E essas pessoas, a partir do momento que elas estão incluídas e que elas tiveram essa oportunidade, e aí elas fazem tudo para não perder essa conta, né, porque é o meio que elas têm de poder movimentar as suas finanças. Porque uma comunidade na minha cidade, se a gente for olhar, tem comunidades que são pobres, mas ali circula dinheiro, as pessoas estão trabalhando (ENTREVISTADO 14, 2022).

Essa ideia do banco comunitário em atuar com os públicos de menor poder aquisitivo ou os vulneráveis economicamente em determinado território com baixos índices de desenvolvimento humano, por meio de práticas associativas locais, conforme França Filho e Silva Júnior (2009), e que, atualmente, não são de interesse das cooperativas de crédito, é reforçada pelo Entrevistado 18:

No nosso conceito de finanças, a gente atua no público onde a cooperativa não chega, o banco ele tem um pouco disso. O banco é como se fosse um estágio inicial para poder a pessoa, digamos, estar pronta para estar numa cooperativa de crédito, para acessar outras linhas, né, mas aí o banco pode avançar (...) mas a ideia é o público que não estava nos bancos e nem na cooperativa (...).

Sendo assim, pessoas ligadas ao movimento de economia solidária lançaram, em 16 setembro de 2022, no município de Santaluz, Bahia, o Banco Comunitário de Fomento ao Desenvolvimento Solidário (BANCOSOL). Para corroborar com essa criação do BANCOSOL, Mendell (2016) afirma que a inovação materializada na atuação da sociedade civil resulta em processos instituídos de democratização econômica e, assim, a tensão entre atores sociais em diversos contextos organizacionais, para Hollingsworth (2000), é fonte de inovação.

O evento de lançamento do BANCOSOL contou com a presença de lideranças das comunidades do entorno e de outros territórios de identidade. Esta iniciativa recebeu o apoio da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (SETRE), da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo (SESOL) e da Coordenação de Microfinanças (COMFIS). Esse apoio ao BDC corrobora com o argumento de Leal, Rigo e Andrade (2016, p. 79), os quais afirmam que “a implantação e a continuidade dos BDC em qualquer território pressupõem o apoio de organizações historicamente reconhecidas e consolidadas nesses lugares”.

Em se tratando da realidade do estado da Bahia, considerando-se as experiências acumuladas, os Entrevistados 18, 20 e 22 apontaram que a discussão pode gerar frutos para a comunidade via bancos comunitários. Como, por exemplo, com a participação do Governo do Estado da Bahia, com o apoio da SETRE e do DESENBAHIA como agências de fomento, esta última podendo ser uma das fontes de captação. Nesse cenário, torna-se exequível a criação e expansão dos bancos comunitários em vários territórios.

A filosofia do BANCOSOL dialoga com a lógica da oferta do microcrédito, mas com uma inovação em seu processo de operacionalização. Os seus idealizadores propõem sua atuação como um fomentador estadual de bancos comunitários, com uma sede operando não apenas localmente, mas com pontos de atendimento, considerando-se as distintas realidades e contextos, mas amparado em uma metodologia de atuação nos moldes do BANCOSOL.

Ademais, a intenção também vai além de uma atuação em diversos municípios: a diretoria do BANCOSOL tem como estratégia buscar e propor parcerias com instituições financeiras a partir de uma relação de associado. Portanto, esse formato inovador, segundo seus criadores acreditam, nunca foi idealizado por outros bancos comunitários:

Então, no estatuto, ele está permitindo justamente isso, pode chegar numa comunidade, numa cidade que tem um banco com CNPJ dele como filial ou não do BANCOSOL, mas ele também pode, de repente, ali ter um banco com outro CNPJ que seja associado ao BANCOSOL (ENTREVISTADO 20, 2022).

A partir das entrevistas com os criadores do BANCOSOL, observou-se que, finalizado o processo de registro, em março de 2023, as primeiras operações do BANCOSOL se darão por articulação dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) via governo do estado da Bahia por meio da SETRE. Como isso acontecerá? A partir do recurso advindo do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza

(FUNCEP)⁵⁹ totalizando um valor de 150 (cento e cinquenta) mil reais (acumulado de três anos de fundo). O CESOL Baixo Sul iniciará o processo de oferta de microcrédito junto aos empreendimentos da economia solidária que estas organizações acompanham a partir da gestão desse recurso pelo BANCOSOL, conectado com o Banco Palmas e a Rede e-dinheiro, um sistema de informação da rede de bancos comunitários brasileiros.

De acordo com o Entrevistado 21, o CESOL Baixo Sul já realiza um trabalho de assessoria no que se refere a estudos de viabilidade econômica, inserção dos produtos no mercado e articulação dos empreendimentos em rede de comercialização. E esse acompanhamento, que tem uma concessão de microcrédito direcionado às distintas realidades, pode promover um círculo virtuoso de atuação do BANCOSOL.

Além disso, segundo o Entrevistado 18, a criação do BANCOSOL passa a formar o terceiro braço das finanças solidárias que, junto com o COGEFUR e as cooperativas da CRESOL Nordeste, constituirão a tríade das finanças solidárias, em que cada um deles opera com seu público e tem papéis específicos. Essa atuação distinta de cada instituição tende a viabilizar a sustentabilidade dos bancos comunitários, uma vez que a legislação brasileira não permite que bancos comunitários possam captar recursos via poupança e aplicação, como acontece nas cooperativas de crédito.

Diante do SFN que limita o acesso ao crédito a públicos que não possuem comprovação de renda, atores sociais antes ligados ao cooperativismo de crédito solidário buscam alternativas a essa lógica mercantil. A união dessas pessoas em prol da sua inclusão financeira cria o BANCOSOL, uma associação que inicialmente irá operar com organizações coletivas assessoradas pelo CESOL. Em um segundo momento, com o apoio do governo do estado, os dirigentes do BANCOSOL planejam ampliar a oferta do microcrédito para outros grupos econômicos e territórios com pontos de atendimento da referida associação.

Nesse sentido, a nova empreitada do campo das finanças solidárias, capitaneada pelo BANCOSOL trata-se de uma experiência incipiente, em estado de implementação, o que não nos dá condições de considerá-la como uma organização coletiva com práticas da solidariedade democrática. Independente disso, traz esperança para a inserção de públicos vulneráveis economicamente.

⁵⁹ “O fundo financia ações de habitação de interesse social: programa água para todos, programa luz para todos, agricultura familiar, economia solidária, pesca artesanal, segurança alimentar, assistência social, alfabetização, aumento da escolaridade e qualificação profissional” (BARRETO, 2017, p. 70).

5.4.2.1 Governança e sustentabilidade a partir do BANCOSOL

A estrutura do BANCOSOL dispõe de uma diretoria e de um conselho, e parte desse conselho forma a diretoria executiva. Diferentemente da realidade do cooperativismo de crédito, a diretoria, como instância executiva, não é contratada, fato que mantém o poder com os dirigentes eleitos (ENTREVISTADO 20, 2022). Esta declaração corrobora com Eynaud (2015), quando afirma que, dentre as lógicas alternativas do ambiente institucional, existem as organizações da economia solidária, nas quais a questão da governança anda de mãos dadas com a organização democrática da ação coletiva e pode ser vista como um conjunto de mecanismos capazes de tornar o funcionamento da organização consistente com o projeto associativo, ao invés de apenas uma lógica institucional, ou seja, uma governança que se estrutura apenas em instrumentos, tecnologia e técnicas de gestão (HAERINGER; SPONEM, 2008).

Em se tratando dessa nova empreitada, retomamos a criação do BANCOSOL, que tem como equipe inicial pessoas ligadas ao antigo Sistema ASCOOB. Ao se considerarem os erros graves cometidos na sua gestão, questionou-se aos entrevistados a respeito da condução do processo de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, a busca por manter a solidariedade do referido banco comunitário.

Para ampliar este debate em relação à atuação da CRESOL junto às cooperativas do antigo Sistema ASCOOB, o Entrevistado 20 levantou uma discussão acerca da visão de sustentabilidade a partir de análises distintas. Infelizmente, no âmbito do sistema financeiro, a perspectiva da sustentabilidade se resume a questões de viabilidade financeira; mas existem outras, como as viabilidades política, ambiental e social que são valorizadas nos bancos comunitários. Nesse contexto, esse parceiro do antigo Sistema ASCOOB faz uma declaração que exprime sua preocupação em reparar os erros cometidos na gestão a partir da criação do BANCOSOL sem que ocorra a perda da essência solidária nas relações com os associados:

A gente sabe onde a gente errou na ASCOOB, da ausência da perspectiva profissional e da falta de profissionalização de alguns processos (...). Essa profissionalização não é na perspectiva de insensibilidade (...). Então, a gente está criando um banco e pensando com foco no microcrédito, com as constituições das relações locais com foco na distribuição de renda. Então, são instrumentos onde é preciso, de alguma forma, você garantir essa sustentação financeira, econômica, mas, ao mesmo tempo, você não se afastar dos seus princípios, e aí trabalhando a racionalidade nos processos de gestão (ENTREVISTADO 20, 2022).

Em praticamente todas as declarações dos Entrevistados ligados à fundação do BANCOSOL, pode-se observar que o discurso a respeito da vasta experiência em operações de microcrédito e a necessidade de fortalecer as relações locais com o objetivo de atender o público de baixa renda tornaram-se os principais motivos para a criação desse banco comunitário. Mas, sabe-se dos problemas de gestão que tornaram inviável a sobrevivência das cooperativas de crédito do Sistema ASCOOB.

Nesse contexto, Para França Filho e Silva Júnior (2009), o maior objetivo do BDC é o compromisso com a construção de redes locais de economia solidária mediante articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais, gerando um ciclo de dinamização da economia local. Segundo Rigo, Caçado e Silva Júnior (2019, p. 310), “nota-se que o desenvolvimento do território como objetivo central, e a economia e comunidade (relações de reciprocidade e governança coletiva) como as principais vias para que o projeto de concretize”.

A teoria da ação racional e a ação de interação simbólica de Habermas pode nos ajudar a compreender a relação entre o econômico e o social no banco comunitário criado pelos atores sociais do território do Sisal. Para Ramos (1984), a ação racional é subordinada a regras e técnicas, e a interação simbólica propõe relações interpessoais livres de compulsão externa e com normas legitimadas pela intersubjetividade de mútua compreensão de intenções. A partir dessa visão de comunicação, Guerreiro Ramos acredita que Habermas implementa uma teoria social crítica que tem duas perspectivas: uma melhor compreensão dos mecanismos de coerção e uma possibilidade de utilizar a emancipação (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020).

Por meio das declarações dos Entrevistados, percebe-se que existe a intenção de manter a solidariedade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade com as finanças do banco comunitário mostram a intenção de reconciliação do social com o econômico, conforme França Filho, Rigo e Souza (2020). Isso também é explicitado pelo Entrevistado 14, a partir de sua declaração sobre o assunto:

O BANCOSOL está na economia solidária, ele tem que cuidar das suas finanças. Então, a gente, por não ter uma estrutura de custo alta, podemos ter uma taxa baixa e fazer com que o micro e pequeno empreendedor rural ou urbano possa assim ter um benefício maior; a gente pode ter também uma relação de proximidade maior com esses associados, para poder fortalecer a base dessas lideranças, e trabalhando a produtividade, né, ele vai produzir, comercializar, e assim poder gerar a sua renda e poder pagar o seu crédito (ENTREVISTADO 14, 2022).

Nessa mesma linha, o Entrevistado 18 aponta que os erros na gestão do Sistema ASCOOB estão ligados ao excesso de foco no âmbito social, esquecendo-se do profissionalismo – estratégia que busca garantir a sustentabilidade dessas instituições financeiras cooperativas. Essa situação está sendo discutida nas diversas reuniões que antecederam a criação do BANCOSOL.

A criação do BANCOSOL pelos atores sociais tem se mostrado uma alternativa que, segundo seus idealizadores se compromete em manter a solidariedade atrelada a uma gestão profissional, mas amparada em relações locais, bem como na geração de renda para os associados. Para confirmar essas declarações, outras pesquisas irão estudar ao longo do tempo, a atuação desse banco comunitário que acaba de ser criado.

5.4.3 Uma possibilidade de parceria entre o BANCOSOL e a CRESOL Nordeste

Existe uma discussão que permeia os bancos de desenvolvimento comunitário no que se refere à impossibilidade de captação de poupança de seus associados. Nesse sentido, em relação a essa questão, o Entrevistado 21, uma pessoa de atuação nacional, com mais de 20 anos de experiência em finanças solidárias, fez uma reflexão interessante sobre esta situação. Apesar do campo do cooperativismo de crédito solidário fazer parte das finanças solidárias, atualmente são considerados como 02 (dois) movimentos muito distintos: o cooperativismo de crédito solidário e as finanças solidárias. O cooperativismo de crédito, inclusive o da vertente solidária, é regido pelo BACEN, com uma normativa mais rígida que deve ser seguida pelas federações centrais e singulares por meio de uma atuação hierarquizada, fato que os tornam muito próximos à cultura dos sistemas tradicionais (SICREDI e SICOOB).

O cooperativismo de crédito da economia solidária foi criado considerando-se 03 (três) pilares: a) a sustentabilidade econômica e institucional que, de certa forma, ainda se consegue alcançar; b) o controle social efetivo, que foi o pilar mais prejudicado recentemente, pois, por conta das normativas do BACEN, o quadro social não tem mais poder de decisão referente aos rumos das cooperativas; e c) as parcerias que, em sua maioria, foram eliminadas, considerando-se que o que existe tende a ser restrito em estratégias de cooperação. Então, o cooperativismo solidário que nasceu do movimento das ONG, dos sindicatos e do campo, atualmente está com seu processo de expansão

acontecendo por outros meios que podem distanciá-lo de sua base (ENTREVISTADO 21, 2022).

O segundo movimento, trata-se do campo das finanças solidárias, ainda se têm algumas perspectivas de expansão e manutenção das práticas solidárias e ações a partir da base, tais como: a possibilidade de uma maior capilaridade; as chances de retomada do controle social por meios dos bancos comunitários, fundos rotativos, fundos solidários e cooperativas de crédito que não estejam vinculados a centrais e confederações; as ditas solteiras, que possuem, em certa medida, algum grau de atuação independente dos sistemas, não fazendo parte dessa política verticalizada (ENTREVISTADO 21, 2022).

Considerando-se a realidade do cooperativismo de crédito solidário na atualidade e a criação de um banco comunitário (BANCOSOL), percebe-se que “a prevalência concedida ao mercado, concebido como instituição por Polanyi, constringe as possibilidades de emergência de uma teoria da ação coletiva de tipo econômico, nada menos do que essencial” (SANTOS; ONTO, 2021, p. 18). Isso para Polanyi significa a necessidade da construção de sociedades mais democráticas e igualitárias em âmbito econômico (BIRCHFIELD, 2005).

A partir de uma postura mais política e uma visão de longo prazo, o Entrevistado 21 não descarta a parceria com as cooperativas de crédito do Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste, além dos convênios com cooperativas de produção que existem atualmente com a COGEFUR. Esse ator enxerga outros convênios para fortalecimento do BANCOSOL, considerando mudanças nos cenários econômico e político do país.

Nesse contexto de fortalecimento das finanças solidárias, os Entrevistados 14 e 18 estão otimistas com a criação do BANCOSOL e apontam que existe um ambiente propício para essa nova empreitada. Ele destaca a expertise do fundo rotativo- COGEFUR e a experiência com o cooperativismo de crédito (CRESOL Nordeste). Mas, para fechar esse ciclo, faltava um banco comunitário que, com o apoio do Entrevistado 13 – que trabalha na SETRE, um órgão do governo do estado –, pudesse atuar além do local, no âmbito do estado, em várias frentes.

Apesar dessa perspectiva mais otimista dos atuais fundadores do BANCOSOL, o Entrevistado 21, um integrante do movimento de economia solidária de âmbito nacional, aponta a necessidade de se refletir a proposta dessa associação, considerando alguns aspectos:

- Primeiro, a missão do BANCOSOL, considerando uma perspectiva econômica no sentido de não ser criado de cima para baixo;
- Que não deve ser criado para provar que os fundadores do Sistema ASCOOB são capazes de gerir outra instituição e que os problemas que levaram à reestruturação dessas cooperativas não estão ligados aos seus antigos gestores;
- No contexto da criação da CRESOL nacional, da qual o Entrevistado 21 participou ativamente, o mais importante foi a organização da poupança local, a concessão de microcrédito aproveitando a economia local, organizando o pouco dinheiro que possuíam na época. E tudo isso junto gerou capital social. *“Esse processo de organização social nos mostrou que o capital social era mais importante que o econômico e não uma disputa de narrativas”* (ENTREVISTADO 21, 2022).

A partir das declarações do Entrevistado 21, entende-se que a criação do BANCOSOL deve partir de uma perspectiva de agregação de valor às finanças solidárias, considerando-se as pessoas como parte do processo, entendendo que a atuação deve se pautar na articulação de públicos que a CRESOL Nordeste não tem condições operacionais nem interesse em atuar. Sobre essa questão, entende-se que “é hora de estancar esse processo perigoso, não restabelecendo equilíbrios passados entre o social e o econômico, mas reivindicando agora a referência a uma economia e uma democracia plurais” (LAVILLE, 2015, p. 229) formada por uma pluralidade de princípios de comportamento econômico (mercado, redistribuição e reciprocidade), por várias formas de integração econômica e uma hibridização de recursos (LAVILLE, 2019).

O discurso contra o cooperativismo de crédito não deve ser disseminado; ao contrário, as ideias e estratégias do BANCOSOL não poderão ser implementadas. Até porque a legislação brasileira não permite que os bancos comunitários promovam a captação de poupança, somente as cooperativas de crédito. Portanto, estas últimas, até o presente momento, detêm um papel essencial no fortalecimento e desenvolvimento do ciclo que compõe as finanças solidárias.

O BANCOSOL não é um banco, nem cooperativa de crédito. Nesse sentido, não tem autorização do BACEN para captar poupança local, um diferencial de toda instituição financeira. Essa capacidade de organização da economia local por meio da poupança poderá ser agregada ao BANCOSOL por meio de um aporte externo que pode ser um

fundo internacional, o governo do estado ou o capital privado, os quais poderão fazer convênio com o BANCOSOL que repassará o microcrédito para seus associados. Esse microcrédito vai movimentar a economia local, mas não poderá ser captado pelo BDC e os associados o levarão para outro banco ou uma cooperativa de crédito, pois são aptos para isso (ENTREVISTADO, 21, 2022).

Considerando a realidade das finanças solidárias, entende-se que o grande gargalo do modelo de bancos comunitários e os fundos solidários é exatamente o impedimento de captação.

O reconhecimento institucional de sua prática supõe um desafio ainda maior: o de buscar políticas públicas e um marco institucional jurídico que reconheça os BDC enquanto instituições voltadas à superação da condição de exclusão financeira na qual vive parte significativa da população da região Nordeste (LEAL; RIGO; ANDRADE, 2016, p. 85).

Como os BDC não podem captar recursos, o Entrevistado 21 defende a necessidade de criação de um novo sistema de cooperativismo de crédito solidário no Brasil que possa dar conta das reais necessidades dos públicos excluídos do SFN. Como isso pode ser operacionalizado? De acordo suas ideias, precisam-se de algumas cooperativas de crédito para captar poupança, mesmo que tenham, em sua maioria, um formato virtual. Para garantir a atuação do fundo solidário a partir do microcrédito, o BANCOSOL, por exemplo, opera na ponta.

Devido à inexistência de uma organização autorizada para captar, papel este exercido atualmente pela cooperativa de crédito, a atuação do banco comunitário torna-se insuficiente: vai chegar um momento em que o associado que fez o empréstimo terá interesse em guardar sua poupança ou investimento, mas vai precisar sair do banco comunitário e buscar a cooperativa de crédito ou a instituição bancária, a qual possui outros atrativos e transações autorizados pelo BACEN. Assim, a partir de uma análise acerca da capacidade de captação e poupança dos associados, o Entrevistado 21 deixa claro que o modelo cooperativo de crédito é o mais perfeito que existe do ponto de vista de finanças solidárias. Para ele:

O problema é que quando ele desvirtua e eu chamo assim, envereda para um caminho muito mais econômico, sem mais discutir outros elementos dos processos de empoderamento da base, é isso que acontece, vira uma instituição financeira cooperativa, só isso que eles fazem, tanto que eles chamam de cooperativas financeiras, né, dá impressão, eu acho, uma contradição (ENTREVISTADO 21, 2022).

Nesse contexto, ao entender as dificuldades e desafios das finanças solidárias, um dos entes da tríade, o fundo rotativo COGEFUR, promoveu no dia 02 de dezembro de 2022, no município de Serrinha, Bahia, o seu segundo congresso. Esse evento objetivou reunir os movimentos sociais, líderes de comunidades, representantes dos sindicatos e da cooperativa de crédito CRESOL Nordeste, do governo estadual, municipal e outros atores dos Territórios de Identidade do estado para discutir os avanços do campo.

Além disso, o congresso teve como finalidade debater e apresentar as experiências dos Bancos Comunitários de Maricá e de Palmas, a partir de seus idealizadores e gestores, o que, em alguma medida, reforça pela segunda vez (a primeira se deu no início de setembro), junto à comunidade, o que é um banco comunitário e sua finalidade. Ademais, representou um espaço de discussão, uma forma de reafirmar a criação do BANCOSOL, como mais um braço de fortalecimento das finanças solidárias. Para tanto, deve-se considerar a realidade dos territórios acerca da dificuldade de acesso ao microcrédito, uma lacuna que pode ser preenchida por esse tipo de formato jurídico.

A criação do BANCOSOL tem uma perspectiva de agregação de valor às finanças solidárias. Isso acontece porque seu impedimento de captação de recursos denota certa dependência em relação às cooperativas de crédito. Sendo assim, a união entre a tríade: BANCOSOL, COGEFUR e CRESOL Nordeste tende a ser frutífera em prol de vários públicos-alvo, principalmente os empreendimentos da agricultura familiar e dos micros e pequenos empreendedores.

Nesse contexto, considerando as categorias de análise da pesquisa, criamos o Quadro 13 que objetiva demonstrar uma síntese que abarca a teoria e seus achados na prática da pesquisa.

Quadro 13 – Resumo das categorias de análise da tese: teoria e prática

CATEGORIAS DE ANÁLISE	TEORIA	PRÁTICA
Isomorfismo Institucional	Um processo institucional de mudança por meio da adesão de normas e padrões regulatórios institucionalizados em um campo organizacional com o objetivo de obter legitimidade perante o mercado de atuação (FREITAS; FREITAS, 2013a; DIMAGGIO; POWELL, 1999).	* A inexistência de normativas que incluam públicos-alvo com baixo poder aquisitivo; * A profissionalização da gestão é uma forma de inserção e legitimação no campo organizacional formado por padrões e homogeneidades que, em alguma medida, confirmam o isomorfismo institucional. Uma estratégia que facilita a sobrevivência com suas

		<p>congêneres no SFN das CCS em estudo.</p> <p>* No cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, a gestão se restringe ao sentido técnico ou profissional e, portanto, não incorpora a solidariedade.</p>
Governança (tecnocrática, democrática)	<p>* Governança democrática: práticas de gestão coletiva conduzidas por princípios de cooperação e mecanismos democráticos.</p> <p>* Governança tecnocrática: práticas de gestão na qual a condução e a tomada de decisão são guiadas por diretrizes técnico-financeiras (FRANÇA FILHO; RIGO; SOUZA, 2020).</p>	<p>* A governança considerada como a gestão da gestão apresenta um enfoque tecnocrático, focado apenas nas normativas e controles internos de acordo com o regulamento do BACEN;</p> <p>* Separação entre a área técnica e a política limita a atuação dos dirigentes e a consequente redução do controle social e democrático dessas cooperativas. Essa situação tende a tornar o Conselho de Administração como único elo com os associados. Isso acontece porque a Assembleia Geral, seu órgão máximo, historicamente, tende a ter uma participação limitada nesse ramo, pois a maioria dos associados tende a considerá-lo como banco.</p>
Solidariedade	<p>Trata-se de uma perspectiva plural de lógicas econômicas a partir de uma deliberação e negociação coletiva (LAVILLE, 2009).</p> <p>Relações interpessoais pautadas na racionalidade substantiva, formadas por conhecimentos derivados do e no processo de realidade social com vistas à emancipação (RAMOS, 1989).</p>	<p>* Esse constructo é visto com uma perspectiva filantrópica que tende a não coadunar com a gestão. Isso significa que a solidariedade não faz parte da gestão;</p> <p>* Restrita para os associados que têm condições de dar garantias conforme padrões do Indicador de Basileia definido pelo BACEN.</p>

Fonte: Elaboração própria (2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de políticas públicas de acesso a crédito para a inclusão social de uma parcela empobrecida da população brasileira, principalmente agricultores familiares e microempreendedores, é uma realidade vivenciada em todo o país. As cooperativas de crédito solidárias surgem nesse contexto com a intenção de inseri-los e promover a visibilidade e empoderamento dessas pessoas.

Os resultados da pesquisa apontam para o alcance da resposta ao problema e do objetivo geral da pesquisa, que foi compreender o movimento entre a perspectiva econômica e a social do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste. Não diferente da realidade que circunda as pesquisas científicas, para a construção da referida tese, tivemos muitas idas e vindas, iniciadas com a gestão do Sistema ASCOOB (2008 a 2019), passando pelo Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste (2019 até 2022) e, por último, a criação do BANCOSOL, em 2023. Nesta caminhada, pudemos perceber a capacidade dos atores sociais de mudarem sua realidade em contextos de tensão do ambiente institucional.

Primeiro, entendemos que a criação da ASCOOB fez parte de um contexto de lutas de agricultores excluídos do SFN por meio de políticas de acesso ao crédito. Mas, por questões da adoção de uma gestão amadora que não coadunava com as normativas do BACEN, sofreu intervenção da CRESOL Confederação. Esta, por sua vez, assumiu as cooperativas mudando o nome fantasia para Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste. Uma parte dos atores sociais, ex-integrantes do antigo Sistema ASCOOB, entendendo as mudanças iniciadas com a reestruturação do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, o qual tende a não atender a um público de baixo poder aquisitivo, mas que gera renda em seus territórios, resolveu criar um BDC com a intenção de preencher esta lacuna.

A ideia central que permeia o primeiro objetivo específico da tese promoveu investigar o processo histórico no qual as cooperativas de crédito solidárias no Nordeste foram constituídas, considerando o significado do movimento entre o econômico e o social no território em que estão inseridas. O território sisaleiro, berço de criação do cooperativismo de crédito solidário no Nordeste, fora marcado por lutas de agricultores familiares excluídos de políticas públicas, principalmente as de acesso ao crédito. Esses,

motivados pela Teologia da Libertação (TL), movimento capitaneado por integrantes da Igreja Católica, começaram a refletir sua realidade social e buscaram formas de transformá-la. Assim, a criação da primeira cooperativa de crédito solidária da Bahia se deu nesse contexto de luta por direitos políticos e econômicos.

De posse desse histórico e narrativas de atores sociais, atingimos o segundo objetivo específico que significou caracterizar ao longo da história o modelo de governança e gestão dessas cooperativas. Diante da pesquisa de campo, desvelamos que o modelo de governança e gestão das cooperativas de crédito solidárias, objeto de estudo da referida tese, pode ser definido a partir de dois momentos: o primeiro, na condução de gestores idealizadores das cooperativas de crédito do Sistema ASCOOB, e o segundo na gestão da CRESOL Confederação.

Em relação ao Sistema ASCOOB, entendemos que os gestores buscavam apoiar seus associados na concessão de microcrédito, prezavam pela assessoria de agentes de crédito nas comunidades e no apoio a eventos da agricultura familiar e economia solidária, e mantinham uma relação amigável com os parceiros ligados ao campo. Por outro lado, quando eram fiscalizados pelo BACEN, não conseguiam atingir o índice de Basileia exigido. Sendo assim, para tentar resolver melhorar esse índice, muitas vezes, concediam crédito sem garantias e também usavam as cooperativas para fins pessoais. Portanto, tendiam para uma gestão amadora, fora dos padrões exigidos pela governança do SFN.

Na direção da CRESOL Confederação, os agricultores familiares passaram a ser desassistidos por conta da falta de garantia nas operações financeiras, o que exigiu a ampliação do público-alvo dessas cooperativas solidárias, fato que reverberou em melhorias no Índice de Basileia. A gestão profissional, caracterizada por uma governança com separação de papéis entre a área técnica e política da cooperativa pode comprometer o controle social dessas organizações coletivas. Até o presente momento, o apoio aos agricultores familiares encontra-se restrito às cooperativas de produção assistidas pelo COGEFUR e outras que também possuem um certo nível de estruturação e garantias nas operações financeiras.

A realidade que permeia os atores sociais ligados ao cooperativismo de crédito solidário desvela a existência de erros cometidos na gestão das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB, principalmente associados a uma falta de uma gestão profissionalizada. Nesse contexto, as cooperativas singulares que apresentavam

resultados satisfatórios não possuíam uma liderança que tivesse respaldo junto ao BACEN, nem o apoio político da comunidade para mudarem para a condição de independentes para continuarem suas atividades e, por isso, a CRESOL Confederação assumiu a gestão dessas cooperativas. Apesar disso, os ex-integrantes e outros sujeitos ligados ao movimento do cooperativismo de crédito solidário estão lutando por novas possibilidades de inclusão financeira e social. Para tanto, vão usar a expertise dos 20 (vinte) anos de experiência de microcrédito para atuarem junto a uma nova empreitada – a criação de um BDC, o BANCOSOL, que inicialmente irá operar no Território do Sisal apoiando os empreendimentos econômicos solidários.

Em um segundo momento, o BANCOSOL atenderá outros públicos-alvo que não interessam às cooperativas de crédito solidárias no Nordeste, como os microempreendedores, agricultores familiares e outras categorias de atividade econômica invisibilizadas pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), as quais não possuem comprovação de renda nem garantias, mas que geram renda em seus territórios.

No contexto de desigualdade de acesso ao crédito e outras políticas de inserção social, atingimos o quarto objetivo específico, ao identificarmos as tensões existentes entre solidariedade e gestão nas cooperativas de crédito solidárias, a partir da Central CRESOL Nordeste.

Antes de tentarmos entender este objetivo, existe um quesito macro que precisa ser considerado nessa análise da tensão entre o econômico e o social no campo do cooperativismo de crédito, independentemente da vertente. Essas organizações coletivas são tratadas em iguais condições com outras instituições bancárias, mais precisamente em relação aos enquadramentos do Indicador de Basileia. Portanto, inexistem incentivos de recursos governamentais como, por exemplo, empréstimos subsidiados para essas cooperativas. Sendo assim, o acesso aos recursos pelas cooperativas torna-se restrito à captação própria, via compra e venda de dinheiro, que, somada às despesas de mensalidades com a filiação à confederação, a central e as demais de âmbito operacional tornam sua sobrevivência custosa.

Além disso, ao considerarmos o excesso de normativas do BACEN, existência justificada pela proteção ao capital do associado, as cooperativas de crédito solidárias tendem a ser tornar instituições bancarizadas. Apesar de ter sido aprovada recentemente a Lei nº 196/2022, de modernização do ramo crédito, foi a Resolução nº 4.434/2015 que trouxe como exigência a instituição de uma governança segregada que reverberou em

várias mudanças na gestão dessas organizações coletivas. Isso porque as cooperativas do Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste são subordinadas a esse órgão regulador. E, portanto, para cumprir suas exigências e assim competir com suas congêneres, por meio da estratégia do isomorfismo institucional, tende a restringir o acesso ao crédito a um grupo de associados que tenham renda comprovada e/ou garantias. Essa situação pode gerar algumas consequências, tais como:

- Desvirtuar o papel dessas cooperativas como instituição de inclusão social dos mais vulneráveis economicamente pela burocratização de acesso ao crédito, bem como a criação de uma lacuna para a idealização de outras organizações coletivas, como os Bancos de Desenvolvimento Comunitário e uma inovação: o surgimento de cooperativas de crédito virtuais atuando em parceria com os BDC;
- Promover uma falta de diálogo com a base, ou seja, os parceiros que atuam junto a essas organizações coletivas como movimentos sociais, cooperativas de produção, órgãos de representação e outros, o que pode distanciar essas cooperativas da essência do movimento da economia solidária;
- A chance de criação de um processo de resignificação da identidade do movimento de economia solidária a partir de 02 (duas) perspectivas: a continuidade da parceria da CRESOL Nordeste com o fundo rotativo COGEFUR, considerando as normativas da confederação; e a criação do Banco Comunitário de Fomento ao Desenvolvimento Solidário (BANCOSOL) como outra via de atuação das finanças solidárias para atender ao público-alvo mais vulnerável economicamente, grupos não atendidos pelas cooperativas da CRESOL Nordeste.

Ao percebermos a ação do contexto neoliberal, principalmente materializado na força do capitalismo financeirizado, entendemos a necessidade de não esgotar o estudo da temática proposta, considerando a importância das finanças solidárias para o fortalecimento de comunidades, pessoas e grupos desassistidos, de acordo com a literatura levantada na referida tese.

Nesse contexto, esta tese tentou trazer temáticas de um campo de conhecimento, o cooperativismo de crédito, na sua vertente solidária, um ramo afetado diretamente pela mercantilização definida pelo SFN. Como aporte teórico, usamos a Teoria do Duplo Movimento, de Karl Polanyi; a Teoria do Triplo Movimento, de Nancy Fraser; o isomorfismo institucional, de Meyer e Rowan e de Dimaggio e Powell. Para complementar as análises, trouxemos o conceito de solidariedade sob várias perspectivas,

até chegarmos à solidariedade democrática; a democratização econômica, na perspectiva de Jean-Louis Laville; e de governança com uma abordagem plural, que não se esgota na governança corporativa, proposta por Eynaud, Horoau e Laville, além de Laville e Salmon, uma proposta de governança democrática.

Por fim, sugerimos pesquisas que possam aprofundar a aplicação do modelo analítico proposto, principalmente com a inclusão da matriz de reconciliação de França Filho, Rigo e Souza (2020) como uma nova forma de pensar a solidariedade no contexto organizacional, o que pode trazer novas perspectivas para uma economia plural.

O movimento entre o econômico e o social a partir dos atores envolvidos no cooperativismo de crédito solidário tem possibilidade de ser ressignificado por meio das finanças solidárias no contexto do Território do Sisal a partir da criação do BANCOSOL. A respeito dessa visão, precisamos aguardar a atuação desse BDC e a partir de suas práticas confirmarmos ou não, se este banco comunitário, pertence a um novo movimento do social. Nesse contexto, esse movimento tem como finalidade insistir na inclusão financeira e, principalmente, social de uma parcela considerável da população que apresenta dificuldades para acessar crédito e assistência técnica.

Apesar dos achados da pesquisa, precisamos reconhecer os limites que circunscreveram o desenvolvimento da referida tese. Estudamos o campo do cooperativismo de crédito, na vertente solidária, subordinada ao SFN, por meio da atuação do BACEN. Nesse contexto, considerando o processo de reestruturação e a importância da imagem que permeia essas organizações, essa pesquisa apresentou limites em suas análises. Isto se deu principalmente a partir de um termo assinado pela pesquisadora e a orientadora que as incitaram a limitar às análises às demandas dessa instituição financeira cooperativa e a dados públicos disponibilizados pelo BACEN e outras instituições que têm ligação com o cooperativismo financeiro.

O cooperativismo de crédito solidário está caminhando para ser uma instituição financeira convencional, que busca atender os públicos que consigam manter sua sustentabilidade financeira, o que tende a excluir os mais vulneráveis economicamente. Nesse cenário, o diálogo com a comunidade, os movimentos sociais e parceiros tende a serem extintos desse ambiente institucional.

REFERÊNCIAS

ACI. **Aliança Cooperativa Internacional**, 2021. Disponível em: <https://www.ica.coop>. Acesso em: 21 out. 2021.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4272895&disposition=inline>. Acesso em: 10 out. 2021.

AGENDA INSTITUCIONAL. **Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENGCOOP)**, 2021. Disponível em: <https://www.agendainstitucional.coop.br/frengcoop/>. Acesso em: 18 out. 2021.

ALDRICH, Howard. E. *Organizations and Environments*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1979.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ÁLVAREZ-URIA, Fernando. Karl Polanyi y sus contemporâneos: sobre la subordinación de los mercados a los valores de la civilización y de la libertad. *Encrucijadas - Revista Crítica de Ciencias Sociales*, España, no 7, pp. 16-35, 2014. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/123932?show=full>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ALVES, Sérgio D. Silva; SOARES, Marden M. **Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

ANDION, Carolina. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. *Revista de Administração Pública*, 32(1), 7-25, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7680>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *RAC*, v.09, n 1, jan./mar., pp. 79-101, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/VcyJtpt9yjhhDcgP5LDCQVf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ARAÚJO, Eduardo J. **“Se falta, a gente inventa” estudos sobre crescimento e mudanças organizacionais a partir do caso Apaeb/Valente**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2008.tese_eduardo_araujo.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

ARAÚJO, Paulo H. Furtado. Polanyi e Granovetter a partir do olhar de Lukács. **Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS**, 2009. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs>. Acesso em: 11 set. 2021.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2020a. **Ranking IDHM**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 07 maio 2021.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2020b. **Ranking RAIS**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 07 maio 2021.

AVARE, Philippe; SPONEM, Samuel. *Le managérialisme et les associations*. In: HOARAU, Christian; LAVILLE, Jean-Louis. *La gouvernance des associations: économie, sociologie, gestion*. Paris: Erès, 2008.

BAHIA. **Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010**. Disponível em: [https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Territ%C3%B3rios%20de,Ver%20t%C3%B3pico%20\(7%20documentos\)&text=PAL%C3%81CIO%20DO%20GOVERNO%20DO%20ESTADO,25%20de%20agosto%20de%202010](https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Territ%C3%B3rios%20de,Ver%20t%C3%B3pico%20(7%20documentos)&text=PAL%C3%81CIO%20DO%20GOVERNO%20DO%20ESTADO,25%20de%20agosto%20de%202010). Acesso em: 09 mar. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Fintechs**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/fintechs>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMV 5.021 de 25 de novembro de 2022-Capítulo III**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibnormativo?tipo=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CMN&numero=5051>. Acesso em 13 jul.2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Apontamentos do Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto Lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo**, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apontamentos_RCN_Agenda%20Cooperativismo_vpub.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**, dez. 2020a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/PANORAMA%20SNCC%202020.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária**, 2020b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/Documents/reb/boxesreb2020/boxe_6_crescimento_cooperativas.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Características gerais da sociedade cooperativa**, 2019. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sisorfexterno/manual/05-01-030-010.htm>. Acesso em: 30 set. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015.**

Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v1_O.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3.859, 2010.** Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v4_P.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **RAP.** Rio de Janeiro, 42(6):1249-67, nov/dez., 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/TwryKYFwx8r4zRQyKX5Q8MH/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2021.

BARRETO, Simaia S. Os fundos rotativos solidários no Brasil: uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012. In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. **IPEA**, Brasília, v. 1, pp. 102-108, 2016. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/160509_bmt60.pdf. Acesso em: 11 fev. 2021.

BARRETO, Simaia Santos. **Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia:** uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT finanças. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24291/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O-SIMAIA%20SANTOS%20BARRETO.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BARTLE, Ian. *Globalisation and EU Policy-making: the neo-liberal transformation of telecommunications and electricity.* Manchester University Press, 2005.

BECKERT, Jens. *Institutional isomorphism revisited: convergence and divergence in institutional change.* **Sociological Theory**, 28:2, june, 2010. *American Sociological Association.* Disponível em: <https://sci-hub.hkvisa.net/10.1111/j.1467-9558.2010.01369.x>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BERGEVIN, Jean; DORION, Claude; IMPERADOR, Angelica. Perspectivas de crescimento do cooperativismo de crédito solidário no Brasil: compartilhando observações e reflexões estrangeiras. In: MAGRI et al. (Org.). **Cooperativismo de crédito solidário:** reflexões e boas práticas. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

BERNET, Julien; EYNAUD, Philippe; MAUREL, Olivier; VERCHER-CHAPTAL, Corinne. *La gestion des associations.* Toulouse: Eres, 2016.

BEVIR, Mark. Governança democrática: uma genealogia. **Rev. Soc. Política.** Curitiba, v. 19, pp. 103-114, jun. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YkZsZbDQpz94zmpNdrRWwyt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BIRCHFIELD, Vicki. José Bové *and the globalisation countermovement in France and beyond: a Polanyian interpretation*. *Review of International Studies*, 31, pp. 581–598, 2005. Disponível em: <https://sci-hub.se/10.1017/S0260210505006649>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BIRCHFIELD, Vicki. **A contestação da ideologia de mercado**: articulando Polanyi e Gramsci. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Socioeconomia e democracia**: a atualidade de Karl Polanyi. Tradutora Patrícia Chittoni Reuillard. Porto Alegre: Editora Escritos, 2016.

BITTENCOURT, Gilson A. **Abrindo a caixa preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286205/1/Bittencourt_GilsonAlceu_M.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

BITTENCOURT, Gilson A; ABRAMOVAY, Ricardo. Inovações Institucionais no financiamento a agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Vol. 16, n. 1, 2003. Disponível em: https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/inovacoes_institucionais. Acesso em: 30 abr. 2021.

BLOCK, Fred. Karl Polanyi *and the writing of the Great Transformation*. *Theory and society*, California, 32(3), pp. 275-306, 2003. Disponível em: <https://sci-hub.se/http://dx.doi.org/10.1023/A:1024420102334>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Resolução BACEN 4.434, de 05 de agosto de 2015**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-bacen-4434-2015.htm>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. **Resolução BACEN 4.192, de 01 de março de 2013**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4192_v2_P.pdf Acesso em 25 de abr. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 595/2015**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node06k7xzczw7xv6beephg3xavnz8702120.node0?codteor=1306546&filename=PL+595/2015. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 130, de 17.04.2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº10406, de 10.01.2002**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.934, de 18.11.1994**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8934compilado.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16.12.1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei nº 60.597 de 19.04.1967**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60597-19-abril-1967-401464-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 set. 2022.

BRESSAN, Valéria G. Fully; MAIA, Letícia L; CAMPOS, Bárbara A. Política de distribuição de sobras em cooperativas de crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC)**, Santa Maria/RS, VI. 07, edição especial, pp.161-180, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41165>. Acesso em: 29 set. 2021.

BUREAU COOP. **Painel de dados do cooperativismo financeiro**. CONFEBRAS, 2022. Disponível em: <https://www.bureau.coop.br/index.php/public-panel/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BÚRIGO, Fábio L. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2006a. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/upload/pesquisa/56.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BÚRIGO, Fábio L. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estud.soc.agric.**, Rio de Janeiro, vol. 14, no. 2, pp. 312-349, 2006b. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/06/279-728-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

BÚRIGO, Fábio L. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Cadernos de pesquisa - UNIVALI**, Itajaí-SC, pp. 1-30, 2006c. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BÚRIGO, Fábio L. **Cooperativa de crédito rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.

BÚRIGO, Fábio L. **Finanças e solidariedade**: Cooperativismo de Crédito Rural Solidário no Brasil. Chapecó: Ed. Argos, 2010.

BOURGEOIS, Léon. **Solidarité**. Paris: *Edition Libre Bibebook*, 2015. Disponível em: www.bibebook.com/bib/solidarite. Acesso em: 07 fev. 2023.

CÂMARA LEGISLATIVA. **Proposta atualiza regulamentação sobre as cooperativas de crédito**, 2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/809156-proposta-atualiza-regulamentacao-sobre-as-cooperativas-de-credito>. Acesso em: 04 out. 2021.

CARIBÉ, Ricardo; CUNHA, Ranúcio. **Coopere**: uma recomendação à experiência da cooperação. Salvador: EDUFBA, 2018.

CARNEIRO, Janáira Lopes S. **Caracterização de acessos de sisal usando descritores da planta e fibra**. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, 2017. Disponível em:

http://www.rgv.uefs.br/arquivos/File/Downloads/teses_e_dissertacoes/tese_completa_janaira.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

CARVALHO NETO, José E.; FANTINI, Livia G. **Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da região Sisaleira**. Projeto Conexão Local, 2005. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/cl_2005_apueb.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

CAZELLA, Ademir A.; BERRIET-SOLLIEC, Marielle. O papel das cooperativas de crédito na territorialização das políticas de apoio à agricultura familiar: caso do movimento cooperativo no estado de Santa Catarina-SC. **Geosul**, Florianópolis, v. 25, n. 50, pp. 83-106, julho/dezembro, 2010. Disponível em: <https://hal.inrae.fr/hal-02643276>. Acesso em: 10 out. 2021.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. *Société civile at associationnisme: une analyse sociohistorique du modele francais d'économie sociale et solidaire*. **Politique et sociétés**, vol. 20, *Société québécoise de science politique*, 2001. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/ps/2001-v20-n2-3-ps2499/040273ar>. Acesso em: 25 jul. 2022.

COBERLINE, Vital. Referências patrísticas quanto aos princípios da doutrina social da igreja. **Teocomunicação**. Porto Alegre, v.37, n.155, mar/ 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/1778>. Acesso em: 16 out. 2020.

COELHO NETO, Agripino. S. Redes e territórios. **Mercator**. Fortaleza, v. 12, n. 28, pp. 19-34, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/738>. Acesso em: 01 maio 2021.

COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. *Associations and democracy*. London: Edited by Eric Olin Wright, 1995.

CRESOL. Parecer sobre o pedido de autorização para realização de pesquisa acadêmica sobre a CRESOL. Comitê de Ética em Pesquisa da CRESOL, 07/10/ 2022.

CONFEBRAS. **PLP foi sancionada integralmente, trazendo pontos de modernização da LC 130/2009**, 2022. Disponível em: <https://www.confabras.coop.br/blog/cooperativismo-de-credito-tem-nova-lei/#:~:text=PLP%2027%2F2020%20foi%20sancionado,a%20Lei%20Complementar%20196%2F2022>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução 2.139, de 31 de agosto de 1995.**

Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2193_v2_p.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

CORAGGIO, José Luis. De Polanyi à economia social e solidária na América Latina. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi**. Tradutora Patrícia Chittoni Reuillard. Porto Alegre: Editora Escritos, 2016.

CORLEY, Kevin, G.; GIOIA, Dennis A. *Bulding theory about theory bulding: what constitutes theoretical contribution?* **Academy of Manangement Review**, vol. 36, n.1, 2011. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.5465/AMR.2009.0486??> Acesso em: 10 fev.2022.

CRESOL. **CRESOL Nordeste realiza 1º Seminário dos Conselheiros**, 2022a.

Disponível em: <https://cresol.com.br/cresol-nordeste-realiza-1-seminario-dos-conselheiros/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CRESOL. **Estrutura de Governança**, 2021. Disponível em:

<https://www.cresol.coop.br/estrutura-de-governanca/>. Acesso em: 13 set. 2021.

CRESOL. **Juventude Conectada**. 2022b. Disponível em:

<https://cresol.com.br/juventude-conectada-e-o-novo-projeto-educacional-da-cresol-sicoper/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CRESOL. **Relatório de sustentabilidade**, 2020a. Disponível em:

<https://www.cresol.coop.br/wp-content/uploads/2021/05/Relat%C3%B3rio-de-Sustentabilidade-2020.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

CRESOL. **OCB formaliza o ingresso da Cresol no Sistema**, 2020b. Disponível em:

<https://cresol.com.br/ocb-formaliza-o-ingresso-da-cresol-no-sistema-2452/>. Acesso em: 18 out. 2021.

CRESOL CONFEDERAÇÃO. **Institucional**. 2021. Disponível em:

<https://www.cresol.coop.br/institucional/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CRESOL CONFEDERAÇÃO. **Notícias: OCB formaliza o ingresso da Cresol no Sistema**, 2020. Disponível em: <https://cresol.com.br/ocb-formaliza-o-ingresso-da-cresol-no-sistema-2452/#:~:text=Durante%20a%20reuni%C3%A3o%2C%20tamb%C3%A9m%20foi,Ma>

[gri%2C%20na%20coordena%C3%A7%C3%A3o%20do%20CECO](https://cresol.com.br/ocb-formaliza-o-ingresso-da-cresol-no-sistema-2452/#:~:text=Durante%20a%20reuni%C3%A3o%2C%20tamb%C3%A9m%20foi,Ma). Acesso em: 02 jan. 2021.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO - INFOCOS.

Relatório de sustentabilidade CRESOL 2021: transformando relacionamentos em resultados, 2022. Francisco Beltrão-PR: CRESOL Instituto, Disponível em:

<https://cresol.com.br/wp->

content/uploads/2022/05/RELATORIO_SUSTENTABILIDADE_CRESOL_2021.pdf.
Acesso em 10 mar. 2022.

CRUZ, Maria Raimunda Santos; SOUZA, Ciciane Santos Oliveira. Processo de expansão da malha urbana de cidade de Serrinha-BA: um olhar para os bairros da Vaquejada, Cidade Nova e Ginásio. **V Simpósio Cidades Médias e pequenas da Bahia**, 2016. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/5640>
Acesso em: 25 set. 2021.

CRÚZIO, Helnon de O. **Governança corporativa financeira nas cooperativas de crédito**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DACIN, M. Tina. *Isomorphism in context: the power and prescription of institutional norms*. **Academy of Management Journal**, Texas, vol 40, n. 01, pp. 46-81, 1997.
Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.2307/257020>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DAGNESE, Felipe. **Ambiente institucional e governança em cooperativas de crédito**: estudo de caso do Território Meio Oeste Contestado, 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. Disponível em:
<https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/DISSERTACAO-Felipe-Dagnese.pdf>.
Acesso em: 11 set. 2021.

DALE, Gareth. **Karl Polanyi: The Limits of the Market**. Polit Press, 2010.

DALE, Gareth. *Double movements and pendular forces: Polanyian perspectives on the neoliberal age*. **Current Sociology**, UK, 60(1) pp. 3–27, 2012. Disponível em:
<https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1177%2F0011392111426645>. Acesso em: 01 dez. 2021.

DALLANORA, Cristina. Considerações acerca da economia capitalista de mercado e sociedade em Karl Polanyi. **XV Jornada de Jovens investigadores da AUGM**, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, São Paulo, abril/jun., pp. 74-89, 2005. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organization fields*. **American Sociological Review**, New Haven/ USA, v. 48, n. 2, pp. 147-160, 1983. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.2307/2095101>. Acesso em: 11 set. 2021.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENJOLRAS, Bernard; STEEN-JOHSEN, Kari. *Democratic governance and citizenship*. In: LAVILLE, Jean-Louise; YOUNG, Dennis R; EYNAUD, Philippe (Org.). **Civil society, the third sector and social enterprise: governance and democracy**. England: Routledge, 2015.

EYNAUD, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. *Joining the commons with social and solidarity economy research: Towards the renewal of critical thinking and emancipation*. **Revista de economia solidária**. ACEESA, pp. 12-25, 2017. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/res_11.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

EYNAUD, Philippe. *Pourquoi s'intéresser à la gouvernance des associations?* In: EYNAUD, Philippe (Org.). **Gouvernance entre diversité et normalisation**. Paris – Dalloz: *Juris Éditions*, 2015.

FAVARIN, Roque A. **Fundos Rotativos Solidários: avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193317/PSOP0619-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FELICIO, Rafael Gorni; BENELLI, Silvio José. A análise institucional como ferramenta para a atuação no campo do trabalho cooperado na economia solidária. **Diálogo**, Canoas, n.27, pp. 25-37, dezembro, 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1807>. Acesso em: 20 maio 2021.

FELTRIM, Luiz E; BALLIANA, Gilson M; VENTURA, Elvira C. Ferreira. Diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito. In: VENTURA, Elvira C. Ferreira (coord. Geral). **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito** – Brasília: BCB, 2009.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **RAE**, abril/junho, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/mFCGQCNxDfk6msT5bRK6Fsq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 fev. 2023.

FINLEY, M. I. *Aristotle and Economic Analysis*. **Past and present**, n. 47, may, 1970.

FONTES FILHO, Joaquim R.; COELHO, Fabiano C.; VENTURA, Elvira C. Ferreira. Governança em Cooperativas de Crédito: singularidades no caso brasileiro. In: VENTURA, Elvira C. Ferreira (coord. Geral). **Governança cooperativa: diretrizes e**

mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito – Brasília/DF: BCB, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública? **Caderno EBAPE.BR**, v. 11, n 3, artigo 7. Rio de Janeiro: set./nov., 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/11653/10601>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. **O&S** - Salvador, v. 17 - n. 52, p. 175-197 - janeiro/março, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v17n52/10.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. Economia Solidária e Dáviva. **O&S**, vol. 6, n 14, janeiro/abril, 1999. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10397>. Acesso em: 10. jan. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; EYNAUD, Philippe. **Solidariedade e organizações: pensar uma outra gestão**. Salvador: EDUFBA; Ateliê de Humanidades, 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; RIGO, Ariádne S; SOUZA, Washington J de. A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador/BA, 27(94), pp. 556-584, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/PJP9WbscLzxpSzWjp4r5Z5D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BDC) In: CATANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional de Outra Economia**. Coimbra-Portugal: Almedina, 2009.

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social, emancipação: por uma concepção neopolanyiana da crise capitalista. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean- Louis (Org.). **Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi**. Tradutora Patrícia Chittoni Reuillard, Porto Alegre: Editora Escritos, 2016.

FRASER, Nancy. *A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi*. **New Review**, v. 81. maio-jun., p. 119-32, 2013. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii81/articles/3024?token=QDh5Q9z>. Acesso em: 20 maio 2022.

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social, emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. Tradução Natália Luchini. **Revista Direito GV**, São Paulo 7[2], p. 617-634, jul/dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/cmCd9sLNXByF66SHNbyJK9q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2022.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. Tradução Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Alyson T. Fernandes. Émile Durkheim e a crítica do capitalismo em Da divisão social do trabalho. **Mediações**, Londrina, v.24, n.02, p. 154-178, maio-ago. 2019. Disponível em: Acesso em: 11 fev. 2022.

FREITAS, Alair F; FREITAS, Alan F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Rev. Adm. Política**. Rio de Janeiro/RJ, 47(4), pp.999-1019, jul./ago., 2013a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/PmXjmKFHnQxpg4bhbGgYzNB/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FREITAS, Alair F; FREITAS, Alan F. Os alicerces sociopolíticos do cooperativismo de crédito rural na Zona da Mata de Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília/DF, v. 51, n. 3, pp. 433-453, set- 2013b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gGPQFqCNR4D3gthqGNBK9VC/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FUNG, Archon. *Associations and democracy: between theories, hopes, and realities*. **Anun Rev. Sociol**, Michigan, 29: pp. 515-39, jun, 2003. Disponível em: 10.1146 / annurev.soc.29.010202.100134. Acesso em 22 jan, 2021.

FUSCH, P. I.; NESS, L. R. *Are we there yet? Data saturation in qualitative research*. **The Qualitative Report**, Fort-Lauderdale, v. 20, n. 9, pp. 1408-1416, 2015. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol20/iss9/3/>. Acesso em: 28 set. 2021.

GAIGER, Luiz I. Germany. **A descoberta de vínculos sociais**: os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016.

GALASKIEWICZ; Joseph; WASSERMAN, Stantely. Mimetic processes within an interorganization field: an empirical test. **Administrative Science Quarterly**, vol 34(3), set. 1989, pp.454-79. Disponível em: <https://sci-hub.se/10.2307/2393153>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

GARLIPP, José Rubens D. **Economia desregrada**: Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza do capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia de Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285610>. Acesso em: 02 set. 2021.

GEMICI, Kurtulus. Karl Polanyi *and antinomies of embeddedness*. **Socio-Economic Review**, 2008. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1093/ser/mwl034>. Acesso em: 10 out. 2021.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porte Alegre: Artmed, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, Hugo F.; ARAÚJO, José B. Evolução histórica e quadro socioeconômico brasileiro nos anos 2000. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat, Taquara/RS - v. 12, n. 1, pp. 193-204, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/issue/view/22>. Acesso em: 10 mar. 2021.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HAERINGER, Joseph; SPONEM, Samuel. *Régulation dirigeante at gouvernance associative*. In: HOARAU, Christian; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). **La gouvernance des associations: économie, sociologie, gestion**. Paris: Erès, 2008.

HAUNSCHILD, Pamela R. Interorganization imitation: the impact of interlocks on corporate acquisition activity. *Administrative Science Quarterly*, vol. 38(4), dec. 1993, pp.564-92, Madison. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://psycnet.apa.org/doi/10.2307/2393337>. Acesso em 10 jan. 2023

HELLEINER, Eric. *Great Transformations: A Polanyian Perspective on the Contemporary Global Financial Order*. *Study in Political Economy*, vol. 48, pp. 149-164, 1995. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19187033.1995.11675355#:~:text=https%3A//doi.org/10.1080/19187033.1995.11675355>. Acesso em: 15 maio 2021.

HERSBERGER-LANGLOH, Sophie; STUHLINGER, Sara; SCHNURBEIN, Georg. *Institutional isomorphism and nonprofit managerialism: for better or worse?* In: **Nonprofit Management and Leadership**, volume 31, Issue 3. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/nml.21441>. Acesso em: 01 fev. 2023.

HIRST, Paul. *Associative Democracy: new forms of economic and social governance*. Cambridge: Polity Press, 1994.

HOLLINGSWORTH, J. Rogers. *Doing institutional analysis: implications for the study of innovations*. *Review of International Political Economy*, 7:4, Winter, 2000. Disponível em: Acesso em: 01 abr. 2022.

HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, Robert (Orgs.). *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Disponível em: https://books.google.ki/books?id=hmscrSl_JycC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 21 jun. 2022.

HOARAU, Christian; LAVILLE, Jean-Louis. *De la gouvernance au gouvernement démocratique*. In: HOARAU, Christian; LAVILLE, Jean-Louis. **La gouvernance des associations: économie, sociologie, gestion**. Paris: Erès, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a, n. 43, 148 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica). Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabelas de estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2020**, 2020b. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 05 maio 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga rendimento domiciliar per capita**, 2020c. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30129-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2020#:~:text=O%20rendimento%20domiciliar%20per%20capita,pelo%20peso%20anual%20da%20pesquisa>. Acesso em: 16 maio 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 02 nov. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

JENSON, Jane. *Canada's New Social Risks: direction for a New Social Architecture*. Ottawa: Canadian Policy Research Networks, 2004. Disponível em:

https://www.academia.edu/20627483/Canadas_New_Social_Risks_Directions_for_a_New_Social_Architecture. Acesso em: 18 jul. 2022.

JORGE, Clodoaldo Silva. Fortalecendo a economia solidária e a agricultura familiar: a experiência da ASCOOB Bahia. **Agriculturas**, v.7, n 2, julho- 2010. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/fortalecendo-a-economia-solidaria-e-a-agricultura-familiar-a-experiencia-da-ascoob-na-bahia/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LAVILLE, Jean-Louis. *Democratie et économie: éléments pour une approche sociologique*. **O&S**, vol. 11, edição especial, Salvador, pp. 57-64, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/74J3VhhMgppBWFtThnDmS4d/?lang=fr#>. Acesso em: 15 jul. 2022.

LAVILLE, Jean-Louis. *L'associationnisme solidaire, de l'oubli à la réactualisation. Le cas français*. **LE ROLE DE L'ECONOMIE SOCIALE ET SOLIDAIRE DANS L'HISTOIRE SOCIALE**. **Revista de Economia Solidária**. ACEESA, Portugal, pp. 56-86, dezembro de 2019. Disponível em: www.montepio.org/wp-content/uploads/2018/03/RES13-miolo_low.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

LAVILLE, Jean-Louis. *La gouvernance au-delà du déterminisme économique*. In: HOARAU, Christian; LAVILLE, Jean-Louis. **La gouvernance des associations: économie, sociologie, gestion**. Paris: Erès, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. Polanyi e Mauss: rumo a uma teoria de democracia e da economia plural. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean Louis (Orgs.). **Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi**. Tradutora Patrícia Chittoni Reuillard. Porto Alegre: Editora Escritos, 2016a.

LAVILLE, Jean-Louis. Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. **O&S**, Salvador, v.23, n 78, p. 369-377, 2016b. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4006/400646271002/movil/> Acesso em: 07 jul. 2022.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: CATANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional de Outra Economia**. Coimbra-Portugal: Almedina Brasil, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis; SAINSAULIEU, Renaud. **L'Association: sociologie et économie**. Paris: Pluriel, 2013.

LAVILLE, Jean-Louis; SALMON, Anne. *Repenser les rapports entre gouvernance et démocratie: le cadre théorique de l'économie solidaire*. In: EYNAUD, Philippe (Org.). **Governance entre diversité et normalisation**. Paris – Dalloz: Juris Éditions, 2015.

LAVILLE, Jean-Louis; YOUNG, D.; EYNAUD, Philippe. **Civil Society, The Third Sector, Social Enterprise: Governance and Democracy**. Oxfordshire: Routledge Publisher, 2015.

LEAL, Cristian O. B. Sanches; TEIXEIRA, Carmen F. de Souza. Solidariedade: uma perspectiva inovadora na gestão e organização de ações de Vigilância Sanitária. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(10), 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003161. Acesso em: 15 jan. 2020.

LEAL, Leonardo P; RIGO, Ariádne S; ANDRADE, Richard N. Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no Nordeste do Brasil. **IPEA**, abril (60), 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6666/1/bmt60_finan%20c3%a7as.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

LÉVESQUE, Benoît. *Un nouveau paradigme de gouvernance: la relation autorité publique-marché-société civile pour la cohésion sociale*. **Anais Fórum 2004 – Finance solidaire et consommation responsable: pouvoirs publics et citoyens engagés dans la cohésion sociale**, 2005. Disponível em: <https://crises.uqam.ca/wp-content/uploads/2018/10/ET0422.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

LOURENCI, Analice Thaís; SILVA, Alda. A assessoria de imprensa e seu papel estratégico no sistema de cooperativas de crédito rural com interação solidária – CRESOL BASER. In: **Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário**. Saberes da Cooperação. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora Ltda, 2015. Disponível

em: <https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/upload/pesquisa/300.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

MACEDO FILHO, Renato. **A influência da associação de Pequenos Agricultores Familiares na qualidade de vida dos Associados e suas implicações no desenvolvimento local-APAEB Valente/BA**. Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/9257>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MACHADO, Nuno M. Cardoso. Karl Polanyi e o Grande Debate entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.27, n 1 (44), pp.165-195, abril, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/bgrnBFFrTkNzmjDcgrnRvt/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MACHADO, Nuno M. Cardoso. **Sociedade vc. Mercado**: Notas sobre o pensamento econômico de Karl Polanyi. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Dissertação (Mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações), 2009. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1649/1/tese%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MAGALHÃES, Reginaldo S. **Economia, natureza e cultura**: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia, 2005. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-08112010-112706/pt-br.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MAGALHÃES, Reginaldo S.; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 22, n 63, pp. 107-119, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 jan. 2020.

MAIA, Saulo C.; BRESSAN, Valéria G. Fully; LAMOUNIER, Wagner M; BRAGA, Marcelo José. Gerenciamento de resultado em cooperativas de crédito no Brasil. **Brazilian Business Review**, Vitória, Vol. 10, n.04, pp. 96-116, out-dez, 2013. Disponível em: https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA381285786&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=1807734X&p=AONE&sw=w&userGroupName=brooklaw_main. Acesso em: 15 jan. 2021.

MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva e sua importância para se pensar as relações entre Estado, mercado e comunidade. **Anais do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra-Portugal, 2004.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Traduzido por Antonio Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 1950.

MAZZOTTI, Alda J. Alves. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v.36, n 129, pp. 637-651, set./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/BdSdmX3TsKKF3Q3X8Xf3SZw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2021.

MEINEN, Ênio. **Lei Complementar 130, de 2009**: ponto de partida e de chegada para soluções envolvendo cooperativas financeiras, por Ênio Meinen, 2019. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/04/lei-complementar-130-de-2009-ponto-de-partida-e-de-chegada-para-solucoes-envolvendo-cooperativas-financeiras-por-enio-meinen/>. Acesso em: 15 set. 2021.

MEINEN, Ênio. Marco regulatório do cooperativismo financeiro. In: MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confabras, 2014.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confabras, 2014.

MENDELL, Marguerite. A democratização econômica como um processo instituído. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Socioeconomia e democracia**: a atualidade de Karl Polanyi. Tradutora Patrícia Chittoni Reuillard. Porto Alegre: Editora Escritos, 2016.

MENDELL, Marguerite. Karl Polanyi *et le processus institué démocratisation*. **Dans Revue du Mauss**. Éditions La Découverte. 1. n° 29, 2007.

MENDELL, Marguerite. **Karl Polanyi and feasible socialismo**. POLANYI-LEVITT (Ed.). *The Life and Work of Karl Polanyi*. Montreal: Black Rose Books, pp. 66-77, 1990.

MEYER, John W; ROWAN, Brian. *Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony*. **American Journal of Sociology**, Chicago, Vol. 83, No. 2, pp 340-363, Sep., 1977. Disponível em: https://security.ufpb.br/gets/contents/documentos/meyer_rowan_teorias_institucional.pdf Acesso em: 15 jul. 2021.

MEYER, John W; ROWAN, Brian. *Organizaciones institucionalizadas: la estructura formal como mito e cerimonia*. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul, J. (compiladores). **El Nuevo Institucionalismo y el análisis organizacional**. Universidad Del Chicado, Fondo De Cultura Económica, 1999.

MEYER, Michael; MAIER, Florentine. *The future of civil society organization governance: beyond managerialism*. In: LAVILLE, Jean-Louise; YOUNG, Dennis R; EYNAUD, Philippe (Org.). **Civil society, the third sector and social enterprise: governance and democracy**. England: Routledge, 2015.

MIGLIARO, Luis Razeto. *Democratización económica x democratización política*. **Revista Opciones**, Santiago, septiembre-diciembre, 1985. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/razeto_democracia.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

MINAYO, Maria C. Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MIZRUCHI, M. S.; FEIN, L.C. *The Social Construction of Organizational Knowledge: a study of the uses of coercive, mimetic and normative isomorphism*. **Administrative Science Quarterly**. v. 44, n. 4, pp. 653-683, 1999. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.2307%2F2667051>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MOC. MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Sobre**, 2020. Disponível em: <https://www.moc.org.br/sobre>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MOREIRA, Isabela R. J.; ALVES JÚNIOR, Almiro; FREITAS, Alair F.; SILVA, Paulo H. Transições no cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais: um estudo de caso em perspectiva institucional. **Espacio Abierto**, Venezuela, vol. 29, n. 4, pp. 330-352, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12265803022/html/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

NASCIMENTO, Cassiano F. O trabalho nos campos de sisal do município de Valente-Bahia nas décadas de 1970 e 1980. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados. Vol 10, n. 20, pp. 38-57, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/6203/3272>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NASCIMENTO, Humberto M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano**: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286315/1/Nascimento_HumbertoMirandado_M.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

OBSCOOP – OBSERVATÓRIO DO COOPERTIVISMO. **Cooperativas plenas se destacam em todas as modalidades de crédito, enquanto as de capital e empréstimo são as que mais fazem operações de crédito consignado**, 2017. Disponível em: <http://obscoop.fearp.usp.br/dp7/blog/cooperativas-plenas-se-destacam-em-todas-modalidades-de-cr%C3%A9dito-enquanto-capital-e-empr%C3%A9stimo>. Acesso em: 10 set. 2021.

OCB. ANUÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2020a. Disponível em: <https://anuario.coop.br>. Acesso em: 02 out. 2021.

OCB. ANUÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2022. Disponível em: <https://anuario.coop.br/ramos/credito/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

OCB. **Agenda institucional do cooperativismo**, 2020b. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/100931/1585609286agenda_completa.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

OCB. **Agenda institucional do cooperativismo**, 2015. Disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/arquivos/downloads/agenda-institucional-do-cooperativismo-2015-1-11129914.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

OCRGS. **OCB moderniza ramos do cooperativismo**, 2019. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/noticias/2019/04/02/ocb-moderniza-ramos-do-cooperativismo/>. Acesso em: 08 maio 2021.

OLIVEIRA, Noemia D. A resistência católica na ditadura militar (1964-1985): o legado do padre Ibiapina como precursor da opção pelos pobres. **Jamaxi**, Acre, v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/3240>. Acesso em: 05 fev. 2021.

PÁDUA, Renata R. Os crimes contra o sistema financeiro e o regime de co-gestão cooperativa: desafios entre a democratização econômica e a (in)eficiência. **Res Severa Verum Gaudium**. Porto Alegre, vol. 3, n 01, pp.71-91, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/resseveraverumgaudium/article/view/64812/40910>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do cooperativismo de crédito: organização, governança e políticas corporativas**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PAQUET, Gilles. *Governance through social learning*. Canadá: University of Ottawa Press, 1999.

PATTON, M. *Qualitative evaluation and research methods*. Beverly Hills, CA: Sage, 1990.

PAULA, Ana P. Paes de. Tragtenberg visitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. **RAP**, Rio de Janeiro, 36 (1),127-44, jan./fev., 2002.

PESSOTI, Fernanda C. C. L.; PESSOTI, Gustavo C. Panorama econômico da Bahia no século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, pp. 385-408, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_24.pdf/648d12c9-650c-4cf0-efb-d13f21da463d. Acesso em: 18 abr. 2021.

PINHEIRO, Marcos A. Henriques. **Cooperativas de crédito: evolução da história normativa no Brasil**. 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

PINHO, Diva B. **Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POLANYI, Karl. Nossa obsoleta mentalidade de mercado. **RTHI-Revista Trimestral de Histórias e Ideia**, Portugal, pp. 1-17, 1978.

POLANYI, Karl. **The economy as instituted process**. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, C.M; PEARSON, H. W(ed). Trade and Market in the aearly empires. Chicago: Henry Regnerdy Company, 1971.

POLANYI, Karl. *El Sistema Económico como Proceso Institucionalizado*. In: GODELIER, Maurice (org.). **Antropología y Economía**. Barcelona: Editorial Anagrama, pp.154-178, 1976a.

POLANYI, Karl. **Comercio y mercado em los impérios antigos**. Labor, Barcelona, 1976b.

POLANYI, Karl. *The economy as instituted process*. In: DALTON, George. **Primitive, archaic and modern economies: essays of Karl Polanyi**. Boston: Beacon Press, 1968.

POLANYI, Karl. *On the belief in economic determinism*. **Sociological Review**, 39(1), pp. 96-102, 1947. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1111%2Fj.1467-954X.1947.tb02267.x>. Acesso em: 15 maio 2021.

POLANYI-LEVITT, Karl; MENDELL, Marguerite. **Karl Polanyi: His Life and Times Studies in Political Economy**. Spring, 1987.

POSTEL, Nicolas; SOBEL, Richard. Crise do pensamento, pensamento da crise. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean Louis (Orgs.). **Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi**. Tradutora Patrícia Chittoni Reuillard. Porto Alegre: Editora Escritos, 2016.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **As cooperativas de livre admissão e a democratização do cooperativismo financeiro no Brasil, por Kedson Macedo**. Abril, 2019a. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/04/as-cooperativas-de-livre-admissao-e-a-democratizacao-do-cooperativismo-financeiro-no-brasil-por-kedson-macedo/>. Acesso em: 13 set. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Conheça os integrantes da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENCOOOP)**, 2019b. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/03/conheca-os-integrantes-da-frente-parlamentar-do-cooperativismo-frengoop/>. Acesso em: 18 out. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Bancos cooperativos**, 2016. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/expressao-mundial/bancos-cooperativos/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. **El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional**. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica, 1999.

PRIETO, Carlos. Karl Polanyi: *crítica del mercado, crítica de la economía*. **Política y Sociedad**. Universidad Complutense de Madrid, 21, 1996.

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. **Sistema Cooperativo CRESOL Nordeste**: demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente, Florianópolis, abril, 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

REGINO, Fabiane A. **Tecendo a fibra da democracia no sertão**: uma análise das ações políticas da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - APAEB VALENTE/BA. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11364>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RIZZA, Roberto. *Néo-institutionnalisme sociologique et nouvelle sociologie économique: quelles relations? Editiue Association d'Économie Politique*. **Revue Interventions économique**, 2008. Disponível: <http://journals.openedition.org/interventionseconomiques/292>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ROGUET, Patrícia; SMANIO, Gianpaolo. P; MAGACHO FILHO, Murilo R. Considerações sobre as origens do princípio da solidariedade social e sua distinção com a fraternidade. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito (RBDS)**, vl. 4, n. 3, set./dez., 2017.

SANTOS, Ana Carla E. **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: contribuições e desafios da assistência técnica e extensão rural no município de Serrinha/BA. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/18-2014> Acesso em: 15 abr. 2021.

SANTOS, Ana Claudia V. A contribuição do cooperativismo de crédito solidário no fortalecimento da identidade territorial: o caso do sistema ASCOOP e sua atuação no território do Sisal, Bahia. **Caderno de Geografia**, Minas Gerais, v.28, n.52, pp. 106-124, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2018v28n52p106>. Acesso em 02 mar. 2021.

SANTOS, Ariosvaldo de; GOUVEIA, Fernando H. Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade para Sociedades Cooperativas**: aspectos gerais e prestação de contas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. Associativismo e Desenvolvimento: O caso da Região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana - Bahia: UEFS Editora, 2010, 216p.

SANTOS, Edinusia M. Carneiro; COELHO NETO, Agripino S.; SILVA, Onildo A. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, Salvador, vol. 11, n. 2, dezembro, pp. 131-151, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100228. Acesso em: 11 dez. 2020.

SANTOS, Edinusia M. Carneiro; SILVA, Onildo A. Sisal na Bahia-Brasil. **Mercator**. Fortaleza, v.16, pp.1-13, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/zgv6pRK4ZhTzNhhh7jy6KpH/?format=pdf&lang=en> Acesso em: 27 jun. 2021.

SANTOS, Edinusia M. Carneiro; SILVA, Onildo A. Agentes sociais de produção do espaço rural no território do Sisal-Bahia. **Revista Campo –Território**, Gramado/RS, v. 5, n. 9, pp. 71-88, fev., 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11938>. Acesso em: 18 maio 2021.

SANTOS, Rodrigo Salles P.; ONTO, Gustavo G. Capitalismo, Democracia e Teoria Social em Karl Polanyi: uma entrevista com Gareth Dale. **Sociologia Antropologia**, Rio de Janeiro, v.11.01: pp. 15– 40, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/mGVpDv377bGShSD8R7yLmsK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SERVET, Jean-Michel. O princípio da reciprocidade hoje. Um conceito para compreender e construir a economia solidária. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi**. Tradutora Patrícia Chittoni Reuillard. Porto Alegre: Editora Escritos, 2016.

SCHRÖDER, Mônica. As organizações financeiras da agricultura familiar e a importância dos vínculos sociais – o caso do Sistema Cresol, no Sul do Brasil. **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**, 2004. Disponível em: <https://www.portal.anpocs.org/index.php/papers-28-encontro/st-5/st02-4/3901-monica-schoreder/file> Acesso em: 10 maio 2021.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities**. Stanford University, 2014. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/sam/institutions-and-organizations/book237665>. Acesso em: 20 maio 2022.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Balanco hídrico do estado da Bahia**. Salvador: SEI, 1999. 250 p. (Série estudos e pesquisas, 45). Disponível em: <https://azdoc.tips/preview/balano-hidrico-do-estado-da-bahia-5c18b610b77ce>. Acesso em: 04 maio 2021.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Arquivos vetoriais**. 2016. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2265&Itemid=49. Acesso em: 13 set. 2021.

SENADO FEDERAL. **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**, 2014. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4272895&disposition=inline>. Acesso em: 11 out. 2021.

SICCOOB. **Relatórios**. 2021a. Disponível em: <https://www.siccoob.com.br/web/siccoob/relatorios>. Acesso em: 10 set. 2021.

SICCOOB. **Plenária do Ceco destaca o papel fundamental do cooperativismo de crédito na economia**, 2021b. Disponível em: https://www.siccoob.com.br/web/siccoob/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/53214805. Acesso em: 18 out. 2021.

SICCOOB. **Relatório Anual**, 2019. Disponível em: <https://www.siccoob.com.br/documents/2247044/2247050/Relat%C3%B3rio+Anual+2019+Siccoob+Primavera+MT.pdf/1a68b4a3-4368-715d-cbb9-6877d4ef3f20?t=1587674400066>. Acesso em: 17 out. 2021.

SICREDI. **Relatórios**. 2020. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/sobrenos/relatorios/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, Daciane O. O Pronaf enquanto política pública social no contexto do cooperativismo de crédito rural e solidário. **Revista Territorialidades**, Salvador, v.1, n.2, pp. 25-39, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ucs.br/index.php/revistaterritorialidades/article/view/740/0> Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, Emanuel S.; MCLNTRYE, Jimmy P.; PIRES, Maria Luiza L. S. (Coord.). Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **uniRcoop**, Rio de Janeiro, vol. 1, # 2, 2003. Disponível em: <http://docplayer.com.br/35284457-Panorama-do-cooperativismo-brasileiro-historia-cenarios-e-tendencias.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SILVA, Filipe P. Macedo; ORTEGA, Antonio César; BOTELHO, Marisa dos R. Azevedo. Arranjo Produtivo Local (APL): a experiência no Território do Sisal na Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador/BA, Ano XVIII – V. 2 - N. 34, pp. 523- 554, agosto/2016. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index/php/rde/article/view/4301>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SILVA, Luana Maria; SILVA, Daciane Oliveira; SAMPAIO JUNIOR, Antonio Santos. O estágio na formação dos gestores de cooperativas: a experiência no âmbito do Programa ATER Mais Gestão na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 1, pp. 91-113, jan/abr.,2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/40291>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal-Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador-BA, v.3, n.5, pp. 05-16, 2001. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/612>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA ASCOOB. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <http://www.sistemaascoob.com.br/quem-somos>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SISTEMA ASCOOB. **Relatórios**. 2019. Disponível em: <http://www.sistemaascoob.com.br/uploads/relatorios/relatorio-de-gestao-2019-Ascoob-Central.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SOARES, Marden M.; BALLIANA, Gilson Marcos. O cooperativismo de crédito no Brasil. In: VENTURA, Elvira C. Ferreira (coord. Geral). **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito** – Brasília: BCB, 2009.

SOUZA, Edson Galdino Vilela. **Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania**. Curitiba: Juruá, 2008.

SOUZA, Leonardo R. **Cooperativas de crédito: regulação do CMN e os valores cooperativos**. Curitiba: Juruá, 2017.

SUBIRATI, Joan. Outra sociedade, outra democracia? In: JUNQUEIRA, Luciano A. P.; DIAS, Sylmara L. F. G.; BELFIORE, Mariangela; MENDONÇA, Patrícia. (Org.). **Gestão social: mobilizações e conexões**. Coleção Enapegs, vol 6. São Paulo, LCTDE Editora, 2012. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/cedepe/download/enapeg13-18-012-13.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

STAKE. R. E. *Case studies*. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, pp. 241-266, 2000.

STANFIELD, James. R. *The Institutional Economics of Karl Polanyi*. **Journal of Economic Issues**, 14:3, pp. 593-614, 1980. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1080/00213624.1980.11503767> Acesso em: 17 abr. 2021.

STANFIELD, James. R.; CARROLL, Michael C.; WRENN, Mary V. Karl Polanyi on the limitations of formalism in economics. **Economic Context**, pp. 241–266, 2015. Disponível em: [https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1016/S0190-1281\(06\)25011-X](https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1016/S0190-1281(06)25011-X) Acesso em: 27 maio 2021.

STANFIELD, James R.; STANFIELD, Jaqueline B. *Where Has love Gone? Reciprocity, Redistribution, and the Nurturance Gap*. **Journal of Socio-Economics**, Volume 26, No. 2, pp. 111-126, 1997. Disponível em: <https://sci-hub.se/https://doi.org/10.1016/S1053-5357%2897%2990028-7>. Acesso em: 29 maio 2021.

SWEDBERG, Richard. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFCar, 2014.

TAFURI, Diogo Marques; FAZIO, Denizart Busto de. A Ascoob Sisal e as lutas camponesas no semiárido baiano. In: LEITE, Ana Carolina Gonçalves; FAZIO, Denizart Busto de; TAFURI, Diogo Marques; CAMARGO, Silvia Soares de. **Experiências de finanças solidárias no Brasil: crédito e financeirização da (luta pela) reprodução social.** São Paulo: Nesol/USP, 2016.

THORNTON, P.; OCASIO, W. *Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: executive succession in the higher education publishing industry, 1958–1990.* *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 3, p. 801–843, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/210361>. Acesso em: 09 ago. 2022.

TOMBINI, Alexandre. **Discurso do Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil na abertura do evento Novo Ciclo do Cooperativismo de Crédito no Brasil**, 2015. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Discurso do presidente Alexandre Tombini- Novo Ciclo cooperativas de crédito no brasil-05082015.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Discurso%20do%20presidente%20Alexandre%20Tombini%20-%20Novo%20Ciclo%20cooperativas%20de%20cr%C3%A9dito%20no%20brasil-05082015.pdf). Acesso em: 21 abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Vogal de junta comercial**, 2020. Disponível em: <https://temasselecionados.tse.jus.br/temas-selecionados/desincompatibilizacao-e-afastamentos/servidor-publico/vogal-de-junta-comercial>. Acesso em: 24 nov. 2021.

UNICAFES NACIONAL. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL)**. Módulo IV: Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário. MP Guimarães – ME: VITA CRED – VITA EDUC, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/upload/download/236.pdf?v=20210718165216>. Acesso em: 10 out. 2021.

UNICOPAS. **Quem somos?** Disponível em: <https://unicopas.org.br/quem-somos/> 2021. Acesso em :11 out. 2021.

UNICRED DO BRASIL. **Relatório Anual 2020**. Disponível em: https://unicred.com.br/assets/img/pages/institucional/relatorios/relatorios-aneais/Relatorio_Anuar_2020_v2.pdf. Acesso em: 07 set. 2021.

VENTURA, Elvira C. Ferreira (Coord. Geral) et al. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito** – Brasília: BCB, 2009.

WAKULICZ, Gilberto; OLIVEIRA FILHO, João Telmo de Oliveira. Legislação Cooperativista. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. Colégio Politécnico; **Rede e-Tec Brasil**, 2015. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/453269>. Acesso em: 20 dez. 2020.

WESTPHAL, James D.; GULATI, Ranjay, SHORTELL, Stephen M. *Customization or conformity? An institutional and network perspective on the content and consequences of TQM adoption.* *Administrative Science Quarterly*, vol. 42, n 2, jun., pp. 366-394, Sage Publications, 1997. Disponível em: <https://sci-hub.se/10.2307/2393924>. Acesso em: 20 ago. 2021.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Revista Katálysis** Florianópolis, v.11, n.1, jan./jun./2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802008000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 out. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:
ESTUDO EXPLORATÓRIO**

1. Descreva sua trajetória no Sistema ASCOOB e a história que deu origem ao Sistema ASCOOB.
2. O Sistema ASCOOB ainda é rural ou já se transformou em livre admissão? Qual a sua opinião sobre a livre admissão?
3. Quais as principais mudanças do Sistema ASCOOB nos últimos anos? Aponte, se considerar necessário, os aspectos positivos e negativos.
4. Com a recente associação da CRESOL Confederação à OCB, quais as perspectivas do Sistema ASCOOB? Isso pode comprometer a essência dessas cooperativas de crédito?
5. Aponte os problemas mais comuns que você vem enfrentando na gestão da cooperativa.
6. Qual a posição ocupada pela solidariedade nas cooperativas do Sistema ASCOOB? Diante da atual reestruturação no sistema de gestão e governança, existe alguma possibilidade dessa solidariedade ser atingida?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS GESTORES DA
COGEFUR**

ETAPAS	TEMAS	OBJETIVOS DA PESQUISA
<p>Etapa 01</p> <p>Rapport</p>	<p>Expor resumidamente o projeto de pesquisa e apresentar o pesquisador;</p> <p>Enumerar os objetivos da entrevista;</p> <p>Solicitar o consentimento para gravação da entrevista;</p>	
<p>Etapa 02</p> <p>Profissionalização da gestão - isomorfismo institucional</p>	<p>Como se operacionaliza a relação entre a COGEFUR e o antigo Sistema ASCOOB?</p> <p>Houve mudanças com a profissionalização?</p> <p>1-Apontar a existência ou não de algum tipo de diálogo preliminar entre os movimentos sociais e a Cresol Confederação em relação a essa nova realidade do Cooperativismo de Crédito Solidário (CCS) baiano, principalmente antes da confederação assumir o controle do Sistema ASCOOB;</p> <p>2- Descrever qual o papel do COGEFUR antes de 2019 e atualmente junto ao CCS;</p> <p>3-Trazer a sua visão e essência do CCS atualmente;</p> <p>4-Identificar as consequências da profissionalização do CCS com o relacionamento junto à COGEFUR e aos associados das cooperativas.</p> <p>5-Identificar quais estratégias devem ser implementadas para que a profissionalização não prejudique a essência do CCS;</p>	<p>4</p> <p>2,4</p> <p>4</p> <p>2,4</p> <p>2</p> <p>2,4</p>

	6- Questionar se existe diferença entre a vertente tradicional e vertente solidária do CC.	
Governança associativa (tecnocrática, democrática)	<p>Considerando a realidade do CCS baiano, qual deve ser o verdadeiro sentido do termo governança? Isto está sendo perseguido pela CRESOL Nordeste?</p> <p>1-Sabe-se que, historicamente, muitas cooperativas de crédito tiveram problemas de liquidez, principalmente ocasionados por problemas de gestão como, por exemplo, concessão de crédito indevido e uso da cooperativa para fins pessoais. Assim, a instauração da governança tem o propósito de minimizar e ampliar os controles e, ao mesmo tempo, dar mais transparência na relação com os cooperados. Exponha sua opinião sobre isso.</p> <p>2-Explicar o processo de tomada de decisão junto ao COGEFUR;</p> <p>3-Identificar se existe relação entre democracia e governança no CCS;</p> <p>4-Descrever o papel do CCS para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar;</p> <p>5- Identificar projetos entre o CCS, UNICAFES e COGEFUR.</p> <p>No geral, perguntar se o Entrevistado tem mais alguma coisa pra acrescentar.</p>	<p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,3,4</p> <p>2,3,4</p> <p>2,3,4</p> <p>2,3,4</p>

**APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OUTROS PARCEIROS
DA CRESOL NORDESTE**

ETAPAS	TEMAS	OBJETIVOS
Etapa 01 Rapport	Expor resumidamente o projeto de pesquisa e apresentar a pesquisadora; Enumerar os objetivos da entrevista; Solicitar o consentimento para gravação da entrevista.	
Etapa 02 Profissionalização da gestão - isomorfismo institucional	Como se operacionaliza a relação entre essa instituição e as cooperativas do Sistema Ascoob? Houve mudanças com a profissionalização? 1-Apontar a existência ou não de algum tipo de diálogo preliminar entre os movimentos sociais e a Cresol Confederação em relação a essa nova realidade do CCS baiano, principalmente antes da confederação assumir o controle das cooperativas do Sistema ASCOOB; 2-Descrever qual o papel dessa instituição antes de 2019 e atualmente junto ao CCS; 3-Trazer a sua visão e essência do CCS atualmente; 4-Identificar as consequências da profissionalização do CCS com o relacionamento junto a essa instituição e aos associados das cooperativas; 5-Identificar quais estratégias devem ser implementadas para que a profissionalização não prejudique a essência do CCS; 6- Questionar se existe diferença entre a vertente tradicional e vertente solidária do CC.	4 2,4 4 2,4 2 2,4 2,4

<p>Governança associativa (tecnocrática, democrática)</p>	<p>Considerando a realidade do CCS baiano, qual deve ser o verdadeiro sentido do termo governança? Isto está sendo perseguido pela Cresol Nordeste?</p> <p>1-Sabe-se que, historicamente, muitas cooperativas de crédito tiveram problemas de liquidez, principalmente ocasionados por problemas de gestão, como, por exemplo, concessão de crédito indevido e uso da cooperativa para fins pessoais. Assim, a instauração da governança tem o propósito de minimizar e ampliar os controles e, ao mesmo tempo, dar mais transparência na relação com os cooperados. Exponha sua opinião sobre isso.</p> <p>2-Explicar o processo de tomada de decisão junto a essa instituição;</p> <p>3-Identificar se existe relação entre democracia e governança no CCS;</p> <p>4-Descrever o papel do CCS para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar.</p> <p>No geral, perguntar se o Entrevistado tem mais alguma coisa para acrescentar.</p>	<p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,3,4</p> <p>2,3,4</p> <p>2,3,4</p>
<p>Solidariedade</p>	<p>Em que medida o social e o econômico conseguem dialogar no CCS baiano?</p> <p>1-Descrever a dinâmica de relacionamento entre a cooperativa, a comunidade e os referidos territórios de atuação do CCS;</p> <p>2-Analisar em que medida o novo modelo de governança tem refletido na necessidade de</p>	<p>2,3,4</p> <p>3,4</p> <p>4</p>

	reconstruir o processo de democratização do CCS;	2,4
	3-Entender a dinâmica de participação dos associados antes e depois da entrada da CRESOL;	2,3
	4-Discutir acerca do papel dos conselhos no processo de mudança na estrutura de governança do CCS em relação a essa instituição;	2
	5-Enumerar a existência de práticas solidárias e projetos sociais do CCS junto à comunidade e a essa instituição.	

**APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AGRICULTORES
FAMILIARES DA CRESOL NORDESTE**

ETAPAS	TEMAS	OBJETIVOS
Etapa 01 Rapport	Expor resumidamente o projeto de pesquisa e apresentar a pesquisadora; Enumerar os objetivos da entrevista; Solicitar o consentimento para gravação da entrevista;	
Etapa 02 Profissionalização da gestão - isomorfismo institucional	1- Como se operacionaliza a relação entre essa instituição e as cooperativas do Sistema ASCOOB? Houve mudanças com a profissionalização? 2 -Apontar a existência ou não de algum tipo de diálogo preliminar entre os movimentos sociais e a CRESOL Confederação em relação a essa nova realidade do CCS baiano, principalmente antes da confederação assumir o controle das cooperativas do Sistema ASCOOB; 3-Descrever qual o papel dessa instituição antes de 2019 e atualmente junto ao CCS; 4-Trazer a sua visão e essência do CCS atualmente; 5-Identificar as consequências da profissionalização do CCS com o relacionamento junto a essa instituição e aos associados das cooperativas; 6-Identificar quais estratégias devem ser implementadas para a profissionalização não prejudique a essência do CCS;	4 2,4 4 2,4 2 2,4

<p>Governança associativa (tecnocrática, democrática)</p>	<p>Considerando a realidade do CCS baiano, qual deve ser o verdadeiro sentido do termo governança? Isto está sendo perseguido pela CRESOL Nordeste?</p> <p>1-Sabe-se que, historicamente, muitas cooperativas de crédito tiveram problemas de liquidez, principalmente ocasionados por problemas de gestão, como, por exemplo, concessão de crédito indevido e uso da cooperativa para fins pessoais. Assim, a instauração da governança tem o propósito de minimizar e ampliar os controles e, ao mesmo tempo, dar mais transparência na relação com os cooperados. Exponha sua opinião sobre isso.</p> <p>2-Explicar o processo de tomada de decisão junto a essa instituição;</p> <p>3-Identificar se existe relação entre democracia e governança no CCS;</p> <p>4-Descrever o papel do CCS para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar.</p> <p>No geral, perguntar se o Entrevistado tem mais alguma coisa para acrescentar.</p>	<p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,3,4</p> <p>2,3,4</p>
<p>Solidariedade</p>	<p>Em que medida o social e o econômico conseguem dialogar no CCS no Nordeste?</p> <p>1-Descrever a dinâmica de relacionamento entre a cooperativa, a comunidade e os referidos territórios de atuação do CCS;</p> <p>2-Analisar em que medida o novo modelo de governança tem refletido na necessidade de reconstruir o processo de democratização do CCS;</p>	<p>2,3,4</p> <p>3,4</p> <p>4</p> <p>2,4</p>

	<p>3-Entender a dinâmica de participação dos associados antes e depois da entrada da CRESOL;</p> <p>4-Discutir acerca do papel dos conselhos no processo de mudança na estrutura de governança do CCS em relação a essa instituição;</p> <p>5-Enumerar a existência de práticas solidárias e projetos sociais do CCS junto à comunidade e a essa instituição.</p>	<p>2,3</p> <p>2</p>
--	---	---------------------

**APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS CONSELHEIROS
E PRESIDENTE DA CRESOL NORDESTE**

ETAPAS	TEMAS	OBJETIVOS
Etapa 01 Rapport	Expor resumidamente o projeto de pesquisa e apresentar a pesquisadora; Enumerar os objetivos da entrevista; Solicitar o consentimento para gravação da entrevista.	
Etapa 02 Profissionalização da gestão (isomorfismo mimético, coercitivo e normativo)	O que vem significando a profissionalização do CCS no Nordeste? 1-Apontar as implicações para a vertente solidária; 2-Compreender o posicionamento dos associados nesse contexto; 2-Trazer a sua visão e essência do CCS atualmente; 3- Compreender o posicionamento acerca da filiação da Cresol à OCB em 2020; 4-Desvelar se existe diferença entre as cooperativas de crédito da vertente tradicional e as solidárias, considerando a filiação da CRESOL Confederação à OCB; 5-O CCS encontra-se engendrado no SFN, muitos especialistas acreditam que a profissionalização é uma ida sem volta. Identificar quais estratégias devem ser implementadas para que esse processo não prejudique a essência do CCS; 6-Apontar a existência ou não de algum tipo de diálogo preliminar entre os movimentos sociais e a Cresol Confederação em relação a essa nova realidade do CCS baiano, principalmente antes da confederação assumir o controle do Sistema ASCOOB;	2,4 2,4 2,4 4 2,4 2 2,4 2,4

	<p>7-Descrever qual o papel do COGEFUR antes de 2019 e atualmente junto ao CCS;</p> <p>8-Identificar as consequências da profissionalização do CCS com o relacionamento junto à COGEFUR e aos associados das cooperativas;</p> <p>9-Enumerar os motivos para intervenção da Cresol na gestão do Sistema ASCOOB;</p> <p>10-Identificar consequências positivas e negativas da profissionalização da gestão;</p> <p>12-Verificar o posicionamento do BACEN na profissionalização do CCS, considerando a realidade do referido sistema.</p> <p>13- Por que houve mudança de marca?</p> <p>14- Em que medida o CCS se ampara no modelo de governança do BACEN?</p>	<p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p>
<p>Governança associativa (tecnocrática, democrática)</p>	<p>Considerando a realidade do CCS baiano e a polissemia do conceito do termo governança, qual o seu sentido? Isto está sendo perseguido pela CRESOL Nordeste?</p> <p>1-Sabe-se que, historicamente, muitas cooperativas de crédito tiveram problemas de liquidez, principalmente ocasionados por problemas de gestão, como, por exemplo, concessão de crédito indevido e uso da cooperativa para fins pessoais. Assim, a instauração da governança tem o propósito de minimizar e ampliar os controles e, ao mesmo tempo, dar mais transparência na relação com os cooperados. Exponha sua opinião sobre isso.</p> <p>2-Verificar a existência ou não de alguma relação entre governança e democracia no CCS;</p>	<p>2</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p>

	<p>3-Identificar a influência da governança com os fatores como a proximidade e o relacionamento com os associados no CCS;</p> <p>4-Descrever a estrutura de governança atual do Sistema ASCOOB, inclusive a representatividade do conselho;</p> <p>5- Explicitar o processo de tomada de decisão do CCS no Nordeste;</p> <p>6-Compreender a dinâmica de funcionamento entre o conselho e a diretoria executiva da central;</p> <p>7-Explicar o processo de tomada de decisão perante à ASCOOB perante à estrutura de governança;</p> <p>8-Entender a participação dos associados nos espaços de governança das cooperativas;</p> <p>9-Dissecar como as demandas dos movimentos sociais e da agricultura familiar estão sendo socializadas nas CCS;</p> <p>10-Entender como os conselheiros enxergam o projeto coletivo do Sistema ASCOOB antes e depois da profissionalização.</p> <p>No geral, perguntar se o Entrevistado tem alguma coisa para acrescentar.</p>	<p>4</p> <p>2</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p>
Solidariedade	<p>Em que medida o social e o econômico conseguem dialogar no CCS no Nordeste?</p> <p>1-Verificar a possibilidade de adaptação do modelo de governança exigido pela Lei 4.434/2015 com a realidade do CCS baiano;</p> <p>2-Descrever a dinâmica de relacionamento entre a cooperativa, a comunidade e os referidos territórios de atuação do CCS;</p>	<p>2,3</p> <p>3,4</p>

	<p>3-Desvelar a existência ou não de práticas de governança que considerem o enfoque sociopolítico;</p> <p>4-Identificar as práticas da política de relacionamento com o associado, a comunidade e os movimentos sociais;</p> <p>5-Enumerar as práticas solidárias e projetos sociais do Sistema junto à comunidade, bem como as cooperativas ligadas à COGEFUR;</p> <p>6-Entender a dinâmica da participação dos associados nos espaços de governança;</p> <p>7-Desvelar o papel do capital social dos associados no processo de implementação do modelo de governança atual;</p> <p>8-Entender se o modelo de governança tem conseguido atender ao pluralismo democrático dos diversos grupos de interesse do CCS;</p> <p>9-Entender o papel do CCS na emancipação de grupos, cooperativas e associados;</p> <p>10-Analisar em que medida o novo modelo de governança tem refletido na necessidade de reconstruir o processo de democratização do CCS;</p> <p>11-Verificar as tensões existentes entre as motivações sociais e as motivações econômicas no CCS.</p>	<p>2,3,4</p> <p>2,4</p> <p>2</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2,3</p> <p>2,3,4</p> <p>3,4</p> <p>4</p>
--	---	--

**APÊNDICE F- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS FUNCIONÁRIOS
DA CRESOL NORDESTE**

ETAPAS	TEMAS	OBJETIVOS
Etapa 01 Rapport	<p>Expor resumidamente o projeto de pesquisa e apresentar a pesquisadora;</p> <p>Enumerar os objetivos da entrevista;</p> <p>Solicitar o consentimento para gravação da entrevista;</p> <p>Questionar a respeito da função do Entrevistado.</p>	
Etapa 02 Profissionalização da gestão (isomorfismo mimético, coercitivo e normativo)	<p>O que vem significando a profissionalização do CCS no Nordeste?</p> <p>1-Apontar as implicações para a vertente solidária;</p> <p>2-Compreender o posicionamento dos associados nesse contexto;</p> <p>3-Trazer a sua visão e essência do CCS atualmente;</p> <p>4-Identificar quais estratégias devem ser implementadas para que a profissionalização não prejudique a essência do CCS;</p> <p>6- Questionar se existe diferença entre a vertente tradicional e vertente solidária do CC;</p> <p>7- O CCS encontra-se engendrado no SFN, muitos especialistas acreditam que a profissionalização é uma ida sem volta:</p> <p>8-Identificar quais estratégias devem ser implementadas para que esse processo não prejudique a essência do CCS;</p> <p>9-Identificar possíveis implicações das mudanças estruturais na cultura organizacional - membros da cooperativa e funcionários;</p> <p>10-Verificar o posicionamento do BACEN na profissionalização do CCS considerando a realidade do referido sistema;</p>	<p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>4</p> <p>2</p> <p>2,4</p> <p>2</p> <p>2</p> <p>4</p>

	<p>12- Para você, como funcionário, o que distingue a cooperativa de um banco? E a Cresol Nordeste atualmente?</p> <p>13- Quais os públicos-alvo atendidos pela cooperativa?</p> <p>14- Quais as linhas de financiamento para os micro empreendedores e outros excluídos do SFN?</p> <p>15- Descrever o papel do CCS para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar.</p>	<p>4</p> <p>2,4</p>
<p>Governança associativa (tecnocrática e democrática)</p>	<p>Considerando a realidade do CCS baiano, qual deve ser o verdadeiro sentido do termo governança? Isto está sendo perseguido pela Cresol Nordeste?</p> <p>1-Sabe-se que, historicamente, muitas cooperativas de crédito tiveram problemas de liquidez, principalmente ocasionados por problemas de gestão, como, por exemplo, concessão de crédito indevido e uso da cooperativa para fins pessoais. Assim, a instauração da governança tem o propósito de minimizar e ampliar os controles e, ao mesmo tempo, dar mais transparência na relação com os cooperados. Exponha sua opinião sobre isso;</p> <p>2-Identificar se existe relação entre democracia e governança no CCS;</p> <p>3-Explicar o processo de tomada de decisão do CCS baiano;</p> <p>4-Identificar a influência da governança com os fatores, como a proximidade e o relacionamento com os associados no CCS;</p> <p>5- Explicitar a política de relacionamento com os associados. Existe segmentação de mercado?</p>	<p>2,4</p> <p>3,4</p> <p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>4</p>

Solidariedade	<p>Em que medida o social e o econômico conseguem dialogar no CCS baiano?</p> <p>1-Identificar as práticas da política de relacionamento com o associado, a comunidade e os movimentos sociais;</p> <p>2-Enumerar as práticas solidárias e projetos sociais do Sistema junto à comunidade, bem como as cooperativas ligadas à COGEFUR;</p> <p>3-Entender a dinâmica da participação dos associados nos espaços de governança;</p> <p>4-Analisar em que medida o novo modelo de governança tem refletido na necessidade de reconstruir o processo de democratização do CCS;</p> <p>5- Descrever o papel do CCS para o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar.</p>	<p>2,4</p> <p>2,4</p> <p>2</p> <p>2,4</p> <p>4</p> <p>2,4</p>
---------------	--	---

**APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA UM DIRETOR
FINANCEIRO DE UMA COOPERATIVA SOLTEIRA LOCALIZADA NO
SUL DO PAÍS**

1. Relate um pouco a história dessa desfiliação da Cresol. O que levou a isso?
2. Qual sua opinião sobre a reestruturação do sistema financeiro nacional? Existe risco para as cooperativas solidárias de crédito?
3. O que viabilizou a sustentabilidade da cooperativa na condição de solteira?

APÊNDICE H - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A EX-DIRETORES DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS NORDESTINAS E FUNDADORES DO BANCOSOL

- 1- Por que o BANCOSOL foi criado? Como está o andamento para a concessão de crédito para as cooperativas e associações?
- 2- Existe alguma relação do BANCOSOL com o DESENBAHIA e o CREDBAHIA? Explique.
- 3- Como funciona a operacionalização do crédito via CREDBAHIA para as cooperativas, associações, grupos informais e micro empreendedores?
- 4- Qual a relação com a COGEFUR? Existe possibilidade operacional e legal de transferir o COOPERGIRO, para o BANCOSOL?
- 5- Como se encontra a parceira do governo do estado com a CRESOL? Funciona à parte da COGEFUR?
- 6- Em que medida a atuação do BANCOSOL pode substituir a presença das cooperativas de crédito solidárias como indutor de crédito para os excluídos do SFN?
- 7- Como funciona a governança do BANCOSOL? Tem algum *site* ou setor da SETRE em que possamos buscar mais informações?
- 8- Operacional e politicamente falando, existe a possibilidade de desfiliação junto ao Cresol Nordeste e transferência das atividades para o BANCOSOL?
- 9- Como o CCS está sob a normatização do SFN, um sistema que impõe regulamentos e o cumprimento da Lei, sua reestruturação está promovendo a perda da solidariedade em prol de sua sustentabilidade a partir de seus indicadores econômicos. Qual sua opinião sobre isso? Como o BANCOSOL pode reverter este panorama a partir de um crédito aos públicos mais vulneráveis economicamente?
- 10- Sabe-se dos problemas de liquidez e má gestão das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB, o que fazer para evitar isso no BANCOSOL?
- 11- Quem normatiza o BANCOSOL?

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A UM PARCEIRO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS SOBRE O BANCOSOL

- 1- Qual a relação do BANCOSOL com o GT de Finanças Solidárias?
- 2- Fale um pouco de sua trajetória.
- 3- Por que o BANCOSOL foi criado? Como está o andamento para a concessão de crédito para as cooperativas e associações?
- 4- Existe alguma relação do BANCOSOL com o DESENBAHIA e o CREDBAHIA? Explique.
- 5- Como funciona a operacionalização do crédito via CREDBAHIA para as cooperativas, associações, grupos informais e microempreendedores?
- 6- Qual a relação com a COGEFUR? Existe possibilidade operacional e legal de transferir o COOPERGIRO para o BANCOSOL?
- 7- Como se encontra a parceira do governo do estado com a Cresol? Funciona à parte da COGEFUR?
- 8- Em que medida a atuação do BANCOSOL pode substituir a presença das cooperativas de crédito solidárias como indutor de crédito para os excluídos do sistema financeiro nacional?
- 9- Como funciona a governança do BANCOSOL? Tem algum *site* ou setor da SETRE em que eu possa buscar mais informações?
- 10- Operacional e politicamente falando, existe a possibilidade de desfiliação junto ao Cresol Nordeste e transferência das atividades para o BANCOSOL?
- 11- Como o CCS está sob a normatização do SFN, um sistema que impõe regulamentos e o cumprimento da Lei, sua reestruturação está promovendo a perda da solidariedade em prol de sua sustentabilidade a partir de seus indicadores econômicos. Qual sua opinião sobre isso? Como o BANCOSOL pode reverter este panorama a partir de um crédito aos públicos mais vulneráveis economicamente?
- 12- Sabe-se dos problemas de liquidez e má gestão das cooperativas de crédito do antigo Sistema ASCOOB, o que fazer para evitar isso no BANCOSOL?
- 13- Quem normatiza o BANCOSOL?
- 14- Na reunião da COGEFUR teve algum encaminhamento do BANCOSOL junto ao Banco Palmas?

**APÊNDICE J - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO A UMA
FUNCIONÁRIA DE UMA ONG, MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO DE
FINANÇAS SOLIDÁRIAS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

- 1- Como funciona o GT de finanças solidárias no âmbito do governo do estado da Bahia? Tem representantes da CRESOL?
- 2- Como foi e como está a relação com a CRESOL antes e depois da reestruturação com o GT?
- 3- Como movimento social, como está a relação com o CCS?
- 4- Existe ou existiu algum diálogo entre o comitê e os atores sociais que estão criando o BANCOSOL?
- 5- Quais são perspectivas das finanças solidárias a partir de agora?
- 6- Qual a visão dessa ONG, considerando seu papel pioneiro na criação das primeiras experiências de fundo rotativo, como indutora do cooperativismo de crédito solidário?

APÊNDICE K- ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO PRESIDENTE DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL QUE REPRESENTA NACIONALMENTE AS COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS

1. Fale um pouco de sua trajetória nas finanças solidárias
2. Como se deu a participação dessa ONG no processo de reestruturação do CCS baiano? O que realmente aconteceu com o antigo Sistema ASCOOB?
3. Quais as perspectivas futuras para o CCS e para as Finanças Solidárias?
4. Sabe-se dos problemas de liquidez e má gestão do antigo Sistema ASCOOB e que a maioria da equipe que compõe o BANCOSOL é de ex-integrantes dessas cooperativas. Como devem proceder para reerguer a credibilidade e fazer com que essa nova proposta de inclusão financeira dê certo?
5. Como foi a participação dessa ONG no processo de filiação da CRESOL à OCB?
6. Como foi sua participação no processo de constituição do BANCOSOL?
7. O senhor faz parte da equipe de transição do governo de Lula. Nesse contexto, existe alguma possibilidade de o governo promover a municipalização dos benefícios sociais via banco comunitário?
8. Qual a sua visão e essência do CCS antes e atualmente?
9. Quais as consequências da profissionalização do CCS com o relacionamento junto a essa instituição e aos associados das cooperativas?
10. Quais estratégias devem ser implementadas para que a profissionalização não prejudique a essência do CCS?
11. Existe diferença entre a vertente tradicional e a vertente solidária do CC? Explique.
12. Em que medida a governança do CCS pode ser considerada como democrática?

ANEXO A- RESOLUÇÃO CMN Nº 5.021 DE 25/11/2022: CAPÍTULO III

Dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de novembro de 2022, com base no art. 4º, incisos VIII, XI e XIII, da referida Lei, e na Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009,

R E S O L V E U:

**CAPÍTULO III
DAS OPERAÇÕES E ATIVIDADES**

I - captar, exclusivamente de associados, recursos e depósitos sem emissão de certificado, ressalvada a captação de recursos de Municípios onde possua dependência instalada;

II - conceder créditos e prestar garantias a associados, inclusive em operações realizadas ao amparo da regulamentação do crédito rural em favor de associados produtores rurais;

III - aplicar recursos no mercado financeiro, inclusive em depósitos à vista e depósitos interfinanceiros, observadas as restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação;

IV - obter empréstimos e repasses de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros;

V - obter assistência e suporte financeiro do fundo garantidor, constituído por cooperativas de crédito, de associação obrigatória por regulamentação específica emanada do Conselho Monetário Nacional;

VI - aplicar e obter recursos das cooperativas centrais de crédito ou das confederações de crédito às quais estejam filiadas, ou de outros fundos garantidores por elas constituídos;

VII - receber repasses de instituições oficiais ou de fundos públicos;

VIII - receber de pessoas jurídicas, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, na forma de doações, empréstimos ou repasses;

IX - prestar serviço de pagamento nas seguintes modalidades, exclusivamente aos seus associados:

a) emissor de moeda eletrônica; e

b) emissor de instrumento de pagamento pós-pago;

X - proceder à contratação de serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro, de prover necessidades de funcionamento da instituição ou de complementar os serviços prestados pela cooperativa aos associados;

XI - prestar os seguintes serviços, visando ao atendimento a associados e a não associados:

a) cobrança, custódia e serviços de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros a pessoas físicas e entidades de qualquer natureza, inclusive a entidades integrantes do poder público;

b) correspondente no País, nos termos da regulamentação específica;

c) colocação de produtos e serviços oferecidos por bancos cooperativos, inclusive os relativos a operações de câmbio, bem como por demais entidades controladas por instituições integrantes do sistema cooperativo a que pertença, em nome e por conta da entidade contratante, observada a regulamentação específica;

d) distribuição de recursos de financiamento do crédito rural e outros sujeitos a legislação ou regulamentação específicas, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos, em operações realizadas em nome e por conta da instituição contratante;

e) distribuição de cotas de fundos de investimento administrados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observada a regulamentação específica editada pela Comissão de Valores Mobiliários; e

f) serviços de pagamento nas modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento; e

XII - prestar, no caso de cooperativa central de crédito e de confederação de crédito:

a) a cooperativas filiadas ou não, serviços de caráter técnico, inclusive os referentes às atribuições tratadas no Capítulo VII desta Resolução;

b) a cooperativas filiadas, serviço de administração de recursos de terceiros, na realização de aplicações por conta e ordem da cooperativa titular dos recursos, observadas a legislação e as normas aplicáveis a essa atividade; e

c) a cooperativas filiadas, serviço de aplicação centralizada de recursos, subordinado a política própria, aprovada pelo conselho de administração, contendo diretrizes relativas à captação, aplicação e remuneração dos recursos transferidos pelas filiadas, observada, na remuneração, proporcionalidade em relação à participação de cada filiada no montante total aplicado.